UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

O Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável: O caso das Beiras e Serra da Estrela

Ermelinda da Conceição Raimundo de Oliveira

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Economia
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof.º Doutor José Ramos Pires Manso

Covilhã, novembro de 2015

Dedicatória

Aos meus filhos
André e Eduardo

Agradecimentos

Um trabalho de investigação é sempre a construção de um percurso que se assevera moroso e quase sempre solitário. Chegar aqui foi, por isso, o resultado de um longo e árduo trabalho, mas também de um extraordinário apoio e de uma excecional colaboração de pessoas a quem devo, neste momento, o meu profundo agradecimento e gratidão.

Ao meu orientador, Prof.º Doutor José Ramos Pires Manso, por prontamente ter aceitado orientar este trabalho, pela disponibilidade e pelos conhecimentos transmitidos ao longo da sua realização.

Ao meu marido que, como sempre, desde a primeira hora acreditou em mim e nas potencialidades do meu trabalho, pelo amor e compreensão incondicionais que nele sempre encontrei.

Aos meus filhos, meu porto de abrigo e minha principal razão de viver, pelas inúmeras horas que este trabalho lhes roubou e pela felicidade de terem feito de mim Mãe.

À Rute, à Beta e à Cecilia, pelas palavras de permanente incentivo e de terem dispensado um pouco do seu tempo à leitura deste trabalho.

A todos os outros, àqueles que não referi explicitamente, mas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho de investigação. Obrigada pela incansável amizade e pelas constantes manifestações de interesse e encorajamento.

Resumo

O turismo é um fenómeno sociocultural de grande relevância, sendo um dos setores de atividade económica que mais tem contribuído para o desenvolvimento do país, em geral, e das suas regiões, em particular. Esta investigação questiona o turismo desde a perspetiva do desenvolvimento sustentável de uma região e responde à questão de investigação: "Poderá o turismo ser considerado um motor de desenvolvimento sustentável na região das Beiras e Serra da Estrela?".

Metodologicamente, a investigação apresenta-se ao longo de sete capítulos que aprofundam o tema em estudo, respondendo à problemática de investigação definida. Assim, a mesma inicia-se com uma revisão da literatura acerca dos paradigmas de desenvolvimento e os desafios atuais que se colocam aos territórios. Posteriormente é abordado o turismo enquanto motor de desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo em conta as perceções e as atitudes dos residentes face ao turismo.

Como objetivo de obter resposta à questão de investigação foi realizado um inquérito por questionário a uma amostra de 384 residentes da região Beiras e Serra da Estrela. Assim, nesta investigação descrevem-se e caracterizam-se os impactos do turismo percecionados pelos residentes, o seu nível de satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo existentes na região e avaliam-se as suas atitudes face ao turismo enquanto motor de desenvolvimento.

A investigação apresenta e avalia, ainda, um modelo de equações estruturais, que tem como objetivos centrais analisar as relações existentes entre: (a) a perceção dos impactos positivos e negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e (b) a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo enquanto motor de desenvolvimento sustentável.

Por último, são expostas as conclusões resultantes da investigação, as suas limitações e constrangimentos e sugere-se um conjunto de recomendações, de modo a minimizar os efeitos negativos e a maximizar os efeitos positivos do turismo, enquanto motor de desenvolvimento sustentável da região das Beiras e Serra da Estrela.

Esta investigação é um instrumento de trabalho útil para os agentes económicos interessados – *stakeholders* – da região, envolvidos no desenvolvimento do turismo, pelas linhas estratégicas de desenvolvimento que apresenta para o turismo na Região das Beiras e Serra da Estrela.

Palavras-chave

Turismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Região das Beiras e Serra da Estrela, Residentes, Perceções, Impactos, Atitudes.

Abstract

One of the economic sectors that has most contributed to the economic development of the overall country and, more specifically, its regions, tourism is a highly relevant sociocultural phenomenon. Based on this perspective, this research aims to respond to the question, "Can tourism be considered a motor for the sustainable development of the Beiras and Serra da Estrela region?"

Methodologically, the research is presented over seven chapters that delve into the study topic to respond to the research question, beginning with a review of the literature on the paradigms of development and the current challenges facing the territories. Tourism is then examined as a motor for sustainable development, given the residents' perceptions and attitudes towards tourism.

To respond to the research question, a survey was carried out with residents of the Beiras e Serra da Estrela region (n=384). Their perception of the impacts of tourism is described and characterized as well as their level of satisfaction with the tourism development factors of this region. Their attitudes towards tourism as a motor of development are also evaluated.

The study further presents and evaluates a model of structural equations which primarily aims to analyse the relation between (a) the perception of both the positive and negative impacts of tourism and the overall satisfaction of the residents with the tourism development factors and (b) the residents' overall satisfaction with these tourism development factors and their attitudes toward tourism as a motor for sustainable development.

Finally, the conclusions of this research are presented with and its limitations and constraints. A set of recommendations is also suggested to minimize the negative effects and maximize the positive effects of tourism as a motor for the sustainable development of this region.

This study is a useful tool for any economic stakeholders interested in increasing tourism in the region due to the strategic plans for tourism development in the Portuguese region of Beiras e Serra da Estrela.

Keywords

Tourism, Development, Sustainability, Territory, Beiras e Serra da Estrela Region, Residents, Perceptions, Impacts, Attitudes.

Índice

Resumo vii
Abstract ix
Índice xi
Lista de Figuras xv
Lista de Tabelas xvii
Lista de Acrónimos xxiii
Capítulo 1 1
Introdução Geral 1
Nota introdutória 1
1.1 Enquadramento e relevância do tema 1
1.2 Objetivos da investigação 3
1.3 Estrutura metodológica da investigação 6
Capítulo 2 9
Paradigmas e Desafios do Desenvolvimento Regional 9
Nota introdutória 9
2.1 Desenvolvimento: um conceito em evolução 10
2.2 Paradigmas espaciais do desenvolvimento 14
2.2.1 Paradigma funcionalista e a difusão espacial do desenvolvimento 15
2.2.2 Paradigma territorialista e o desenvolvimento endógeno 19
2.2.3 Paradigma inter-territorialista e o desenvolvimento sustentável 24
2.3 Desafios e forças do desenvolvimento 28
2.4 Desenvolvimento territorial integrado 33
2.5 Síntese conclusiva do capítulo 38
Capítulo 3 39
O Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios 39
Nota introdutória 39
3.1 Relevância do turismo 39
3.2 Conhecimento e conceptualização do turismo 42
3.3 Destino turístico 46
3.4 Desenvolvimento e planeamento turístico 48
3.5 Competitividade e sustentabilidade turística 53
3.6 Síntese conclusiva do capítulo 60
Capítulo 4 61
A Visão dos Residentes face ao Turismo: Proposta de um Modelo Conceptual 61
Nota introdutória 61
4.1 A importância da visão dos residentes 61
4.2 Modelos de avaliação das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo 63
4.3 Perceções dos residentes face aos impactos do turismo 69

4.4 Satisfação dos residentes com o destino turístico 73
4.5 Modelo de investigação 76
4.5.1 Proposta de um modelo conceptual do turismo como motor de desenvolvimento sustentável 76
4.5.2 Hipóteses de investigação 77
4.6 Síntese conclusiva do capítulo 81
Capítulo 5 83
Metodologia da Investigação Empírica 83
Nota introdutória 83
5.1 Questões da investigação 83
5.2 Descrição do território da investigação empírica 85
5.2.1 Enquadramento geográfico do território 85
5.2.2 Caracterização socioeconómica 89
5.2.3 Potencialidades turísticas 94
5.3 Universo e definição da amostra 96
5.3.1 Universo de estudo 96
5.3.2 Amostra final 97
5.4 Instrumento de análise 100
5.4.1 Inquérito por questionário 100
5.4.2 Variáveis e indicadores do questionário 102
5.4.3 Plano de administração do questionário 105
5.5 Métodos de análise dos dados 105
5.6 Síntese conclusiva do capítulo 106
Capítulo 6 107
Análise e Discussão dos Resultados 107
Nota introdutória 107
6.1 Caracterização da amostra 108
6.2 Conhecimento e proximidade do turismo 115
6.2.1 Análise univariada 115
6.2.2 Análise segundo a sub-região de residência 116
6.2.3 Análise segundo as características sociodemográficas 118
6.3 Perceção dos residentes em relação aos impactos do turismo 123
6.3.1 Análise univariada 123
6.3.1.1 Perceção global dos impactos do turismo 123
6.3.1.2 Perceção dos impactos económicos 125
6.3.1.3 Perceção dos impactos socioculturais 126
6.3.1.4 Perceção dos impactos ambientais 128
6.3.2 Análise segundo a sub-região de residência 128
6.3.2.1 Perceção global dos impactos 129
6.3.2.2 Perceção dos impactos económicos 130

6.3.2.3 Perceção dos impactos socioculturais 131
6.3.2.4 Perceção dos impactos ambientais..... 134
6.3.3 Análise segundo as características sociodemográficas 134
6.3.3.1 Perceção global dos impactos..... 135
6.3.3.2 Perceção dos impactos económicos..... 135
6.3.3.3 Perceção dos impactos socioculturais 139
6.3.3.4 Perceção dos impactos ambientais..... 139
6.3.4 Análise segundo a proximidade e conhecimento do turismo..... 141
6.3.4.1 Perceção global dos impactos..... 141
6.3.4.2 Perceção dos impactos económicos..... 142
6.3.4.3 Perceção dos impactos socioculturais 143
6.3.4.4 Perceção dos impactos ambientais..... 144
6.4 Satisfação dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo 145
6.4.1 Análise univariada 146
6.4.2 Análise segundo a sub-região de residência 150
6.4.3 Análise segundo as características sociodemográficas 156
6.4.4 Análise segundo a proximidade e conhecimento do turismo..... 168
6.5 Atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável 174
6.5.1 Análise univariada 174
6.5.2 Análise segunda a sub-região de residência..... 175
6.5.3 Análise segundo as características sociodemográficas 176
6.5.4 Análise segundo a proximidade e o conhecimento do turismo 178
6.6 Modelo de investigação: Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável 180
6.6.1 Análise fatorial exploratória 180
6.6.2 Análise das variáveis 183
6.6.3 Modelo de equações estruturais 187
6.6.4 Validação das hipóteses de investigação 192
6.7 Síntese conclusiva do capítulo 194
Capítulo 7 195
Conclusões Finais 195
Nota introdutória 195
7.1 Síntese reflexiva e resposta às questões da investigação 195
7.2 Contributos da investigação 211
7.3 Recomendações para a política turística regional 212
7.4 Limitações da investigação 213
7.5 Sugestões para investigações futuras 214
7.6 Considerações finais 214
Referências Bibliográficas 217
Índice de Apêndices 237

Lista de Figuras

Figura 1.1 – Objetivos centrais da investigação 4
Figura 1.2 – Objetivos específicos da investigação 5

Figura 2.1 – Forças motrizes do desenvolvimento regional 31
Figura 2.2 – Forças do desenvolvimento de Vázquez-Barquero (2005) 32
Figura 2.3 - Elementos componentes do desenvolvimento territorial integrado 34
Figura 2.4 – Fatores do desenvolvimento territorial. 37

Figura 3.1 – Componentes fundamentais no desenvolvimento de um destino turístico 49
Figura 3.2 – Modelo do ciclo de vida de um destino turístico de Butler (1980) 52

Figura 4.1 – Modelo de avaliação dos impactos do turismo 66
Figura 4.2 – Proposta de modelo conceptual do "Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável" 77

Figura 5.1 – Localização geográfica da região das Beiras e Serra da Estrela e suas sub-regiões no contexto da Região Centro 88

Figura 6.1 - Distribuição da população inquirida segundo o género 108
Figura 6.2 – Número de inquiridos com contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo, segundo o ramo de atividade 116
Figura. 6.3 - Representação gráfica do Modelo de medida 188
Figura 6.4 – Modelo estrutural com as hipóteses 191

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 – Paradigma funcionalista e a difusão espacial do desenvolvimento 18
Tabela 2.2 – Paradigma territorialista e o desenvolvimento endógeno 22
Tabela 2.3 – Paradigma inter-territorialista e o desenvolvimento sustentável 28

Tabela 3.1 – Razões que justificam o turismo como motor de desenvolvimento regional 40
Tabela 3.2 – Definições de turismo 46
Tabela 3.3 – Causas do nascimento do turismo sustentável 57

Tabela 4.1 – Importância da auscultação dos residentes no processo de desenvolvimento dos destinos turísticos 62
Tabela 4.2 - Fatores complexos na análise dos efeitos do turismo 64
Tabela 4.3 – Impactos económicos do turismo percecionados pelos residentes 71
Tabela 4.4 – Impactos socioculturais do turismo percecionados pelos residentes 72
Tabela 4.5 – Impactos ambientais do turismo percecionados pelos residentes 72

Tabela 5.1 – Questões da investigação empírica 84
Tabela 5.2 – Número de concelhos e freguesias da região das Beiras e Serra da Estrela (2015) 89
Tabela 5.3 – População residente, densidade populacional e taxa de variação da população residente nas Beiras e Serra da Estrela (2011) 90
Tabela 5.4 – População residente, em 2011, na região das Beiras e Serra da Estrela segundo o género e grupo etário 91
Tabela 5.5 – População residente, em 2011, na região das Beiras e Serra da Estrela segundo o nível de escolaridade 92
Tabela 5.6 – População empregada, em 2011, na região das Beiras e Serra da Estrela segundo o setor de atividade, taxa de atividade e de desemprego 93
Tabela 5.7 – Percentagem da população empregada, em 2011, pelos grupos de profissões na Região das Beiras e Serra da Estrela 93
Tabela 5.8 – Número e tipo de estabelecimentos hoteleiros na região das Beiras e Serra da Estrela (2013) 95
Tabela 5.9 - Universo de estudo por sub-região, segundo o grupo etário e o género (2011) 97
Tabela 5.10 - Processo de amostragem por quotas 98
Tabela 5.11 - Universo e a amostra final do estudo, por concelhos 99
Tabela 5.12 - Número de inquéritos a aplicar por sub-região 99
Tabela 5.13 - Dimensões de análise, informação a obter e tipo de questões do questionário final 101
Tabela 5.14 - Variáveis e indicadores do questionário 102
Tabela 5.15 – Locais de aplicação dos questionários aos residentes das Beiras e Serra da Estrela 105

Tabela 6.1 – Número de inquiridos por grupos etários, segundo o género 108
Tabela 6.2 – Número de inquiridos por grupo etário, segundo o género e as sub-regiões da BSE 109
Tabela 6.3 – Número de inquiridos segundo a sua naturalidade 109
Tabela 6.4 – Número de inquiridos da sub-região Beira Interior Norte por concelhos, segundo o género e grupo etário 110
Tabela 6.5 – Número de inquiridos da sub-região Cova da Beira por concelhos, segundo o género e grupo etário 110
Tabela 6.6 – Número de inquiridos da sub-região Serra da Estrela por concelhos, segundo o género e grupo etário 110
Tabela 6.7 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o estado civil 111
Tabela 6.8 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o número de pessoas do agregado familiar 111
Tabela 6.9 – Número de inquiridos por nível de habilitações literárias, segundo a sub-região e grupo etário 112
Tabela 6.10 – Número de inquiridos por nível de habilitações literárias, segundo a sub-região e género 112
Tabela 6.11 – Número de inquiridos por sub-região, segundo a situação profissional 113

Tabela 6.12 – Número de inquiridos empregados por profissão a exercer, segundo as sub-regiões 114
Tabela 6.13 - Local de interação residente-visitante, segundo a sua frequência 115
Tabela 6.14 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o hábito e o local onde habitualmente gozam férias 116
Tabela 6.15 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o local e a frequência da interação residente-visitante 117
Tabela 6.16 – Número de inquiridos por sub-região, segundo a existência de contacto profissional com o turismo e de familiares a trabalhar na área do turismo. 117
Tabela 6.17- Número de inquiridos com contacto profissional com o turismo por sub-regiões, segundo o ramo de atividade 118
Tabela 6.18 – Número de inquiridos por hábito de gozar férias, segundo o género e o grupo etário 118
Tabela 6.19 – Número de inquiridos por hábito de gozar férias, segundo as habilitações literárias e a situação profissional 118
Tabela 6.20 – Número de inquiridos por local de interação residente-visitante, segundo o género 119
Tabela 6.21 – Número de inquiridos por local de interação residente-visitante, segundo o grupo etário 120
Tabela 6.22 – Número de inquiridos com contacto profissional com o turismo, segundo o género e grupo etário 120
Tabela 6.23 – Número de inquiridos com contacto profissional com o turismo, segundo as habilitações literárias e situação profissional 121
Tabela 6.24 - Perceção do impacto do turismo a nível global, económico, sociocultural e ambiental ... 124
Tabela 6.25 - Perceção do impacto do turismo a nível global 124
Tabela 6.26 - Perceção global do impacto do turismo a nível económico 124
Tabela 6.27 - Perceção global dos impactos do turismo a nível sociocultural 124
Tabela 6.28 - Perceção global dos impactos do turismo a nível ambiental 125
Tabela 6.29 – Perceção dos impactos económicos do turismo 126
Tabela 6.30 - Perceção dos impactos socioculturais do turismo 127
Tabela 6.31 - Perceção dos impactos ambientais do turismo 128
Tabela 6.32 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção do impacto do turismo, nos diferentes níveis, em termos globais, segundo a sub-região de residência dos inquiridos 129
Tabela 6.33 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo a sub-região de residência 130
Tabela 6.34 – Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo a sub-região de residência 132
Tabela 6.35 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo a sub-região de residência 134
Tabela 6.36 – Diferenças estatisticamente significativas na perceção do impacto do turismo a nível global, económico, ambiental e sociocultural, segundo o género 135
Tabela 6.37 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos do turismo ao nível económico, segundo o grupo etário 136
Tabela 6.38- Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo as habilitações literárias 137
Tabela 6.39 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo a situação profissional 138
Tabela 6.40 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo o grupo etário 139
Tabela 6.41 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo as habilitações literárias 139
Tabela 6.42 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo o grupo etário 140
Tabela 6.43 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo as habilitações literárias 140
Tabela 6.44 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo a situação profissional 140
Tabela 6.45 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção global do impacto do turismo, segundo a existência de contacto profissional com o turismo 141

Tabela 6.46 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo o hábito de gozar férias 142
Tabela 6.47 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo a existência de familiares a trabalhar na área do turismo 143
Tabela 6.48 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo o hábito de gozar férias 143
Tabela 6.49 – Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo .. 144
Tabela 6.50 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo o hábito de gozar férias 144
Tabela 6.51 – Nível de Satisfação com os recursos humanos 146
Tabela 6.52 – Nível de satisfação com os serviços turísticos 146
Tabela 6.53 – Nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo. 147
Tabela 6.54 – Nível de satisfação com os recursos naturais 148
Tabela 6.55 – Nível de satisfação com o património etnográfico 148
Tabela 6.56 - Nível de satisfação com o património histórico-monumental 148
Tabela 6.57 - Nível de satisfação com a gestão do destino turístico 150
Tabela 6.58 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo a sub-região de residência 151
Tabela 6.59 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a sub-região de residência 152
Tabela 6.60 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo a sub-região de residência 153
Tabela 6.61 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a sub-região de residência 154
Tabela 6.62 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a sub-região de residência 154
Tabela 6.63 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a sub-região de residência 155
Tabela 6.64 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a sub-região de residência 156
Tabela 6.65 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo o grupo etário 157
Tabela 6.66 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo o grupo etário 158
Tabela 6.67 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o grupo etário 159
Tabela 6.68 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo o grupo etário 159
Tabela 6.69 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o grupo etário 160
Tabela 6.70 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo o grupo etário 160
Tabela 6.71 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo o género 161
Tabela 6.72 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo o género 161
Tabela 6.73 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o género 161
Tabela 6.74 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o género 162
Tabela 6.75 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo as habilitações literárias 162
Tabela 6.76 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo as habilitações literárias 162
Tabela 6.77 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo as habilitações literárias 163

Tabela 6.78 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo as habilitações literárias 164
Tabela 6.79 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo as habilitações literárias 164
Tabela 6.80 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo as habilitações literárias 165
Tabela 6.81 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo as habilitações literárias 165
Tabela 6.82 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a situação profissional 165
Tabela 6.83 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo a situação profissional 166
Tabela 6.84 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação dos recursos naturais, segundo a situação profissional 167
Tabela 6.85 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a situação profissional 167
Tabela 6.86 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a situação profissional 168
Tabela 6.87 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a situação profissional 168
Tabela 6.88 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo o hábito de gozar férias 169
Tabela 6.89 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo o hábito de gozar férias 169
Tabela 6.90 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o hábito de gozar férias 169
Tabela 6.91 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo o hábito de gozar férias 170
Tabela 6.92 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o hábito de gozar férias 170
Tabela 6.93 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo o hábito de gozar férias 170
Tabela 6.94 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo a existência de contacto profissional com o turismo 171
Tabela 6.95 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a existência de contacto profissional com o turismo 171
Tabela 6.96 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a existência de contacto profissional com o turismo 171
Tabela 6.97 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo 172
Tabela 6.98 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo 172
Tabela 6.99 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo 173
Tabela 6.100 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo 173
Tabela 6.101 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo 173
Tabela 6.102 - Atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável 175
Tabela 6.103 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a sub-região de residência 175
Tabela 6.104 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo o grupo etário 177

Tabela 6.105 – Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo as habilitações literárias 177
Tabela 6.106 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a situação profissional 177
Tabela 6.107 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo o hábito de gozar férias 178
Tabela 6.108 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a existência de contacto profissional com o turismo 178
Tabela 6.109 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo 179
Tabela 6.110 - Distribuição dos indicadores pelas dimensões obtidas 182
Tabela 6.111 - Alpha de Cronbach para a totalidade dos indicadores em análise e respetivas subdimensões 183
Tabela 6.112 – Estatísticas descritivas básicas para cada uma sas dimensões apresentadas no modelo183
Tabela 6.113 – Dimensões onde se verificam diferenças estatisticamente significativas, segundo o concelho de residência 186
Tabela 6.114 - Estimativas de Máxima Verosimilhança relativas aos Coeficientes Estruturais para o modelo ajustado 189
Tabela 6.115 – Covariâncias e Correlações relativas ao Modelo Estrutural 190
Tabela 6.116 – Índices de Qualidade do Ajustamento 191

Lista de Acrónimos

ART	Áreas Regionais de Turismo
BIN	Beira Interior Norte
BSE	Beiras e Serra da Estrela
CB	Cova da Beira
CET	Curso de Especialização Tecnológica
CST	Conta Satélite do Turismo
Ens.	Ensino
ERT	Entidade Regional de Turismo
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
FGT	Fatores de desenvolvimento do turismo
GD	Gestão do Destino
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESAT	Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo
INT	Impactos Negativos do Turismo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPT	Impactos Positivos do Turismo
IRV	Interação Residente-Visitante
NUTS	Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OG	Organizações Governamentais
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organizações Não-Governamentais
PDTSE	Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela
PE	Património Etnográfico
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PHM	Património Histórico-Monumental
RH	Recursos Humanos
RTSE	Região de Turismo da Serra da Estrela
RN	Recursos Naturais
SE	Serra da Estrela
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
ST	Serviços Turísticos
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMDS	Turismo Motor de Desenvolvimento Sustentável
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia

Capítulo 1

Introdução Geral

Nota introdutória

Este capítulo introdutório visa proceder ao enquadramento e relevância do tema da presente investigação, descrevendo o turismo como estratégia de desenvolvimento, apresentando os objetivos gerais e específicos que a orientaram, bem como as hipóteses de investigação e justificar a metodologia científica utilizada.

1.1 Enquadramento e relevância do tema

Desde sempre existiu a necessidade de compreender o desenvolvimento diferenciado entre as nações, regiões ou locais, e de ir acompanhando a própria afirmação da economia a nível regional ou local. O desenvolvimento regional sempre despertou o interesse dos investigadores e, paralelamente, a dimensão regional ou local tem vindo a afirmar-se, cada vez mais, como um espaço privilegiado para refletir sobre o desenvolvimento da sociedade, em geral, e das comunidades regionais ou locais, em particular (Benko e Lipietz, 1994).

Alcançar a coesão económica e social são imperativos constitucionais de todas as nações, regiões ou locais. Tais desideratos não são exequíveis sem que se verifique um processo de desenvolvimento assente no crescimento da atividade produtiva e na melhoria contínua das condições de vida da população que habita numa determina região ou local, implicando o acesso generalizado a novas oportunidades, bens e serviços diferenciados, proporcionando respostas às suas diversas necessidades (Santos e Baltazar, 2005). Neste âmbito, surge o turismo com um espaço crescente nas propostas de desenvolvimento das nações, regiões ou locais e que, inclusivamente, em muitos casos se apresenta como uma das principais vias para alcançar esse objetivo.

A importância e a dimensão que o turismo tem vindo a alcançar são o resultado de várias mudanças operadas na sociedade, ao longo do tempo. Tratando-se de um dos setores de atividade económica que mais têm contribuído para o desenvolvimento económico e social das nações, regiões e locais, o turismo transformou-se num fenómeno sociocultural com grande relevância no estudo da sociedade (Cohen, 2004; Davidson, 2005). As questões relacionadas com o turismo são temas com acrescidos interesse e discussão, fundamentalmente porque o turismo se desenvolve numa sociedade de consumo, em que a disponibilidade de produtos tangíveis e intangíveis, recursos e valores está intimamente associada à satisfação da procura e da oferta turística.

Segundo Cabugueira (2005: 97), "o turismo é uma actividade económica extremamente importante, podendo desempenhar um papel decisivo em termos de desenvolvimento de determinadas regiões onde, por vezes, não existem outras alternativas para alcançar esse objectivo". Os recursos endógenos têm um papel essencial nas estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo, sendo indispensáveis para a promoção do turismo de base regional. A indústria turística permite tirar partido desses recursos que estão disponíveis nos territórios e países. Contudo, este setor não se pode desenvolver isoladamente sem uma articulação com os restantes setores de atividade económica e que, tal como o turismo, enfrentam, constantemente, novos desafios face à necessidade de promover o desenvolvimento.

A pressão dos territórios para valorizar as diferenças e transformá-las em vantagens competitivas faz com que convirjam para o turismo diferentes políticas e modelos de desenvolvimento, justificados pelas diferentes motivações da procura e da oferta turística. As estratégias económicas, socioculturais e ambientais devem favorecer um justo equilíbrio entre os interesses e as necessidades da população residente, do turista, do meio ambiente e as do turismo enquanto setor de atividade económica. No contexto da atual globalização, para que o turismo assuma o seu papel de motor de desenvolvimento económico e social dos territórios, deve recorrer-se a um modelo de desenvolvimento sustentável, que envolva a participação de todos os atores locais, nomeadamente das empresas e dos residentes. O sucesso do setor do turismo e suas atividades depende do apoio da comunidade local, pois ela – a comunidade – beneficia e sofre com os impactos positivos e negativos gerados pelo desenvolvimento da atividade turística.

Os residentes são um dos *skakeholders* mais afetados pela execução de políticas e implementação de medidas requeridas ou necessárias ao desenvolvimento do turismo, donde a importância da sua participação nos processos de desenvolvimento do turismo ter vindo a assumir um papel crucial e crescente. As suas perceções e atitudes constituem um verdadeiro guia para o desenvolvimento dos destinos turísticos, na procura de sustentabilidade e do sucesso do setor nos territórios (Andriotis, 2005). Assim, o estudo das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo tem vindo a assumir, cada vez mais, importância na literatura (Archer e Cooper, 2002; Cañizares, Tabales e García, 2014; Cui e Ryan, 2011; Geneletti e Dawa, 2009; Inbakaran e Jackson, 2006; Nunkoo e Ramkissoon, 2011; Remoaldo, Ribeiro e Mendes, 2012; Richie e Inkari, 2006; Vargas-Sànchez, Porras--Bueno e Plaza-Mejía, 2011; Lee, 2013; Zhou e Liu, 2008).

A investigação, em qualquer área das ciências sociais, visa alcançar um melhor conhecimento de uma determinada realidade social para, a partir daí, encontrar as melhores respostas às questões em debate ou investigação (Bailey, 1994; Marconi e Lakatos, 1999). Nesta linha de raciocínio, a análise empírica desta investigação implicou a elaboração e implementação de um questionário, dirigido aos residentes da região das Beiras e Serra da Estrela, integrada na

Região Centro de Portugal, cujo objetivo é, através desta auscultação, conhecer a visão dos residentes e encontrar linhas orientadoras para a promoção do desenvolvimento do turismo, numa base de sustentabilidade, qualidade, diferenciação e valorização dos recursos endógenos, permitindo simultaneamente contribuír para o desenvolvimento sustentável do território.

Apesar da vasta literatura relacionada com esta temática, a revisão da literatura permitiu aferir a quase ausência de estudos aplicados ao território coberto por esta investigação, motivação que originou este estudo. O território em estudo abrange a totalidade da atual região das Beiras e Serra da Estrela (BSE), denominação que assumiu a partir de janeiro de 2015 e que corresponde à área geográfica da antiga Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE). Tendo em atenção a heterogeneidade da região e, ainda, pelo facto de quando se iniciou esta investigação não existir conhecimento de qualquer intenção de vir a alterar-se as suas designações regionais, procedeu-se à desagregação deste território em três sub-regiões - Beira Interior Norte (BIN), Cova da Beira (CB) e Serra da Estrela (SE) - que correspondem às então extintas Numenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS III). A incidência da investigação nesta nova região afigura-se como um contributo original e relevante na medida em que a análise se estende às três sub-regiões referidas, articulando-se conceções teóricas gerais com uma aplicação prática a nível regional.

Segundo Silva (2004: 13), uma investigação deste tipo "deve contribuir para o objetivo estratégico de desenvolver vantagens competitivas sustentadas para cada país" e suas regiões. Assim, no pressuposto de que o turismo pode funcionar como um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável dos territórios, com esta investigação pretende-se, entre outros, delinear um conjunto de recomendações que possam contribuir para o sucesso do desenvolvimento do turismo na Região das Beiras e Serra da Estrela e para o bem-estar das próprias comunidades locais, tendo presente os princípios da sustentabilidade turística (Crouch, 2004).

1.2 Objetivos da investigação

A investigação centra-se no estudo do turismo como motor do desenvolvimento sustentável das regiões e países. A unidade espacial ou território que assenta a aplicação empírica, a região das Beiras e Serra da Estrela, enfrenta fragilidades económicas, socioculturais e ambientais e carece de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que não comprometa o futuro dos residentes desta região e que alavanque o desenvolvimento territorial integrado.

Apesar de algum desenvolvimento turístico que esta região já dispõe, as potencialidades turísticas deste território levam-nos a pensar que a atividade turística pode apresentar-se com maior dinamismo e assumir o papel motor número um do seu desenvolvimento económico

e social. Assim, a investigação, através da utilização de uma metodologia científica adequada, pretende obter resposta à seguinte questão de investigação:

*"P*oderá o turismo *ser considerado um motor de desenvolvimento sustentável na região das Beiras e Serra da Estrela?"*

A relevância da investigação, pela sua atualidade e pertinência, visa atingir os dois objetivos centrais constantes na Figura 1.1.

Figura 1.1 – Objetivos centrais da investigação

Objetivos centrais:

- Analisar a relação existente entre a perceção dos residentes dos impactos positivos e negativos do turismo e a sua satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo;
- Analisar a relação existente entre a satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo e a sua atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

O objetivos específicos desta investigação decorrentes dos dois objetivos centrais, já referidos, enunciam-se na Figura 1.2.

Figura 1.2 – Objetivos específicos da investigação

Objetivos específicos:

- Caracterizar a perceção dos residentes em relação aos impactos do turismo a nível económico, sociocultural e ambiental;
- Identificar os fatores (características sociodemográficas, sub-região de residência e conhecimento e proximidade do turismo) que influenciam as perceções dos residentes em relação aos impactos do turismo a nível económico, sociocultural e ambiental;
- Caracterizar a satisfação dos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes na região;
- Identificar os fatores (características sociodemográficas, sub-região de residência e conhecimento e proximidade do turismo) que influenciam a satisfação manifestada pelos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes na região;
- Avaliar a atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
- Identificar os fatores (características sociodemográficas, sub-região de residência e conhecimento e proximidade do turismo) que influenciam a atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
- Caracterizar a influência da interação residente-visitante na perceção dos residentes dos impactos positivos e negativos do turismo;
- Caracterizar a influência da interação residente-visitante na satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo;
- Caracterizar a influência da perceção dos impactos positivos e negativos do turismo na atitude dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
- Caracterizar a influência da satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

1.3 Estrutura metodológica da investigação

O estudo desenvolve-se ao longo de sete capítulos segundo uma estrutura metodológica habitual em trabalhos de investigação científica. Este primeiro capítulo introdutório da investigação, dedicada ao tema do turismo como motor de desenvolvimento sustentável, inicia com o enquadramento e relevância do tema referido, identificando os objetivos centrais e específicos da investigação e a respetiva estrutura metodológica da investigação.

O segundo capítulo desenvolve a questão dos paradigmas e desafios do desenvolvimento regional. Partindo da evolução, ao longo do tempo, do conceito de desenvolvimento é apresentado o conceito de desenvolvimento ancorado nesta investigação. De seguida, descreve os principais paradigmas espaciais do desenvolvimento, nomeadamente o funcionalista – ligado à difusão espacial do desenvolvimento - o territorialista - com o desenvolvimento endógeno - e o inter-territorialista - com o desenvolvimento sustentável. Embora todos os paradigmas referidos tratem a questão do desenvolvimento, para concretizar os objetivos desta investigação apresentam-se, ainda, relativamente ao desenvolvimento, os atuais desafios e as mais recentes tendências do estado da arte sobre esta temática.

O terceiro capítulo fundamenta o turismo como motor de desenvolvimento e de sustentabilidade dos territórios. O capítulo inicia-se fazendo referência à evolução do turismo, destacando-se a sua relevância e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Nesta linha, prossegue-se com a conceptualização do turismo e de um destino turístico. O capítulo encerra com uma abordagem ao planeamento turístico e à competitividade, num cenário de sustentabilidade turística.

O quarto capítulo aborda as perceções e atitudes dos residentes face ao turismo. Destaca-se a relevância dos residentes no processo de desenvolvimento de um destino turístico e os modelos de avaliação das suas perceções e atitudes face ao turismo. Apresentam-se os principais impactos do turismo percecionados pelos residentes, evidenciados na literatura, os quais suportam os objetivos da presente investigação. Por último, desenvolve-se um modelo conceptual que tem como principal objetivo analisar as relações existentes entre: (a) a perceção dos residentes dos impactos (positivos e negativos) do turismo e a sua satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e (b) a satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo e a sua atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

O capítulo cinco descreve a metodologia seguida na aplicação empírica. Começa por descrever o território da investigação, enquadrando-o geograficamente, caraterizando-o socioeconomicamente e destacando o seu potencial turístico. De seguida, descreve-se o objeto de estudo com pormenor, o universo e define-se a amostra final. Complementarmente apresenta-se o instrumento de análise e os métodos usados na análise dos dados, análise

estatística univariada e multivariada e o modelo de equações estruturais, com vista à obtenção de resultados.

O sexto capítulo analisa e discute os resultados obtidos na análise empírica tendo em atenção os ensinamentos colhidos na revisão da literatura. O capítulo começa pela caraterização da amostra final e prossegue com a discussão dos resultados relativos (1) ao conhecimento e proximidade do turismo, (2) à perceção dos impactos do turismo, (3) à satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e (4) às atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável. Apresenta-se ainda os resultados da estimativa e avaliação do modelo de investigação aplicado e confirma-se/infirmar-se as hipóteses de investigação.

O capítulo sete apresenta as conclusões finais da investigação. Este último capítulo retoma e procura responder às questões da investigação e apresenta um conjunto de recomendações para que o turismo seja motor de desenvolvimento sustentável da região das Beiras e Serra da Estrela. Termina descrevendo os contributos e as limitações da investigação e as sugestões para futuras investigações.

Capítulo 2

Paradigmas e Desafios do Desenvolvimento Regional

Nota introdutória

Este capítulo é dedicado à investigação teórica dos paradigmas e desafios do desenvolvimento regional. Apesar da investigação teórica em torno do desenvolvimento e das díspares formas de redistribuição da riqueza ter muitos anos de história, só depois da II Guerra Mundial, durante um período de forte expansão económica, se tornaram evidentes as divergências de desenvolvimento que existiam entre países e as regiões que os constituem. Desde então, o desenvolvimento espacial de âmbito regional assumiu maior destaque e dinâmica, sendo que as questões relativas ao desenvolvimento passaram a ser analisadas e discutidas com maior ênfase e sob diversas perspetivas ou enfoques. Na verdade, a desigualdade persistente na distribuição do bem-estar entre os países e as regiões tem sido uma fonte de preocupação quer para os políticos e investigadores, quer para o cidadão comum (Capello e Nijkamp, 2009).

Face à atualidade, relevância e pertinência do tema, a primeira seção, do presente capítulo, aborda a evolução do conceito de desenvolvimento, resultante da multiplicidade de teorias e modelos de desenvolvimento que decorrem de experiências e vivências de investigadores em contextos sócio-espaciais e temporais distintos. Apesar da abordagem ao conceito de desenvolvimento ter passado, ao longo do tempo, por um processo evolutivo de aperfeiçoamento, ainda hoje, não existe uma definição universalmente aceite. Tratando-se de um conceito subjetivo e controverso apresenta-se a conceção de desenvolvimento defendida nesta investigação.

Exposta a evolução do conceito de desenvolvimento, são abordados os principais paradigmas espaciais do desenvolvimento. Para cada paradigma é referido o conceito de desenvolvimento dominante, as principais ideias que o sustentam e as políticas de desenvolvimento implementadas. De seguida, é feita uma referência aos desafios e forças determinantes do desenvolvimento, num contexto marcado pela globalização e pela instabilidade quase contínua. Por último, aborda-se o desenvolvimento territorial integrado, fazendo-se alusão às componentes que uma estratégia de desenvolvimento completa deve integrar. Apesar dos obstáculos ao desenvolvimento territorial integrado destacam-se, por um lado, as razões que determinam o protagonismo dos territórios e das suas regiões e, por outro, a necessidade de os mesmos se diferenciarem e de assumirem a sua própria identidade, pondo à prova as suas capacidades de desenvolvimento sustentável, num contexto de globalização.

2.1 Desenvolvimento: um conceito em evolução

Adam Smith publicou, em 1776, a obra "A Riqueza das Nações" na qual estudou a formação da riqueza de uma nação e fez despontar o conceito de crescimento económico (Smith, 2006). Deste então, a temática do crescimento e do desenvolvimento, dois conceitos com relações estreitas entre si, têm sido objeto de muitos estudos nas mais diversas áreas científicas que, por sua vez, conduziram a novos conceitos, a configurações de novas estratégias de desenvolvimento e ao gizar de novas medidas políticas para a implementação dessas estratégias.

Nesta linha de raciocínio é fundamental o conhecimento do contexto social, económico e histórico, de uma dada época, para melhor compreender a trajetória evolutiva do próprio conceito de desenvolvimento. Embora inicialmente o conceito de desenvolvimento estivesse ligado apenas às questões meramente económicas, ao longo do tempo têm vindo a alargar as suas preocupações aos aspetos qualitativos do próprio desenvolvimento, razão pela qual, atualmente, além dos aspetos económicos, o conceito abrange também as dimensões ambiental e sociocultural, um conceito bem mais completo e complexo.

O conceito de desenvolvimento económico e social está intimamente associado à perspetiva regional. Numa proposta de sistematização da evolução teórica da economia regional, Cavalcante (2008) identificou, no período de 1826 a 1956, a corrente teórica, que denominou como "Teórica Clássica de Localização", teoria esta que teve início com o modelo de Von Thünen (1826), que evoluiu com os trabalhos de Alfred Weber (1909), Waltwer Christaller (1933), Auguste Lösch (1940) e que terminou com Walter Isard (1956) (Cavalcante, 2008). Com o contributo destes autores, nesse período, a evolução teórica em torno do desenvolvimento centrou-se no estudo dos fatores que determinam a localização e a organização espacial das atividades económicas e, também, na identificação dos fatores de crescimento regional (Silva, 2008).

No quadro do pensamento clássico, "distância e área" são fatores que justificam as diferentes localizações de atividades económicas no espaço, elemento este que foi inicialmente interpretado como um elemento passivo por não ser por si próprio produtor de uma dinâmica, "mas somente o lugar de localização das actividades económicas" (Vaz, 2003:189). Assim, ao não procurar retirar o melhor partido do espaço em si, mas a melhor distribuição possível das pessoas e das atividades no espaço, as teorias clássicas de localização não conseguiram enquadrar, de forma metódica, os problemas da escolha ótima da localização das atividades económicas com os problemas do desenvolvimento económico (Vaz, 2003). Porém, apesar das suas limitações, estas teorias em muito contribuíram para a ciência regional e para a definição do próprio conceito de desenvolvimento.

Na segunda metade do século XX, verificou-se uma mudança na evolução teórica do desenvolvimento e crescimento. A mesma esteve associada "a todo um contexto político e socioeconómico de mudanças profundas marcado por três períodos distintos: um de crescimento (entre 1945 a final dos anos sessenta); um de crise (durante os anos de 1970) e, por último, na atualidade, marcado por um período de inquietação e incerteza, onde domina a questão da globalização" (Silva, 2008:12). Ao longo destes três períodos, o conceito de desenvolvimento foi-se alterando, alargando-se e tornando-se mais completo e complexo.

O primeiro período está associado ao paradigma funcionalista do desenvolvimento, e dele emerge a difusão espacial do desenvolvimento. O segundo está associado ao paradigma territorialista, e com ele desenvolveu-se o conceito de desenvolvimento endógeno. No terceiro período, o período da globalização, emerge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Aydalot (1985) refere que durante o primeiro período, o desenvolvimento foi encarado como um conjunto de mutações quantitativas nas variáveis produto e rendimento, sendo o desenvolvimento económico associado exclusivamente ao crescimento económico e à acumulação de riqueza. O principal indicador do crescimento habitualmente considerado era a taxa de crescimento do produto *per capita*, assumindo-se, segundo Lima (2008: 28) que "à medida que o produto crescia, a capacidade produtiva da economia evoluía no mesmo sentido e, desde que a produção crescesse mais do que a população dessa economia, existiria desenvolvimento, como consequência inevitável desse processo de crescimento." Ao se utilizar o Produto Interno Bruto (PIB), para além, de não ser considerada uma medida correta do desenvolvimento, era dada pouca importância aos benefícios desse crescimento e à própria composição do próprio produto (Ray, 1998).

A principal crítica apontada às estratégias dominantes no paradigma funcionalista do desenvolvimento, advém do facto de o desenvolvimento não poder ser reduzido unicamente ao crescimento, expresso em termos puramente quantitativos. Como referido por Sachas (1986, citado em Santos e Baltazar, 2005: 3), o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma, é suficiente para que se verifique desenvolvimento. Enquanto o crescimento pode ser definido como o acréscimo estável de uma variável económica (o PIB), no desenvolvimento estão explícitas alterações estruturais que conduzem a uma avaliação qualitativa da sociedade, isto é, o desenvolvimento implica mudanças económicas e sociais na sociedade (Thirlwall, 2006).

Apesar de desenvolvimento e crescimento serem conceitos distintos, as relações entre eles são muito fortes e estreitas (Diniz, 2010), pois ambos "partilham o mesmo objetivo principal – a promoção do bem-estar das populações através da criação de riqueza – porém, são díspares no que se reporta à forma e aos meios utilizados para o alcançar" (Vareiro, 2008: 5). Enquanto o crescimento "utiliza a produção como um elemento quase ditatorial em relação

aos seus objectivos, o desenvolvimento, embora tenha, obviamente, objectivos de progresso económico, dá particular atenção a aspectos de qualidade (qualitativos), nomeadamente: de vida, de ambiente, de bem-estar, de preservação e utilização racional de recursos, muitas vezes à custa de uma evolução menos positiva do PIB" (Rosado, 1997, citado em Vareiro, 2008: 6).

Entretanto, constatou-se que nem sempre o crescimento económico se traduzia na melhoria das condições de vida das populações e que os seus benefícios não eram distribuídos de igual forma pelas populações, o que culminou na mudança da abordagem ao conceito de desenvolvimento. Segundo Boisier (2001: 2), "o economista britânico Dudley Seers provocou nos finais dos anos sessenta uma verdadeira revolução em matéria de desenvolvimento com a publicação de um artigo sobre o significado de desenvolvimento", sendo um dos primeiros investigadores a provar que o conceito de desenvolvimento é subjetivo e que deveria incorporar outros fatores para além dos económicos (Seers, 1963). Nesse sentido, Seers (1979) propõe que no conceito de desenvolvimento fossem incluídos alguns juízos de valores referindo que o propósito do desenvolvimento é a redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego, o que dai decorre o questionamento sobre as condições necessárias para a realização do potencial da personalidade humana.

Na década de 1970, surge um conceito de desenvolvimento assente em duas ideias fundamentais: a ideia do local e do endógeno. Nesta perspetiva é fundamental a mobilização do potencial endógeno de cada região, o qual "abrange um leque muito variado de elementos, tais como a integração e mobilização da população e das estruturas sociais e políticas de cada território, as sinergias geradas pela cooperação social desses diferentes atores sociais, a partilha de práticas sociais vividas historicamente no processo de construção da territorialidade ou a existência de comportamentos inovadores" (Silva,2008a: 17).

Segundo Capello e Nijkamp (2009: 297) "o desenvolvimento, de facto é, por definição endógeno", e ele depende fundamentalmente da organização concentrada do território, no qual está embutido um sistema socioeconómico e cultural cujas componentes determinam o sucesso da economia. As componentes do sistema socioeconómico e cultural são a capacidade empreendedora, os fatores de produção, as competências relacionais dos agentes locais para gerar aquisição de conhecimento e uma capacidade de tomada de decisão que permita que os agentes locais orientem o processo de desenvolvimento quando ele está a sofrer mudanças e o enriqueçam com informação externa e conhecimentos de forma "a aproveitá-lo para o processo geral de crescimento e para a transformação social, cultural e tecnológica da economia mundial" (Capello e Nijkamp, 2009: 297).

De acordo com Vázquez-Barquero (2005), o desenvolvimento endógeno obedece a uma visão territorial dos processos de crescimento e de mudança estrutural que se apoia na hipótese de que o espaço não é um mero suporte físico dos recursos, das atividades e dos processos

económicos mas, antes, um agente de transformação social. Cada território "liga-se ao sistema de relações económicas, nacionais e internacionais, em função da sua especificidade territorial, da sua identidade económica, tecnológica, social e cultural" (Vázquez-Barquero, 2005: 143-144). Face ao conceito de desenvolvimento dominante, nesta época surgem um conjunto de iniciativas de desenvolvimento, com princípios completamente diferentes das, até então, predominantes: desencadeadas não de cima para baixo mas, sim, a partir da base e ajustadas às capacidades endógenas das regiões.

Nos finais do século XX, fruto dos graves problemas ambientais existentes, o conceito de desenvolvimento ganhou novo enfoque, emergindo o conceito de desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, define-o como o desenvolvimento que ambiciona satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (WCED, 1987). Pearce e Barbier (2000) referem que esta noção de desenvolvimento se trata de um "desenvolvimento que perdura. Boutros-Ghali (1995), na qualidade de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou "*An Agenda for Development*" que enumera e descreve as cinco dimensões do desenvolvimento - paz, crescimento económico, ambiente, justiça social e democracia.

Face ao exposto, ao longo do tempo, o próprio conceito de desenvolvimento passou por um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores, com estes mesmos valores a serem o centro de todas as controvérsias (Colman e Nixson, 1983) dado que, normalmente, os valores são diferentes de sociedade para sociedade, diferenças que levam a que ainda hoje não exista uma definição de desenvolvimento aceite universalmente. Assim, o conceito de desenvolvimento afirma-se como um conceito com alguma subjetividade, elemento que torna mais complexas as investigações sobre esta temática.

Contudo, a definição de desenvolvimento subjacente a esta investigação é a de um "Desenvolvimento Territorial Endógeno e Sustentável". A noção de desenvolvimento territorial compreende "um processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada" (DGOTDU, 2011: 9). Defende-se um desenvolvimento endógeno porque este envolve a noção de um processo de desenvolvimento que depende, principalmente, da mobilização dos recursos internos desse mesmo território. Os recursos endógenos englobam os recursos naturais, as matérias-primas, as competências, o conhecimento e a capacidade de inovação, as produções locais específicas, ou seja, a agricultura, a floresta, o artesanato e a indústria local, para além de outros fatores de atração para a economia turística e residencial como as condições climatéricas, o património natural, arquitetónico, etnográfico, gastronómico e cultural, entre outros (DGOTDU, 2011). Assim, como Capello e Nijkamp (2009), postula-se um desenvolvimento endógeno onde as especificidades locais, os bens materiais e imateriais

(conhecimentos e mecanismos de aprendizagem) se tornam elementos estratégicos fundamentais em que assenta a competitividade das regiões.

Defende-se, igualmente, um desenvolvimento sustentável, porque se entende que o desenvolvimento "não é apenas uma questão de concorrência regional para a utilização de recursos escassos, mas também uma questão de criar as condições ambientais para a criação e uso de riqueza sustentável" (Capello e Nijkamp, 2009: 293). A sustentabilidade relaciona-se com a necessidade de o desenvolvimento ser perene no longo prazo, isto é, os benefícios resultantes das políticas de desenvolvimento devem perpetuar-se a longo prazo. Ao não abarcar apenas os aspetos económicos do desenvolvimento, mas também a sustentabilidade - económica, social, ambiental e cultural - ou seja, dimensões de natureza qualitativa que nem sempre são fáceis de medir, o conceito de desenvolvimento subjacente a esta investigação tem um caráter abrangente.

Á semelhança de Lopes (2001) entende-se que num processo de desenvolvimento importa o todo – ou seja, o país – mas também as partes – as regiões. Por outras palavras, o processo de desenvolvimento deve estudar as redes de relações entre as partes e o todo, bem como a rede de relações dentro de cada uma das partes. Só é possível um "Desenvolvimento Territorial Endógeno Sustentável" quando se atende à diversidade das situações internas, isto é, às especificidades dos territórios, mas nunca descurando as inter-relações existentes entre o todo e as partes.

Face ao exposto, existe plena convicção de que um processo de desenvolvimento baseado nas capacidades intrínsecas da comunidade local (atores económicos, políticos e civis) na liderança do seu próprio desenvolvimento territorial, e que atenda à valorização dos recursos endógenos e aos princípios da sustentabilidade (económica, sociocultural e ambiental), isto é, um desenvolvimento territorial endógeno e sustentável é a solução para a diminuição das assimetrias de desenvolvimento existentes, nos diferentes níveis espaciais.

2.2 Paradigmas espaciais do desenvolvimento

Para Diniz e Gerry (2009: 520), "a ciência regional surgiu como resultado específico do processo de modernização que teve início nos primeiros anos da segunda metade do século XIX." Desde então, têm sido desenvolvidos grandes esforços, no sentido de identificar as características particulares e estruturantes de determinados espaços, de interpretar as assimetrias em termos dos níveis de desenvolvimento, bem como de criar mecanismos que levem à eliminação das mesmas.

Segundo Ferrão (1995), a evolução conceptual do desenvolvimento regional, fortemente associada a contextos socioeconómicos bem definidos, ficou marcada por uma fase de crescimento acentuado após o fim da Segunda Guerra Mundial, que se prolongou até aos anos

60; depois, durante os anos de 1970, evoluiu para uma fase de crise e, atualmente atravessa uma fase de turbulência. Essa evolução marcou a existência de três gerações de paradigmas de referência – o Paradigma Funcionalista, o Paradigma Territorialista e o Paradigma Inter--territorialista - responsáveis por outras tantas gerações de políticas de desenvolvimento regional (Ferrão, 1995).

Desenvolvidos em contextos socioeconómicos próprios, cada um dos paradigmas do desenvolvimento tenta impor-se ao pensamento dominante da geração anterior, através da formulação de teorias e políticas de desenvolvimento e da consideração de elementos territoriais com algumas diferenças. Apesar de no plano teórico existir uma oposição clara entre as sucessivas gerações de paradigmas, na prática, a situação é diferente, uma vez que cada paradigma não é estanque e, além disso, contínua a influenciar, mesmo para além do que seria o seu período de vida normal (Ferrão, 1995).

2.2.1 Paradigma funcionalista e a difusão espacial do desenvolvimento

No período pós Segunda Guerra Mundial, as mudanças políticas e estratégicas ocorridas nos países mais desenvolvidos e os problemas dos países subdesenvolvidos, puseram em evidência as questões económicas e o papel dos economistas. Assistiu-se a um crescimento económico, sem precedentes, os países mais desenvolvidos apresentaram elevadas taxas de crescimento do PIB *per capita*, das exportações, da produtividade e do *stock* de capital.

O dinamismo verificado nas economias mais desenvolvidas explica-se pelo modelo fordista, segundo o qual uma organização eficiente dos fatores capital e trabalho permite ampliar o processo de modernização da empresa, levando ao crescimento da produtividade, com reflexos diretos na produção. O modelo de crescimento prevalecente, caraterizado pela produção em massa e em grandes áreas urbanas, defendia que o investimento se devia fazer sobretudo em determinados setores mais produtivos, assistindo-se a modificações nas estruturas produtivas, traduzidas na redução do setor primário e numa expansão do sector industrial da economia.

Contrariamente ao forte crescimento verificado nos países mais desenvolvidos, os países do Terceiro Mundo viram agravar substancialmente os seus problemas económicos estruturais. A constatação de que as disparidades entre países e regiões se ampliaram fez com que o interesse pelas questões do desenvolvimento regional viesse para a ribalta (Benko, 1999a). A problemática dos desequilíbrios regionais foi objeto de um crescente debate, sob o ponto de vista teórico e sob o ponto de vista da aplicação das distintas políticas, ficando a década de 1960 assinalada pela afirmação das teorias de desenvolvimento regional (Cuadrado-Roura, 1995).

No quadro das teorias clássicas de localização, o espaço era considerado um elemento passivo, não indutor de uma dinâmica própria, mas antes o local de localização das atividades

económicas (Lopes, 2001; Vaz, 2003). Nesta perspetiva, procura-se apenas encontrar a melhor distribuição possível quer para as pessoas quer para as atividades económica sem ter a preocupação de tirar o melhor proveito do espaço em si. Esta conceção do espaço permaneceu no pensamento teórico, subjacente às políticas de desenvolvimento regional, no período após Segunda Guerra Mundial, momento em que predominou o paradigma funcionalista.

Neste paradigma, a noção de espaço fica ligada à implementação, pela ação do homem, de atividades económicas, ou seja, o uso e a transformação do espaço decorrem da sua consideração como suporte de atividades. A localização das atividades decorre da sua diferenciação com base na dotação dos fatores produtivos (naturais, capital e trabalho) e, ainda, do gasto decorrente do transporte. O território, entendido como a base física para a implementação das estratégias de desenvolvimento, é valorizado em função da sua especialização.

Segundo Lopes (1999), um dos desafios fundamentais na análise do desenvolvimento regional é a necessidade de uma expressão quantitativa e qualitativa que assegure a presença da própria dimensão espacial. No paradigma funcionalista, os processos de promoção do desenvolvimento, assentes na localização das atividades económicas, apenas integram preocupações com os gastos que a localização pode representar para as atividades económicas, não integrando qualquer preocupação com as especificidades sociais e culturais de cada local. Ao subalternizar os aspetos estruturais do desenvolvimento, nomeadamente os sociais e ambientais, este paradigma valoriza uma visão economicista do desenvolvimento (Santos, 2009a), visão essencialmente materialista que, segundo Vaz (2003: 189) "embora a promoção do desenvolvimento esteja assente na localização, o objetivo desse desenvolvimento é o crescimento económico."

A teoria dominante considera central a ideia de que o desenvolvimento económico é sinónimo de crescimento e que um país em crescimento está em desenvolvimento (Ferrão, 1995). O processo de desenvolvimento, para além de ser concomitante com o de crescimento, é progressivo, irreversível, homogeneizante e promovido por certos agentes económicos a partir de determinadas localizações.

Nesta linha de pensamento, o desenvolvimento é progressivo porque, numa fase inicial, não ocorre de forma igual em todo o espaço, podendo mesmo existir grandes disparidades ao nível da sua repartição territorial. Esse processo de desenvolvimento começa numa determinada área geográfica, nos sectores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados e só depois se expande aos outros setores de atividade e consequentemente ao resto do território (Silva, 2008). Trata-se de um desenvolvimento *top-down* em que a sua manifestação espacial se reflete no conceito de crescimento centrado. O desenvolvimento é induzido pela procura externa e por impulsos de inovação que, a partir de determinados sectores mais dinâmicos ou

de espaços geográficos particulares, levam à difusão espacial do desenvolvimento. O desenvolvimento radica numa perspetiva marcadamente polarizada e sectorial, na medida em que as estratégias de desenvolvimento são de natureza predominantemente industrial e urbana, de capital intensivo e enquadradas em grandes projetos (Stöhr e Taylor, 1981a).

O processo de desenvolvimento é homogeneizante, uma vez que pode ser adotado por qualquer nação do mundo (Mendes, 2004). As regiões são tratadas como análogas e, como consequência, uma solução para um espaço serviria como solução para outro qualquer espaço. O desenvolvimento é orientado para a redistribuição espacial da atividade económica e para a redução das diferenças regionais dos níveis de rendimento *per capita* (Vázquez--Barquero, 2007).

A população local não está capacitada para desencadear um processo de desenvolvimento, existindo a convicção de que qualquer processo de crescimento económico será possível através de um processo de "cima para baixo", sendo o desenvolvimento passível de se difundir no espaço. Ao valorizar-se uma força exógena a instalar-se nas regiões para se desenrolar um processo de desenvolvimento, isto é, através de recurso e de estratégias exógenas às economias locais, está-se a excluir os setores fundamentais da sociedade, nomeadamente a sociedade civil.

O desenvolvimento regional apresenta-se hierarquicamente dependente das grandes metas macroeconómicas e do crescimento global (Amaro, 1991). As estratégias de polarização económica ignoram os aspetos políticos, sociais e culturais, de cada território, considerando que os seus mecanismos de transmissão se reproduzem a qualquer nível espacial, independentemente das especificidades intrínsecas de cada território. O carácter a-espacial do processo de inovação é uma das críticas apontadas às abordagens estratégicas de desenvolvimento do paradigma funcionalista. As empresas multinacionais, que dominam a produção, têm uma ligação reduzida com o local de implantação, ficando as opções de desenvolvimento local dependentes da política de atração de investimento estrangeiro (Dunford, 1994). Os investimentos realizados, ao não terem em conta as necessidades e as especificidades dos espaços territoriais, contribuem apenas para o desenvolvimento do todo nacional, esquecendo-se, na maioria das vezes, do desenvolvimento local.

Na conceção do desenvolvimento defendida pelos funcionalistas impera a ideia que o desenvolvimento económico é sinónimo de crescimento ignorando a noção de espaço e os impulsos de desenvolvimento são, sobretudo, externos à região. A Tabela 2.1 apresenta as principais características do paradigma funcionalista, enquanto processo de difusão espacial do desenvolvimento.

Tabela 2.1 – Paradigma funcionalista e a difusão espacial do desenvolvimento

- O espaço é um elemento passivo que não é, por si próprio, produtor de uma dinâmica, mas somente o lugar de localização das atividades económicas;
- Os impulsos de desenvolvimento são, sobretudo, de carácter externo às regiões;
- O desenvolvimento é encarado como um processo faseado ao longo do tempo que implica a transformação de uma economia tradicional com atividades essencialmente agrícolas e artesanais numa economia industrializada com níveis mais elevados quer de rendimento *per capita* quer de produtividade;
- O desenvolvimento é homogeneizante, postula uma convergência económica entre países com dinâmicas marcadamente diferentes;
- O processo de desenvolvimento, uma vez desencadeado, é irreversível e progressivo;
- Os esforços de investimento são direcionados, sobretudo, para alguns setores mais rentáveis e em regiões mais desenvolvidas;
- O desenvolvimento é, essencialmente, urbano-industrial e procura maximizar as economias de escala externas;
- As políticas seguem uma estratégia de «cima para baixo».

Fonte: Adaptado de Julião (2001), Mendes (2004) e SO (1990).

Segundo Maillat (1995a) e Cuadrado-Roura (1995), o paradigma funcionalista está associado à primeira geração de políticas de desenvolvimento regional. Num cenário de crescimento das economias mais desenvolvidas, o que facilita a execução de políticas redistributivas, defendeu-se uma intervenção mais ativa do Estado, passando este a assumir económica e socialmente um papel mais ativo, na tentativa de conciliar um maior equilíbrio social com as exigências do crescimento económico. As políticas de desenvolvimento baseadas numa lógica funcional predominaram entre a II Guerra Mundial e a crise petrolífera da década de 70 (os chamados 30 anos gloriosos).

Induzidas pela intervenção do Estado e sob a influência dos princípios Keynesianos, as principais políticas assentam, fundamentalmente, em investimentos públicos dirigidos para o tecido produtivo (criação de empresas e/ou participação no capital de empresas privadas), em ajudas financeiras aos setores menos competitivos, na captação de investimentos externos às regiões e em investimentos públicos em infraestruturas e na área dos transportes. Crentes do efeito da livre circulação dos fatores produtivos, as políticas regionais procuram eliminar os obstáculos à livre circulação dos fatores produtivos, bem como criar suportes que facilitem a sua mobilidade espacial.

Com a aplicação de políticas redistributivas, "o principal objetivo do Estado é intervir de forma que o crescimento seja distribuído de forma equilibrada pelos vários grupos, atividades e espaços, diminuído os desequilíbrios regionais" (Ferrão, 1995: 21). Porém, os críticos da execução de políticas redistributivas chamam à atenção para o facto de esta forma de atuação não contribuir para o desenvolvimento regional, mas para o agravamento da dependência das regiões mais desfavorecidas (Maillat, 1995a). Com um estado centralizador, impondo políticas *top down*, defendendo uma função redistributiva com base numa política

de impostos, em relação às regiões e às empresas menos favorecidas, a autonomia regional e local não é reconhecida (Rosa, 2002).

Segundo Santos (2009a: 219) as "políticas regionais tradicionais geraram as condições do seu próprio insucesso" porque atenderam a fatores que, embora importantes, não são vitais para promover as bases do crescimento e do desenvolvimento económico. Assim, Santos (2009a: 219) refere que "as disparidades espaciais nos níveis de vida, num elevado número de países desenvolvidos, ao invés de diminuírem, por via da aplicação de políticas regionais, aumentaram".

Ainda na perspetiva de Santos (2009a: 218) os problemas "analisados no quadro da análise regional, em particular no quadro da polarização, trouxeram consigo os germes de um pensamento territorialista, em que a persistência de desequilíbrios regionais, a par da persistência de desigualdades a nível mundial" levou à constatação de que os resultados das políticas regionais ficaram muito aquém daquilo que era esperado. Efetivamente, "a persistência das desigualdades regionais foi o elemento de partida para a crítica da perspetiva difusionista do desenvolvimento regional (Cabugeira, 2000: 116).

2.2.2 Paradigma territorialista e o desenvolvimento endógeno

A partir da década de 1970, toma-se consciência que as estratégias de desenvolvimento a implementar não deveriam orientar-se pelo modelo de desenvolvimento até então predominante. A persistência das desigualdades nos níveis de desenvolvimento e, em paralelo, um cenário de crise que inibia o crescimento e necessariamente a sua difusão, tornou necessária uma mudança conceptual sobre a promoção do desenvolvimento (Santos e Baltazar, 2005).

Num contexto macroeconómico marcado pela subida geral dos preços dos fatores de produção, uma elevada taxa de desemprego e uma desaceleração da taxa de crescimento do produto, a crise económica colocou técnicos, políticos e a opinião pública em geral perante a realidade da escassez de recursos, das desigualdades sociais, dos desequilíbrios territoriais na distribuição da riqueza e do perigo da dependência externa face aos fatores de produção e centros de decisão. Impunha-se promover o desenvolvimento regional e os espaços periféricos, com problemas estruturais de desenvolvimento (Santos, 2009a). Este quadro contribuiu naturalmente para a formação de uma nova cultura política, marcada pela apologia do descentralismo, pela participação das bases, pelo reforço da consciência ecológica e regional e pela preocupação social" (Feio, Carranca e Henriques, 1991: 409).

Dada a insatisfação relativamente às teorias até aqui existentes, que eram suporte das políticas de desenvolvimento regional, os modelos de desenvolvimento regional de base exógena foram colocados em causa. Assim, desenvolveu-se uma nova reflexão sobre o papel do desenvolvimento regional num novo quadro conceptual e passou a analisar-se a questão do

desenvolvimento de forma completamente diferente, a ser dominante a ideia de que não basta haver crescimento para haver desenvolvimento (Ferrão, 1995). Os primeiros contributos teóricos verdadeiramente marcantes desta nova abordagem territorialista das teorias de desenvolvimento regional devem-se a John Friedman e Clyde Weaver (1979), que adotaram a designação de *territorialista*, bem como a Walter Stöhr e Fraser Taylor (1981) (Santos, 2009a).

Para Cabugueira (2000: 120) "o verdadeiro ponto de partida dos territorialistas é a crítica de uma perspetiva de desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas, entendidas como sendo exteriores às estratégias dos atores e aos factos culturais associados aos diferentes meios." A Europa e suas regiões vivem uma profunda crise, pelo que se revela difícil promover o desenvolvimento de umas regiões em função de outras regiões (Ferrão, 1995). Não havendo crescimento, "o problema da distribuição passou a ser substituído pela criação de recursos, em que se admite que alguns sistemas produtivos localizados (não centrais) são capazes de desenvolver e criar recursos específicos sem estarem à espera da redistribuição do crescimento por parte das regiões economicamente mais desenvolvidas" (Vaz, 2003: 203). O crescimento passou a ser determinado endogenamente e o desenvolvimento passou a ser olhado de "baixo para cima".

A abordagem territorialista centra-se na ideia de que o processo de desenvolvimento tem de ser desencadeado pela mobilização, valorização e articulação dos recursos, abandonando-se a ideia do anterior paradigma, em que o crescimento era arrastado por forças externas. As novas abordagens focaram o desenvolvimento no potencial próprio de cada território, passando-se de uma conceção exógena do desenvolvimento para uma conceção endógena, própria dos modelos territorialistas (Alberto, 2008). A questão chave para o desenvolvimento de uma região deixa de ser a atratividade em termos de investimento externo dessa região, para passar a centrar-se nas condições e nas capacidades internas de cada território em que o processo de desenvolvimento parte das potencialidades de cada região, estando o desenvolvimento e a região intimamente relacionados (Santos e Baltazar, 2005). Na opinião de Oliveira e Lima (2003: 32), "o impulso da formulação e execução do desenvolvimento deve ser originado nas respetivas comunidades" e atender às especificidades locais, nomeadamente às institucionais e de natureza cultural e social. O desenvolvimento processado de "baixo para cima", assume como base o desenvolvimento pleno das potencialidades das populações locais, inseridas num território e o espaço passa a ter um papel central no processo de desenvolvimento (Stöhr e Taylor, 1981a).

Segundo Stöhr (1984), no paradigma do desenvolvimento funcionalista diversas dimensões territoriais são negligenciadas, designadamente a identidade de cada região, a capacidade de decisão de cada região e as suas características estruturais. Conforme sublinha Lopes (2001: 23), por um lado, o "espaço tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição económica, tem uma definição social" e, por outro, o "desenvolvimento como

fim último impõe a organização do espaço como um objetivo e pode servir-se do crescimento como um dos meios" (Lopes, 2001: 284).

Para os territorialistas o espaço deixou de ser considerado apenas como o suporte físico das atividades e passou a ser mais valorizado no âmbito de territórios, bem como as relações deste com os indivíduos, com as organizações, com o meio ambiente e com a cultura. Com esta nova conceção de desenvolvimento a variável espaço começa a configurar-se como variável estratégica de desenvolvimento (Santos, 2009a), um "espaço vivido", exponenciado na sua componente social, em que os recursos são todos aqueles que são mobilizáveis pelos atores (Santos e Baltazar, 2005). Assim, o território passou a ser considerado como um recurso específico, resultado de um processo coletivo de construção histórica e cultural (Ribeiro e Santos, 2005; Maillat, 1995b), erigindo-se, em definitivo, à categoria de sujeito ativo de desenvolvimento.

Uma das principais críticas ao conceito de desenvolvimento economicista e funcionalista, bem com às políticas alicerçadas nesta conceção radica na desvalorização dos aspetos qualitativos, culturais, sociais e ecológicos do desenvolvimento, e na necessidade da sua articulação com o espaço (Lopes, 2001; Stöhr, 1990). Conforme Cabugueira (2000: 120), "a região não é apenas uma partição tecnicamente justificada de um território nacional, mas uma unidade de sentido definida pela existência de laços de pertença". Assim, segundo Santos (2009a: 220), "da percepção dos diferentes espaços territoriais como recetores de estratégias produtivas alheias e exteriores tende-se para uma configuração que os encara, também como atores fautores da sua própria trajetória de desenvolvimento, de acordo com uma racionalidade específica de organização social e económica."

O novo conceito de desenvolvimento, apoiado pelo paradigma territorialista, para muitos, uma promessa de um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo anterior, é o resultado dos progressos da Ciência Regional que decorreram nas décadas de setenta e oitenta, do século passado. Para Vázquez-Barquero (2002), o desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento económico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar o seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população. O conceito de desenvolvimento endógeno-local valoriza as potencialidades dos territórios carentes de desenvolvimento em que se pretendem estimular ações transformadoras. Segundo este mesmo autor, quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e de liderar o processo de mudança estrutural, aborda-se o desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, o desenvolvimento endógeno (Vázquez Barquero, 2002a). A Tabela 2.2 apresenta as principais ideias intrínsecas ao paradigma territorialista.

Tabela 2.2 – Paradigma territorialista e o desenvolvimento endógeno

Caraterísticas	Implicações
Primazia do particular e do específico	• Reconhece que cada região tem potencialidades e problemas próprios; • Define o desenvolvimento como um processo múltiplo vindo "de baixo para cima", e não como resultado de políticas centralizadas e uniformes; • Perspetiva o desenvolvimento como um processo que se baseia na ação dos atores locais e na valorização dos recursos endógenos.
Predominância da ação e da auto-organização dos atores locais	• Valoriza os atores locais no processo de desenvolvimento; • Reforça as estratégias de informação, de formação e de comunicação; • Coordena as iniciativas e projetos dos atores locais, numa perspetiva de interação e sinergia; • Promove as estratégias de auto-organização dos atores em torno de iniciativas, empreendimentos e projetos comuns ou convergentes.
Valorização dos recursos qualitativos locais	• Estimula prioritariamente a qualificação profissional, a investigação e a inovação; • Valoriza a empresa e o espírito de empreendimento, de risco, de experimentação, de avaliação e de acompanhamento das ações e das iniciativas; • Enfatiza as relações interativas, isto é, as redes, comunicações, informação.
Perspetiva do desenvolvimento como um processo participativo e negociado	• Transfere o poder do nível central para o nível regional; • Aumenta a capacidade de iniciativa, de organização e de representação da coletividade face aos puderes públicos; • Cria hábitos e práticas de partenariado, de cooperação contratual entre os parceiros locais em torno de projetos comuns.

Fonte: Adaptado de Cabugueira (2000), Marques (2008) e Nóvoa et al. (1992).

Como sublinha Vázquez-Barquero (2002), o processo de globalização molda e dá sentido ao conceito de desenvolvimento endógeno. Com o fortalecimento do comércio mundial passou-se a discutir uma nova forma de desenvolvimento, que não seja pura e simples importação de modelos de crescimento económico dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos e regiões periféricas (Vázquez-Barquero, 2002a). O facto de o processo de globalização se apresentar cada vez mais forte e desigual nos diferentes espaços, faz com que o conceito de desenvolvimento territorial endógeno e sustentável tenha vindo a amadurecer e que, em simultâneo, se desenvolvam novas orientações nas políticas regionais (Vázquez--Barquero, 2002).

As alterações macroeconómicas verificadas, isto é, as novas condições de funcionamento da economia tornam ineficazes os velhos esquemas de intervenção no território (Cabugueira, 2000). As políticas funcionalistas centram-se numa excessiva dependência face à procura externa, desprezando a procura interna, com a consequente desvalorização dos recursos internos de cada região (Stöhr, 1984; Mendes, 2004). Por outro lado, a afetação dos recursos,

de cariz setorial, não é feita regional e/ou localmente, mas sim por níveis de decisões político-económicas mais amplas (Stöhr, 1990c; Mendes, 2004). Dada a dificuldade em distribuir espacialmente o crescimento, o fracasso de vários projetos desenvolvidos e os impulsos de desenvolvimento de carácter externo às regiões, as políticas redistributivas tiveram a sua própria crise. A aplicação dos instrumentos tradicionais de política regional não produziu os efeitos esperados e assistiu-se, no âmbito do novo paradigma, a uma inversão de valores que conduziu a novas orientações da política regional. Face ao exposto, verificaram--se mudanças no tipo de políticas adotadas pelo Estado e as iniciativas locais, levadas a cabo nesta época, reuniram um conjunto de características que "permitem falar de uma nova política de desenvolvimento (Vázquez-Barquero, 2005: 43). O objetivo das novas políticas regionais passa pela implementação de mecanismos de mobilidade do potencial endógeno.

No paradigma territorialista, a questão fundamental para o desenvolvimento regional deixou de ser a capacidade que as regiões têm para atrair novos projetos e passou a ser a capacidade que as regiões têm para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas (Baptista, 1985; Santos, 2009a). A iniciativa do desenvolvimento deve ter origem local, o desenvolvimento deve ser encarado como a mobilização e valorização dos recursos endógenos alicerçado nas pessoas e nas instituições de cada região (Oliveira e Lima, 2003), impondo que cada território descubra as suas potencialidades, como meio de se promover.

A nova política pôs em evidência os incentivos mais discriminatórios, uma política fiscal menos restritiva, políticas que estimulam a iniciativa empresarial de base local, criando-se assim as condições para tornarem o desenvolvimento regional, de origem local, mais independente das metas macroeconómicas. O Estado deixa de ser o único ator responsável pelo desenvolvimento, passando as estruturas regionais, as instituições e a sociedade civil, em geral, "a deter um papel igualmente importante no desenvolvimento de cada região" (Ferrão, 1995: 24). Assim, as políticas redistributivas, dominantes na abordagem funcional, deram lugar a políticas descentralizadas e ascendentes correspondendo à segunda geração de políticas regionais (Ferrão, 1995; Maillat,1995a). Porém, dada a diversidade territorial, "as políticas de desenvolvimento endógeno são, naturalmente, diferenciadas e dependem de cada situação em concreto" (Vareiro, 2008: 14).

Não existe uma solução única e universal para a implementação de estratégias de desenvolvimento, pois estas têm de estar em conformidade com os distintos contextos espaciais. Comum a todas elas, o princípio base do novo conceito de desenvolvimento, é o uso ou envolvimento dos recursos locais e a necessidade de ligar às condições específicas de ordem sociocultural, históricas e institucionais dos territórios, de forma a dar resposta às necessidades locais. O desenvolvimento passa por uma estratégia onde todos os intervenientes assumem um papel ativo, onde se instituem ações de âmbito local em que os recursos locais são valorizados integrando as várias vertentes do desenvolvimento (Benko,

1999b) As novas estratégias de desenvolvimento potenciam e fomentam a difusão das inovações e do conhecimento nas empresas e na sociedade, sem que seja condição necessária a realização de grandes projetos industriais, trata-se antes de "impulsionar projetos de dimensões adequadas, que promovam a transformação progressiva do sistema económico, introduzindo inovações por todo o tecido produtivo e criando as condições institucionais que favoreçam o desenvolvimento sustentável" (Vázquez-Barquero, 2005: 45).

Como forma de atingir os objetivos traçados pela política de desenvolvimento, nesta época, assiste-se à implementação de medidas que visam o aparecimento do empresariado local, adaptado às novas necessidades nomeadamente ao uso de tecnologias. A solução passou por uma reestruturação do sistema económico e por uma adaptação do modelo institucional cultural e social de cada território (Vázquez-Barquero, 2005). A criação de empresas de base local, normalmente de pequena dimensão, procura dinamizar as relações entre as empresas instaladas e os diferentes setores, organizados em rede, de forma a estimular o conhecimento e a aprendizagem. De acordo com a teoria do desenvolvimento endógeno, dada a diversidade territorial, a otimização dos recursos locais através de rede de empresas é crucial para o desenvolvimento regional. Em muitos países, assiste-se, inclusivamente, à definição de uma política científica e tecnológica de apoio às empresas locais e apela-se a uma reestruturação das estratégias empresariais e uma diferenciação dos fatores de competitividade económica, que surgem nessa época, bem como a um conjunto de iniciativas de desenvolvimento com princípios completamente diferentes dos defendidos até então.

Neste paradigma, nos processos de desenvolvimento, tidos como únicos pela especificidade inerente a cada caso, ocorrem "estímulos de desenvolvimento desencadeados por uma multiplicidade de factores, nomeadamente a mobilização integral dos recursos humanos, naturais e institucionais endógenos, associada a uma forte mobilização da população, assim como das estruturas políticas e sociais e institucionais organizadas numa base territorial" (Santos e Baltazar, 2005: 14).

2.2.3 Paradigma inter-territorialista e o desenvolvimento sustentável

A partir do final da década de 1980, torna-se necessário reequacionar as bases teóricas do desenvolvimento. Dos fatores responsáveis pela ocorrência de alterações nas teorias e políticas de desenvolvimento regional, destacam-se, segundo Tapia (2005):

- Aprofundamento do processo da globalização, que impôs desafios ao modelo de desenvolvimento endógeno;
- Mudanças ocorridas ao nível da política regional europeia, que estimularam o desenvolvimento local através de novas orientações de políticas públicas;
- Ocorrência de problemas ambientais;
- Necessidade de delinear estratégias de desenvolvimento inovadoras e coletivas.

Na «era» da globalização, ambas as perspetivas, a do paradigma funcionalista e a do desenvolvimento endógeno, são radicais não se adequando à realidade vivida uma vez que "a primeira é demasiado economicista e a segunda demasiado localista" (Ferrão, 1995: 24). Os próprios territorialistas tomam consciência dos novos desafios, das dificuldades metodológicas e da necessidade de complementar as contribuições teóricas do paradigma territorialista, com as contribuições do paradigma funcionalista. Assim, a partir da década de 90, surgem novas abordagens mais flexíveis e ajustadas à realidade originando o terceiro paradigma do desenvolvimento regional, o "Paradigma Inter-territorialista" (Ferrão,1995; Julião, 2001; Marques, 2008).

Continuando a influência dos paradigmas funcionalista e territorialista a manifestar-se, num contexto de crescente globalização, para além do bom funcionamento interno do sistema territorial de produção interessam, também, as suas relações com o exterior, a sua capacidade de observar e perceber as transformações tecnológicas e de mercado, a evolução dos outros sistemas territoriais de produção (Maillatt, 1995a). Assumindo um discurso próprio de um período de turbulência, segundo Ferrão (1995: 20), "o paradigma do desenvolvimento sustentável e da inter-territorialidade" contempla não só os fatores endógenos mais também privilegia as inter-relações entre os territórios.

No funcionalista, o território é visto apenas como o suporte físico das atividades empresariais. No paradigma territorialista é visto como o espaço dotado de recursos materiais e imateriais, capazes de produzir uma dinâmica de desenvolvimento. Com a dinâmica imposta pela globalização, o novo paradigma de desenvolvimento adiciona novas apreciações ao conceito de território, tornando-o mais abrangente, comparativamente aos conceitos abraçados nos anteriores paradigmas.

No novo paradigma de desenvolvimento, os recursos de cada território (recursos naturais, recursos humanos, recursos institucionais, materiais e imateriais) em conjunto com as relações que se estabelecem entre eles são, sem dúvida, a "chave secreta" da riqueza e da diferenciação de cada território. Cada território tem uma identidade própria, mas a batalha da eliminação das disparidades territoriais não tem forçosamente de assentar na busca do equilíbrio e/ou uniformização entre as diferentes regiões, antes deve assentar numa lógica de equidade e coesão social e territorial. A diferenciação territorial passa pela exploração das oportunidades que a complementaridade entre os territórios oferece, isto é, cada território deve explorar as complementaridades como veículo para o seu próprio desenvolvimento e, como fim último, o desenvolvimento do conjunto dos territórios numa perspetiva global. Os territórios não devem ser vistos de forma isolada, como meras parcelas soltas, mas sim como um todo integrado.

O caminho para o desenvolvimento dos territórios radica no que cada território aproveita e explora das suas especificidades internas numa perspetiva inter-territorial. O elemento-chave

é o conceito de "rede", com vários níveis e configurações territoriais diversas. Segundo alguns autores o "distrito industrial" só por si não conseguiu ultrapassar a crise do modelo de produção fordista; e o próprio sucesso dos "distritos industriais", alicerçado na flexibilidade das pequenas e médias empresas (PME), foi posto em causa pelas grandes empresas multinacionais que graças à subcontratação e ao trabalho em rede, se tornaram mais flexíveis.

O novo paradigma, desenvolvido a partir de meados dos anos oitenta do século XX "não levantou qualquer obstáculo à crescente internacionalização da economia, e elege como instrumento estratégico a inovação" (Santos, 2009a: 223). No quadro das teorias de desenvolvimento, a capacidade de inovação de cada região é crucial no processo de desenvolvimento. De acordo com as teorias sobre a Difusão da Inovação, as atividades de inovação tendem, de maneira natural, a concentrarem-se espacialmente, pois a concentração permite maior facilidade na investigação e um maior e melhor acesso à informação. Os processos de inovação são do tipo cumulativo, pois as economias externas e os efeitos expansivos dos conhecimentos adquiridos e dos recursos humanos qualificados dentro de uma determinada região permitem uma dinâmica inovadora mais acentuada.

A Teoria do Meio Inovador, desenvolvida pelo grupo de trabalho "*Groupe de Recherches sur les Milieux Innovateurs - Association Philippe Aydalot*" (GREMI), criado em 1986 sob a liderança do próprio Aydalot, é uma das teorias mais abordadas quando se fala do papel da inovação no desenvolvimento regional. O grande contributo desta teoria radica no facto de ter evidenciado as relações que se estabelecem entre o carácter espacial do desenvolvimento e o surgimento da mudança tecnológica no próprio território, esta associada à valorização dos recursos humanos, à investigação e ao saber-fazer local (Vázquez-Barquero, 2005). O sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões deve-se às suas capacidades intrínsecas para adotar novos processos produtivos, fabricar novos produtos, configurar organizações inovadoras (Santos, 2009b). O "meio", definido como um "conjunto sócio-territorial integrado de recursos materiais e imateriais, dominado por uma cultura historicamente sedimentada, vetor de saber e de saber-fazer, que repousa sobre um sistema relacional do tipo cooperação--concorrência dos atores locais" (Santos, 2009b: 328), "pode evoluir para um patamar superior de organização, correspondente a um meio inovador, pela criação, gestão eficaz e constante renovação de recursos, principalmente de natureza imaterial (Santos, 2009b: 329).

À semelhança da Teoria do Desenvolvimento Endógeno, na Teoria do Meio Inovador o desenvolvimento tem uma origem local, ocorrendo em regiões específicas, pelo facto de estas serem dotadas de um conjunto de fatores e de relações que estão presentes no seu interior. Contudo, o comportamento dos meios locais é condicionado, por um lado, pelo seu relacionamento à escala global, o que os torna sistemas abertos e, por outro, pela sua inscrição local, que subordinados à defesa da sua estrutura interna e dos seus padrões culturais e económicos vigentes, os permite encarar como sistema fechados (Santos, 2009b).

Um "meio" apenas se converte num "meio inovador" quando "desenvolve a capacidade de apreender as transformações do seu meio tecnológico e de mercado, bem como a evolução dos outros sistemas territoriais de produção, ligando-se às dinâmicas internacionais mais significativas" (Santos, 2009b: 330) e, em simultâneo, "conservando a sua coerência global e a sua identidade" (Santos, 2009b: 330). Desta forma, ocorrem combinações técnico--produtivas de recursos endógenos, que garantem configurações produtivas inovadoras, valorizadas pelos mercados.

O paradigma inter-territorialista está ligado à terceira geração de políticas de desenvolvimento regional (Helmsing, 1999). As novas políticas surgem do reconhecimento de que a globalização faz com que os sistemas territoriais de produção competem entre si e não isoladamente, o que faz com que as políticas não possam ser locais ou regionais, mas tenham em conta a posição e o posicionamento dos sistemas territoriais dentro dos contextos nacionais e internacionais (Helmsing, 1999). As políticas não podem ser exclusivamente locais ao ponto de excluírem ou ignorarem as políticas setoriais (nacionais e internacionais), bem como o papel da empresa e do investimento externo. Num mundo globalizado requerer-se a cooperação das empresas e das instituições de apoio, a "coordenação horizontal entre um conjunto de agentes locais (objeto das políticas da segunda geração) deve agora ser complementada pela coordenação entre níveis" (Helmsing, 1999: 30).

A radicalidade do paradigma funcionalista e do paradigma territorialista "fez surguir uma outra perspetiva, a política regional de hoje, onde o local interage com o global" (Rosa, 2002: 124). Esta nova conceção veio atribuir um novo papel ao território associado à ideia de oportunidade, o território entendido como um contexto de interação social e de ação coletiva, onde se entende que se deve dar voz a todos os atores, não esquecendo as gerações vindouras (Rosa, 2002). Nesta perspetiva, Ferrão (1995) defende que a integração territorial é o chapéu das componentes estratégicas, mas que os modos como se concretizam os objetivos estratégicos podem ser diferentes. Na Tabela 2.3 apresentam-se as ideias fundamentais, os objetivos da política regional e das estratégias de desenvolvimento, enquadrados no terceiro paradigma do desenvolvimento, o paradigma inter-territorialista.

Tabela 2.3 – Paradigma inter-territorialista e o desenvolvimento sustentável

Ideias fundamentais:

- Preocupação permanente em conciliar valores que, muitas vezes, são dificilmente conciliáveis: à eficácia económica acrescentam-se preocupações pela equidade social, pela qualidade ambiental e pela democracia participativa;
- Visão inter-territorial, que se traduz na valorização da interação e da cooperação não só entre regiões vizinhas, mas também entre regiões que, sendo distantes, podem ser complementares.

Objetivos gerais de política regional:

- Aumentar a equidade territorial, garantindo às pessoas, às empresas, às instituições que tenham acesso, no seu território ou no exterior, a tudo aquilo a que têm direito para desenvolver as suas atividades;
- Estimular a coesão territorial a nível supranacional. As fronteiras nacionais têm um peso decrescente pois vivemos num mundo crescentemente global e interativo, não existindo regiões nem centros urbanos isolados.

Definição das estratégias e políticas de desenvolvimento regional:

- Harmonia entre os objetivos de sustentabilidade ambiental, equidade social, competitividade económica e cidadania.
- Articular componentes defensivas, reativas e proativas na arquitetura das estratégias e políticas;
- Reforço da capacidade institucional, diversificando e aumentando a qualidade e o poder de interação dos diferentes atores da região.

Fonte: Adaptado de Rosa (2002) e Ferrão (1995).

Segundo Buarque (2002: 25) a transição para o terceiro paradigma de desenvolvimento mundial "está associada a um processo acelerado de globalização com intensa integração económica, formação de blocos regionais e emergência de grandes redes empresariais com estratégias e atuações globais". Apesar dos avanços verificados ao longo do tempo, ainda está "por formular uma teoria de aceitação geral em torno do desenvolvimento regional" (Lopes, 2001: 289), dados os desafios constantes do desenvolvimento.

2.3 Desafios e forças do desenvolvimento

Ao longo da história a preocupação com o crescimento e desenvolvimento económico dos países tem sido constante. As diferentes características (níveis da produção, dotação de recursos matérias e imateriais, nível de emprego, entre outras) que distinguem cada economia fazem com que cada país ou região tenha o seu próprio ritmo de crescimento e de desenvolvimento. Enquanto ciência, a Economia estuda o porquê da existência dessas diferenças e como essas mesmas diferenças podem ser potenciadas de modo a produzirem valor económico para as economias.

Porém, atualmente a diversidade de territórios não é causa única dos diferentes ritmos de crescimento e desenvolvimento. Num contexto marcado pela globalização e uma instabilidade contínua provocada pela crise económica e financeira, marcada pelos fenómenos de mudanças climatéricas, revolução energética, sociedade de informação e pela deslocalização das atividades produtivas, existe consciência plena de que, atualmente, um país ou região,

para promover o seu desenvolvimento, tem de enfrentar novos desafios, cada vez mais exigentes e em constante mutação (Viegas e Dentinho, 2010: 10).

O mundo encontra-se, indiscutivelmente, em processo de globalização e "o elemento determinante do comportamento económico mundial das últimas décadas é normalmente referido pelo termo globalização" (Neves, 2010: 17). Porém, "a economia planetária está longe de estar completamente integrada e interdependente, e largas regiões e setores mantêm-se alheios às principais dinâmicas do movimento" (Neves, 2010: 17). No estudo realizado por Neves, concluiu-se que "o elemento a que se atribui o caracter definitório do processo de globalização, aspecto que se desmarca mais claramente nos últimos anos, foi o diferencial de crescimento entre as zonas desenvolvidas e as zonas emergentes" (Neves, 2010: 36). Desde o início dos anos 90, da década passada, o total das economias emergentes está a crescer muito acima das zonas ricas e, paralelamente, nota-se que, à medida que as décadas vão passando e o desenvolvimento se desenrola, "começa a ficar destacado um resíduo de países que estão a ficar para trás. Este resíduo tem uma marca especial: África Subaarina" (Neves, 2010: 36).

As mudanças climatéricas globais, nomeadamente o aumento da temperatura, a alteração do nível do mar e os regimes das chuvas são um desafio para o desenvolvimento regional e local. Estas mudanças podem ser um elemento importante no processo de alteração do quadro de competitividade regional, pois "tenderão a aumentar a concentração da actividade no espaço e a reforçar as desigualdades regionais e sociais" (Azzoni e Haddad, 2010: 40). Consequentemente, elas terão o "feito em reduzir o bem-estar nas áreas rurais, gerando pressões sobre as aglomerações urbanas, embora haja setores e regiões que beneficiarão do processo" (Azzoni e Haddad, 2010: 52).

A crise económica e financeira, iniciada em 2007 e generalizada no biénio 2008-2009, tornou evidentes as mudanças na organização das atividades produtivas. Num contexto de crescente globalização, nos últimos anos as tendências mais relevantes que caracterizam a economia mundial são (Carballo-Cruz, 2010: 54):

- "A existência de novas formas de organização da produção, nomeadamente a fragmentação da produção impulsionada pelas TIC;
- O fenomenal incremento da eficiência dos sistemas de TIC, que permite a coordenação de atividades à distância e a alta velocidade;
- O crescente domínio das empresas multinacionais e o desenvolvimento de redes complexas de produção, constituídas por um grande número de empresas;
- A separação do desenvolvimento do produto da sua produção efetiva, sendo o primeiro efetuado por empresas que não dispõem de ativos de produção."

Apesar das dificuldades na medição da sua dimensão quantitativa, o crescente fenómeno de deslocação das atividades produtivas é inegável, tornando-se uma das estratégias de reorganização empresarial mais importantes, no âmbito da globalização crescente dos mercados (Carballo-Cruz, 2010). A redução dos custos de produção, sobretudo do fator trabalho, a possibilidade de aceder a novos mercados, nomeadamente a mercados emergentes são, entre outras, as principais motivações das empresas na implementação de estratégias deslocalizadoras (OCDE, 2007a). Ainda que existindo consideráveis assimetrias entre países e setores de atividades, a deslocalização das atividades é um fenómeno relativamente generalizado, que pode pôr em causa um desenvolvimento harmonioso dos territórios. Assim, torna-se necessário a "avaliação das consequências dos processos de deslocalização e a elaboração de propostas de políticas adequadas, que vissem a mitigação ou minimização dos impactos negativos que se lhe associam" (Carballo-Cruz, 2010: 82).

Face ao exposto, as regiões são obrigadas a desenvolver respostas a problemas globais com impacto regional e local (Santos, 2009c: 36). Assim, segundo Lopes (2002:16), num contexto de "clara e quase obsessiva entrega à globalização, com marginalização preocupante das mais que prováveis consequências à escala interna dos países" importa discutir a relevância do desenvolvimento regional e a aplicação de políticas de âmbito regional. Efetivamente, hoje mais do que nunca, o desenvolvimento regional é indispensável, pelo menos como elemento crítico dos efeitos da globalização desregulada e, mais do que isso, como instrumento regulador da própria globalização (Lopes, 2002).

Para Morgan (1997), o principal paradoxo da geografia económica contemporânea é que os desafios da globalização parecem conduzir o mundo para uma massa a-espacial e, em paralelo, assistimos ao ressurgimento das economias regionais. De facto, a observação do fenómeno da globalização leva a duas conclusões antagónicas: por um lado a globalização da atividade económica compromete a autonomia e identidade das regiões e dos países mas, por outro, faz emergir o local, valorizando-o (Maillat, 2002).

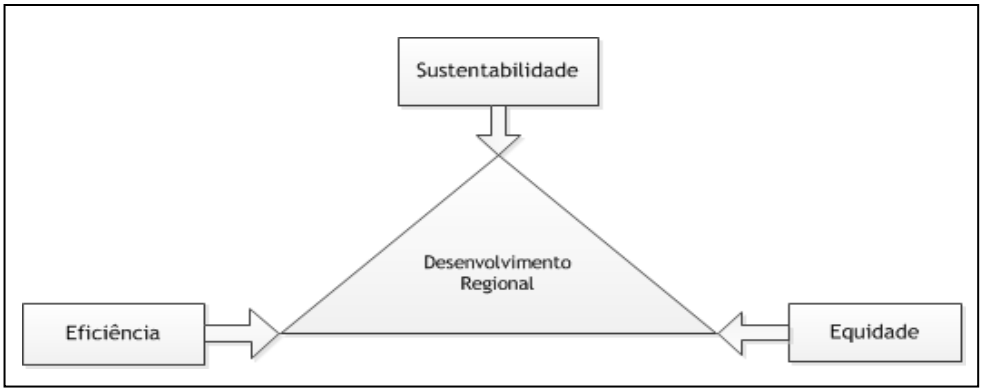
Num processo de globalização, as estratégias de desenvolvimento das cidades, regiões e territórios devem ser o elemento nuclear de qualquer estratégia de competitividade, pois "os países competem através das suas cidades, dos seus territórios" (Ribeiro, 2007: 4). O reconhecimento do papel centralizador e decisivo dessas entidades, no processo atual de desenvolvimento nacional, deve-se ao reconhecimento das especificidades locais, sendo cada local dotado de personalidade de própria (Morgan, 1997; Buarque, 2002; Ribeiro, 2007).

O processo de globalização económica, social e cultural tem coexistido, em alguns casos, com o agravamento das desigualdades territoriais e, paralelamente, com a emergência do "local". Em consequência, o debate em torno dos fatores determinantes num processo de desenvolvimento, tem adquirido grande centralidade, quer ao nível académico, quer ao nível

do processo de tomada de decisões políticas, nas diferentes escalas de atuação (internacional, nacional, regional ou local).

Segundo Capello e Nijkamp (2009: 293), "o triângulo de eficiência, equidade e sustentabilidade constituem as forças motrizes do desenvolvimento regional" tal como é reproduzido na Figura 2.1

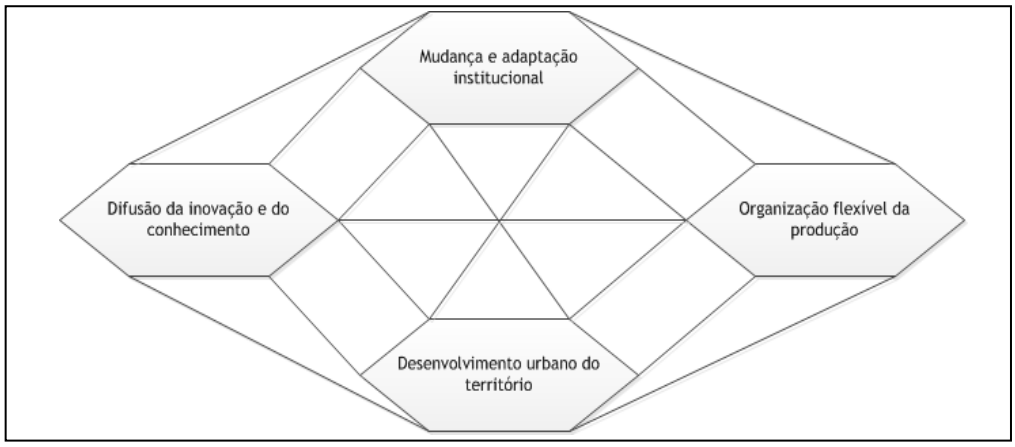
Figura 2.1 – Forças motrizes do desenvolvimento regional



Fonte: Adaptado de Capello e Nijkamp (2009: 293).

Assim, o desenvolvimento regional está associado com objetivos de eficiência (utilização ótima dos fatores de produção escassos) e de equidade (coesão social e da distribuição da riqueza) abrangendo um vasto leque de questões relacionadas com a necessidade de explorar recursos produtivos ilimitados e adequados que possam contribuir para o bem-estar generalizada das populações da região (Capello e Nijkamp, 2009). Paralelamente, cada vez mais, "os processos de crescimento e desenvolvimento são confrontados com questões de sustentabilidade e de escassez de recursos ambientais" (Capello e Nijkamp, 2009: 292). Igualmente, os processos de desenvolvimento têm de incorporar os postulados da sustentabilidade, isto é, assegurar a permanência e continuidade, a médio e a longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização económica e na conservação do ambiente (Buarque, 2002: 15). Vázquez-Barquero (2005) acrescenta que, no contexto atual, caraterizado por uma crescente diversidade económica dos territórios em ambientes de crescente competitividade e de integração económica, as forças que caracterizam a dinâmica dos processos de acumulação e de desenvolvimento económico são a difusão das inovações e do conhecimento, a organização flexível da produção, o desenvolvimento urbano do território e o desenvolvimento e a adaptação das instituições (Figura 2.2).

Figura 2.2 – Forças do desenvolvimento de Vázquez-Barquero (2005)



Fonte: Adaptado de Vázquez Barquero (2005: 39).

Face ao contexto de globalização, os sistemas produtivos alteram-se vigorando formas de organização mais flexíveis. A forma como se organiza a produção condiciona os mecanismos que facilitam o aumento da produtividade e o progresso económico. Porém, a organização dos sistemas produtivos é mais eficiente quando a difusão das inovações e do conhecimento, a dinâmica urbana e o desenvolvimento das instituições e das infraestruturas locais respondem às necessidades das empresas e demais instituições (Vázquez-Barquero, 2005).

A existência de instituições e de infraestruturas físicas, só por si, não é um fator suficiente para se criar uma coerência territorial, muito menos para o desenvolvimento regional e local integrado (Limond, 2006). As instituições e as infraestruturas devem "possuir significado económico, político e social, devem atender a interesses geograficamente localizados, ou seja, devem estar vinculadas a determinados valores e ações, caso contrário são destituídas de sentido" (Limond, 2006: 378).

Albertos Puebla et al. (2004: 15) destacam "a importância da inovação e da aprendizagem como um recurso estratégico para impulsionar uma maior competitividade nas empresas e nos territórios, em mercados cada vez mais abertos." Assim, as cidades, como núcleo do desenvolvimento endógeno, são os espaços físicos das empresas e dos sistemas produtivos locais, na medida em que lhes proporcionam recursos, bens e serviços necessários ao seu funcionamento. Quando existem fortes vínculos entre a população e as empresas, gera-se confiança entre as organizações, o que favorece o intercâmbio de produtos e de informação (Vázquez-Barquero, 2005).

As forças do desenvolvimento são processos que determinam a acumulação de capital e explicam o crescimento da produtividade e do progresso económico e social de um território (Vázquez-Barquero, 2005). Contudo, não são mecanismos autónomos que produzem diretamente os seus efeitos, mas sim processos interrelacionados. Trata-se de processos relacionados entre si que exercem efeitos uns nos outros, ao ponto de se poderem reforçar ou

mesmo neutralizar, entre si, os efeitos combinados (Vázquez-Barquero, 2005). Todavia, é a interação das forças do desenvolvimento e a sinergia que se cria entre elas que amplia os efeitos de cada uma dos forças e que mantêm o desenvolvimento no longo prazo (Vázquez-Barquero, 2005).

O mau funcionamento da organização da produção ou da difusão do conhecimento e das inovações afetam negativamente e debilitam a capacidade de desenvolvimento das restantes forças, limitando os impactos sobre o crescimento da produtividade e do desenvolvimento. Porém, quando as iniciativas de desenvolvimento são capazes de ativar as forças do desenvolvimento e de impulsionar sinergia, os seus efeitos sobre o crescimento sustentado da produtividade convertem-se em desenvolvimento sustentado da economia (Vázquez--Barquero, 2005). Por conseguinte, "a sustentabilidade do desenvolvimento depende do sentido e da quantidade dos efeitos que se produzem pela interação entre as forças do desenvolvimento" (Vázquez-Barquero, 2005: 145).

Vázquez-Barquero (2005: XII) salienta que "no cenário atual de transformações económicas, tecnológicas, políticas e institucionais, a teoria do desenvolvimento endógeno é uma interpretação útil dado que esta teoria entende o desenvolvimento como um processo sustentável de crescimento e mudança estrutural em que as comunidades locais estão empenhadas na promoção do emprego, na redução da pobreza e na elevação do nível de vida das populações". Assim, trata-se de processos de desenvolvimento impulsionados pela capacidade de poupança e investimento interno das empresa e da sociedade local, eventualmente apoiados por investimentos externos, públicos e privados. Todavia, "a forma de organização da produção, os contratos e os mecanismos resultantes de acordos, dos códigos de conduta da população, das estruturas familiares, sociais e culturais condicionam o processo de desenvolvimento, favorecem ou limitam a dinâmica económica e, por último, determinam o caminho do desenvolvimento de cada território" (Vázquez-Barquero, 2005: 143).

A política de desenvolvimento endógeno enfatiza que o desenvolvimento de um território ocorre "quando é criada e se desenvolve capacidade empresarial capaz de difundir, pelo sistema produtivo, inovações e conhecimentos que aumentem a competitividade das empresas" (Vázquez-Barquero, 2005: 144). Assim sendo, é importante que os impulsos que atuam sobre o território sejam compatíveis e fomentem a reação da comunidade local a favor do crescimento e de mudanças estruturais, tendo presente o desenvolvimento integrado dos territórios.

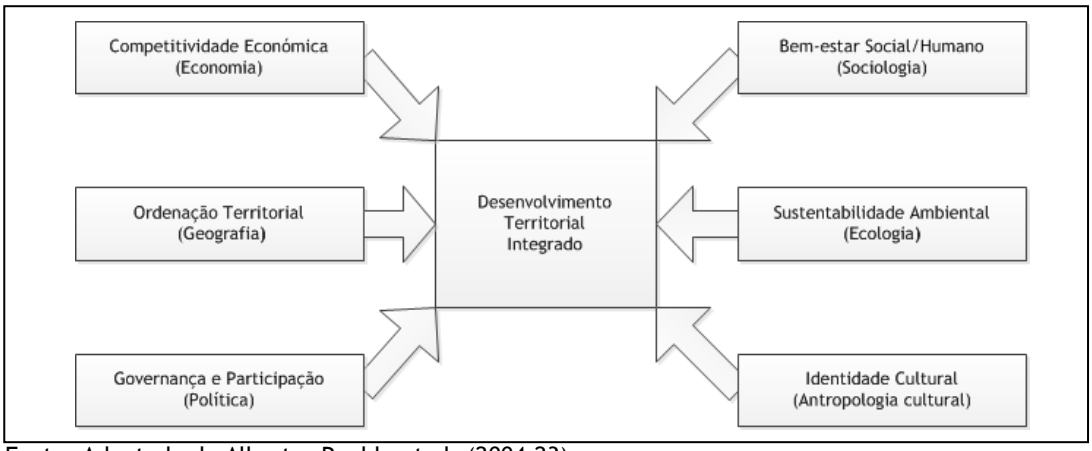
2.4 Desenvolvimento territorial integrado

O objetivo dos países é promover o desenvolvimento harmonioso de todo o seu território. Esse desenvolvimento harmonioso exige uma reflexão sobre as múltiplas dimensões do conceito.

Inicialmente, desenvolvimento resumia-se apenas ao crescimento económico, crescimento que era medido através de indicadores quantitativos, mas ao longo do tempo o conceito sofreu várias metamorfoses devidas às inúmeras contribuições que o enriqueceram. Consequentemente, as políticas e as estratégias de desenvolvimento também foram evoluindo temporalmente.

O desenvolvimento harmonioso do território integra obrigatoriamente a componente social, ambiental, política, cultural e geográfica (Albertos Puebla et al., 2004). A Figura 2.3 apresenta os elementos do desenvolvimento territorial integrado e evidencia a complexidade com que, frequentemente, se deparam os estudos e propostas de desenvolvimento.

Figura 2.3 - Elementos componentes do desenvolvimento territorial integrado



Fonte: Adaptado de Albertos Puebla et al. (2004:23).

Os fatores económicos e empresariais são determinantes para o desenvolvimento e, são certamente, de entre todos, os mais abordados. A adaptação dos territórios às mudanças socioeconómicas decorrentes da globalização está relacionada com a sua dinâmica inovadora das suas regiões, entendida esta como a capacidade de incorporação de conhecimentos e capacidade de dar resposta a novos problemas e desafios (Maillat, 1995b; Velt, 1999). Um território que se desenvolve é obrigatoriamente um território competitivo e inovador. Porém, para se alcançar um nível elevado de competitividade, as organizações, empresas e outras entidades devem implementar quatro tipos complementares de inovação (Méndez, 2006; Albertos Puebla et al., 2004):

- **Inovação funcional**: que está associada a novas formas de saber fazer que possibilitem um melhor uso dos recursos materiais, humanos e das tecnologias disponíveis, uma melhor agilização dos procedimentos de trabalho e uma melhor gestão dos resíduos;
- **Inovação estrutural**: que está associada a uma reorganização do organograma interno da empresa/entidade, com efeitos na hierarquização dos postos de trabalho, na informação, nos processos de decisão, tornando-os mais flexíveis e coordenados;

- **Inovação comportamental**: que está associada a uma renovação da cultura empresarial, incorporando novas atitudes, valores e padrões de conduta mais favoráveis à inovação, à cooperação, à participação e à prática de ações socialmente responsáveis;
- **Inovação relacional:** que está associada à melhoria dos vínculos materiais e imateriais que ligam a empresa e a sua envolvente, local e global.

A sustentabilidade ambiental, uma das componentes do desenvolvimento territorial integrado, não é uma questão apenas dos dias de hoje, pois já nas décadas de 1950 e 1960 se ouviram algumas vozes denunciantes da degradação ambiental. De facto, os problemas ambientais e o esgotamento de certos recursos naturais limitam o desenvolvimento económico. Todo o sistema económico e social interatua com o seu meio ambiente natural. A água é um recurso natural necessário para o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades. A paisagem é um recurso valorizado pela atividade turística. Assim, a sobre--exploração e/ou a degradação dos recursos naturais necessários para o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades limita o desenvolvimento. Se a degradação ambiental atinge níveis inaceitáveis para as comunidades afetadas, esta encontrar-se-á numa situação em que a crise ambiental pode dar lugar ao aparecimento de crises sociais e de legitimidade do modelo de desenvolvimento seguido. Para se evitar esta situação, em relação aos recursos naturais, deve seguir-se uma gestão com critérios de racionalidade que assegurem a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento.

Segundo Capello e Nijkamp (2009: 302), "o enraizamento do debate das alterações globais no desenvolvimento local e regional tem levado a novos tipos de investigação na área da ciência regional, ilustrando a importância do reconhecimento das questões de sustentabilidade no desenvolvimento regional. Batabyal e Nijkamp (2008) reconhecem que muitos dos problemas das ciências regionais têm uma clara dimensão ambiental, pois o bem--estar das populações e a utilização dos recursos físicos dessas regiões são claramente fenómenos interligados. A escassez de recursos ambientais, a qualidade ambiental, a segurança dos recursos naturais, a qualidade de vida urbana ou a biodiversidade dos vários territórios são questões que cada vez mais se apresentam como "um elemento crítico de uma função de bem-estar regional." (Capello e Nijkamp, 2009: 303).

Os recursos naturais, existentes em quantidades limitadas e de usos alternativos, podem ter um significado produtivo ou de consumo, sendo a utilização que se lhes dá decisiva para a consecução do desenvolvimento regional equilibrado. A utilização inteligente de recursos locais "pode levar a melhorias das condições de bem-estar" (Capello e Nijkamp, 2009: 303), ou seja à promoção e criação de condições favoráveis estimulantes do desenvolvimento local ou regional equilibrado. De acordo com os mesmos autores, "o desenvolvimento económico regional e as estratégias de sustentabilidade podem ser vistas como forças complementares entre si que podem reforçar-se mutuamente" (Capello e Nijkamp, 2009: 302). Para que os

«males ambientais» sejam transformados em «bens ambientais», no contexto da atualidade e nas mais diversas escalas de atuação (nacional, regional e local) torna-se necessário que a questão da sustentabilidade seja uma das componentes do desenvolvimento.

O bem-estar social e a identidade cultural devem ser integrados no processo de desenvolvimento (Docampo, 2007). Em 1990, o Relatório de Desenvolvimento Humano introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um instrumento de quantificação do desenvolvimento que inclui indicadores de ordem social. Os indicadores da saúde, do nível de instrução, das infraestruturas e equipamentos culturais, sociais, desportivos existentes num determinado território são indicativos do seu nível de desenvolvimento. Este depende muito, do papel dos governos, da estrutura das relações inter-locais, da natureza e dinamismo das unidades produtivas e do papel desempenhado pelos agentes e instituições do território. As populações locais devem participar no processo de desenvolvimento, tendo sempre presente que este é "um processo incremental e inesgotável que exige sempre continuidade e transformações, tradição, mudança e inovação" (Santos e Baltazar, 2005: 9).

O desenvolvimento regional sustentável, numa perspetiva endógena, é o resultado de escolhas deliberadas e das ações dos agentes locais e regionais, incluindo dos organismos responsáveis pela elaboração das políticas públicas. Assim, Vázquez-Barquero (2005) salienta a necessidade de uma sinergia entre as ações de "cima para baixo" e as ações de "baixo--cima", através de políticas setoriais e espaciais, que promovam o desenvolvimento. Por um lado, a economia local deve encorajar-se, motivar lideranças locais, envolvendo todos os agentes num processo de responsabilização e, por outro, é necessário que todos os atores (públicos e privados), internos e externos, atuem de forma coordenada (Vázquez-Barquero, 2005).

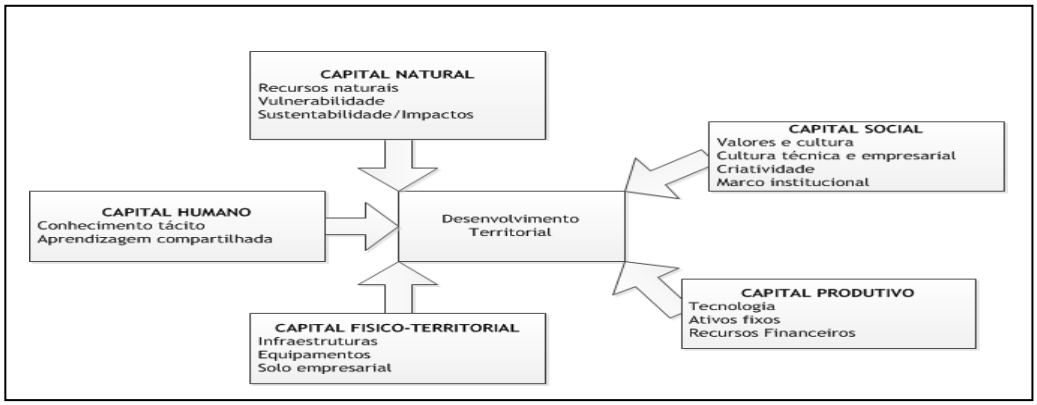
Também os fatores geográficos devem ser considerados no desenvolvimento territorial, o que nem sempre acontece. De facto, os aspetos de natureza espacial foram frequentemente ignorados nos processos de desenvolvimento mas, se o objetivo é o desenvolvimento, o espaço, local onde as pessoas vivem, deve obrigatoriamente ser considerado na análise. A organização espacial e o desenvolvimento encontram-se estritamente relacionados pois, por um lado, a organização espacial vai condicionar o desenvolvimento e este condiciona, também, a organização espacial porque, por um lado cria mobilidade e facilidades de acesso e, por outro, cria maiores oportunidades para uma conveniente utilização dos recursos (Lopes, 2001). Por outro lado, o desenvolvimento impõe condições de equilíbrio, justiça social e harmonia cuja verificação depende da racionalidade que for possível impor à organização espacial (Lopes, 2001).

O conceito de desenvolvimento regional "resulta da integração da variável espaço na temática do desenvolvimento que, assim, aparece ligado a uma referência espacial concreta – a região" (Alberto, 2008: 23). O território não é um elemento passivo mas sim um ator de

desenvolvimento, ou seja "o meio ativo em que os atores desenvolvem redes de cooperação e intercâmbio" (Artesi, 2007: 349). Sendo o território um ator do processo de desenvolvimento e as regiões interdependentes e interativas entre si (Lopes, 2001), a delimitação do território não pode ser realizado apenas pela medição física ou política, mas sim pela incorporação das múltiplas articulações em que participa (Artesi, 2007).

A revalorização do papel desempenhado pelo espaço faz-se acompanhar pela ampliação, não menos importante, das componentes do capital territorial. Num primeiro momento, os processos de desenvolvimento estavam associados à combinação de três tipos de recursos (capital natural, capital produtivo e capital físico-territorial). Nos anos sessenta, incorporou--se outro fator de competitividade territorial, o capital humano. Mais tarde, nas décadas de oitenta e noventa, começa a estender-se a tese, já defendida por economistas clássicos como A. Marshall e J. Hichs, que o desenvolvimento económico não pode ser considerado à margem da estrutura social, começando assim a valorização do capital social. Na atualidade, o desenvolvimento territorial integra diversos fatores, como o capital natural, o capital social, o capital humano, o capital produtivo e o capital físico-territorial. O reconhecimento e valorização de todos os fatores é crucial para os territórios conseguirem vantagens competitivas (Figura 2.4).

Figura 2.4 – Fatores do desenvolvimento territorial.



Fonte: Adaptado de Albertos Puebla et al. (2004).

O território é um repositório de recursos (tangíveis e intangíveis) que são fatores-chave para a criação de vantagens competitivas. Porém, poucos dos recursos ou *inputs* da atividade económica são produtivos. Segundo Ribeiro (2007: 5) são as competências, isto é, a capacidade de combinar os recursos, de modo a que a realização das tarefas ou atividades se desenvolva a um nível elevado de eficiência, que constituem a origem da vantagem competitiva dos territórios". A conjugação dos recursos e das competências sugere que nem todos os territórios apresentam o mesmo potencial de desenvolvimento. Por conseguinte, segundo Ribeiro (2007:5) "em matéria de política, cada caso é um caso, ou seja, as políticas de desenvolvimento, requerem sempre um desenho" adequado a realidades específicas.

2.5 Síntese conclusiva do capítulo

Nas últimas décadas têm ocorrido grandes transformações a nível político, económico, social, cultural e ambiental, que se refletem nas sociedades contemporâneas. Nesta linha, o desenvolvimento, aos seus vários níveis - nacional, regional e local - tem constituído uma grande preocupação de diversos investigadores, como Abouzeedan e Busler (2004), Artise (2007), Amaro (1998), Docampo (2007) e Lopes (2001).

Atualmente, a Europa defende a consolidação de um modelo de desenvolvimento social que garanta um equilíbrio ao nível da prosperidade económica, enquadrado num modelo de crescimento sustentável, respeitador do ambiente e capaz de garantir a solidariedade e a coesão social, com igualdade de oportunidades e inclusão. Para além desse equilíbrio económico e social, deve existir um equilíbrio territorial. Não obstante estas intenções, a realidade é que a União Europeia (UE) que conhecemos apresenta grandes desequilíbrios e assimetrias regionais, algumas herdadas do passado, outras a emergir fruto das dinâmicas económicas, sociais e políticas.

No contexto europeu, Portugal ocupa uma posição periférica, quer em termos físicos, quer em termos do desenvolvimento socioeconómico, apresentando muitas assimetrias internas, nomeadamente ao nível das condições de vida das populações, do investimento realizado, da dotação em infraestruturas básicas, entre outros, a concentrarem-se cada vez mais em territórios do litoral em detrimento dos territórios do interior.

O reconhecimento dos desafios e das forças do desenvolvimento, a avaliação das realidades vividas, das características específicas de cada local e a avaliação dos recursos existentes são, entre outros, elementos cruciais na identificação dos caminhos que cada território deve trilhar na busca do desenvolvimento. Paralelamente, qualquer estratégia de desenvolvimento, através de uma visão de longo prazo, deve assentar na construção de elementos diferenciadores e se possível únicos, baseados nas vantagens competitivas dos territórios. Assim, entende-se que cada território deve procurar espaços de competitividade de acordo com as suas condições e potencialidades, concentrando esforços nas áreas em que podem vir a ser mais competitivos, tendo muitos territórios apostado no turismo, como motor de desenvolvimento sustentável.

Capítulo 3

O Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios

Nota introdutória

O terceiro capítulo versa o tema do turismo como motor de desenvolvimento sustentável dos territórios ou regiões. Inicia-se com uma reflexão sobre a relevância do turismo, enquanto responsável pela criação de um conjunto de relações e fenómenos que se repercutem na dinâmica da atividade turística e de outras atividades. De seguida, aborda-se o conhecimento e a conceptualização do turismo, sendo destacada a sua relevância económica, justificação de um interesse alargado por este sector de atividade e do aparecimento de estudos dedicados a esta temática. O capítulo prossegue, ainda, com uma abordagem ao destino turístico ou região turística e termina com a análise da temática do desenvolvimento e do planeamento turístico, bem como da competitividade e sustentabilidade turística.

3.1 Relevância do turismo

Num contexto de globalização e de reestruturação da economia global, o turismo tem apresentado uma grande resiliência e capacidade de expansão económica. A sua estrutura e a conexão com outras atividades como os transportes, a construção, o comércio, entre outras, fazem com que este sector seja responsável por um conjunto múltiplo de impactos sobre a economia, o ambiente e a sociedade no seu conjunto. O turismo é uma atividade económica complexa que afeta a vida de milhões de pessoas em todo o mundo (SaeR, 2005), o que leva muitos países a desenvolverem estratégias de desenvolvimento que envolvem o turismo, porque acreditam que este pode dar um contributo importante para a resolução de problemas económicos e sociais que os países e regiões enfrentam (Oliveira e Manso, 2011).

Segundo Artesi (2007), pelas suas características intrínsecas, o turismo é uma atividade económica adequada para potenciar processos de desenvolvimento. Em Portugal, como em muitos outros países, pelo seu potencial de crescimento e pelas suas características intrínsecas, o turismo constitui um poderoso instrumento de apoio ao crescimento e ao desenvolvimento económico. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) salienta que a "importância do turismo na economia deve ser crescente, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional" (GP, 2012: 7).

Perante um mundo globalizado e num cenário de crise económica e financeira, o XIX Programa do Governo realça a importância do turismo (GP, 2011: 51), a referir que a:

> " estratégia do Governo para o Turismo consubstancia-se na diferenciação e autenticidade do serviço e do produto, com presença numa combinação de mercados que reduzam as debilidades actuais de concentração em mercados e produtos, através da incorporação de elementos de inovação, eficiência na gestão dos recursos financeiros e regulação da actividade, com vista ao reforço da competitividade e massa crítica dos agentes económicos na cena internacional"

Para além de possuir um elevado significado macroeconómico, o turismo tem vindo a aumentar a sua relevância a nível regional. Fazenda et al. (2008: 84) referem mesmo que "um dos efeitos do turismo mais evidenciados é o seu contributo para o desenvolvimento regional." A Tabela 3.1 apresenta sucintamente as razões que justificam que o turismo seja um motor de desenvolvimento regional.

Tabela 3.1 – Razões que justificam o turismo como motor de desenvolvimento regional

Endogeneiza os recursos locais (naturais, históricos ou culturais)	O desenvolvimento do turismo é função das especificidades de cada região e só é viável quando existem valores locais e regionais que garantam uma vocação turística
Promove a transferência de rendimentos	Transferência de bens, serviços e rendimentos das regiões mais desfavorecidas para as menos desenvolvidas
Atenua desequilíbrios regionais	Promove uma distribuição mais equitativa da riqueza entre as regiões desenvolvidas e as desfavorecidas
Impulsiona o investimento em infraestruturas básicas de suporte ao desenvolvimento turístico de uma região	Construção de vias de acesso (inter e intra-regionais), redes de saneamento básico e de abastecimento de água, energia e instalação de serviços públicos, permitindo, deste modo, também uma melhoria das condições de vida das populações
Contribui para a dinamização e modernização da produção local	Através da promoção do artesanato, serviços diversos, agricultura, agropecuária e outras.

Fonte: Adaptado de Cunha (2013) e Fazenda et al. (2008).

Nos últimos anos, o turismo tem seguido uma trajetória firma de crescimento. Como refere SaeR (2005: 96) "é inevitável que, nos anos vindouros, o turismo venha a ser um dos sectores estruturantes do modelo de desenvolvimento económico de Portugal" e que a estratégia de desenvolvimento tenha que se adaptar às contínuas mudanças no turismo.

A verdade é que enquanto atividade económica estruturada, o turismo só começou a ter expressão a partir das primeiras décadas do século XX, já que, até então, cada atividade do turismo era feita de forma isolada, sem qualquer integração dos diversos serviços de apoio ao turista, situação que se alterou. Nos anos 1950 começou a verificar-se a integração dos serviços de turismo, levando ao aparecimento de atividades de apoio ou complementares ao setor hoteleiro/alojamento. A partir desse momento, as viagens internacionais de férias expandiram-se, os agentes de viagens começaram a utilizar novas técnicas de venda, com recurso às TIC, a modernas técnicas de gestão e ao marketing. Para além das transformações

ocorridas do lado oferta, começaram também a surguir transformações e novos interesses do lado da procura, associados a novas formas de lazer, de desporto e de cultura (Foster, 1992).

Após a Segunda Guerra Mundial assistiu-se a um grande surto de crescimento da atividade turística, a um processo de massificação, consequência dos benefícios e rendimentos acrescidos decorrentes dos progressos económico, técnico, político e sociais verificados por essa altura. As melhorias nos meios de comunicação e transportes, a introdução das férias remuneradas, o desenvolvimento económico e o aumento no nível educacional das populações, despertaram nas pessoas o interesse em conhecer outros locais e outras vivências, o que estimulou a deslocação do local de residência habitual para outros locais onde pudessem desfrutar de bens e serviços atrativos. A expansão da atividade turística, bem como os seus efeitos nas economias globais, colocaram o turismo em lugar de destaque na agenda internacional e surgiu o chamado "turismo de massas".

O conceito de turismo de massas apresenta quatro características bem marcantes: (i) é estandardizado, (ii) é inflexível, na medida em que é vendido sob a forma de pacote, (iii) é produzido em massa, isto é, em grande número; e, por último, (iv) é submetido a técnicas de marketing em larga escala a fim de promover a sua venda. O turismo de massas envolve um grande número de agentes, promove elevados resultados que, na maioria das vezes, não são reinvestidos em benefício da região de acolhimento. A clientela é indiferenciada e consome exatamente da mesma forma, não ponderando o aspeto local ou cultural da região de destino (Poon, 1993).

O turismo de massas contínua a revelar viabilidade económica. Porém, a alteração do conceito de férias do consumidor deu grande relevância ao turismo alternativo. Este último também conhecido por outras terminologias - ecoturismo, turismo verde, turismo de aventura e desporto e turismo rural - é dirigido a turistas mais exigentes e com novas motivações. O turismo alternativo desenvolve-se, preferencialmente, em pequena escala e, regra geral, os promotores são empresas ou indivíduos da própria região provocando, assim, impactos de menor dimensão e a possibilidade do reaproveitamento dos recursos endógenos.

O turismo alternativo, dirigido a segmentos de mercado perfeitamente identificados, tem preocupações de proteção e preservação dos recursos naturais, viabiliza, inclusivamente, a sua reconstituição, sendo por isso um parceiro na promoção do desenvolvimento sustentável. As novas tendências da procura turística resultam de complexas mudanças sociológicas, de uma perceção global do ambiente e da própria evolução histórica do fenómeno turístico e das sociedades em geral (Salgado e Leitão, 2009). Estas mudanças suscitaram uma maior procura dos espaços de lazer não congestionados, ecologicamente equilibrados, exóticos e remotos ou, simplesmente, onde o ambiente está melhor conservado e os turistas e visitantes podem desfrutar dos elementos naturais da paisagem (Mourão, 2000).

Na atualidade, o processo de desenvolvimento do turismo enfrenta grandes desafios. Esta atividade enfrenta enormes pressões do mercado, ações comerciais dinâmicas, competitividade intensa e aposta forte na quantidade e qualidade na prestação de serviços aos turistas (Ruschmann et al., 2004). O turista atual e futuro é mais exigente, valoriza os fatores qualidade, tempo, vivência de novas experiências e a integração em realidades locais (SaeR, 2005). Paralelamente existem novos mercados emergentes que, num futuro de médio/longo prazo, podem ter grande potencial de crescimento da procura, a nível nacional e internacional.

3.2 Conhecimento e conceptualização do turismo

Apesar de existirem numerosos e diversificados estudos sobre o turismo, "a investigação científica tem-se caraterizado por um lento desenvolvimento" (Silva, 2004: 10). Tal facto pode ser justificado pela "incompreensão da real complexidade do turismo, surgindo, por isso, prioridades como a promoção ou a perspetiva industrial deste sector, em detrimento de uma perceção global e mais adequada à interdisciplinaridade das experiências dos seus vários intervenientes, ao planeamento, ao desenvolvimento tecnológico e às próprias políticas a desenvolver" (Silva, 2004: 11). Em Portugal, apesar de nos últimos anos os estudos na área do turismo terem aumentado substancialmente, existe, ainda, segundo Firmino (2007: 24) "uma lacuna no conhecimento da indústria do turismo ao nível empírico."

O turismo, sendo uma "disciplina" transversal, mas com fundamentos epistemológicos próprios, teve origem nas várias ciências sociais, nomeadamente na História, Geografia, Economia, Sociologia, Política, Antropologia e na Gestão (Firmino, 2007). A revisão da literatura na área do turismo permitiu constatar a complexidade do fenómeno turístico, bem como conhecer melhor e mais aprofundadamente a sua natureza multifacetada.

Numa investigação como esta, dada a natureza do trabalho em questão, importa divulgar as principais tendências na evolução do conhecimento do turismo, bem como as suas várias dimensões teóricas, consideradas determinantes para o presente trabalho. O turismo, segundo Silva (2004: 12) pode ser visto de várias formas:

- "como experiência humana, levando ao desenvolvimento e teste de modelos que ajudam a explicar os comportamentos humanos;
- como comportamento social, onde se destacam as análises sociológicas das relações visitante-residente e as análises económicas da afetação de recursos escassos e o valor social atribuído ao próprio crescimento turístico;
- como componente geográfica, onde sobressaem a identidade e análise de regiões com vocação turística;
- como recurso, com as investigações a privilegiarem o equilíbrio entre preocupações ambientais, sociais e económicas;

- como actividade empresarial, onde a investigação tentará encontrar as melhores soluções em termos de eficiência das estruturais organizativas;
- como indústria, onde o destaque vai para a organização industrial da cadeia de valor."

Dada a grande diversidade de elementos que constituem o turismo, nenhuma área científica, por si só, pode acomodar, tratar ou compreender o turismo na sua totalidade, e os problemas não podem ser resolvidos, recorrendo-se a um único método de pesquisa (Silva, 2004).

A respeito do conhecimento e da análise do turismo Jafari (1990; 2005) identificou, desde a década de 1960, quatro plataformas do conhecimento em turismo, referenciando, para cada uma delas o posicionamento, face ao turismo, da sociedade e do meio académico. A primeira plataforma apresentada pelo autor é a plataforma de defesa (*advocacy platform*), surge no período em que o turismo era defendido por investidores e organizações internacionais, pois era visto como um fenómeno que apenas trazia benefícios para os territórios. Neste primeiro período, que compreende o período de reconstrução e expansão económica pós Segunda Guerra Mundial, enfatizavam-se os benefícios do turismo, pois acreditava-se que o turismo era capaz de reconstruir economias porque criava emprego e trazia divisas do exterior (Santos et al., 2009). Esta plataforma dá especial relevo aos benefícios económicos da atividade turística, vista como complacente do ponto de vista ambiental e, em particular aos países em desenvolvimento, uma alternativa economicamente viável (Jafari, 1990). Pela razão acima exposta, segundo Hardy et al. (2002), esta plataforma pode ser vista como precursora do conceito de turismo sustentável.

A segunda plataforma é denominada plataforma da advertência (*cautionary platform*) e surge a partir do momento em que a sociedade toma consciência de que o turismo não tem apenas impactos positivos, mas também negativos, sobre a sociedade. Nesta fase, o turismo é identificado como uma atividade essencialmente voltada para os turistas e, ignorando as necessidades das comunidades locais, que gera conflitos e destrói a cultura local e os recursos naturais.

A terceira plataforma é a de adaptação (*adaptancy platform*), que aparece no início dos anos 1980 e se carateriza por enfatizar as formas alternativas de turismo, nomeadamente o turismo verde, no sentido de minimizar os seus impactos negativos. Nesta altura, a comunidade académia, as organizações governamentais (OG) e as organizações não-governamentais (ONG) assumiram um papel importante na defesa de um turismo mais sustentável e os estudos sobre o turismo passaram a focar formas de operacionalizar um turismo que provocasse menos impactos negativos (Gomes et al., 2006).

A quarta plataforma, baseada no conhecimento científico (*knowledge-based platform*), inicia-se nos anos 1990 e centra-se na avaliação dos impactos do turismo e na operacionalização de

um turismo sustentável (Jafari, 1999; 2005). Com o objetivo de se entenderem as suas estruturas e funções subjacentes, nesta plataforma o turismo é visto como um todo, como um sistema (Lopes et al., 2010). Esta plataforma adota um enfoque holístico para o estudo do turismo, não se limitando à consideração dos seus impactos ou formas, isto é, realça a necessidade de uma abordagem sistémica, vê a atividade turística numa perspetiva holística (Lopes et al., 2010).

As plataformas de Jafari (2005), que contribuíram para a reformulação constante dos conceitos de turismo, mostram as mudanças que, ao longo do tempo, ocorreram nas abordagens à problemática do turismo. Estas quatro plataformas, que surgiram cronologicamente pela ordem apresentada, não se substituíram entre si, mas antes, as quatro coexistem atualmente. Porém, foi a última, a plataforma do conhecimento que ficou responsável pelo despertar dos académicos do turismo a nível mundial (Jafari, 2005).

O turismo é um poderoso "agente" responsável por alterações a nível económico, ambiental, social e cultural (Eusébio, 2006). Dado o seu papel relevante e a sua natureza interdisciplinar, multifacetada e complexa, o turismo tem sido alvo de diversas abordagens que têm dado origem a uma multiplicidade de definições (Firmino, 2007; Harill, 2004). Nesta ordem de ideias, pretendendo-se nesta investigação avaliar o papel do turismo enquanto motor de desenvolvimento e dada a diversidade de definições de turismo, considera-se crucial uma análise conceptual do turismo.

O primeiro conceito de turismo, que remonta a 1911, é atribuído ao economista austríaco Herman Schrattenhofen, segundo o qual turismo é um conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída dos turistas de um determinado país (Barreto, 2003). Contudo, no decorrer do século XX outras definições surgiram. Segundo Smith, Jafari escreveu em 1997 a primeira definição já com uma dimensão académica: "o estudo do homem fora do seu habitat quotidiano, do sector de actividade que satisfaz as suas necessidades e dos impactos que aquele e este produzem no meio sociocultural, económico e físico dos seus anfitriões" (Smith, 1988: 180). Segundo Mathieson e Wall (1982, citado em Henriques, 2003: 22) "o turismo consiste no movimento temporário para destinos fora do lugar normal de residência de trabalho, bem como nas atividades desenvolvidas durante a estada e as *facilities* criadas para satisfazer as necessidades dos turistas." Esta definição, para além de enfatizar, quer o lado da procura, quer o lado da oferta, destaca-se, no conjunto de muitas outras definições, no sentido em que ela agrupa um conjunto de características inerentes ao turismo.

Pela análise das definições de turismo existentes, Leiper (1979), por sua vez, identificou três orientações nas conceitualizações: (i) uma Económica – que traduz a importância económica e empresarial do turismo, mas criticada por não reconhecer alguns dos elementos básicos do turismo (temporal, humano e físico); (ii) outra Técnica – que visa a caraterização e

mensuração dos mercados turísticos; e, por último, (iii) uma Holística – que procura captar a totalidade da natureza do turismo. Na tentativa de colmatar as deficiências existentes nalgumas definições de turismo, Leiper (1979: 403-404) defini-o como um:

> " (…) sistema que abarca as viagens discricionárias e a permanência temporária de pessoas fora do seu local habitual de residência por uma ou mais noites, excetuando as deslocações efetuadas com o objetivo principal de obter remuneração nos pontos dessa rota. Os elementos do sistema são os turistas, as regiões geradoras, as rotas de trânsito, as regiões de destino e um setor turístico. Com características de um sistema aberto, a organização dos cinco elementos opera-se em ambientes mais amplos: físico, cultural, social, económico, político, tecnológico, com os quais interage".

Outros autores (Gunn e Var, 2002; 1994a; Inskeep, 1994, Moscardo; 2011; Poon, 1993) definem, também, o turismo como um sistema, destacando a interdependência que existe entre os diferentes atores. Das várias abordagens existentes, considera-se que a abordagem sistémica de Leiper (1979) é aquela que mais se ajusta a esta investigação, uma vez que ao incorporar diferentes elementos (geográficos, humanos, organizacionais) e ao interligá-los entre si, adota uma perspetiva interdisciplinar do fenómeno turístico. Por sua vez, a Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo como o conjunto de (WTO, 2001: 1):

> "actividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer e negócios e outros não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada a partir do local visitado."

Apesar de existir uma panóplia de definições de turismo, segundo Henriques (2003), nenhuma ganhou até ao momento o estatuto de aceitação generalizada. Hunt e Layne (1991), Smith (1988; 1989) e Leiper (1993) justificam essa indefinição pela natureza interdisciplinar do turismo, levando a que cada investigador o defina em função da sua formação académica. Contudo, apesar de não existir uma definição consensual, que sirva as várias abordagens que se debruçam sobre esta área do conhecimento, segundo Bull (1995) existem aspetos do turismo que são tidos em consideração em todas as definições, nomeadamente as necessidades e as motivações dos turistas, a forma como os destinos turísticos são selecionados, as interações que se desenvolvem entre os turistas (procura turística) e aqueles que atuam de forma a satisfazerem as necessidades dos turistas (oferta turística). A Tabela 3.2 apresenta algumas definições de turismo, agrupadas em duas abordagens.

Tabela 3.2 – Definições de turismo

Autor/Ano	Conceito	Abordagem
Leiper (1979)	O turismo é um setor que é constituído por empresas, organizações e equipamentos que satisfazem necessidades específicas dos turistas, através do fornecimento de bens e serviços para satisfazer necessidades específicas desses mesmos de turistas.	Oferta
Mathieson e Wall (1982)	O turismo é um movimento temporário para destinos fora do lugar normal de residência e de trabalho, bem como as atividades desenvolvidas durante a estada e as facilidades criadas para satisfazer as necessidades dos turistas.	Oferta/Procura
Mclntosh e Goeldner (1986)	Turismo é um setor fragmentado em muitas partes e várias atividades.	Oferta
Smith (1988)	Bens e serviços utilizados pelos visitantes, sendo que alguns desses bens e serviços são destinados exclusivamente aos visitantes e outros podem ser utilizados por visitantes e residentes.	Procura
Herman von Schulland (1910)	Soma das operações, fundamentalmente de natureza económica, relacionadas com a entrada e o movimento de estrangeiros dentro de um determinado país, região ou cidade.	Procura
Murphy (1995)	A oferta de turismo é altamente fragmentada, com muitos tipos de negócios e muitos níveis de industrialização, todos eles tem com a finalidade de contribuir para a satisfação do visitante.	Oferta
Bull (1996)	O turismo é a oferta organizada de bens e serviços aos visitantes num dado destino.	Oferta
Costa (2005)	O turismo integra um vasto sistema de atividades transversais que inclui matérias relacionadas com a economia, sociedade, cultura, património e ambiente, de especificidade intrínseca às características dos produtos e da atividade da «indústria» do turismo (intangibilidade e perecibilidade).	Oferta

Fonte: Adaptado de Costa (2005), Eusébio (2006) e Renda (2012).

Independentemente do conceito de turismo, não há dúvidas que se trata de "um fenómeno social da modernidade, de dimensão global e com manifestações diferenciadas nos territórios" (Renda, 2012: 13). Frequentemente descrito como uma atividade multifacetada que ultrapassa os sectores convencionais da economia, o turismo requer dados de natureza económica, social, cultural e ambiental (Lickorish e Jenkins, 2000).

3.3 Destino turístico

O destino turístico é uma componente do sistema turístico, considerando-se nesta investigação relevante a sua conceptualização. À semelhança do conceito de turismo, a sua conceptualização envolve alguma complexidade pois, dadas as características particulares de cada um, existe uma grande diversidade de destinos turísticos. Porém, diversos autores (Ashworth e Voogdt, 1991; Cooper et al., 2008; Laws, 1995; Lundberg, 1990; Mill e Morrion, 1992) têm definido o conceito de destino turístico.

Ashworth e Voogdt (1991) definem-no como um local de consumo de um conjunto diversificado de bens e serviços. Segundo Cooper et al. (2008) um destino turístico compreende um conjunto de elementos (equipamentos e serviços planeados) combinados com vista a atrair visitantes. Mill e Morrion (1992) realçam que o sucesso de um destino turístico, associado à existência de um conjunto de serviços e atrações, depende do seu poder de atração de visitantes. Para Lundberg (1990) o destino turístico pode ser pensado como uma unidade geográfica que pode ser identificada como possuindo uma imagem comum.

Pela análise das definições de destino turístico constata-se, por um lado, que em todas elas existem elementos comuns (existência de elementos físicos e humanos) e, por outro, que os destinos turísticos são distintos. Um destino turístico é percecionado como uma entidade singular (por exemplo: Portugal, Região Norte, Concelho da Guarda), que inclui todos os elementos que fazem parte da experiência turística (alojamento, atrações, transportes, população local, entre outros). Trata-se de um espaço geográfico com caraterísticas próprias (localização espacial, economia, emprego, saúde, educação, entre outras) e uma entidade sociocultural muito própria (gastronomia, história, modos de vida, tradições) (Rodrigues, 2004).

Nesta investigação, adota-se a perspetiva de Eusébio (2004) ao considerar que um destino turístico é "um espaço geográfico onde coexistem elementos naturais (clima e paisagem), elementos construídos (atrações construídas, infraestruturas de apoio e serviços turísticos) e elementos socioculturais (cultura e hospitalidade dos residentes) que interagem uns com os outros e que se encontram em constante mutação (Eusébio, 2006: 24). Todos estes elementos, integrados, influenciam os visitantes na escolha do destino turístico.

Com base no tipo de atrações turísticas existentes, é comum a classificação dos destinos turísticos em grupos homogéneos, nomeadamente destinos de negócios, naturais, entre outros (Holloway, 1995). Embora no território de estudo desta investigação exista uma grande diversidade de recursos e serviços que interessa explorar para fins turísticos, predominam os recursos naturais (neve, paisagem, parques naturais, montanhas, vales, planícies) associados ao turismo de natureza. Apesar de este critério ser relevante, nesta investigação, a delimitação geográfica do espaço foi o critério que mais pesou na escolha do destino turístico a analisar.

A delimitação geográfica do espaço como critério de classificação do destino turístico implica o conceito de região de destino turístico**.** Gunn e Var (2002) fazem referência a um conjunto de características que uma região deverá incorporar para que possa ser considerada como uma região de destino turístico, especificamente:

1. Conter um conjunto de características físicas, sociais e culturais que lhe deem uma determinada identidade regional;

2. Possuir um conjunto de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo (rodovias, ferrovias, serviços financeiros e de saúde, recreativas, gastronómicas, escolas, entre outras);
3. Possuir atrações turísticas que possibilitem o desenvolvimento do turismo;
4. Ser acessível, em termos rodoviários, ferroviários, aéreos ou marítimos a uma grande quantidade de pessoas;
5. Possuir uma dimensão geográfica maior que uma aldeia ou uma cidade.

A definição de região de destino turístico pode ser feita pelo investigador em conformidade com os objetivos da investigação. Nesta investigação considera-se uma região de destino turístico uma área geográfica contígua, delineada por organismos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo ou por investigadores, que possui atrações turísticas e um conjunto de características (físicas, culturais e sociais, entre outras), e que se considere importante para o desenvolvimento do turismo. No quinto capítulo, é feita a caraterização do território em estudo nesta investigação e justificada a escolha do mesmo.

3.4 Desenvolvimento e planeamento turístico

O conceito de desenvolvimento turístico, ao não reunir consenso na literatura e ao carecer de neutralidade ideológica, não possui uma definição universal (Dann, 2002). Em sentido lato, o desenvolvimento turístico pode, contudo, ser definido como um processo evolutivo que resulta de processos de transformação global, que dizem respeito ao turismo e que originam alterações em muitos setores e atividades. O desenvolvimento turístico apresenta-se como um motor de desenvolvimento económico, sociocultural, político e ambiental, revelando-se atraente tanto para países desenvolvidos como para países subdesenvolvidos. Porém, o turismo só propicia desenvolvimento, aos países e suas regiões, quando existem as condições adequadas ao seu desenvolvimento (Goeldner et al., 2002; Gunn e Var, 2002; Inskeep, 1991; Vieira, 2007).

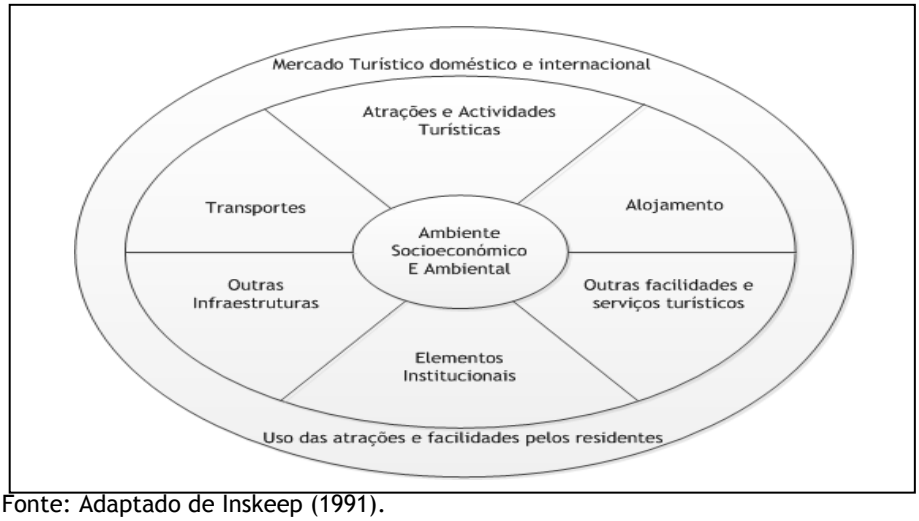
Segundo Cunha (2008: 21), as potencialidades de desenvolvimento turístico de um território dependem dos seus "recursos, mas o seu crescimento depende da capacidade de os valorizar e da criação de novos fatores de atração." Do ponto de vista económico, recursos são todos os meios tangíveis e intangíveis utilizados num processo de transformação para a obtenção de bens ou serviços, destinados à satisfação das necessidades do homem (Cunha, 2008). Para este autor, a atividade turística baseia-se em recursos turísticos que podem definir-se como "todos os elementos naturais ou atividades humanas que deem origem à deslocação de visitantes" (Cunha, 2008: 24).

A OMT distingue os conceitos de património turístico e recurso turístico (OMT, 1978, citado em Cerro, 1993 e Cunha, 2008) intimamente ligados com o turismo. O património turístico compreende um conjunto de potencialidades que os bens materiais e imateriais dispõem e

que podem ser transformados para um fim turístico. O recurso turístico compreende o conjunto de todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura (Cerro, 1993; Cunha, 2008).

Inskeep (1991) descreve o planeamento turístico como a ferramenta que permite resolver eventuais conflitos e maximizar os benefícios e categoriza seis componentes fundamentais no desenvolvimento de um destino turístico: (i) atrações e atividades turísticas, (ii) unidades de alojamento turístico, (iii) equipamentos e serviços turísticos, (iv) elementos institucionais, (v) outras infraestruturas e (vi) transportes (Figura 3.1).

Figura 3.1 – Componentes fundamentais no desenvolvimento de um destino turístico



Fonte: Adaptado de Inskeep (1991).

O modelo de Inskeep (1991) é relevante nesta investigação pelo facto de, para além de contemplar as várias componentes da oferta, faz ainda referência aos utilizadores do território turístico, concretamente o mercado turístico, doméstico, internacional e os residentes. Em relação aos residentes, os atores locais de referência nesta investigação, o modelo de Inskeep (1991) prevê o usufruto, por parte dos mesmos, de infraestruturas, serviços, atividades e espaços que estes não teriam caso o turismo não existisse. A existência de condições para o desenvolvimento do turismo é condição necessária, mas não suficiente para o seu desenvolvimento. Este depende da forma como todas as componentes estão incorporadas no processo de desenvolvimento, o que enfatiza a necessidade do planeamento da atividade turística (Butler, 2002; Pearce, 2002; Costa, 2006; Fazenda et al., 2008).

Gunn e Var (2002) referem que o planeamento do turismo permite aos destinos turísticos acompanhar a dinâmica de crescimento do turismo. Butler (2002) descreve planeamento e desenvolvimento integrado como um processo de inserção do turismo numa região e a forma como esta atividade se mistura com os outros elementos existentes. Este processo de inclusão do turismo e a sua mistura com os elementos existentes depende do esforço e participação

dos *stakeholders* e deve ser feita de forma adequada, cuidada e harmoniosa. Os *stakeholders* são os grupos de interesse (residentes, empresários, ONG, OG e turistas) que podem afetar ou ser afetados tanto pelas decisões políticas como pelas ações dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento do turismo. Nesta investigação dá-se especial destaque à auscultação e participação dos residentes no planeamento do turismo à escala regional, porque estes deixaram de ser apenas beneficiários dos resultados do desenvolvimento turístico e passaram a fazer parte integrante desse processo.

Durante muito tempo, as investigações dedicadas ao turismo apenas focavam os benefícios do seu desenvolvimento, sendo o turismo desenvolvido sem qualquer planeamento (Gunn e Var, 2002). Assim, o planeamento do turismo só começa a ganhar maior relevância depois da atividade turística se ter tornado um fenómeno de massas a nível mundial, com consequências a nível nacional, regional e local e perante a constatação dos impactos produzidos pelo turismo. Após ser reconhecida a necessidade do planeamento, diversos investigadores têm vindo a desenvolver modelos de análise e de gestão estratégica para o turismo, destacando-se o:

(1) Modelo sistémico de Getz (1986), que se baseia num processo de identificação de problemas e soluções para o turismo através da descrição e avaliação dos sistemas, no que concerne à sua inventariação, tipologias e classificações;
(2) Modelo proposto por Mill e Morrison (1992), que defende a formulação de políticas e estratégias para o turismo através da análise e avaliação dos constrangimentos internos dos sistemas onde o turismo se desenvolve;
(3) Modelo de Inskeep (1991) que, tal como o modelo de Mill e Morrison (1992), foca a avaliação das questões ambientais, dos recursos patrimoniais e socioculturais no processo de planeamento do turismo;
(4) Modelo de Costa (2001), baseado na relação «Produto-Espaço», segundo o qual o sistema turístico passa a depender de produtos e da identificação de recursos e *clusters* de oferta;
(5) Modelo de Ritchie e Crouch (2003), que contempla a identificação dos recursos limitados e/ou amplificadores que influenciam a competitividade de um destino turístico e que prevê políticas e planos de desenvolvimento.

A análise dos vários modelos de planeamento turístico referidos coloca no centro do processo de planeamento a avaliação dos recursos patrimoniais e socioculturais, do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável do turismo e, ainda, objetivos de melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (Costa, 2005).

Gee e Fayos-Sola (1997) e Gunn e Var (2002), ao descreverem o planeamento turístico como o planeamento elaborado de uma área geográfica que possui condições, atrações, infraestruturas e recursos humanos capazes de atrair visitantes, realçam que este pode ser feito à escala regional ou apenas local, dependendo da área em causa e do envolvimento

turístico. Em relação à abrangência geográfica do planeamento turístico, Inskeep (1991) salienta que o planeamento do turismo deve ser preparado a nível internacional, nacional, regional e sub-regional focando, cada um, um grau de especificidade diferente.

Assim, seja qual for a dimensão geográfica do destino turístico, o importante é que o planeamento seja feito de forma integrada, ou seja, envolvendo a análise de todos os aspetos relacionados com o turismo (recursos humanos, transportes, abastecimento de água, todo o tipo de infraestruturas, atividades de suporte, entre outros), não se limitando ao planeamento de uma única estância turística (Gee e Fayos-Sola, 1997). Quando comparado com o planeamento nacional, o planeamento turístico é mais específico. Porém, os elementos a focar neste planeamento são idênticos aos do planeamento nacional, reportados ao sector ou região em análise.

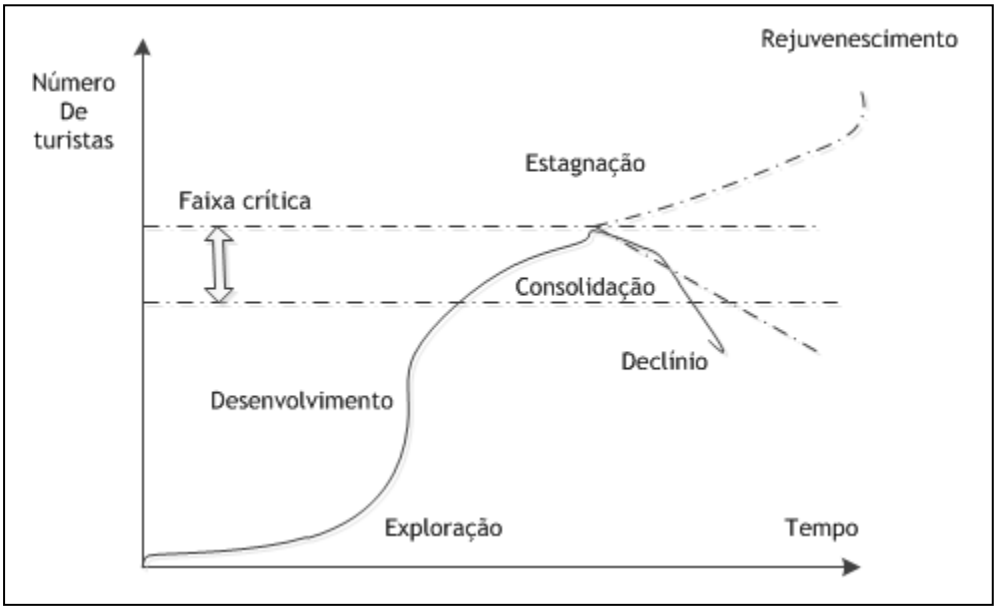
O planeamento turístico constitui-se como uma ferramenta para salvaguardar os recursos dos quais a atividade turística depende e, simultaneamente, existe para promover uma maior eficácia e eficiência nos investimentos públicos e privados a realizar numa determinada região (Fazenda et al., 2008). Na definição de uma estratégia de turismo regional importa proceder a uma análise das vocações, das oportunidades e dos constrangimentos ao nível do turismo. Numa escala nacional torna-se necessário identificar os constrangimentos estruturais da realidade do país e proceder a uma análise dinâmica dos fatores endógenos e exógenos, que por si próprios, constituem oportunidades de crescimento ou de potenciação do desenvolvimento (SaeR, 2005). Numa escala regional importa que o próprio destino turístico seja capaz de controlar todo o processo produtivo do turismo, nunca esquecendo que as comunidades locais devem ser agentes participativos na definição e implementação de todos os projetos e políticas.

Em Portugal, a atividade turística possui peso económico, importância social e é motor de desenvolvimento no todo e nas suas regiões (Fazenda et al., 2008). Assim, importa compreender de que forma o turismo pode contribuir para o desenvolvimento (nacional, regional e local), que se requer sustentável. Neste contexto, existe a preocupação contínua de encontrar o melhor modelo capaz de promover um desenvolvimento turístico sustentável, no país e suas regiões. Apesar de, para Portugal, os indicadores de medição dos movimentos turísticos evidenciarem uma evolução positiva, existe ainda um longo caminho a percorrer, o qual passa por conceber as estratégias mais adequadas ao desenvolvimento turístico e que, naturalmente, contribuam para o desenvolvimento dos territórios. O planeamento estratégico do desenvolvimento do turismo e "o ordenamento territorial do turismo é condição de competividade para o sector, que opera num mundo globalizado, volátil, agressivo, o que lhe confere uma considerável incerteza quanto ao futuro" (Carreto e Lima, 2007: 77).

Na literatura existem modelos de avaliação do desenvolvimento turístico que permitem entender as vantagens, os obstáculos, os desafios e as oportunidades de desenvolvimento de

um destino turístico (Butler, 1980; Lewis e Green, 1988; Plog, 1974, 2001). Um dos modelos mais referenciados é o modelo do ciclo de vida de Butler (1980), segundo o qual a evolução de um destino turístico ocorre em 5 fases distintas, concretamente: (i) exploração, (ii) envolvimento, (iii) desenvolvimento, (iv) consolidação e, por último, (v) estagnação. A partir da fase de estagnação, de acordo com as atitudes da população residente e do nível de planeamento e de gestão existentes no destino, podem existir diferentes cenários de evolução: rejuvenescimento, crescimento reduzido, estabilização ou declínio imediato do destino turístico, conforme ilustra a Figura 3.2.

Figura 3.2 – Modelo do ciclo de vida de um destino turístico de Butler (1980)



Fonte: Adaptado de Butler (1980).

O modelo de Butler (1980) defende que existe uma relação direta entre o número de turistas e a evolução temporal do destino turístico. Este modelo é muito referenciado na literatura e tem sido alvo de críticas. Uma das principais advém do facto de o modelo se basear unicamente no comportamento de uma variável, o número de visitantes. Outras apontam a sua dificuldade de aplicação como modelo de previsão e o facto de omitir a escala dos destinos turísticos (nacional, regional ou local) e que, em alguns estudos, as fases do ciclo de vida não são facilmente identificáveis e separáveis (Getz, 1992)

Apesar das críticas, o modelo de Butler (1980) representa um marco importante na investigação na área do turismo. O modelo faz referência à capacidade de carga de um destino turístico, alertando para a necessidade de introduzir limites ao volume e intensidade do desenvolvimento. Segundo Mathieson e Wall (1982), a capacidade de carga é o número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem originar um declínio intolerável na qualidade da experiência dos visitantes e sem provocar uma transformação inadmissível no ambiente físico. Cooper et al. (2008) referem, ainda a este propósito, que capacidade de

carga de um destino turístico é o limite de absorção e utilização sem o destino turístico se deteriorar.

Outros modelos citados na literatura na avaliação do desenvolvimento turístico são os modelos de Plog (1974) e de Lewis e Green (1988). Segundo o modelo proposto por Plog (1974), o destino turístico pode ser avaliado de acordo com o tipo de turista que o visita, estes categorizados, segundo as suas caraterísticas psicográficas, em psicomêntricos, mesocêntricos e alocêntricos. Assim, um destino turístico segue um ciclo de vida, dividido em 3 fases: uma fase de expansão, uma fase de estagnação e depois uma fase de declínio. Na fase de expansão um destino turístico começa por atrair um reduzido número de visitantes alocêntricos, possuidores de um espírito aventureiro, que procuram culturas e ambientes diferentes e que não exigem muitas estruturas turísticas. À medida que o destino turístico começa a ficar conhecido, começa a ser procurado por outro tipo de turistas (os mesocêntricos), e quando o destino turístico já estiver completamente consolidado é visitado pelos psicocêntricos. Por sua vez, Lewis e Green (1988) identificam quatro etapas de desenvolvimento dos destinos turísticos: (1) evolução; (2) formação; (3) desenvolvimento e (4) centralização, realçando que na passagem de uma etapa para a outra existem estádios transitórios de desenvolvimento.

Comum a todos os modelos explicativos do desenvolvimento dos destinos turísticos, é o facto de o turismo provocar transformações (positivas e/ou negativas) nos territórios onde se desenvolve. Por sua vez, essas transformações provocam alterações no tipo de turistas e nas perceções e atitudes dos residentes face ao desenvolvimento do turismo.

3.5 Competitividade e sustentabilidade turística

A competitividade e a sustentabilidade turística têm vindo a ser intensivamente debatidas nos meios políticos, académicos, empresariais e na sociedade em geral. Face ao fenómeno da globalização, a competitividade dos destinos turísticos tornou-se um imperativo, sendo um ponto estratégico de máxima importância para a sustentabilidade turística. Perante esta convicção têm surgido vários estudos, com o intuito de modelar o conceito de competitividade e a forma de a atingir (Buhalis,2000; Gilbert, 1990; Ponn, 1993; Porter, 1980; Richie e Crouch, 2003).

Contudo, o conceito de competitividade carece de uniformização e a grande variedade de definições e perspetivas sobre a forma de a alcançar, torna difícil conjugar uma só definição. Porter (1990) é de opinião que, não são apenas os países que competem no mercado internacional, as empresas também. Acresce que a competitividade de um país ou região constrói-se sobre o sucesso que as empresas alcançam no mercado internacional, sendo o sucesso das empresas explicado pelo ambiente económico, instituições e políticas governamentais existentes no país/região. Segundo Porter (1990, 1994), a análise da

competitividade deve incidir sobre indústrias específicas ou segmentos de indústria, e não sobre a economia como um todo, uma vez que é impensável que as empresas de todos os setores possuam vantagens competitivas. Para Porter (1990), o principal indicador de competitividade é a produtividade, determinante principal, a longo prazo, do padrão de vida de um país. Assim, o desempenho competitivo de um país, região ou indústria resulta da articulação de quatro determinantes: (i) da dotação de um país em fatores de produção (trabalho especializado ou infraestruturas, necessários à atividade competitiva de uma determinada indústria); (ii) de uma estratégia; (iii) das caraterísticas da procura interna e (iv) da existência de indústrias relacionadas e de suporte.

A maioria dos modelos de competitividade foi desenvolvida no âmbito de empresas ou sectores específicos. Devido à crescente importância económica do turismo e à concorrência existente no mercado dos destinos turísticos, o conceito e a avaliação da competitividade de um destino turístico têm recebido grande enfoque na literatura, sendo exemplo os modelos de Gilbert (1990), Ponn (1993) e Richie e Crouch (2003).

A competitividade turística alcança-se no destino local, através de uma renovada capacidade de inovação e de melhoria constante (Ferreira e Estevão, 2009). Dominguez (2001) define competitividade turística como a capacidade das empresas turísticas atraírem visitantes (nacionais ou estrangeiros), que realizem gastos no destino turístico e que estes gastos sirvam para compensar custos do desenvolvimento da atividade e remunerar os capitais investidos de forma igual ou acima do seu custo de oportunidade. Aydalot (1985) acrescenta que os territórios que mostram um maior dinamismo são aqueles cujos processos de desenvolvimento se caracterizam pela flexibilidade do processo produtivo, pela capacidade inovadora das suas organizações e pela diversidade económica e cultural. Uma questão central na competitividade dum destino turístico passa pela aposta na criação de "valor" e na "diferenciação", com base na valorização dos recursos endógenos dos destinos turísticos. Nesta medida, o destino turístico deve ter vantagens comparativas e competitivas (Ferreira e Estevão, 2009).

Tendo presente as metas macroeconómicas, o reforço da competitividade da economia portuguesa é um imperativo na cena política atual. Neste sentido, Portugal propôs à Comissão Europeia um acordo, denominado Portugal 2020- Acordo de Parceria 2014-2020, no qual se consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial e com vista a estimular o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos. Nesse acordo, é diagnosticado que um dos constrangimentos da competitividade da economia portuguesa é o perfil de especialização produtiva existente. O PENT (GP, 2014: 13) refere que:

> "Portugal apresenta uma especialização produtiva tradicionalmente assente em atividades de reduzido valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica e de conhecimento. Nas

> últimas décadas, este tipo de produtos enfrentou uma procura internacional pouco dinâmica, bem como um aumento das pressões concorrenciais"

Dada a importância do turismo em Portugal, as empresas que operam na área do turismo têm um papel central no acréscimo da competitividade da economia portuguesa. No PENT (GP, 2012:7) para Horizonte 2013-2015, salienta-se a importância da competitividade turística nos seguintes termos:

> "O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta, tendo como motor a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas, na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial e das entidades públicas"

O PENT (GP, 2012: 7) acentua que o desenvolvimento do turismo tem que seguir os princípios do desenvolvimento sustentável:

> " Portugal deve ser um dos destinos na Europa com crescimento mais alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável, alavancado numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país."

Relativamente à questão da sustentabilidade turística, para melhor compreender as origens e o conceito de turismo sustentável, em primeiro lugar torna-se necessário esclarecer o próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Apesar de, os primeiros sinais de inquietação com o desenvolvimento sustentável terem surgido no século XVIII, só na segunda metade do século XX é que a questão ganhou relevância. Até aos anos 1960, os países periféricos procuravam o seu desenvolvimento através de políticas de curto prazo, buscando os seus ganhos via exploração de recursos naturais. O crescimento económico contínuo dos países mais desenvolvidos fez com que, a partir dos finais dos anos 60 do século passado, os países menos desenvolvidos optassem por políticas de crescimento que premiavam a exploração excessiva dos recursos naturais. O objetivo era conseguir uma aproximação, em termos de crescimento, aos países mais desenvolvidos. Porém, começou-se a assistir à degradação do meio ambiente e ao modelo de desenvolvimento neoliberal, vigente nessa altura, foram apontadas inúmeras críticas que despoletaram os primeiros movimentos sociais que puseram em causa a sustentabilidade do modelo de crescimento vigente.

A constatação da existência de impactos negativos sobre o meio ambiente levou à realização, em junho de 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Esta Conferência, também conhecida por Conferência de Estocolmo, foi um marco histórico decisivo para o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável (Mitcham,1995). Foi a primeira conferência mundial que teve por objetivo "organizar" as relações do homem com o meio ambiente e onde foram enunciados um conjunto de princípios que denunciavam a responsabilidade do desenvolvimento pela deterioração ambiental (Silvano, 2006).

A Declaração de Estocolmo, documento que saiu desta conferência, deu indicações claras no sentido de que o padrão de desenvolvimento económico vigente teria de ser alterado e de ser conseguido um consenso quanto a um conjunto de diretrizes que refletissem o compromisso dos países em questões relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento (Almeida e Abranja, 2009).

Segundo Hardy e Beeton (2001), a possível contradição existente entre o crescimento económico e a proteção ambiental foi a génese do desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado, em 1987, com o Relatório Brundtland, apresentando a primeira e a mais consensual definição de desenvolvimento sustentável, referindo-o como o desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de satisfação de idênticas necessidades das gerações futuras (WCED, 1987).

O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado no relatório Brundtland "consolida-se institucionalmente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro em 1992 (Siart, 2003). Esta Cimeira, conhecida por Cimeira da Terra ou Cimeira do Rio, constituiu um dos marcos mais significativos para a compreensão do desenvolvimento sustentável. Esta conferência foi muito profícua e dela resultaram documentos importantes em termos ambientais e de sustentabilidade como a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Quatro das Nações Unidas sobre Mudanças Climatéricas e a Declaração de Princípios sobre o Uso de Florestas. Desde então, o conceito de sustentabilidade começou a tomar forma, expandiu-se para todas as áreas do conhecimento, entre elas, o turismo.

O conceito de sustentabilidade adquiriu, assim, uma importância primordial, sendo que, atualmente o grande desafio dos países é o de criar comunidades sustentáveis, ou seja, ambientes económicos, sociais e ambientais, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Apesar de ter tido uma aceitação generalizada, nas diferentes correntes políticas e científicas, o conceito de desenvolvimento sustentável têm sido interpretado de diferentes formas e, consequentemente, não parou de sofrer adaptações, de forma a refletir as múltiplas visões daqueles que o utilizam. Numa primeira fase, a interpretação do conceito estava apenas centrada nos aspetos ambientais, nomeadamente na limitação dos recursos naturais. Posteriormente, o conceito alargou-se e, atualmente abarca preocupações económicas, sociais e culturais.

Murphy (1995) salienta que o desenvolvimento sustentável deve atender à conservação dos recursos naturais, à minimização de impactos sobre os ecossistemas, referindo que a comunidade deve participar em processos decisórios relacionados com o meio ambiente.

Segundo Almeida e Abranja (2009: 18) "o desenvolvimento sustentável está fortemente associado à necessidade de gerir com visão de futuro os recursos naturais e a qualidade ambiental, mas o seu conceito é mais amplo e compreende uma dimensão económica, social e ambiental." Assim, "trata-se de um novo modo de olhar o desenvolvimento nas suas múltiplas facetas, constituindo-se como uma actuação transversal aos diferentes sectores de intervenção" (Almeida e Abranja, 2009: 17). O desenvolvimento sustentável apela para a imprescindibilidade de garantir uma articulação sistémica entre três dimensões: a económica, a social e a ambiental.

Apesar de, ainda hoje, o conceito de desenvolvimento sustentável carecer de uma definição consensual e clara, já conquistou uma aceitação generalizada, manifestada na adesão de práticas (a nível internacional, nacional e local) e na alteração de políticas implementadas em vários setores, nomeadamente no turismo (Hardy e Beeton, 2001).

O conceito de turismo sustentável teve um percurso, análogo ao do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que conduziu à sua aceitação generalizada (Saarinen, 2006; Hardy e Beeton, 2001; Hunter e Green,1995; Bramwell e Lane, 1993; Inskeep,1991). Durante muito tempo, ao turismo não foram apontados impactos, nomeadamente negativos. Atualmente são quantificados em positivos e negativos sendo, ainda, distribuídos por nível económico, social, ambiental e cultural. Dada a existência desses impactos, resultantes do desenvolvimento, revelou-se essencial transpor o conceito de desenvolvimento sustentável para o turismo (Oliveira e Manso, 2010a).

De acordo com Clarke (1997), o conceito de "turismo sustentável" nasceu, nos anos 80, como oposição ao turismo de massas. Segundo Goodall e Sadler (1997), a partir dos finais dos anos 80, o turismo sustentável tornou-se um objetivo desejável em todos os tipos de turismos existentes, independentemente da escala da atividade turística. A Tabela 3.3 enuncia as causas do nascimento do turismo sustentável.

Tabela 3.3 – Causas do nascimento do turismo sustentável

- Cada vez mais existe uma maior consciencialização dos problemas ambientais existentes;
- Perante um turismo convencional que busca a máxima rentabilidade no menor espaço e tempo possível, os turistas começaram a aperceber-se do seu impacto sobre o meio;
- Os visitantes exigem cada vez mais qualidade nos locais que visitam. A própria competitividade dos destinos turísticos faz com que se opte por enclaves de maior qualidade;
- Os grupos ambientalistas começam a preocupar-se com o impacto do turismo no meio ambiente, exercendo pressão sobre a opinião pública.

Fonte: Adaptado de Heras (2004: 34).

Na literatura sobre esta temática existem diversas definições de turismo sustentável (Swarbrooke,1999; Clarke,1997; Butler,1999; Garrod e Fyall, 2001). Apesar de ser um tema

que envolve forte debate, quer em termos da sua conceptualização, quer da sua operacionalização, ainda não existe uma definição consensual (Moniz, 2006; Cernat e Gourdon, 2005; Hunter e Green, 1995).

Para Swarbrooke (2000), turismo sustentável é aquele que procura minimizar os impactos negativos, a nível ambiental e sociocultural e, em simultâneo, promove benefícios económicos para as comunidades locais. Segundo Partidário (1998), o turismo sustentável é um conceito que procura conciliar os objetivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensáveis à sua existência. Para Butler (1999), o turismo sustentável é aquele que se desenvolve e se mantém numa área, de tal forma e a uma tal escala, que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano e físico) em que existe e, por último, sem pôr em causa o desenvolvimento de outras atividades.

Desde a década de 1980, o desenvolvimento sustentável tornou-se, em geral, o centro das atenções ou foco nos estudos do desenvolvimento e, em particular, no turismo (Liu, 2003). A sustentabilidade do turismo é elogiada por Bramwell e Lane (1993) como um abordagem positiva destinada a reduzir as tensões e os atritos criados pelas interações complexas entre a indústria do turismo, os turistas, o meio ambiente e as comunidades de acolhimento. Todas as definições de turismo sustentável salientam a necessidade do abandono de uma visão puramente económica e que se agregue preocupações ambientais e sociais (Garrod e Fyall, 2001). Segundo Hunter (1997), não existe uma aceitação universal que estabeleça a forma como essas preocupações se agregam mas, o conceito de turismo sustentável pode ser moldado de forma a se adaptar às mais diversas visões. A questão central é conseguir passar da sua teorização para ações concretas (Goeldner et al., 2002).

Para a OMT (1993) o desenvolvimento sustentável do turismo só acontece quando são equacionados três aspetos cruciais: (i) a promoção de uma experiência de qualidade ao visitante, (ii) a manutenção da qualidade do ambiente para a comunidade e visitantes e, por último, (iii) a melhoria da qualidade de vida da comunidade dos destinos turísticos. O Código Mundial de Ética do Turismo, criado pela OMT, para além de designar princípios que reforçam a necessidade de desenvolver a atividade turística de forma sustentável, estabelece também que é dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais na perspetiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras (OMT, 1993).

Segundo Ruschmann e Solha (2004: 5), o turismo em Portugal apresenta-se como um motor de desenvolvimento, tal como em outros países, por isso "a atividade turística encontra-se diante de pressões do mercado, da estrutura das ações comerciais, da intensidade da competitividade e da relação entre quantidade e qualidade na prestação de serviços aos

turistas." Perante este cenário, é crucial desenvolver destinos turísticos sustentáveis. No PENT (GP, 2012: 74) é referido que, no caso concreto de Portugal a:

> "sustentabilidade deve constituir a base das políticas públicas à escala nacional, regional e local, orientadas para um desenvolvimento de longo prazo, gerador de riqueza e emprego, alicerçado nos valores e tradições locais, contribuindo para a preservação e conservação dos recursos naturais. A capacidade do turismo de afirmar-se como veículo de melhoria da qualidade de vida das populações e de redução das assimetrias regionais constitui prioridade das políticas públicas de turismo e a assunção de que os espaços rurais naturais de qualidade e as atividades a eles ligadas são fatores essenciais para a diferenciação e qualificação de diferentes sectores de oferta turística e para a atenuação da forte sazonalidade da oferta e da procura atual."

A estratégia definida para Portugal, no horizonte 2013-2015, procura a sustentabilidade dos destinos, alavancando efeitos positivos e atenuando os que possam ter impactos negativos nas regiões e populações a vários níveis. O PENT (GP, 2012: 48-49) refere:

> "i) sustentabilidade do desenvolvimento, fomentando o empreendedorismo e o desenvolvimento de fileiras relacionadas e potenciando a interação com as comunidades locais e as suas atividades produtivas;
> ii) sustentabilidade económica do sector via qualificação dos recursos humanos e do produto;
> iii) aposta na inovação e desenvolvimento de um modelo de gestão da sazonalidade;
> iv) urbanismo, valorizando a autenticidade, pela conservação e valorização do património, e intervindo em áreas públicas e exteriores;
> v) sustentabilidade do ambiente, apostando na utilização racional dos recursos naturais e na valorização do património natural;
> vi) paisagens naturais e culturais, focando na relação entre o turista e o espaço, região e comunidades da envolvência, contribuindo para a experiência global da visita."

Segundo Silva (2000: 54), para Portugal é fundamental que o turismo tenha um desenvolvimento racional e equilibrado do turismo, porque sendo

> "um sector gerador de infraestruturas, de equipamentos, de actividades e emprego, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais e na economia nacional, onde, no conjunto dos seus ramos directos e indirectos, já possui um peso superior a outros sectores significativos na nossa estrutura de especialização económica."

3.6 Síntese conclusiva do capítulo

A atividade turística caracteriza-se por ser um motor de crescimento com maior potencial de expansão à escala mundial constituindo-se assim, na maioria de países, essencial para o desenvolvimento económico, com impacto, em geral, a nível nacional e, em particular, a nível regional (Engelstoft et al., 2006; Jackson et al., 2005; Opperman, 1993; Sharpley, 2002). A nível regional acredita-se ser essencial para evitar a desertificação e a estagnação económica dessas regiões, nomeadamente no caso do interior de Portugal.

O turismo gera efeitos multiplicadores na atividade económica das regiões, que se traduzem não só na geração de um importante valor acrescentado e na capacidade de motivar, por arrastamento, o desenvolvimento de outras atividades económicas (Cabugueira, 2005). Porém, num contexto de globalização contínua e de concorrência acrescida, o desenvolvimento do turismo deve passar pela utilização e valorização dos recursos existentes nos destinos turísticos e na capacidade de se criarem novos fatores de atração, implicando um desenvolvimento turístico que aposte na criação de valor e na sua "diferenciação." Face ao exposto, requer-se que o planeamento do turismo seja feito de forma integrada, ou seja, que envolva a análise de todos os seus aspetos, com a participação de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo. Por último, o futuro do turismo deve passar por uma perspetiva de sustentabilidade ambiental, económica, sociocultural, privilegiando-se a qualidade e a prática de ações socialmente responsáveis (Oliveira e Manso, 2008).

Capítulo 4

A Visão dos Residentes face ao Turismo: Proposta de um Modelo Conceptual

Nota introdutória

O quarto capítulo é dedicado à revisão da literatura das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo. Este capítulo inicia-se com a referência à importância da visão dos residentes no processo de desenvolvimento dos destinos turísticos, num contexto de globalização e de crescente competitividade. De seguida, faz-se alusão às principais teorias e modelos de avaliação das perceções e atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento turístico. Prossegue-se com a descrição dos principais impactos percecionados pelos residentes e suas atitudes face ao turismo. Por último, é proposto um modelo conceptual cujo objetivo principal é analisar as relações existentes entre (i) a perceção dos impactos positivos e negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e (ii) a satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo e as suas atitudes face ao turismo.

4.1 A importância da visão dos residentes

O desenvolvimento da atividade turística evidenciou a importância da análise e da compreensão das perceções e das atitudes dos residentes (Jackson, 2008; Scalabrini et al., 2004). A influência dos residentes tem sido analisada em vários domínios da atividade turística, não só nos aspetos relacionados com a competitividade e atratividade dos destinos, bem como na definição de estratégias e de medidas políticas de desenvolvimento para o turismo (McDowall e Choi, 2010).

Segundo Eusébio (2006: 27), o turismo "é causa e consequência da realidade económica, social, ambiental e cultural do espaço envolvente". A relevância do turismo exige a necessidade de avaliar as causas e as consequências do seu desenvolvimento e a participação, direta e indiretamente, de todos os atores envolvidos no seu desenvolvimento. Uma visão bem diferente da visão dos primeiros estudos sobre o turismo, que eram parcelares e apenas focavam os aspetos relacionados com os turistas, nomeadamente as suas necessidades, características e perfil sociodemográfico (Scalabrini et al., 2004). A Tabela 4.1 apresenta diversas considerações que mostram a importância da auscultação dos residentes no processo de desenvolvimento dos destinos turísticos.

Tabela 4.1 – Importância da auscultação dos residentes no processo de desenvolvimento dos destinos turísticos

- A atividade turística pode e afeta a vida dos seus residentes;
- A população residente é um ator participante indissociável ativo num cenário compósito como é o destino turístico;
- Os residentes são parte integrante e ativa de um planeamento adequado à satisfação das necessidades e desejos das populações locais, e a sua participação traduz-se geralmente numa maior hospitalidade na receção dos turistas;
- Os residentes são parte integrante de um planeamento mais adequado na gestão do destino turístico indispensável para que o turismo seja um motor de desenvolvimento das regiões de destino;
- Os residentes ajudam na formulação de novas políticas direcionadas para satisfazer, em simultâneo, as necessidades dos residentes e dos turistas;
- Os residentes contribuem para a induzir a sustentabilidade económica, sociocultural e ambiental, sendo mais facilmente garantida.

Fonte: Adaptado de Guerreiro, et al. (2008).

Dado o âmbito desta investigação, importa antes de mais clarificar os conceitos de "perceção" e de "atitude", conceitos que assumem grande relevância em termos de planeamento do turismo e de definição de políticas para ele orientados. Segundo Ap (1992) os termos "perceção "e "atitude" são distintos, pois enquanto a "perceção" está relacionada com o significado que se atribui a um objeto, a "atitude" relaciona-se com a predisposição ou tendência para um individuo reagir em relação a um objeto. A grande maioria das definições de "perceção" são categóricas ao afirmar que estas dependem do próprio indivíduo e que estão intimamente ligadas às suas interações sociais com o ambiente que o rodeia, ou seja, as perceções dependem de estímulos provindos quer do ambiente interno (condições demográficas e psicográficas) quer do âmbito externo do individuo (condições sociais, culturais e económicas do meio) (Kotyler, 2000).

A importância da análise das perceções e atitudes dos residentes, face ao desenvolvimento do turismo, tem sido discutida e largamente reconhecida por vários autores, dos quais se destacam: Archer e Cooper (2002), Cañizares, et al. (2014), Cui e Ryan (2011), Geneletti e Dawa (2009), Inbakaran e Jackson (2006), Nunkoo e Ramkissoon (2011), Remoaldo et al. (2012), Richie e Inkari (2006), Vargas-Sànchez, et al. (2011), Lee (2013) e Zhou, e Liu (2008).

A relevância do papel dos residentes tem-se traduzido num incremento cada vez maior na investigação dedicada ao estudo das atitudes e perceções dos residentes face ao turismo. De entre os autores que se têm dedicado a trabalhar o tema destaca-se Andereck et al. (2005), Archer e Cooper (2002), Besculides et al. (2002), Brunt e Courtney (1999), Brida et al. (2010), Byrd et al. (2009), Diedrich e García-Buades (2009), Getz (1993, 1994), Kitnuntaviwat e Tang (2008), Lindberg e Johnson (1997), McDowall e Choi (2010), McGehee

e Andereck (2004), Nepal (2008), Nunkoo e Ramkissoon (2011), Kuvan e Akan (2005), Richie e Inkari (2006), Sharma e Dyer (2009), Tovar e Lockwood (2008), Vargas-Sánchez (2009) e Williams e Lawson (2001).

Em Portugal destacam-se os estudos de Eusébio e Carneiro (2010), Moniz, (2006), Monjardino (2009), Rodrigues et al. (2014) e de Vareiro, Remoaldo e Ribeiro (2013), que referem que os residentes percecionam, em diferentes níveis, os impactos positivos e negativos resultantes do desenvolvimento do turismo, pelo que o seu envolvimento é um fator chave para a promoção de um destino turístico.

O sucesso do turismo depende do apoio da comunidade local e o turismo é beneficiado quando as necessidades e os desejos dos residentes são levados em consideração (Inbakaran e Jackson, 2006). O turismo origina impactos económicos, socioculturais e ambientais, de ordem positiva e negativa, sendo da máxima importância que estes últimos sejam minimizados, o que muitas vezes se consegue com o envolvimento da comunidade local no planeamento do desenvolvimento do turismo. Além disso, essa participação melhora os níveis de tolerância dos residentes em relação à atividade turística e aos próprios visitantes (Swarbrooke, 2002).

Como a comunidade local pode influenciar o sucesso ou o insucesso do desenvolvimento turístico, compreender as perceções e as atitudes é indispensável ao planeamento estratégico e à gestão sustentável de qualquer destino turístico (Gursoy e Rutherford, 2004; Haley et al., 2005). A análise e compreensão das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo são cruciais para as instituições públicas (nacionais e locais) e para as organizações privadas (Gursoy e Rutherford, 2004). Para além de uma avaliação contínua da perceções e das atitudes da comunidade recetora, torna-se necessário fazer uma avaliação da sua relação com os visitantes e incorporar todas essas avaliações na política de desenvolvimento turístico (Jackson, 2008). As participações dos residentes no processo de desenvolvimento turístico evidenciam-se nos modelos de avaliação das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo.

4.2 Modelos de avaliação das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo

O turismo consome recursos e tem consequências, efeitos ou externalidades de natureza económica, social e ambiental, sendo os seus impactos inevitáveis (McKercher; 1993). Na economia existe cada vez maior consciência de que o turismo se apresenta como um motor de desenvolvimento espacial (local, regional e territorial) (Fazenda et al., 2008). A tomada de consciência desta realidade tem conduzido ao aparecimento de uma diversidade de estudos que tentam analisar e avaliar os seus efeitos (positivos e negativos), a partir das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo.

Numa primeira fase, a avaliação da atividade turística centrou-se no estudo dos indicadores vinculados à procura turística (Artesi, 2007). Atualmente, as investigações são mais abrangentes, procurando medir os efeitos do turismo de uma forma mais ampla. Em 2000, a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas aprovou a "Conta Satélite do Turismo" (CST) com o objetivo de ajudar a medir com rigor a atividade e a sua incidência sobre os processos de desenvolvimento. Apesar de todos os esforços e sucessos, continua a haver fatores complexos cuja inclusão na análise dos efeitos do turismo é complicada (Tabela 4.2). Porém, as limitações na quantificação dos efeitos do turismo aumentam à medida que a escala geográfica de análise se torna mais reduzida, ou seja, à medida que se desce no espaço geográfico para os níveis regional ou local.

Tabela 4.2 - Fatores complexos na análise dos efeitos do turismo

- O turismo é um sector que engloba um conjunto de atividades bastante heterogéneas ou diversas, o que dificulta o seu tratamento como setor homogéneo;
- Os impactos são multifacetados, complexos, dificilmente compartimentáveis e não universais;
- A investigação ao nível dos impactos está ainda numa fase imatura;
- Uma abordagem verdadeiramente multidisciplinar ou interdisciplinar ainda está longe de ser desenvolvida;
- As consequências provocadas pelo turismo são estudadas reactivamente e a sua monitorização apresenta-se complexa;
- Nem sempre é possível saber com exatidão a quem imputar as causas dos impactos, se aos habitantes ou aos turistas, se ao sector do turismo ou às outras atividades económicas;
- A atividade turística é incremental e os efeitos são cumulativos;
- Diferentes tipos de impactos são mensurados de diferentes formas, o que dificulta a sua agregação;
- Os mesmos impactos medidos por diferentes metodologias nem sempres são coincidentes nos resultados;
- O impacto do turismo é, por vezes, caracterizado por descontinuidades espaciais e temporais;
- Os impactos primários da "indústria" turística geram uma vasta cadeia de complexas interações com repercuções secundários e até terciárias.

Fonte: Adaptado de Hobson e Essex (2001), Holden (2008), Inskeep (1991), Liu (2003) e Simão (2008).

Apesar da complexidade do turismo, como já referido, na literatura especializada regista diversos estudos sobre as perceções e atitudes dos residentes face ao turismo (Abas e Hanafiah, 2014; Andereck e Vogt, 2000; Brunt e Courtney, 1999; Dyer et al., 2007; Gursoy et al, 2002; Gursoy e Kendall, 2006; Williams e Lawson, 2001). Essas investigações apresentam várias teorias e modelos explicativos relacionados com a avaliação das perceções e atitudes dos residentes: a teoria do ciclo de vida (Butler, 1980), a teoria da troca social (Ap, 1992), a teoria das representações sociais (Moscovici, 2007) e o modelo conhecido como Irridex Model (Doxey, 1975).

A Teoria da Troca Social, difundida por Ap (1992), tem sido a base teórica dominante na maioria dos estudos acerca das perceções e atitudes dos residentes face ao turismo (Guerreiro et al., 2008). Esta teoria explica a "relação entre os benefícios individuais e as perceções do desenvolvimento económico proporcionado pelo turismo" (Guerreiro et al., 2008: 491). Trata-se de uma teoria sociológica que explica os comportamentos individuais como consequência da troca (relação dos benefícios e custos) que se estabelece entre grupos ou indivíduos numa situação de interação (Ap, 1992). Os custos e os benefícios resultantes da troca são determinantes no comportamento dos residentes face ao turismo. Assim, os que não percecionam os benefícios do turismo são suscetíveis de avaliar negativamente e os que percecionam os benefícios do turismo tendem a avaliar positivamente a atividade turística (Andereck et al., 2005; McGehee e Andereck, 2004; Richie e Inkari, 2006). Os estudos de Choi e Murray (2010), Gursoy et al. (2002) e Gursoy e Kendall (2006), baseados na Teoria da Troca Social apresentam a relação entre as atitudes e os impactos percebidos, bem como o apoio ao desenvolvimento do turismo dos residentes.

A Teoria das Representações Sociais é muito utilizada como base teórica em estudos do turismo. As representações sociais podem ser definidas como um conjunto de ideias, conhecimentos ou pensamentos acerca de determinado fenómeno social (Moscovici, 2007), construídas com base na interação do indivíduo com o grupo que integra e com outros grupos socialmente diferentes. Esta teoria veio colmatar algumas das limitações da Teoria da Troca Social, já que, como sugerem alguns autores, as perceções dos residentes não são apenas consequência da experiência direta com o evento ou objeto, como é defendido pela Teoria da Troca Social, mas sim do contexto social e histórico em que se encontram os indivíduos (Fredline e Faulkner, 2000). Para estes autores é possível identificar três fontes das representações sociais: (I) interação social com familiares, colegas ou indivíduos com quem ocasionalmente interagem; (II) comunicação social e (III) experiências passadas com turistas e a atividade turística (Fredline e Faulkner, 2000).

O modelo de Irridex defende que à medida que o destino turístico se vai desenvolvendo, os residentes vão alterando as formas como observam o turismo (Doxey, 1975). Segundo o modelo, no estádio de euforia, primeiro estádio de desenvolvimento, os residentes encaram o turismo como um fator de desenvolvimento, uma fonte de rendimento e os turistas com prazer e entusiasmo. Nesta altura os impactos negativos do turismo ainda não se fazem sentir. No estádio de apatia, o número de turistas aumenta e o contacto destes com os residentes passa a ser mais formal. No estádio de irritação, terceiro estádio de desenvolvimento, verificam-se mudanças ou alterações a diversos níveis – tráfego, poluição, subida dos preços, problemas sociais, entre outros - nos destinos turísticos e os residentes começam a ficar descontentes e irritados. No quarto e último estádio de desenvolvimento, o antagónico, as perceções e atitude dos residentes modificam-se, pois os benefícios são inferiores aos custos associados, os residentes passam a culpar os turistas pelas mudanças

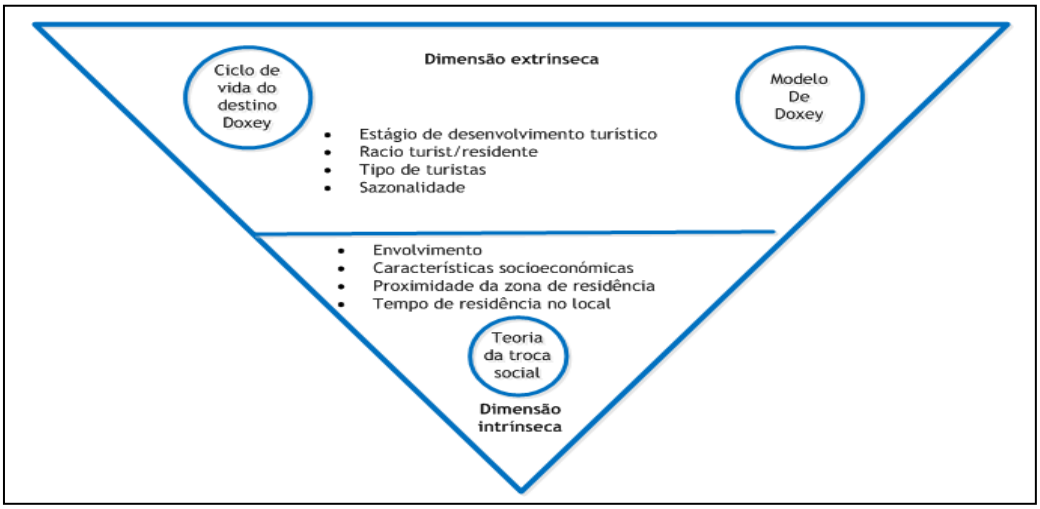
negativas verificadas no destino turístico (Doxey, 1975). Face ao exposto, a atitude dos residentes em relação ao turismo vai sendo cada vez menos favorável (ou mais negativa) à medida que o turismo se desenvolve e intensifica (Doxey, 1975).

Apesar de testado e comprovado em muitos estudos, as criticas ao modelo de Irridex dizem tratar-se de um modelo de natureza qualitativa, ser um modelo muito generalista e que não tem na devida conta o facto de os residentes não formarem um grupo homogéneo (Barreto, 2005; Brunt e Courtney, 1999; Carmichael, 2000). É considerado, generalista, porque nem todos os destinos sugerem os 4 estádios sequenciais de desenvolvimento. Em relação aos residentes, vários estudos apontam que os residentes formam grupos diferenciados dentro da mesma comunidade com perceções e atitudes distintas, que variam em função não apenas do estádio de desenvolvimento do destino turístico, mas também em função de outras fatores.

Nesta investigação, sendo o território de estudo desagregado em três sub-regiões com níveis de desenvolvimento diferenciados, o modelo de Irridex tem particular interesse, pois com ela pretende-se perceber, por um lado, se existem diferenças nas perceções e nas atitudes dos residentes das três sub-regiões turísticas e, por outro, se as eventuais diferenças nas perceções e nas atitudes resultam de outros fatores, para além da sub-região de residência.

O modelo proposto por Faulkner e Tideswell (1997) é relevante no entendimento de outros fatores condicionantes das perceções dos residentes (Figura 4.1).

Figura 4.1 – Modelo de avaliação dos impactos do turismo



Fonte: Adaptado de Faulkner e Tideswell (1997).

Estes autores identificam dois grupos de fatores que influenciam as perceções dos residentes: os fatores extrínsecos e os intrínsecos. No primeiro, incluem-se o estádio de desenvolvimento turístico, o rácio turista-residente, o tipo de turista e a sazonalidade da procura turística. Na dimensão intrínseca, reconhece-se que os residentes não formam um grupo homogéneo, pelo que as perceções podem alterar-se em função do seu envolvimento, das suas características

sociodemográficas, da proximidade da zona de residência e do tempo de residência no destino turístico. Apesar da relevância dos fatores extrínsecos e intrínsecos na análise das perceções dos residentes, neste estudo, dada a limitação do tempo e falta dados suficientes para análise, dá-se maior atenção aos fatores intrínsecos.

Muitos estudos sobre o turismo usam os fatores extrínsecos e intrínsecos, como influenciadores das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo, sendo que os mais referenciados são, nos fatores extrínsecos, o nível de desenvolvimento, a sazonalidade, a afluência e o tipo de turista e, nos fatores intrínsecos, a interação residente-visitante, o conhecimento do turismo, o tempo de residência no destino turístico, a distância entre o local de residência e as zonas turísticas e as características sociodemográficas.

Os estudos apontam que as perceções e atitudes dos residentes estão relacionadas com o nível de desenvolvimento turístico (Butler, 1980; Madrigal, 1993; Perdue et al., 1990). Segundo os defensores do modelo Irridex, as atitudes dos residentes face ao turismo passam, como já se referiu, por quatro fases sequenciais, em que as atitudes dos residentes vão sendo cada vez menos favoráveis à medida que o turismo se desenvolve e intensifica (Doxey, 1975). Por sua vez, o modelo de Butler (1980) sugere que é nas fases de "consolidação" e de "estagnação" do destino turístico que os residentes mais percecionam os impactos negativos do turismo. A literatura também sugere que a perceção dos impactos do turismo varia em função tipo de destino turístico em análise (McDowall e Choi, 2010), com a comunidade a reconhecer maiores impactos nos destinos turísticos mais conhecidos internacionalmente face aos destinos turísticos menos populares.

A afluência e a tipologia de turistas são fatores influenciadores das perceções e atitudes dos residentes face ao turismo, muito referidos na literatura sobre esta temática. Uma grande afluência de turistas, quando estes afetam o modo de vida dos residentes, pode influenciar negativamente as perceções dos residentes (Ap e Crompton, 1998). Andriots e Vaughan (2003) constatam que é durante as épocas baixas da procura turística que os residentes têm uma atitude mais positiva face ao turismo.

A interação residente-visitante tem sido analisada na maioria dos estudos, podendo acontecer em vários locais com diferentes graus de frequência (Andereck et al., 2005; Andereck et al., 2005). Segundo Andereck et al. (2005) e Andereck e Nyaupane (2010) são os residentes que interagem mais com os turistas, que tendem a percecionar mais os impactos positivos do turismo. Lankford e Howard (1994) e Weaver e Lawton (2001), por sua vez, observam que os residentes com maior contacto com os turistas são os que manifestam atitudes mais favoráveis face ao desenvolvimento do turismo.

O conhecimento do turismo é apontado como um importante fator influenciador das perceções das comunidades locais em relação aos impactos do turismo. Alguns estudos

apontam que os residentes que possuem maior conhecimento do turismo são os que tendem a percecionar mais os impactos do turismo. Outros estudos demonstraram que o tempo que os residentes vivem no destino turístico influencia as suas perceções, sendo que os vivem há mais tempo manifestam perceções mais negativas face ao turismo (Andereck et al., 2005; Haley et al., 2005; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Williams e Lawson, 2001). Contudo, outros estudos não registam qualquer relação nem são conclusivos a este nível (Gursoy et al., 2002; Mccool e Moisey, 2008)

Compreensivelmente, estudos demostram que à medida que a distância entre o local de residência e as zonas turísticas aumenta os impactos percebidos do turismo tendem a diminuir. Os que residem em áreas de maior densidade turística percecionam melhor e mais os impactos positivos do turismo, apresentando uma atitude mais favorável em relação ao desenvolvimento do turismo (Andereck et al., 2005; Richie e Inkari, 2006).

A literatura identifica, ainda, a dependência económica do turismo, habitualmente relacionada com o tipo de emprego dos residentes e/ou seus familiares, como fator influenciador das perceções e atitudes dos residentes. Para Andereck et al. (2005) os residentes que trabalham no turismo tendem a percecionar mais os impactos positivos do que os negativos. Na mesma linha, outros autores apontam que os residentes que beneficiam diretamente do turismo apoiam mais facilmente o seu desenvolvimento (Ap, 1992; Ko e Stewart, 2002; Perdue et al., 1990; Madrigal, 1993; Milman e Pizam, 1988; Teye et al., 2002).

A literatura anota que as características sociodemográficas mais influenciadoras das perceções e atitudes dos residentes são a idade, o género, as habilitações literárias e o nível de rendimento do agregado familiar, se bem que dada a heterogeneidade dos residentes haja variações de uns casos para outros.

Em relação à idade, há estudos que apontam que os residentes mais idosos são os que avaliam mais negativamente os efeitos do desenvolvimento do turismo (Andereck e Nyaupane, 2010; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Ritchie e Inkari, 2006; Williams e Lawson, 2001). No que concerne ao género dos residentes, os resultados de alguns estudos evidenciam que as mulheres, comparativamente com os homens, apresentam reações mais negativas face ao turismo (Williams e Lawson, 2001). Porém, outros estudos são inconclusivos (Richie e Inkari, 2006).

Outro fator influenciador das perceções dos residentes são as habilitações literárias. Os residentes com maior nível de escolaridade percecionam mais os impactos positivos do turismo (Haralambopoulos e Pizam, 1996) e apresentam, por isso, uma atitude de maior apoio ao desenvolvimento do turismo (Teye et al., 2002). Porém, Andriots e Vaughan (2003) registam evidência contrária, ou seja, que quanto maior forem as habilitações literárias dos residentes, menores são os impactos positivos percecionados.

Relativamente ao rendimento, alguns estudos mostram que os residentes com maiores níveis de rendimentos são os que mais benefícios reconhecem do turismo (Amuquandoh, 2009). Porém, Allen et al. (1993) e Madrigal (1993) concluem que não há diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos do turismo, por parte dos residentes, segundo o seu nível de rendimento.

McDwall e Choi (2010) referem que se os residentes fossem mais ouvidos e mais integrados no processo de desenvolvimento turístico tenderiam a ter uma atitude mais favorável e a interagirem mais com os visitantes. Os resultados de alguns estudos revelam ainda que, para além dos fatores influenciados já referidos, a diferença de atitudes dos residentes face ao turismo é influenciada pelas perceções dos impactos do turismo. A esse respeito, segundo Andereck et al. (2005) e Lindberg e Johnson (1997) existe uma relação direta e positiva entre as perceções dos impactos económicos positivos e as atitudes dos residentes face ao turismo.

Os diferentes fatores influenciadores das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo, bem como o tipo relação que se pode verificar entre diferentes variáveis, é analisado por autores que recorrem a variáveis, espaços geográficos, realidades e momentos diferentes o que dificulta a comparação de resultados e a realização de uma meta análise. Apesar dessas limitações, todos são relevantes para a presente investigação, que vai identificar os fatores influenciadores das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo.

4.3 Perceções dos residentes face aos impactos do turismo

A complexa estrutura do turismo e a sua relação com outras atividades fazem com que o turismo seja considerado responsável por um vasto conjunto de impactos sobre os territórios onde se desenvolve. A identificação desses impactos percecionados pelos residentes tem sido objeto central de estudos realizados por economistas, gestores, sociólogos e psicólogos, recorrendo a diferentes enfoques.

Embora a grande maioria dos estudos sobre as perceções dos residentes dos impactos do turismo fosse desenvolvida nos Estados Unidos, na Grécia e no Reino Unido também se desenvolveram muitos estudos, sobretudo relacionados com destinos balneares e em comunidades de pequena dimensão. Em Portugal, apesar de existirem alguns estudos, verifica-se uma lacuna de investigação nesta área, principalmente de estudos aplicados a zonas do interior (Firmino, 2007).

A revisão da literatura mostra consistência quanto ao tipo de impactos a considerar, nomeadamente aos níveis dos impactos económicos, ambientais, culturais e sociais percebidos. Embora alguns estudos se focalizem num único destes tipos de impactos, a maioria tende a ser o mais abrangente possível analisando todos eles e, no âmbito de cada

um, os benefícios e custos inerentes à atividade turística, analisando assim o efeito do turismo no desenvolvimento de países ou regiões. Nesta investigação escolheu-se abordar três domínios de impactos - económicos, socioculturais e ambientais, de natureza positiva e negativa.

Os primeiros estudos apenas faziam referência aos impactos económicos positivos do turismo (OMT, 1998). Contudo, dado que o turismo se associa, igualmente, a uma série de custos económicos que afetam os destinos turísticos, vários estudos demonstraram que os residentes percecionam impactos económicos positivos e negativos e, ainda, em termos do território de residência e em termos pessoais.

Além disso, os primeiros estudos sobre os impactos económicos do turismo tiveram uma abrangência internacional e nacional, sendo escassos os de incidência regional e local (Siart, 2003). Porém, com o andar dos tempos verificou-se um acréscimo considerável no número de estudos que visam a avaliação dos efeitos económicos do turismo aos três níveis: nacional, regional e local (Eusébio, 2006).

A Tabela 4.3 apresenta uma síntese dos impactos económicos mais percecionados pelos residentes em estudos realizados, tendendo a concluir (i) que os residentes percecionam mais impactos positivos do que negativos (Andriotis e Vaughan, 2003; Byrd et al., 2009; McDowall e Choi, 2010), (ii) que os residentes percecionam que o turismo tem contribuído para aumentar os investimentos (McGehee e Andereck, 2004; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Sharma e Dyer, 2009; Tosun, 2002); (iii) que o turismo tem criado bastantes postos de trabalho (McGehee e Andereck, 2004; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Sharma e Dyer, 2009; Tosun, 2002); e (iv) que o turismo tem ajudado a diversificar e melhorar a estrutura produtiva das regiões e a criar mais riqueza local, aumentando o rendimento da população e da receita fiscal (Andereck e Vogt,2000; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Tosun, 2002). No que respeita aos impactos negativos, o mais referido nos estudos sobre as perceções dos residentes é a sua influência negativa sobre o aumento dos preços dos bens e dos serviços (Akis et al., 1996; Brunt e Courtney, 1999; Haralambopoulos e Pizam 1996; Tovar e Lockwood, 2008).

Tabela 4.3 – Impactos económicos do turismo percecionados pelos residentes

Tipo de impacto		Estudo de referência
Positivos	Aumento do investimento	Andereck et al. (2005) Cañizares et al. (2014) Haralambopoulos e Pizam (1996) Liu e Var (1986) Mcdowall e Choi (2010) McGehee e Andereck (2004) Nunkoo e Ramkissoon (2010) Sharma e Dyer, 2009 Tosun, 2002
	Aumento do emprego	Haralambopoulos e Pizam (1996) Liu e Var (1986) McGehee e Andereck (2004) Nunkoo e Ramkissoon (2010) Sharma e Dyer (2009) Tosun (2002)
	Aumento do rendimento da população	Andereck e Vogt (2000) Haralambopoulos e Pizam (1996) Tosun (2002)
Negativos	Aumento dos preços dos bens em geral	Akis et al. (1996) Brunt e Courtney (1999) Haralambopoulos e Pizam (1996) Mathieson e Wall (1982) Tovar e Lockwood (2008)

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4.4 identifica os impactos socioculturais, de ordem positiva e negativa, percecionados pelos residentes dos destinos turísticos, destacando-se o seu papel na valorização e promoção de eventos culturais, religiosos e desportivos, na valorização e preservação do património construído, na valorização e preservação das tradições locais, no intercâmbio cultural e na criação de novos serviços e infraestruturas que servem a população local (McGehee e Andereck, 2004; Andriotis e Vaughan, 2003; Byrd et al., 2009; Nunkoo e Ramkissoon, 2010). O aumento da criminalidade, a diminuição dos níveis de segurança das comunidades e a alteração da conduta normal da população residente são os impactos negativos mais percecionados a nível sociocultural e referidos na literatura (Andereck et al., 2005; Byrd et al., 2009; Gursoy e Rutherford, 2004; Sharma e Dyer, 2009).

Tabela 4.4 – Impactos socioculturais do turismo percecionados pelos residentes

Tipo de impacto		Estudo de referência
Positivos	Valorização e promoção de eventos (culturais, religiosos, desportivos)	Andriotis e Vaughan (2003) Byrd et al. (2009) McGehee e Andereck (2004)
	Valorização e preservação do património construído	Liu e Var (1986) McDowall e Choi (2010) McGehee e Andereck (2004) Nunkoo e Ramkissoon (2010)
	Valorização e promoção das tradições locais	Andereck et al. (2005) Brunt e Courtney (1999)
	Rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais	Brunt e Courtney (1999)
	Intercâmbio cultural	Brunt e Courtney (1999) Liu e Var (1986) McGehee e Andereck (2004)
	Criação de novos serviços e infraestruturas que servem a população	Andereck et al. (2005) Andereck e Nyaupane (2010) Brunt e Courtney (1999)
Negativos	Aumento do congestionamento do tráfego	Byrd et al. (2009) McGehee e Andereck (2004) Nunkoo e Ramkissoon (2010) Sharma e Dyer (2009)
	Aumento da criminalidade e diminuição da segurança	Andereck et al. (2005) Sharma e Dyer (2009) Gursoy et al. (2002)
	Destruição da cultura local	Cooper et al. (2008) Nunkoo e Ramkissoon (2010)
	Desenvolver processos de aculturação (alteração da conduta normal)	Ap (1992) Andereck et al. (2005) Brunt e Courtney (1999) Mathieson e Wall (1982) Gursoy e Rutherford (2004) Cooper et al. (2008)

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4.5 enumera os impactos ambientais do turismo e a sua perceção pelos residentes dos destinos turísticos, tal como se evidência na literatura *(*Amuquandoh, 2009; Andereck et al., 2005; Andriotis e Vaughan, 2003; Ko e Stewart, 2002; Mathieson e Wall,1982).

Tabela 4.5 – Impactos ambientais do turismo percecionados pelos residentes

Tipo de impacto		Estudo de referência
Positivos	Conservação da natureza	Andereck et al. (2005) Akis et al. (1996) Weaver e Lawton (2001) Liu e Var (1986)
	Maior sensibilização da população para a proteção do ambiente e do património natural	Amuquandoh (2009) Andereck et al. (2005)
Negativos	Aumento da poluição	Amuquandoh (2009) Andereck et al. (2005) Andriotis e Vaughan (2003) Sharma e Dyer (2009)
	Destruição da biodiversidade	Amuquandoh (2009) Andereck et al. (2005) Archer e Cooper (2002) Ko e Stewart (2002) Mathieson e Wall (1982)

Fonte: Elaboração própria.

A nível ambiental, os residentes percecionam que o desenvolvimento do turismo contribui para a conservação da natureza, para uma maior sensibilização da população para a proteção do ambiente e do património natural, para o aumento da poluição e para a destruição da biodiversidade.

Face ao exposto, conclui-se que os residentes percecionam impactos positivos e negativos do turismo, a nível económico, sociocultural e ambiental. Contudo, como já referido, a maior ou menor incidência das perceções dos residentes é influenciada por diversos fatores. Esta investigação pretende contribuir para potenciar e desenvolver a análise das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo, sendo este um motor do desenvolvimento sustentável. Assim, na secção 4.5 é feita uma proposta de um modelo conceptual, cujo objetivo é analisar (i) a relação existente entre a perceção dos residentes dos impactos do turismo e a sua satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e (ii) a relação existente entre a sua satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e a sua atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

4.4 Satisfação dos residentes com o destino turístico

Davidson e Maitlard (1997) põem em destaque quatro características comuns aos destinos turísticos: (i) o produto turístico total baseado na variedade dos recursos naturais, sociais e culturais, bem como na hospitalidade e nos serviços turísticos, (ii) outras atividades económicas complementares ou não das atividades do turismo, (iii) a comunidade local e (iv) os setores privado e público, que devem prosseguir esforços conjuntos. Porém, referem ainda os autores que, apesar de todos partilharem caraterísticas comuns entre si, cada destino turístico possui elementos próprios que lhe atribui uma especificidade ou caracter próprio e único.

Por seu lado, Djurica (2010) refere que o que dita o sucesso ou insucesso dos destinos turísticos não é a sua dimensão ou as suas barreiras geográficas, mas sim a sua capacidade em atrair turistas e satisfazer as suas necessidades. Independentemente do valor cultural, patrimonial, histórico que um recurso possa ter, apenas adquire relevância para o turismo se for "consumido" pelos turistas. Para que o consumo ocorra, todos os recursos devem ser "trabalhados", no sentido de os converter em elementos com potencial de atração turística, isto é, os "recursos turísticos" devem passar a "atrações turísticas" (Swarbrooke, 2002). Assim, nos diferentes destinos turísticos a todos aos recursos turísticos deve-se acrescentar "valor", aumentando assim o potencial de atratividade do destino.

Segundo Silva, Mendes e Guerreiro (2001: 68) o "destino turístico assenta numa estrutura de oferta de produtos e serviços turísticos coerente e baseada numa determinada zona geográfica, que tem associada uma determinada imagem de conjunto, normalmente comercializada de uma forma integrada e sob uma marca distintiva". Segundo os mesmos

autores, o sucesso dos destinos depende, entre outros fatores, do tipo de atrações que oferece, pois estes são a principal força impulsionadora da visita do turista. Laws (1995) considera que os principais elementos de atratividade de um destino são os seus recursos primários, que incluem o clima, as tradições culturais e o património histórico e, ainda os seus recursos secundários, que incluem, entre outros, hotéis, transportes, infraestruturas, ou seja todos os recursos que são construídos especificamente para satisfazer as necessidades dos turistas.

Crompton e Love (1995) afirmam que o nível de satisfação dos turistas pode ser afetado pelos diferentes atributos do destino, atributos que Beerli e Martin (2004b) classificam em nove dimensões: i) recursos naturais; ii) recreação e lazer; iii) infraestruturas turísticas; iv) atmosfera; v) infraestruturas gerais; vi) cultura, história e arte; vii) fatores políticos e económicos; viii) ambiente natural e, por último, ix) o ambiente social. Face ao exposto, para além da necessária avaliação da qualidade dos destinos turísticos, através de um conjunto de indicadores, é determinante avaliar o nível de satisfação dos vários intervenientes, nomeadamente dos turistas e da população residente, em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes (Silva, Mendes e Guerreiro, 2001). Segundo estes autores, a população residente, entendida como parte do sistema turístico, deve ser integrada num esforço para melhorar a qualidade do destino turístico, pois esta deve contribuir para favorecer o bem-estar das populações residentes, de modo que estas sintam que o sistema turístico lhes traz vantagens que suplantam as perturbações ou impactes negativos que o fenómeno também possa acarretar.

Chagas (2008) refere que as pesquisas sobre o papel da comunidade local na formação da imagem do destino têm seguido duas correntes de pensamento, as quais possuem grandes implicações no processo de gestão e análise da imagem: de um lado, os estudos que tratam do papel ativo dos residentes e que comparam as opiniões dos integrantes da comunidade e dos turistas; do outro, os que tratam do papel passivo dos residentes, pois estes são considerados parte integrante do destino, atribuindo-lhe uma responsabilidade compartilhada nas perceções dos turistas sobre o destino.

Schroeder (1996) refere que os residentes de um destino turístico podem afetar a imagem que os não residentes têm desse destino turístico. Num estudo realizado por este autor verificou-se que o apoio dos residentes para o desenvolvimento do turismo e a probabilidade da sua recomendação está relacionada com a imagem do destino e que os residentes que mais defenderam uma imagem positiva do seu Estado, estavam mais dispostos a recomendá-lo como destino turístico. Assim, pode concluir-se que a imagem que os residentes têm dos destinos turísticos tem influência na imagem dos não residentes e influencia a forma como os residentes recebem os turistas (Schroeder,1996).

De acordo com investigadores na área do turismo, a satisfação global é uma expressão multi--dimensional e multi-atributo (Gotlieb, Grewal e Brownl 1994). Guerreiro et al. (2008) levaram a cabo um estudo cujo objetivo central foi avaliar a importância e a satisfação dos residentes em relação a um conjunto de trinta atributos caraterizadores de um destino turístico localizado no Algarve. Segundo os autores, "em termos médios, os inquiridos atribuem níveis superiores de importância à generalidade dos atributos quando comparados com a satisfação em relação aos mesmos" (Guerreiro et al., 2008: 495). O facto de os inquiridos terem ou não no turismo a sua principal fonte de rendimento ou de terem algum elemento do seu agregado familiar a trabalhar no turismo, não influenciou o grau de satisfação que a população inquirida atribuiu aos atributos. Porém, o facto de desenvolverem uma atividade profissional ligada ao turismo influenciou a satisfação em relação a alguns atributos, nomeadamente em relação à satisfação com as "termas, trânsito, meios de transporte, parques de estacionamento e planeamento urbanístico" (Guerreiro et al., 2008: 497).

Vários têm sido os estudos centrados na análise das perceções dos residentes dos impactos do turismo e no conhecimento das suas atitudes face a ele. Porém, ainda não está bem clarificada ou esclarecida a relação entre as perceções dos residentes acerca dos impactos e a satisfação da comunidade. Ap e Crompton (1993) e Ko e Stewart (2002) consideram que tal situação, a não clarificação, limita a compreensão do comportamento dos residentes face ao turismo.

Nessa linha de pensamento e tendo por base o modelo de Perdue et al. (1990), os autores Ko e Stewart (2002), desenvolvem um modelo com cinco variáveis latentes, cujo objetivo central se prende com a análise das relações entre essas variáveis: (i) benefícios pessoais do turismo, (ii) impactos negativos do turismo, (iii) impactos positivos do turismo, (iv) satisfação global da comunidade e (v) atitudes face ao turismo. A satisfação global da comunidade foi medida através de 35 itens agrupados em sete dimensões: a satisfação com os serviços públicos, a educação, o ambiente, as oportunidades de recreação, a economia, as oportunidades de emprego e, por último, com o envolvimento dos cidadãos e suas oportunidades sociais.

Ko e Stewart (2002) apresentam evidência empírica de que existe (i) uma relação direta e positiva entre os impactos positivos percebidos do turismo e a satisfação global da comunidade, (ii) uma relação direta e negativa entre os impactos negativos percebidos do turismo e a satisfação global da comunidade e, ainda, (iii) uma relação negativa mas não significativa entre a satisfação global da comunidade e a atitude dos residentes face ao desenvolvimento do turismo. Outros estudos concluem que as diferenças de atitudes (positivas ou negativas) dos residentes face ao turismo estão relacionadas com o nível de desenvolvimento turístico do território (Ko e Stewart, 2002; Perdue et al., 1990), sendo que o predomínio de atitudes positivas por parte dos residentes é um indício de que o desenvolvimento do turismo é adequado às condições locais (Lepp, 2006).

4.5 Modelo de investigação

Investigações como as de Byrd et al. (2009), Hunter (1997), Nicholas et al. (2009) e Richards e Hall, 2000) reconhecem que o papel dos residentes é vital para se alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo e dos territórios. Porém, para que este desiderato seja alcançado é necessário analisar e compreender as suas perceções e atitudes face ao turismo e levar a cabo um planeamento abrangente, que possa conduzir ao desenvolvimento sustentável quer do turismo quer dos territórios.

Em Portugal, a questão do desenvolvimento dos territórios tem sido alvo de muitos estudos e debates, até porque a realidade socioeconómica é assimétrica e apresenta motivo de preocupação. Assim, "a compreensão dos mecanismos do crescimento e do desenvolvimento, quer ao nível nacional, regional ou mesmo local, é fundamental para melhor apreender a realidade territorial de um país e, sobretudo, para a transformar" (Silva e Ribeiro, 2013: 2).

Muitos países e regiões têm apostado no desenvolvimento do turismo como veículo para promover o desenvolvimento e atenuar as assimetrias de desenvolvimento. Em Portugal, a atividade turística tem grande relevância económica, importância social e " é factor de desenvolvimento regional" (Fazenda et al., 2008: 79) e, segundo Fazenda et al. (2008: 79), "Portugal não foge ao paradigma de encontrar o melhor modelo de promover um desenvolvimento turístico sustentável no País e nas suas Regiões."

Apesar de existirem na literatura, vários modelos cujo objetivo central é a análise da relação existente entre as perceções dos impactos do turismo e as atitudes dos residentes face ao turismo, há a necessidade de desenvolver modelos mais sólidos, mais conclusivos e ajustados a realidades concretas (Perdue et al., 1990; Ap, 1990). Face ao exposto, nesta investigação propõe-se um modelo conceptual do turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

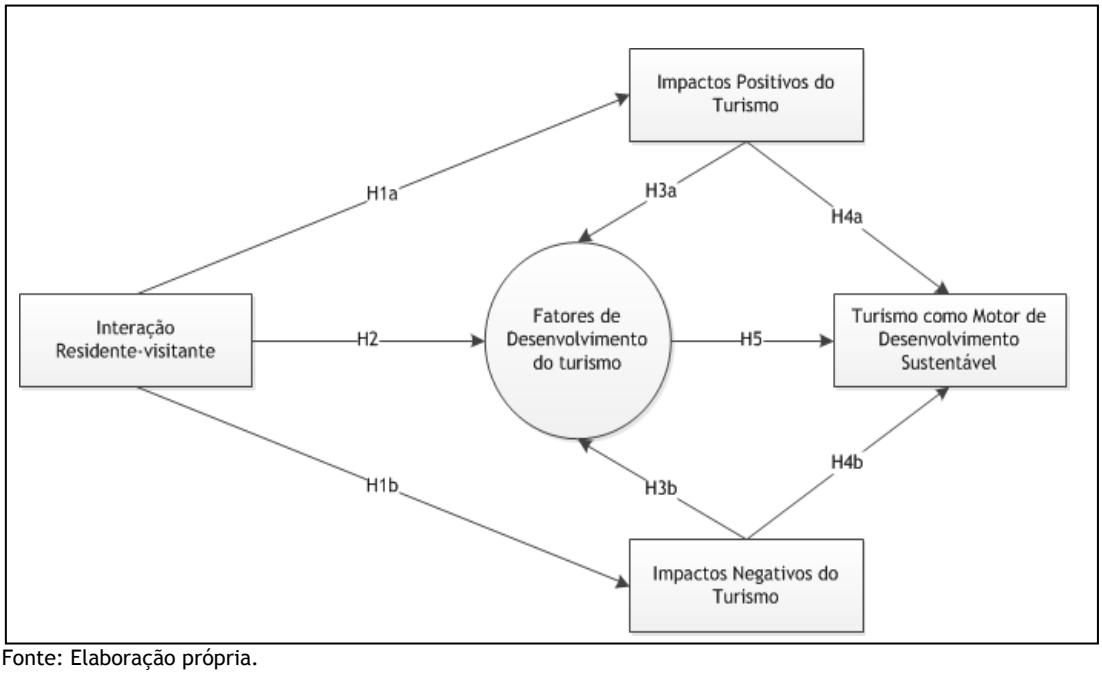
4.5.1 Proposta de um modelo conceptual do turismo como motor de desenvolvimento sustentável

O modelo foi construído com base nas questões levantadas ao longo da revisão da literatura e de acordo com os objetivos centrais, já definidos, desta investigação. Tal como se apresenta na Figura 4.2, o modelo põe em evidência as relações que se estabelecem entre as variáveis, designadamente relações diretas e causais. Assim, o modelo pretende analisar:

(1) a relação entre a interação residente-visitante e os impactos positivos percebidos do turismo;
(2) a relação entre a interação residente-visitante e os impactos negativos percebidos do turismo;
(3) a relação entre a interação residente-visitante e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo

(4) a relação entre os impactos positivos percebidos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo;
(5) a relação entre os impactos negativos percebidos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo;
(6) a relação entre os impactos positivos percebidos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
(7) a relação entre os impactos negativos percebidos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
(8) a relação entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

Figura 4.2 – Proposta de modelo conceptual do "Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável"



Fonte: Elaboração própria.

4.5.2 Hipóteses de investigação

A definição de hipóteses de investigação revela-se extremamente importante, constituem um guia orientador na pesquisa (Hill e Hill, 2008). Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação, se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses, pois as hipóteses traduzem, por definição, um espírito de descoberta que carateriza qualquer trabalho científico. A revisão da literatura, apresentada nos capítulos anteriores, permitiu a formulação das hipóteses de investigação, proposições provisórias sujeitas a verificação, em função dos objetivos definidos.

Objetivos e hipóteses de investigação decorrentes da interação residente-visitante

Uma das principais formas que poderá traduzir a atitude dos residentes face ao turismo é através do contacto que os mesmos estabelecem com os turistas (Andereck et al., 2005; Weaver e Lawton, 2001). Segundo Eusébio e Carneiro (2010) a literatura revela que quando os residentes percecionam os benefícios do turismo desenvolvem atitudes favoráveis em relação ao turismo, contribuindo para uma maior interação com os visitantes. Podendo representar uma oportunidade de socialização e de intercâmbio cultural, a interação residente-visitante pode contribuir para a satisfação dos residentes e, assim, fomentar que o residente contribua para o desenvolvimento do turismo. Essa interação pode acontecer em vários locais com diferentes graus de frequência. Muitos estudos apenas utilizam um dos indicadores (frequência ou tipo de contacto), o que se traduz numa limitação de análise. Este estudo analisou, na perspetiva dos residentes, em simultâneo a frequência e o tipo de contacto entre residentes e visitantes.

Ainda de acordo com a literatura, são os residentes que interagem mais com os turistas, aqueles tendem a percecionar mais os impactos do turismo, com maior incidência os positivos (Andereck et al., 2005; Andereck e Nyaupane, 2010) e os que manifestam atitudes mais favoráveis face ao desenvolvimento do turismo (Lankford e Howard, 1994; Weaver e Lawton, 2001). Segundo Lawson et al. (1998), muitas variáveis (ciclo de vida do destino turístico, características sociodemográficas, impactos da atividade turística, usufruto das infraestruturas e dos benefícios do turismo) podem ser utilizadas para explicar as atitudes dos residentes. Porém, da revisão bibliográfica realizada, constata-se a ausência da análise da relação entre a interação residente-visitante e a perceção global dos fatores de desenvolvimento do turismo. Com o intuito de incrementar a compreensão das atitudes dos residentes face ao turismo, nesta investigação irá analisar-se essa relação.

Dado que, segundo Ap e Crompton (1993) e Ko e Stewart (2002), quanto maior é a interação residente-visitante, mais os residentes percecionam as motivações dos turistas e os impactos positivos do turismo, pressupõe-se que quanto maior é a interação residente-visitante, mais positiva será a perceção global dos fatores de desenvolvimento existentes no território. Face ao exposto, a Tabela 4.6 contempla os objetivos e as hipóteses de investigação estabelecidas.

Tabela 4.6 - Objetivos e hipóteses de investigação decorrentes da interação residente-visitante

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Hipótese
Avaliar o efeito direto da interação residente-visitante na perceção global dos impactos positivos do turismo.	Identificar a importância da interação residente-visitante na perceção dos impactos positivos do turismo.	**H1a:** Existe uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a perceção dos impactos positivos do turismo.
Avaliar o efeito direto da interação residente-visitante na perceção global dos impactos negativos do turismo.	Identificar a importância da interação residente-visitante na perceção dos impactos negativos do turismo.	**H1b:** Existe uma relação direta e positiva entre a interação residente--visitante e a perceção dos impactos negativos do turismo.
Avaliar o efeito direto da interação residente-visitante na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.	Identificar a importância da interação residente-visitante na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.	**H2:** Existe uma relação direta e positiva entre a interação residente--visitante e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.

Fonte: Elaboração própria.

Objetivos e hipóteses de investigação decorrentes dos impactos do turismo

Os impactos resultantes do desenvolvimento das atividades turísticas "são gerados, quer pela implementação das atividades num determinado espaço, quer pela maior ou menor compatibilidade que se vier a estabelecer entre as atividades, já que a simultaneidade de atividades turísticas diferentes no mesmo espaço de uso pode originar potenciais conflitos e incompatibilidades" (Silva e Silva, 2003: 2). Todavia, "convirá ter presente que os eventuais efeitos negativos do desenvolvimento turístico derivam da construção e utilização de infraestruturas turísticas - equipamentos hoteleiros e urbanizações turísticas, restaurantes e acessos rodoviários, por exemplo – mais do que do decorrer da própria actividade turística" (Silva e Silva, 2003: 62). Deste modo, as atividades turísticas, que poderão causar efeitos negativos ou positivos nos recursos turísticos de uma forma mais ou menos intensa, decorrem diretamente dos recursos existentes ou através da introdução destes num determinado espaço (Silva e Silva, 2003).

Apesar dos estudos desenvolvidos, ao longo da última década, acerca dos impactos e das atitudes dos residentes face ao turismo, ainda não está compreendida a relação entre as perceções dos residentes acerca dos impactes do turismo e a sua satisfação em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo. A este propósito, Ap e Crompton (1993) e Ko e Stewart (2002) consideram que tal situação limita a compreensão do comportamento dos residentes face aos impactos do turismo. Assim, considera-se que a perceção dos impactos (positivos e negativos) do turismo influência a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo, pelo que tendo presente o referido, estabeleceram-se os seguintes objetivos e hipóteses de investigação (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 - Objetivos e hipóteses de investigação decorrentes do impacto do turismo

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Hipótese
Avaliar o efeito direto da perceção dos impactos positivos do turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.	Identificar a importância da perceção dos impactos positivos do turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.	**H3a:** Existe uma relação direta e positiva entre a perceção dos impactos positivos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.
Avaliar o efeito direto da perceção dos impactos negativos do turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo	Identificar a importância da perceção dos impactos negativos do turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.	**H3b:** Existe uma relação direta e negativa entre a perceção dos impactos negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo
Avaliar o efeito direto da perceção dos impactos positivos do turismo na atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.	Identificar a importância da perceção dos impactos positivos do turismo na atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.	**H4a:** Existe uma relação direta e positiva entre a perceção dos impactos positivos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.
Avaliar o efeito direto da perceção dos impactos negativos do turismo na atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.	Identificar a importância da perceção dos impactos negativos do turismo na atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.	**H4b:** Existe uma relação direta e negativa entre a perceção dos impactos negativos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaboração própria.

O turismo é frequentemente catalogado como estimulador do desenvolvimento dos territórios. Porém, é necessário que a região seja dotada dos fatores promotores do desenvolvimento turístico. Nesta investigação pressupõe-se que quanto maior é o nível de satisfação dos residentes em relação aos fatores determinantes para o desenvolvimento do turismo, mais positiva é a sua atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento (Tabela 4.8).

Tabela 4.8 - Objetivos e hipóteses de investigação decorrentes da satisfação dos fatores de desenvolvimento

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Hipótese
Avaliar o efeito direto da satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo na atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.	Identificar a importância da satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo na atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável	**H5:** Existe uma relação direta e positiva entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaboração própria.

Os itens/escalas de medição das variáveis do modelo proposto são abordados no próximo capítulo, dedicado à metodologia.

4.6 Síntese conclusiva do capítulo

O turismo é uma atividade económica que estimula o nível de desenvolvimento dos países e suas regiões, sendo frequentemente referido como motor de desenvolvimento. No processo de desenvolvimento dos destinos turísticos devem participar todos os *stakeholders*. No caso concreto dos residentes, estes podem ser, em simultâneo, beneficiadores e beneficiados do desenvolvimento do turismo. Assim, é um imperativo saber a visão que os residentes têm do turismo, analisando as suas perceções dos impactos do turismo, a sua satisfação face a um conjunto de atributos determinantes para o desenvolvimento turístico e as suas atitudes face ao turismo.

Em Portugal, apesar de nos últimos anos as investigações, na área do turismo, terem aumentados substancialmente, "existe uma lacuna no conhecimento da indústria do turismo ao nível empírico" (Firmino, 2007: 24). Assim, perante uma questão atual, pertinente e complexa, neste capítulo foi proposto um modelo conceptual do turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

Capítulo 5

Metodologia da Investigação Empírica

Nota introdutória

Nos capítulos anteriores justificou-se a escolha do tema da investigação e procedeu-se ao estudo do estado da arte referente ao tema escolhido. Este capítulo, por sua vez, tem como objetivo fundamentar os aspetos metodológicos seguidos na investigação empírica e clarificar as escolhas adotadas em função dos objetivos e questões de investigação. No capítulo seguinte apresentam-se, analisam-se e discutem-se crítica e comparativamente os resultados obtidos nesta investigação.

Segundo Bailey (1994) qualquer projeto de investigação em ciências socias deve desenvolver-se em cinco etapas sequenciais e interdependentes: i) escolha do tema da investigação; (ii) formulação do desenho de investigação; (iii) recolha, sistematização e classificação dos dados obtidos; (iv) análise dos dados e, por último, (v) interpretação dos dados e validação das hipóteses de investigação. A metodologia adotada deve ser adequada ao tema da investigação, pois é ela que confere um carácter científico à investigação (Ruiz, 1991).

O presente capítulo está estruturado em cinco secções. Na primeira apresentam-se as questões de investigação. Na segunda é feita uma breve caraterização do território da investigação. Nas secções seguintes descreve-se o universo ou população do estudo, a amostra final, o instrumento de análise e, por último, os métodos de análise dos dados. O capítulo termina com uma síntese conclusiva e reflexiva.

5.1 Questões da investigação

O processo de investigação foi desenvolvido em várias fases. Numa primeira fase, procedeu-se ao estudo e levantamento do estado da arte sobre a temática abordada nesta investigação, tendo-se realizado uma pesquisa bibliográfica sobre vários estudos empíricos que abordaram a problemática do turismo enquanto motor de desenvolvimento sustentável. Numa segunda fase, definiram-se os objetivos gerais e específicos e formularam-se as questões de investigação, resultantes da revisão da literatura.

Com o intuito de viabilizar o alcance do objetivo desta investigação, foram colocadas um conjunto de questões de investigação, delineadas em função do objetivo central e dos objetivos específicos, apresentados no primeiro capítulo. A Tabela 5.1 descreve as questões de investigação que orientaram a mesma.

Tabela 5.1 – Questões da investigação empírica

Número	Questões da investigação empírica
Questão 1	• Qual a perceção global dos residentes dos impactos do turismo sobre a região? • Quais os fatores que influenciam a perceção global dos residentes em relação aos impactos do turismo sobre a região?
Questão 2	• Quais são os impactos económicos, socioculturais e ambientais (positivos e negativos) do turismo mais percecionados pelos residentes? • Quais os fatores que influenciam as perceções dos residentes em relação aos impactos do turismo a nível económico, sociocultural e ambiental?
Questão 3	• Quais são os fatores de desenvolvimento do turismo que os residentes manifestam maior nível de satisfação? • Quais as variáveis que influenciam o nível de satisfação dos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo?
Questão 4	• Qual é a atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável? • Quais os fatores que influenciam a atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável?
Questão 5	• Qual a influência da interação residente-visitante na perceção dos impactos positivos e negativos do turismo? • Qual a influência da interação residente-visitante na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo? • Qual a influência da perceção dos impactos positivos e negativos do turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo? • Qual a influência da perceção dos impactos positivos e negativos do turismo na atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável? • Qual a influência da satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo na atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável?

Fonte: Elaboração própria.

A comunidade local é um importante agente que pode influenciar o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento turístico, tendo este efeitos diretos e indiretos no desenvolvimento sustentável de países e regiões (Haley et al.,2005). Assim, quando o objetivo é a promoção de um desenvolvimento sustentável do turismo e que este tenha expressão regional, é fundamental analisar as atitudes e perceções da comunidade local sobre os impactos do turismo e o seu papel enquanto motor de desenvolvimento regional sustentável.

No decurso deste estudo empírico são analisadas as perceções e as atitudes dos residentes face ao desenvolvimento do turismo, trazendo-se assim a população residente para o centro da atual discussão sobre o desenvolvimento do turismo e seu efeito no desenvolvimento regional sustentável.

Através das suas opiniões, comentários e sugestões, a população é transformada num agente local com voz ativa, obtendo-se, assim, um instrumento que pode servir de base ao planeamento do turismo no território em estudo. Da análise das perceções e atitudes dos residentes face ao turismo, as autoridades regionais e nacionais, públicas e privadas, com responsabilidade na área do turismo, poderão retirar ilações a ter em conta na implementação de medidas que maximizem os benefícios e minimizem os prejuízos do desenvolvimento do turismo.

5.2 Descrição do território da investigação empírica

Segundo Liu (1998), o turismo deve ser estudado dentro do contexto sociodemográfico e económico do destino em análise, uma vez que estes fatores têm influência sobre a magnitude dos seus impactos. Assim, nesta secção é feita a caraterização do território da investigação empírica, com particular incidência na sua situação geográfica e nas suas características próprias ou específicas relacionadas com elementos económicos, socioculturais e naturais, referenciando-se elementos diferenciadores e comuns do território em análise.

5.2.1 Enquadramento geográfico do território

Na sequência da aprovação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, o Estado Português solicitou à Comissão Europeia um processo de revisão extraordinária das Nomenclaturas das Unidades Territoriais (NUTS) portuguesas, invocando uma reorganização da estrutura administrativa portuguesa. Nessa sequência, o Regulamento (UE) 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 (UE 2014), estabeleceu as novas NUTS para fins estatísticos, cujo início de vigência veio a ocorrer em 1 de janeiro de 2015. Dessa nova reorganização do território surgiram 23 sub-regiões NUTS III, em vez das anteriores 28. Assim, as antigas NUTS III Beira Interior Norte (BIN), Cova da Beira (CB) e Serra da Estrela (SE), vigentes até 31 de dezembro de 2014, foram agrupadas, a partir de janeiro de 2015, numa única NUT III denominada apenas Beiras e Serra da Estrela (BSE). Nesta ordem de ideias o território onde decorre esta investigação empírica, abarca a atual NUT III Beiras e Serra da Estrela, totalmente integrada na NUT II Centro de Portugal.

Apesar de o território em estudo corresponder na sua totalidade à NUT III Beiras e Serra da Estrela, sempre que se achar pertinente, o território será desagregado em sub-regiões coincidentes com as anteriores NUTS III: Beira Interior Norte (BIN), Cova da Beira (CB) e Serra da Estrela (SE). Esta subdivisão geográfica justifica-se pelos seguintes factos:

- A recolha, sistematização e classificação de dados, recolhidos através de um questionário por inquérito, foram feitos no quadro da anterior Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos, ou seja, antes da NUT III BSE entrar em vigor;

- Em termos territoriais existe coincidência da área abrangida, não pondo em causa a pertinência da informação obtida;
- A desagregação da NUT III BSE em três sub-regiões, já referidas, afigura-se relevante uma vez que permite analisar o destino turístico "Beiras e Serra da Estrela" em três sub-regiões bem mais homogéneas em termos turísticos.

Neste enquadramento, as razões de escolha deste território, a região das Beiras e Serra da Estrela, foram as seguintes:

(1) O território corresponde ao do extinto Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela (PDTSE);
(2) O território localiza-se no interior de Portugal Continental, é pouco desenvolvido e necessita urgentemente de estratégias claras e viáveis de desenvolvimento económico e social sustentável;
(3) O território, constituído pelas 3 sub-regiões agrupadas, possui uma continuidade geográfica clara;
(4) O território é referenciado como um destino turístico com características próprias e únicas, associado a uma marca de referência, a conhecida " Serra da Estrela";
(5) O território carece de estudos com enfoque no turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

Face ao exposto, a principal razão da escolha deste território prende-se com o facto de ele ter correspondido, até maio de 2013, à área abrangida pelo extinto Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela (PDTSE), criado pelo Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril. A Lei nº 33/2013, de 16 de maio, veio apresentar uma nova reorganização para as entidades públicas regionais com responsabilidade na área do turismo, com cinco Áreas Regionais de Turismo (ART) em Portugal Continental, coincidentes com as cinco unidades de nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos. Em cada uma das ART foi criada uma Entidade Regional de Turismo (ERT), à qual compete valorizar e desenvolver as potencialidades turísticas da respetiva ART e gerir de forma integrada os destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional, de acordo com as orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo. Segundo o artigo 37º da Lei n. 33º/2013, de 16 de maio, são extintos, por fusão nas Entidades Regionais de Turismo, os Pólos de Desenvolvimento Turístico (PDT). A Entidade Regional Turismo Centro de Portugal integra 3 Pólos de Desenvolvimento Turístico (PDT): o Pólo de Leiria – Fátima; o Pólo do Oeste e o Pólo da Serra da Estrela.

A localização geográfica é outra razão da escolha deste território. Conforme salienta Silva e Ribeiro (2013:1), "há muito que a literatura empírica sublinha a realidade socioeconómica assimétrica que Portugal apresenta", sendo essa assimetria evidente no contraste litoral e interior. O território de estudo, localizado na parte Leste do centro-interior de Portugal

Continental, apresenta fracos níveis de desenvolvimento socioeconómico, comparativamente com outras partes do país. Face à sua realidade socioeconómica é um imperativo conhecer bem esta região e implementar medidas com potencial para promoverem e alavancarem o seu desenvolvimento numa base sustentável.

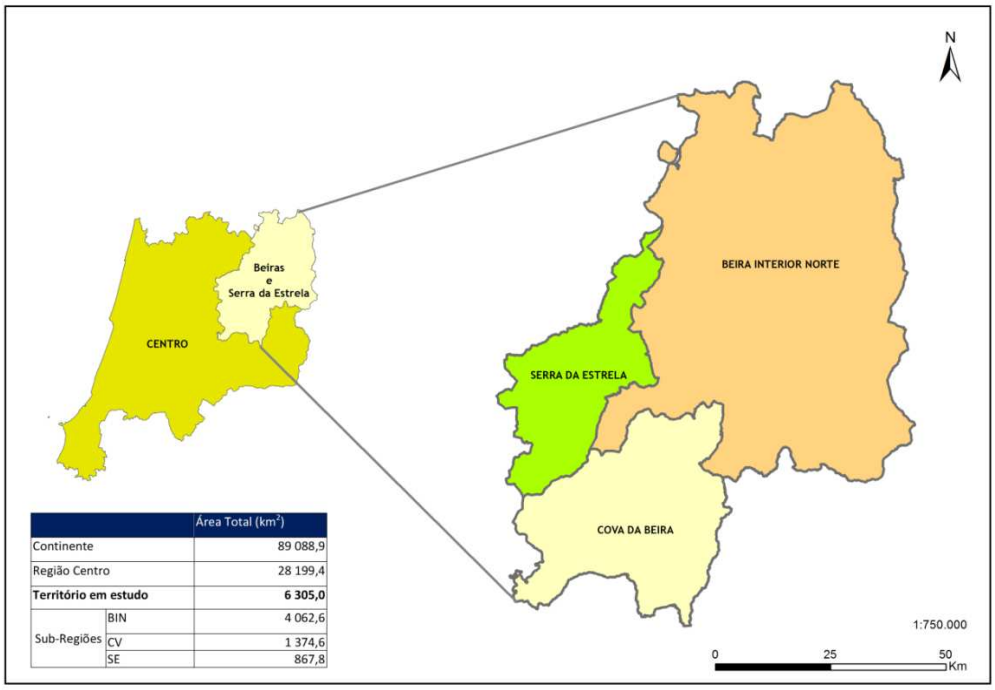
A terceira razão da escolha prende-se com o facto de o território, no seu conjunto, possuir continuidade geográfica e, simultaneamente possuir características comuns resultantes de um processo histórico e cultural coletivo. Segundo Ribeiro e Santos (2005), o território não é um espaço neutro, mas sim um "espaço ativo" que deve ser considerado como um recurso específico resultante de um processo (coletivo) de construção histórica e cultural. Crevoisier (1995) defende que um território deve incluir a dimensão física e uma estrutura interpretativa das interações socioeconómicas. No caso em apreço, o território de estudo integra recursos (tangíveis e intangíveis) que lhe conferem características próprias e únicas, estando associado a uma marca de referência nacional, a marca "Serra da Estrela".

Apesar de em Portugal, já terem sido realizados alguns estudos sobre as perceções e atitudes dos residentes face ao turismo (Eusébio e Carneiro, 2010; Moniz, 2006; Monjardino, 2009; Rodrigues et al., 2014; Vareiro, Remoaldo e Ribeiro, 2013; Souza, 2009), nenhum desses estudos foi aplicado à totalidade deste território. Assim, dado o papel estratégico que o turismo assume no território e dada a escassez de estudos com incidência nesta região, fica justificada a necessidade da presente investigação, como forma de contribuir para o conhecimento da realidade turística.

Em termos geográficos, o território das Beiras e Serra da Estrela localiza-se na parte Leste do Centro-interior de Portugal Continental, está limitado a Norte com a sub-região do Douro, a Oeste com as sub-regiões de Dão Lafões e Região de Coimbra, a Sul com a sub-região da Beira Baixa e a Leste é limitado pela fronteira com Espanha.

O território ocupa uma área total de 6 305 Km^2, o que corresponde a 22,4% da área Centro de Portugal e 7,1% de Portugal Continental. No conjunto, a sub-região BIN representa 64,44%, a sub-região CB 21,80% e a sub-região SE cerca de 13,76% da área total do território em estudo (Figura 5.1).

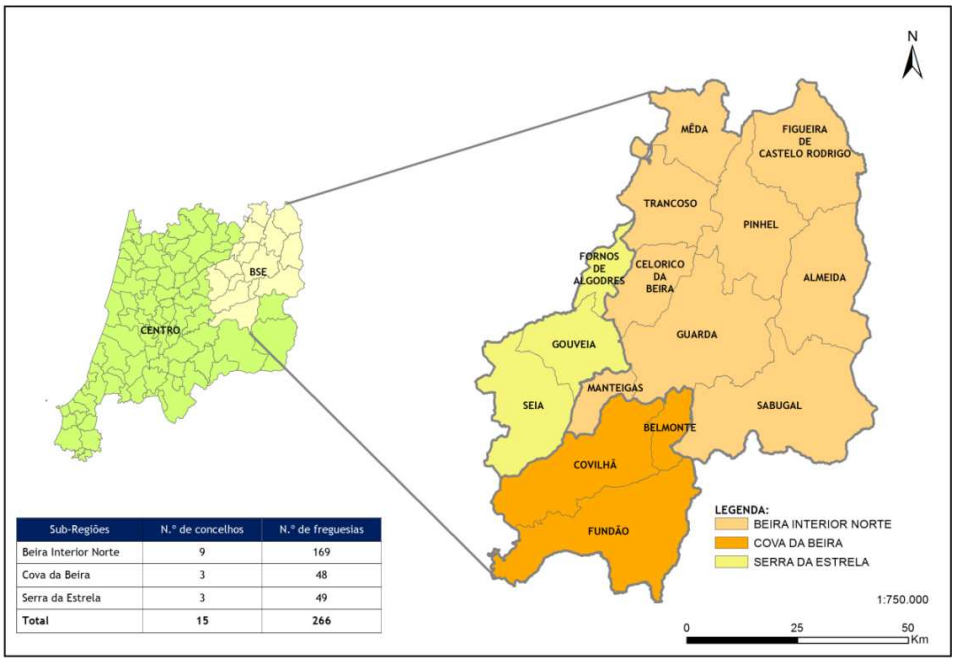
Figura 5.1 – Localização geográfica da região das Beiras e Serra da Estrela e suas sub-regiões no contexto da Região Centro



		Área Total (km²)
Continente		89 088,9
Região Centro		28 199,4
Território em estudo		**6 305,0**
Sub-Regiões	BIN	4 062,6
	CV	1 374,6
	SE	867,8

O território em estudo engloba quinze concelhos, distribuídos por dois distritos distintos. Os concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso (todos os concelhos das sub-regiões BIN e SE) do distrito da Guarda e os concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão (concelhos da sub-região CB) do distrito de Castelo Branco. Com a aplicação da Lei N.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o território agrega atualmente 266 freguesias, 169 freguesias da sub-região BIN, 48 da sub-região CB e 49 da sub-região SE (Figura 5.2).

Figura 5.2 - Localização geográfica dos concelhos da região das Beiras e Serra da Estrela



Sub-Regiões	N.º de concelhos	N.º de freguesias
Beira Interior Norte	9	169
Cova da Beira	3	48
Serra da Estrela	3	49
Total	**15**	**266**

Os quinze concelhos são díspares no que concerne, quer à área total de abrangência, quer ao número de freguesias que agregam. Sabugal, Guarda, Fundão e Covilhã são os quatro concelhos de maior dimensão geográfica, enquanto os concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Manteigas e Belmonte são os quatro de menor área. Em relação ao número de freguesias que agregam, o concelho da Guarda é o que têm maior número de freguesias (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Número de concelhos e freguesias da região das Beiras e Serra da Estrela (2015)

NUT III	Sub-regiões	Concelhos	N.º de Concelhos	N.º de Freguesias	Área Total (km^2)
Beiras e Serra da Estrela	Beira Interior Norte	Almeida	9	16	518,0
		Celorico da Beira		16	247,2
		Figueira Castelo Rodrigo		10	508,6
		Guarda		43	712,1
		Manteigas		4	122,0
		Meda		11	286,1
		Pinhel		18	484,5
		Sabugal		30	822,7
		Trancoso		21	361,5
	Cova da Beira	Belmonte	3	4	118,8
		Covilhã		21	555,6
		Fundão		23	700,2
	Serra da Estrela	Fornos de Algodres	3	12	131,5
		Gouveia		16	300,6
		Seia		21	435,7

Fonte: INE (2015).

5.2.2 Caracterização socioeconómica

Em termos populacionais, de acordo com os dados definitivos dos Censos 2011, a população residente no território em estudo é de 236 023 indivíduos, o que representa cerca de 10% e 2% da população total da Região Centro e de Portugal Continental, respetivamente. Na década 2001/20011, o território perdeu 22776 indivíduos, o que se traduz numa redução da população residente de 8,8%, bastante superior à apresentada pela Região Centro. As sub--regiões BIN, CB e SE registam decréscimos populacionais bastantes superiores à Região Centro, mas com -12,34% de variação, na SE é onde o fenómeno é mais preocupante.

Segundo os dados estatísticos dos Censos do INE (2011), na década 2001-2011, verificou-se um decréscimo da população residente em todo o território das Beiras e Serra da Estrela, encontrando-se alguns concelhos num processo de desertificação e envelhecimento bem acentuado. Todos os quinze concelhos apresentam elevados decréscimos populacionais, como é o caso da Meda (-16,62%), de Manteigas (-16,22%) e do Sabugal (-15,75%), entre outros. Apesar de os decréscimos populacionais serem maiores nos municípios mais rurais, onde a base económica local assenta no setor primário, em todos os concelhos os decréscimos são preocupantes, e já se arrastam desde os anos 50 e 60 do século passado, altura em que

começou a emigração maciça dos habitantes da região para França, mas também para outros países e ainda para o litoral de Portugal.

A densidade média da população, em 2011, era de cerca de 37,4 habitantes por km^2, bastante inferior à da Região Centro (82,5 habitantes por km^2). O território evidência uma significativa heterogeneidade na distribuição populacional: a Covilhã, Guarda e Almeida são os concelhos que apresentam maior densidade populacional e Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal a menor densidade populacional (em 2011). O êxodo rural, justificado pela procura incessante de melhores condições de vida, de emprego e de melhores serviços justificam as deslocações internacionais, inter e intra regionais das populações residentes.

Face ao exposto, a dinâmica de crescimento da população residente no território em estudo aponta para uma tendência de perda de população, semelhante à verificada no território nacional, decorrente da forte litoralização (Tabela 5.3) e, ainda, da diminuição da taxa de natalidade e do crescimento das taxas de envelhecimento.

Tabela 5.3 – População residente, densidade populacional e taxa de variação da população residente nas Beiras e Serra da Estrela (2011)

Sub-regiões e concelhos	População residente 2011 (N.º)	Densidade populacional 2011 (Hab./km^2)	Taxa de variação da pop. residente 2011/2001 (%)
Beira Interior Norte	104 417	25,7	-9,46
Cova da Beira	87 869	63,9	-6,10
Serra da Estrela	43 737	50,4	-12,34
Almeida	7 242	14,0	-14,02
Belmonte	6 859	57,7	-9,65
Celorico da Beira	7 693	31,1	-13,32
Covilhã	51 797	93,2	-4,97
Figueira de Castelo Rodrigo	6 260	12,3	-12,55
Fornos de Algodres	4 989	37,9	-11,37
Fundão	29 213	41,7	-7,21
Gouveia	14 046	46,7	-12,88
Guarda	42 541	59,7	-2,92
Manteigas	3 430	28,1	-16,22
Meda	5 202	18,2	-16,62
Pinhel	9 627	19,9	-12,11
Sabugal	12 544	15,2	-15,75
Seia	24 702	56,7	-12,23
Trancoso	9 878	27,3	-9,28

Fonte: INE (2012a; 2012b).

O fenómeno do duplo envelhecimento da população portuguesa, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, é uma realidade inquestionável bem patente nos Censos 2011. A estrutura etária do território em estudo caracteriza-se por apresentar uma proporção de jovens inferiores à média nacional e um índice de envelhecimento superior à média nacional. Porém, o fenómeno de envelhecimento é mais

acentuado nos concelhos mais rurais, comparativamente aos concelhos mais urbanos. No conjunto das três sub-regiões mais de 25 % da população tem 65 ou mais anos de idade (Tabela 5.4).

Tabela 5.4 – População residente, em 2011, na região das Beiras e Serra da Estrela segundo o género e grupo etário

Sub-regiões e Concelhos	População residente	Género		Grupo etário			
		M	F	0-14	15-24	25-64	≥ 65
Beira Interior Norte	104 417	49 558	54 859	12 009	9 987	52 526	29 895
Cova da Beira	87 869	42 558	45 311	10 611	8 596	46 482	22 180
Serra da Estrela	43 737	20 609	23 128	4 792	4 306	22 030	12 609
Almeida	7 242	3 395	3 847	592	586	3391	2 673
Belmonte	6 859	3 294	3 565	808	677	3536	1 838
Celorico da Beira	7 693	3 611	4 082	938	729	3758	2 268
Covilhã	51 797	24 725	27 072	6 369	5 013	28 166	12 249
Fig. Castelo Rodrigo	6 260	2 996	3 264	672	590	2 955	2 043
Fornos de Algodres	4 989	2 353	2 636	542	511	2 344	1 592
Fundão	29 213	14 006	15 207	3 434	2 906	14 780	8 093
Gouveia	14 046	6 500	7 546	1 489	1 321	6 697	4 539
Guarda	42 541	20 319	22 222	5 833	4 409	23 426	8 873
Manteigas	3 430	1 622	1 808	343	354	1 745	988
Meda	5 202	2 460	2 742	522	446	2 446	1 788
Pinhel	9 627	4 584	5 043	1 000	881	4 607	3 139
Sabugal	12 544	5 885	6 659	1 004	967	5 419	5 154
Seia	24 702	11 756	12 946	2 761	2 474	12 989	6 478
Trancoso	9 878	4 686	5 192	1 105	1 025	4 779	2 969

Fonte: INE (2012a).

Nas Beiras e Serra da Estrela, em 1981, cerca de 18 % da população residente pertencia ao grupo etário dos mais jovens (0 – 14 anos) e 20% ao grupo etário dos mais idosos (65 ou mais anos). Passadas duas décadas (em 2011), apenas 12 % da população pertence ao grupo etário mais jovem e 28 % ao grupo etário dos idosos. Entre 1991 e 2011 verificou-se uma redução da população jovem e da população entre os 15 e 24 anos de 42,7 % e 39,0%, respetivamente. (INE, 2012a; 1993). Os sintomas de envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa) têm reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade. Efetivamente, o envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes das sociedades modernas do século XXI. Na região das BSE o padrão de envelhecimento ainda evidencia contornos e degradação demográfica mais marcantes.

O território apresenta, ainda, elevadas taxas de analfabetismo e baixos níveis de instrução, comparativamente à média nacional, o que afeta a qualificação dos recursos humanos, um vetor de competitividade essencial de um país ou região. Nos concelhos da Covilhã e Guarda é onde reside um maior número de população com formação superior, facto a que não é alheio à localização nestes concelhos da Universidade da Beira Interior (UBI) e do Instituto

Politécnico da Guarda (IPG), as duas instituições de ensino superior da região. Particularmente preocupante é a realidade vivida nos concelhos do Sabugal, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Figueira de Castelo Rodrigo, concelhos mais rurais que apresentam as mais altas taxas de analfabetismo (Tabela 5.5).

Tabela 5.5 – População residente, em 2011, na região das Beiras e Serra da Estrela segundo o nível de escolaridade

Sub-regiões e Concelhos	Nível de escolaridade						Taxa de analfabetismo (%)
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós secundário	Superior	
Beira Interior Norte	39 317	8 199	14 973	14 685	841	13 471	9,14
Cova da Beira	29 562	7 948	13 227	13 418	783	11 678	8,65
Serra da Estrela	18 369	4 091	5 508	5 840	329	4 530	8,27
Almeida	3 192	555	960	1 014	44	650	8,94
Belmonte	2 557	617	975	1 050	60	645	10,51
Celorico da Beira	3 224	599	1 058	978	58	651	11,89
Covilhã	16 772	4 665	7 880	8 202	456	7 727	7,26
Fig. Castelo Rodrigo	2 665	626	794	747	38	546	10,57
Fornos de Algodres	2 276	437	559	580	35	429	10,71
Fundão	10 233	2 666	4 372	4 166	267	3 306	10,66
Gouveia	6 090	1 310	1 704	1 744	98	1 440	9,18
Guarda	12 534	3 154	6 971	7 085	416	8 145	5,49
Manteigas	1 465	318	412	437	31	324	8,84
Meda	2 343	466	571	551	36	444	12,57
Pinhel	4 155	794	1 379	1 143	61	836	11,25
Sabugal	5 656	911	1 511	1 401	93	953	14,50
Seia	10 003	2 344	3 245	3 516	196	2 661	7,26
Trancoso	4 083	776	1 317	1 329	64	922	10,91

Fonte: INE (2012a).

Num cenário de globalização, uma região com baixos níveis de escolaridade ou baixos níveis de qualificação fica mais fragilizada. Por sua vez, o desenvolvimento sustentado da atividade turística, que exige qualidade nos serviços prestados, torna-se mais complicado e a capacidade de atrair empresas, de criar empregos e promover o bem-estar e a qualidade de vida das populações ficam comprometidos.

A distribuição da população empregada por setores de atividade ilustra o acentuado processo de mudança na estrutura económica neste território. Durante muitos anos, o setor primário foi o setor predominante e responsável pelo maior nível de emprego, situação que se alterou profundamente ao longo das últimas décadas com transferência do emprego para o setor secundário e sobretudo para o terciário (Tabela 5.6).

Tabela 5.6 – População empregada, em 2011, na região das Beiras e Serra da Estrela segundo o setor de atividade, taxa de atividade e de desemprego

Sub-regiões e concelhos	População empregada (Número)			Taxa de atividade (%)	Taxa de desemprego (%)
	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário		
Beira Interior Norte	2 654	8 514	26 525	40,98	11,92
Cova da Beira	1 272	9 523	21 994	43,56	14,34
Serra da Estrela	664	4 211	9 992	39,39	13,71
Almeida	206	413	1 697	35,58	10,13
Belmonte	138	855	1 529	43,65	15,76
Celorico da Beira	217	772	1 797	40,75	11,13
Covilhã	448	5 809	13 482	44,48	14,33
Fig. Castelo Rodrigo	426	357	1 239	37,30	13,40
Fornos de Algodres	92	416	1 121	38,00	14,08
Fundão	343	1 014	3 114	37,27	14,03
Gouveia	229	2 781	5 757	40,88	14,59
Guarda	431	3 524	13 557	47,35	13,07
Manteigas	52	291	760	37,76	14,83
Meda	279	394	993	35,37	9,46
Pinhel	369	829	1 997	38,08	12,85
Sabugal	329	1 076	2 302	32,65	9,50
Seia	229	2 781	5 757	40,88	13,19
Trancoso	345	858	2 183	37,51	8,61

Fonte: INE (2012a).

Numa análise por grupos de profissões, em 2011, constata-se que a maior percentagem de população emprega pelos grupos de profissões é nos grupos «*trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores» 5*, «*trabalhadores qualificados da industria, construção e artífices» 7*, «*especialistas das atividades intelectuais e científicas» 2* e, por último, no grupo «*trabalhadores não qualificados da agricultura, industria, comercio e serviços» 9*. No grupo «*profissionais das forças armadas» 0* é onde existe menor percentagem da população empregada (Tabela 5.7).

Tabela 5.7 – Percentagem da população empregada, em 2011, pelos grupos de profissões na Região das Beiras e Serra da Estrela

Sub-regiões e concelhos	Grupos de profissões									
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
BIN	0,52	6,97	14,03	7,98	7,18	22,83	5,46	14,66	7,47	12,90
Cova da Beira	0,35	6,81	14,55	9,02	7,45	21,46	2,97	16,28	8,20	12,91
Serra da Estrela	0,59	6,49	12,14	7,24	7,73	22,13	4,06	17,17	9,52	12,93

Fonte: INE (2012a).

Segundo os Censos de 2011, no Continente agravou-se o desequilíbrio na distribuição da população pelo território, reforçando-se o padrão de litorização do país e de esvaziamento ou desertificação do seu interior. A grande maioria dos concelhos do litoral viram a sua densidade populacional aumentar, enquanto a maioria dos do interior viram-na diminuir.

O mesmo ocorreu na nova NUT III Beiras e Serra da Estrela, em que os 15 concelhos que a integram têm registado decréscimos constantes da sua (baixa) densidade populacional, com perdas sistemáticas da população residente, redução da população jovem e forte envelhecimento populacional. Face ao exposto, a demografia da região é um forte condicionante das suas dinâmicas de crescimento e desenvolvimento económico e social.

5.2.3 Potencialidades turísticas

Dotado de recursos culturais, paisagísticos e naturais únicos, muitos ainda pouco explorados, a região das BSE tem vindo a afirmar-se a nível nacional e internacional no turismo de natureza, cultural, gastronómico e paisagístico. Este território, com as especificidades da sua geologia, a paisagem esculpida com glaciares, as características próprias do clima, a biodiversidade da fauna e flora, a diversidade de recursos hídricos, um vasto património cultural, apresenta uma vasta oferta de recursos e atrações turísticas, que lhe conferem aptidões para o fenómeno turístico (Roque et al., 2012). Paralelamente, realça-se a presença significativa de dois patrimónios da humanidade – O vale do Côa e o do Douro Vinhateiro, bem como a sua proximidade a Espanha e a centros urbanos com grande valor e atratividade como Salamanca, Cidade Rodrigo.

O turismo paisagístico e de natureza justificam-se pela existência do Parque Natural da Serra da Estrela, com cerca de 90 374 há de área. A neve e a montanha - marcas da região - são as maiores atrações. A Serra da Estrela é o único destino com neve em Portugal, local onde se pode desfrutar da prática de desportos de inverno e da beleza natural das suas paisagens. As rotas ambientais (Rota dos Glaciáres, Rota dos 4 Rios, Rota das 25 Lagoas, Rota das Áreas Naturais) são grandes apostas desta região para atrair a ela turistas nacionais e estrangeiros (Oliveira e Manso, 2010b).

O turismo cultural é outro importante produto turístico deste território, pois a história e as tradições da região, associada aos descobrimentos e à defesa do território contra invasões estrangeiras, bem como a presença da comunidade judaica pelo menos desde o século XV, potenciam o seu desenvolvimento (Pereira et al., 2012). A forte presença da comunidade judaica nalguns concelhos da região é um fator de atratividade ímpar que as Entidades Regionais de Turismo e a comunidade judaica de Belmonte potenciaram ao desenvolverem a Rede de Judiarias de Portugal, um produto turístico diferenciador e com forte potencial de crescimento na região. Ainda a nível cultural, as doze aldeias históricas localizadas na região, e que fazem parte do projeto "Aldeias Históricas de Portugal", constituem fatores distintivos e desempenham um papel relevante no desenvolvimento e valorização cultural da região, a que acrescem as cinco rotas culturais (Rota das Aldeias Históricas; Rota da Lã; Rota dos Castelos; Rota das Antigas Judiarias), importantes fatores de atratividade da região.

O turismo de "saúde e bem-estar", associado a um vasto conjunto de recursos termais - as Termas de Almeida localizadas no concelho de Almeida, as Termas de Longroiva localizadas

na Meda, as Termas do Cró, localizadas em Sabugal, e as Termas de Unhais da Serra, localizadas em Unhais, as termas de Manteigas e outras que carecem urgentemente de recuperação como as termas conhecidas como Águas Radium localizadas nas proximidades da aldeia de Sortelha, no Sabugal - têm-se também afirmado neste território.

Apesar de o PENT não considerar a gastronomia um produto estratégico nesta região, ela possui uma vasta oferta de produtos regionais (presuntos e enchidos artesanais, cerejas do Fundão, queijo de ovelha da Serra da Estrela, compotas artesanais, a amêndoa amarga, entre outros) que se apresentam como recursos endógenos turísticos, com um elevado potencial de atratividade para este destino turístico, e que os vários concelhos vão promovendo anualmente através da organização de feiras gastronómicas, como forma interessante de divulgação e de dinamização da região.

Relativamente à oferta de alojamento, segundo os últimos dados do INE, os concelhos em análise apresentam uma oferta de alojamento diversificada. O concelho da Covilhã apresenta o maior número de estabelecimentos hoteleiros, seguido da Guarda e do Fundão (Tabela 5.8).

Tabela 5.8 – Número e tipo de estabelecimentos hoteleiros na região das Beiras e Serra da Estrela (2013)

Sub-regiões e concelhos	Total (Número)	Tipo de estabelecimento hoteleiro					
		Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-apartamentos
Beira Interior Norte	21	11	8	1	1		
Cova da Beira	15	12	1	1	1		
Serra da Estrela	7	5	1				1
Almeida	3	2	1				
Belmonte	2	1			1		
Celorico da Beira	3	2	1				
Covilhã	9	7	1	1			
Fig. Castelo Rodrigo	2		1	1			
Fornos de Algodres	2	2					
Fundão	4	4					
Gouveia	3	2	1				
Guarda	6	3	3				
Manteigas	4	2	1		1		
Meda	1	1					
Pinhel	1		1				
Sabugal	0						
Seia	2	1					1
Trancoso	1	1					

Fonte: INE (2015).

Tal como noutras zonas do interior do país, no território em estudo têm-se verificado uma crescente procura das áreas rurais, associada à evolução e às mudanças consideráveis no turismo, seja pelo lado da procura, seja pelo lado da oferta. Como resposta a estas solicitações do mercado turístico, nos últimos anos, verificou-se uma expansão na oferta de alojamento direcionada para o produto turismo no espaço rural, nomeadamente nas tipologias "casas de campo", "turismo de habitação" e "agro-turismo".

O número de dormidas tem apresentado uma tendência crescente tendo, em 2013, o número total de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros atingido os 272721, cerca de 15% na SE, 28% na BIN e 57% na CB. Depois do português e potenciado pela proximidade da fronteira espanhola, o mercado espanhol é o segundo mais representativo neste território (INE, 2014).

O território em estudo apresenta uma grande riqueza de recursos, distribuídos de forma diversa, que podem ser catalisadores do desenvolvimento turístico integrado. Porém, este território, à semelhança de todo o interior do país, tem problemas de carácter estrutural, que advêm da sua posição periférica em termos geográficos, de alguma debilidade ou fraqueza ao nível das acessibilidades, de incapacidade de as cidades crescerem e polarizarem o desenvolvimento das áreas circundantes, de carência de iniciativas empresariais e, entre outras, de alguma falta de mão-de-obra qualificada, que "se tornou incipiente à custa do êxodo rural e da migração" (Salgado e Leitão, 2009: 11).

Apesar de algumas vozes acusarem de degradação, de destruição de lugares e de recursos naturais (Salgado e Leitão, 2009), a região tem um "potencial paisagístico, ambiental e cultural, com características singulares no espaço nacional, que promove a sua apropriação como destino turístico de excelência, o qual vem evidenciando o alargamento da oferta de produtos, face à diversidade de recursos e às diferentes motivações que suportam a sua procura ao longo do ano" (Roque et al., 2012: 228).

A importância do turismo como elemento dinamizador das estruturas socioeconómicas dos países, regiões e locais é hoje um facto plenamente assumido. Porém, a procura turística exige novos produtos em destinos com imagem de destino sustentável. Segundo Salgado e Leitão (2009: 16) "é com a diversidade e a heterogeneidade de produtos e ofertas turísticas que se conseguirá a satisfação dos turistas, ao mesmo tempo que de uma forma direta e indireta se desenvolvem os outros sectores". Assim, se conseguirá um desenvolvimento económico e social integrado e harmonioso, onde o turismo pode ser o garante da sustentabilidade, assente numa lógica coletiva. Apesar dos desafios da atualidade, o território em estudo possui um enorme potencial para se transformar num destino turístico relevante a nível mundial (Oliveira e Manso, 2010b; Salgado e Leitão, 2009).

5.3 Universo e definição da amostra

5.3.1 Universo de estudo

O universo de estudo integra a população, com idade igual ou superior a 15 anos de idade, residente na NUT III Beiras e Serra da Estrela nos termos do descrito no Regulamento (UE) 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 (UE 2014), caraterizada de acordo com os dados dos Censos 2011-Resultados definitivos.

A escolha dos residentes, de entre os vários *stakehorders*, justifica-se pelo facto de estes serem atores fundamentais no processo de desenvolvimento dos territórios. O universo não incidiu a população total residente na região BSE, mas apenas a população residente com idade igual ou superior a 15 anos. A decisão de proceder a esta seleção, também utilizada em outros estudos (Barros, 2011; Guerreiro et al, 2008), baseia-se no facto de os menores de 15 anos terem poucos conhecimentos ou ainda não terem uma opinião formada sobre a região Beiras e Serra da Estrela, designadamente ao nível do processo de desenvolvimento da atividade turística na região e, ainda, pelo facto de os mais velhos (maiores de 15 anos) serem mais capazes de percecionarem os impactos do turismo no território em estudo. A Tabela 5.9 apresenta alguns elementos, repartidos por idade e género, relativos ao universo do estudo, desagregado pelas três sub-regiões.

Tabela 5.9 - Universo de estudo por sub-região, segundo o grupo etário e o género (2011)

Sub-regiões	Grupo etário			Género		Total	
	15 - 24	25 - 64	≥ 65	M	F	N	%
BIN	9 987	52 526	29 895	43 432	48 976	92 408	44,30
CB	8 596	46 482	22 180	36 535	40 723	77 258	37,03
SE	4 306	22 030	12 609	18 181	20 764	38 945	18,67
BSE	22 889	121 038	64 684	98 148	110 463	208 611	100,00

Fonte: INE (2012b).

Da Tabela 5.9 constata-se que 58% dos elementos do universo de estudo têm idade compreendida entre os 25 e os 64 anos, 53% são do género feminino, cerca de 44,3% habitam na sub-região BIN, 37% na sub-região CB e, por último, 18,7% na sub-região SE.

5.3.2 Amostra final

Sendo impossível fazer um estudo exaustivo de todos os membros da população residente, por ausência de recursos, nomeadamente financeiros, temporais e humanos e, ainda, por impossibilidade prática, procedeu-se, como é habitual neste tipo de estudos, à seleção de uma amostra representativa desse universo.

As técnicas de amostragem probabilística, processo em que todos os elementos da população têm igual probabilidade de virem a ser escolhidos (Reis e Moreira, 1993), não se afiguraram viáveis neste contexto. Ao contrário destas, nas técnicas de amostragem não probabilística, os indivíduos têm diferentes probabilidades de virem a ser escolhidos, pois os inquiridos são muitas vezes escolhidos segundo determinados critérios (género, idade, nível de escolaridade, entre outros). Dada a dificuldade em obter uma listagem que contemplasse todos os elementos da população-alvo optou-se por recorrer a um método não probabilístico.

Dos dois procedimentos não probabilísticos mais vulgarmente utilizados (amostragem por conveniência e amostragem por quotas) optou-se pela amostragem por quotas. Esta decisão justifica-se por se apresentar como o método mais adequado para a presente investigação e ser aquele em que os danos à representatividade nas caraterísticas de interesse são menos

visíveis, na medida em que se reduz a subjetividade, a conveniência e interferência do investigador junto do inquirido e na seleção da amostra. Segundo Hill e Hill (2008), o método de amostragem por quotas é melhor do que o da amostragem simplesmente por conveniência, na medida em que, neste último, os casos escolhidos são os casos facilmente disponíveis. A Tabela 5.10 descreve o processo de amostração utilizado no estudo empírico.

Tabela 5.10 - Processo de amostragem por quotas

1º Passo – Universo a inquirir
O preenchimento das quotas teve como referência os dados definitivos dos Censos 2011, realizado pelo INE, isto é, a população com 15 ou mais anos de idade residente na NUT III Beiras e Serra da Estrela, num total de 208.611 residentes. Assim, na definição do universo a inquirir, impôs-se que essa seria constituída pela população residente, de todos os concelhos da NUT III em estudo, com ou mais de quinze anos de idade. Esta especificação é importante, na medida em que permite conhecer as perceções daqueles que, em princípio, já detêm sensibilidade, maturidade e capacidade de perceção.
2º Passo – Dimensão da amostra
Não existindo em estudos anteriormente realizados informação estatística das medidas de tendência central, como a média e o desvio-padrão, para o universo de estudo, tornou-se necessário o cálculo da dimensão adequada da amostra, valor que foi calculado com a aplicação da seguinte fórmula (Reis e Moreira; 1993): $$n = \frac{p(1-p)}{\frac{D^2}{(Z)^2} + \frac{p(1-p)}{N}}$$ onde "p" é a proporção de indivíduos a incluir na amostra, "D" é o nível de precisão do estudo, "Z" é o valor de distribuição normal para um dado nível de confiança e "N" é a dimensão da população de interesse (universo).
3º Passo – Calculo da dimensão da amostra
Segundo a metodologia expressa no segundo passo e a atribuição de valores a cada uma das variáveis obteve-se uma amostra de 384 inquéritos. Neste cálculo p, D, Z e N tomaram os seguintes valores: i) p, proporção de indivíduos a incluir na amostra, coincidindo a hipótese mais pessimista com valor de 50% , valor adotado; ii) D, erro da amostragem: a regra geral é considerar o erro de 5%; iii) Z, valor da estatística da normal reduzida: o valor habitual é aquele que corresponde a um nível de significância de 5% ou um nível de confiança de 95%, razão pelo qual se adotou o valor de $\pm 1{,}96$. iv) N, dimensão do universo: o número de habitantes da região das BSE é de 208.611 residentes, segundo os dados definitivos dos Censos 2011.
4º Passo – Distribuição da amostra pelos concelhos de residência
Seguindo-se uma estratificação proporcional, o primeiro foi determinar o peso da população de cada concelho na população total, para a seguir adotar este valor e multiplica-lo pelo valor de 384 indivíduos da amostra, segundo essa lógica de proporcionalidade.

Fonte: Elaboração própria.

Na aplicação da técnica de amostragem por quotas teve-se em conta os critérios: do concelho de residência, do género e do grupo etário dos residentes. O primeiro critério a aplicar foi o

concelho de residência. A Tabela 5.11 apresenta o peso dos residentes de cada concelho no universo em estudo e o correspondente peso percentual por concelhos. Da multiplicação deste valor por 384 membros da amostra sai o número de inquéritos a levar a cabo em cada um dos concelhos.

Tabela 5.11 - Universo e a amostra final do estudo, por concelhos

Concelhos da região das BSE	Universo do estudo		Amostra final	
	População residente ≥ 15 anos (2011)	%	Número de inquéritos	%
Almeida	6 650	3,2	12	3,2
Belmonte	6 051	2,9	11	2,9
Celorico da Beira	6 755	3,2	12	3,2
Covilhã	45 428	21,8	84	21,8
Figueira de Castelo Rodrigo	5 588	2,7	10	2,7
Fornos de Algodres	4 447	2,1	8	2,1
Fundão	25 779	12,4	48	12,3
Gouveia	12 557	6,0	23	6,0
Guarda	36 708	17,6	68	17,6
Manteigas	3 087	1,5	6	1,5
Meda	4 680	2,2	9	2,2
Pinhel	8 627	4,1	16	4,1
Sabugal	11 540	5,5	21	5,5
Seia	21 941	10,5	40	10,5
Trancoso	8 773	4,2	16	4,2
BSE	208 611	100	384	100

Fonte: Elaboração própria.

O Apêndice 1 contempla a distribuição da amostra final depois de efetuada a estratificação por concelho, género e grupo etário. A Tabela 5.12 apresenta a o número de inquéritos a aplicar em cada uma das sub-regiões das *Beiras e Serra da Estrela*, correspondentes às antigas NUT III.

Tabela 5.12 - Número de inquéritos a aplicar por sub-região

Sub-regiões	Inquéritos a aplicar	
	N	%
Beira Interior Norte	170	44,27
Cova da Beira	143	37,24
Serra da Estrela	71	18,49
Total	384	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Convém referir que a determinação da amostra através de métodos não probabilísticos implica a não generalização dos resultados e conclusões para toda a população total (inferência). Desta forma, tudo aquilo que for referenciado considera-se no âmbito da amostra e não da população total. No entanto, tal inconveniente não diminui a pertinência do estudo e dos seus resultados, como atestam os inúmeros estudos deste tipo realizados e

publicados em revistas da especialidade. De facto, é comum investigações deste tipo recorrerem frequentemente a amostras não probabilísticas, muitas delas definidas por conveniência, o que pode implicar alguma manipulação dos resultados com todas as consequências daí inerentes.

5.4 Instrumento de análise

5.4.1 Inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi o instrumento de recolha dos dados selecionada no âmbito desta investigação, apresentando-se como o mais indicado quando o universo de análise é de grande dimensão e geograficamente disperso. Nesta investigação o universo de estudo é de 208 611 residentes, geograficamente dispersos por quinze concelhos que abrangem uma área total de 6 305 Km^2.

O inquérito por questionário é muito utilizado por investigadores, nas mais diversas áreas de investigação. Apesar de alguns estudos, sobre as perceções dos residentes dos impactos do turismo, terem utilizado a entrevista como instrumento de recolha de dados, na grande maioria dos estudos as perceções e atitudes dos residentes face ao turismo são medidas através do inquérito por questionário (Brunt e Courteney, 1999).

Na fase da construção de um questionário deve-se ter em consideração o tipo de informação a recolher, o tamanho do questionário, a forma como as questões são redigidas, bem como, o formato e sequência com que as questões são apresentadas (Hill e Hill, 2008; Manso, 2005). Neste caso, a construção do questionário final passou por três fases distintas: (1) desenvolvimento do questionário inicial, (2) pré-teste do questionário inicial e, por último, (3) elaboração do questionário final.

Para a construção do questionário foi identificada a informação que interessava recolher, com base na revisão da literatura efetuada, sem esquecer os objetivos gerais e os objetivos específicos da investigação. O inquérito elaborado foi sujeito a um pré-teste, de forma a se detetar antecipadamente eventuais erros de interpretação e de lógica ou omissões. A realização do pré-teste foi muito importante, na medida em que permitiu aferir da qualidade e clareza da linguagem do questionário, validar a compreensão dos conteúdos e das escalas utilizadas, bem como cronometrar o tempo de preenchimento do mesmo. Durante o mês de fevereiro de 2014 o questionário inicial foi submetido, tendo-se inquirido 16 residentes, dos concelho da Guarda e da Covilhã, os dois concelhos mais representativos, tendo em atenção os respetivos pesos na população geral.

Feito o pré-teste, chegou-se à conclusão que o questionário era demasiado extenso, o que levou à exclusão de algumas questões, nomeadamente 2 questões abertas nas quais se pedia aos inquiridos (i) que indicassem as entidades (públicas ou privadas) que, através da sua ação,

mais podem contribuir para o desenvolvimento do turismo numa base de sustentabilidade e (ii) que indicassem as 3 atividades económicas que, nas suas opiniões, tinham maior potencial de crescimento e desenvolvimento no território em estudo. Estas duas questões foram retiradas dada a dispersão de opiniões, o tempo necessário ao preenchimento do questionário e, por último, o tamanho do questionário que, de acordo com a opinião dos inquiridos na fase do pré-teste se queixaram que era demasiado longo.

O questionário final contempla 21 questões fechadas. Nestas questões o grau de concordância e de satisfação dos inquiridos foram medidos através de uma escala de *Likert* com 5 níveis que contemplada, ainda, a opção Não Sabe/Não Responde. A Tabela 5.13 evidencia a desagregação das várias dimensões de análise de acordo com o tipo de informação que se pretende obter, o número e tipo de questão correspondente a essa informação.

Tabela 5.13 - Dimensões de análise, informação a obter e tipo de questões do questionário final

Dimensões de análise	Informação detalhada a obter	Número da pergunta	Tipo
Ligação ao território de estudo	- Concelho de residência	1	Fechada
	- Número de anos que vive no concelho	2	Fechada
	- Concelho de naturalidade	3	Fechada
Proximidade e conhecimento do turismo	- Hábito de gozar férias	4 e 5	Fechada
	- Interação residente-visitante	6	Fechada
	- Ligação profissional com a atividade turística	7, 8 e 9	Fechada
Impactos do turismo	- A nível global	10	Fechada
	- A nível económico (global)	10	Fechada
	- A nível sociocultural (global)	10	Fechada
	- A nível ambiental (global	10	Fechada
	- Impactos económicos (positivos e negativos)	11	Fechada
	- Impactos socioculturais (positivos e negativos)	11	Fechada
	- Impactos ambientais (positivos e negativos)	11	Fechada
Fatores de desenvolvimento do turismo existentes no território em estudo	- Recursos humanos	12	Fechada
	- Serviços turísticos	12	Fechada
	- Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	12	Fechada
	- Recursos naturais	12	Fechada
	- Património etnográfico	12	Fechada
	- Património histórico-monumental	12	Fechada
	- Medidas implementadas (Gestão do destino turístico BSE)	13	Fechada
Atitude dos residentes face ao turismo	- Atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável	14	Fechada
Características sociodemográficas	- Género	15	Fechada
	- Grupo etário	16	Fechada
	- Estado civil	17	Fechada
	- Dimensão do agregado familiar	18	Fechada
	- Habilitações literárias	19	Fechada
	- Situação profissional	20	Fechada
	- Profissão a exercer	21	Fechada

Fonte: Elaboração própria.

O conteúdo da versão final do questionário é o resultado da revisão do "estado da arte" sobre esta temática e da tomada em consideração de vários estudos empíricos que serviram de

reflexão. Assim, foi desenvolvido o questionário final adaptado ao objetivo central e específicos do estudo e à realidade do território (Apêndice 2).

5.4.2 Variáveis e indicadores do questionário

A Tabela 5.14 apresenta as variáveis e os respetivos indicadores, associados a cada uma delas, adaptados a partir da revisão da literatura e utilizados no inquérito dirigido à amostra final de residentes, bem como as principais referências bibliográficas tidas em consideração na definição dos indicadores.

Tabela 5.14 - Variáveis e indicadores do questionário

Variável	Indicadores	Referências bibliográficas
Interação Residente-visitante	Na rua; Local de trabalho; Em locais atrativos (parques, lagos, outros); Estabelecimentos de restauração / bares; Estabelecimentos comerciais; Eventos religiosos, culturais ou desportivos.	Eusébio e Carneiro (2012) Schone, Simmons e Fairweather (2003) Souza (2009)
Impactos económicos positivos do turismo	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo; Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente; Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região; Contribuído para aumentar a produção de bens da região; Contribuído para a valorização externa dos produtos da região; Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região; Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal; Impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes; Gerado riqueza pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região; Atraído investimentos nacionais na região; Atraído investimentos estrangeiros na região; Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento.	Andereck e Vogt (2000) Andereck et al. (2005) Akis et al. (1996) Brunt e Courtney (1999) Dyer et al. (2007) Gursoy et al. (2002) Gursoy e Rutherford (2004) Ko e Stewart (2002) Liu e Var (1986) Lindberg e Jonson (1997) Marzuki, A. (2012) Monjardino (2009) Oviedo-Garcia et al. (2008) Perdue, Long e Allen (1990) Ribeiro, Vareiro e Remoaldo (2012) McGehee, Andereck. e. Vogt, 2002). Tosun (2002) Türkeru e Öztürk (2013) Untong et al. (2010) Yu et al. (2011)
Impactos socioculturais positivos do turismo	Contribuído para a qualificação dos recursos humanos; Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado; Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região; Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e dos serviços básicos; Contribuído para a conservação do património construído; Contribuído para aumentar a oferta de eventos culturais; Contribuído para aumentar a oferta de eventos religiosos; Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos; Contribuído para a preservação e divulgação da cultura e as tradições locais; Contribuído para o desenvolvimento social da população	Brida, Osti e Faccioli (2011). Brunt e Courtney (1999) Dyer et al. (2007) Eusébio e Carneiro (2012) Ribeiro, Vareiro e Remoaldo (2012) Marzuki, A. (2012) Sandeep e Vinold (2014). McGehee, Andereck,. e. Vogt, 2002). Türkeru e Öztürk (2013)

	residente; Contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região.	
Impactos ambientais positivos do turismo	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural; Contribuído para uma melhor utilização/criação das infraestruturas básicas, causando assim menos impactos ambientais negativos; Melhorado a imagem da região.	Andereck et al. (2005) Akis et al. (1996) Dyer et al. (2007) Liu e Var (1986)
Impactos económicos negativos do turismo	Provocado a subida do preço dos bens em geral; Contribuído para menores investimentos públicos noutros ramos de atividade, devido ao investimento público no turismo.	Dyer et al. (2007) Jurowski e Gursoy (2004) Marzuki, A. (2012) Perdue et al. (1990) Türkeru e Öztürk (2013)
Impactos socioculturais negativos do turismo	Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade; Criado problemas urbanísticos; Diminuído a qualidade dos serviços prestados; Levado à perda de identidade cultural da região.	Andereck et al. (2007) Brunt e Courtney(1999) Dyer et al. (2007) Eusébio e Carneiro (2012) Jurowski e Gursoy (2004) Ko e Stewart (2002) Monjardino (2009) Oviedo-Garcia et al. (2008) Ribeiro, Vareiro e Remoaldo (2012) Sandeep e Vinold (2014) Perdue et al. (1990)
Impactos ambientais negativos do turismo	Provocado a escassez dos recursos naturais locais; Diminuído a qualidade do ambiente; Criado problemas paisagísticos; Sido responsável pela destruição da biodiversidade; Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixo; Diminuído a limpeza dos concelhos da região.	Andereck et al. (2007) Archer e Cooper (2002) Dyer et al. (2007) Gursoy et al. (2002) Ko e Stewart (2002) Mosjardino (2009) Oviedo-Garcia et al. (2008) Perdue et al. (1990) Ribeiro, Valle e Silva (2013)
Recursos humanos	Qualificação dos profissionais na área do turismo; Escolas/cursos na área do turismo; Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo; Oferta de mão-de-obra qualificada; Diversificação da mão-de-obra.	Elavai et al. (2006) Fazenda et al. (2008
Serviços turísticos	Variedade da oferta de alojamentos turísticos; Qualidade da oferta de alojamentos turísticos; Oferta de restaurantes (variedade/qualidade); Oferta de parques de campismo; Oferta termal; Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno; Oferta de postos de informação turística; Oferta de guias turísticos; Oferta noturna (bares, discotecas); Oferta desportiva (radicais, polidesportivos, outros); Oferta recreativa geral (parques de lazer, piscinas, outros).	Barbosa (2005) Beerli e Martin (2004) Elavai et al. (2006) Fazenda et al. (2008) Mihalic (2013) ORTA (2008) Untong et al. (2010)
Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região; Acessibilidades dentro da região; Abastecimento de água; Abastecimento de gás (natural ou outro); Saneamento básico; Recolha e tratamento de resíduos sólidos;	Beerli e Martin (2004) Elavai et al. (2006) Fazenda et al. (2008) Gerreiro et al. (2008) Mihalic (2013) ORTA (2008)

	Drenagem e tratamento de águas residuais; Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico; Distribuição de energia elétrica; Serviços de saúde, bancários e de justica;	Untong et al. (2010)
Recursos naturais	Recursos paisagísticos; Recursos termais; Recursos faunísticos; Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios; Parques naturais protegidos; Qualidade do ar, água e solo.	Barbosa (2005) Beerli e Martin (2004) Elavai et al. (2006) Fazenda et al. (2008) Gerreiro et al. (2008) Mihalic (2013) Ritchie e Crouch (2000) ORTA (2008)
Património etnográfico	Atividades agrícolas tradicionais; Tradições; Artesanato local; Gastronomia; Festividades (festas e romarias); Eventos culturais; Eventos religiosos.	Barbosa (2005) Beerli e Martin (2004) Fazenda et al. (2008) Gerreiro et al. (2008) Mihalic (2013) ORTA (2008) Ritchie e Crouch(2000) Untong et al. (2010)
Património Histórico-Monumental	Museus; Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros); Aldeias históricas; Monumentos civis; Monumentos religiosos.	Beerli e Martin (2004) Fazenda et al. (2008) Gerreiro et al. (2008) Mihalic (2013) ORTA (2008) Untong et al. (2010)
Gestão do destino turístico	Preservar e valorizar o património cultural; Preservar e valorizar o património natural; Preservar e valorizar o património etnográfico; Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região; Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia); Aumentar a qualidade dos serviços prestados; Aumentar a hospitalidade por parte dos residentes; Aumentar os meios de divulgação; Aumentar a qualidade do ambiente; Envolver os turistas nas questões ambientais; Envolver a comunidade local nas questões ambientais; Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local; Desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local; Favorecer o planeamento do território; Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo; Apoiar o investimento no turismo da região; Promover parcerias entre entidades (empresas, universidades, instituições, ONG).	Costa, Águas e Rita (2000) Golzardi et al. (2012) Ribeiro, Vareiro e Remoaldo (2012) Sandeep e Vinold (2014) Untong et al. (2010) Yu et al. (2011)
Turismo motor de desenvolvimento sustentável	Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo; O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território; Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo; O turismo cria e fixa riqueza no território; O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do território.	Elavai et al. (2006) Monjardino (2009) Schone, Simmons e Fairweather (2003) McGehee, Andereck e Vogt (2002)

Fonte: Elaboração própria.

5.4.3 Plano de administração do questionário

A administração do questionário final foi efetuada entre os meses de abril a agosto de 2014, tendo toda a recolha de informação sido realizada pela investigadora. Os questionários foram aplicados nas sedes dos municípios de cada concelho (Tabela 5.15).

Tabela 5.15 – Locais de aplicação dos questionários aos residentes das Beiras e Serra da Estrela

Concelhos	Local de aplicação do questionário	
Almeida	Vila de Almeida	(Sede de Município)
Belmonte	Vila de Belmonte	(Sede de Município)
Celorico da Beira	Vila de Celorico da Beira	(Sede de Município)
Covilhã	Cidade da Covilhã	(Sede de Município)
Figueira de Castelo Rodrigo	Vila de Castelo Rodrigo	(Sede de Município)
Fornos de Algodres	Vila de Fornos de Algodres	(Sede de Município)
Fundão	Cidade do Fundão	(Sede de Município)
Gouveia	Cidade de Gouveia	(Sede de Município)
Guarda	Cidade da Guarda	(Sede de Município)
Manteigas	Vila de Manteigas	(Sede de Município)
Meda	Cidade da Meda	(Sede de Município)
Pinhel	Cidade de Pinhel	(Sede de Município)
Sabugal	Cidade de Sabugal	(Sede de Município)
Seia	Cidade de Seia	(Sede de Município)
Trancoso	Cidade de Trancoso	(Sede de Município)

Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de se obter uma boa cooperação por parte dos inquiridos, clarificou-se brevemente o objetivo da realização do inquérito e apelou-se à colaboração do seu preenchimento, garantido a confidencialidade das respostas. A forma definida para aplicação do questionário foi a administração direta, permitindo assim ao respondente registar as suas respostas diretamente no formulário do questionário. Após a recolha dos dados, foi efetuado o seu registo informático.

5.5 Métodos de análise dos dados

Os dados recolhidos através da implementação de um inquérito por questionário, junto da amostra final definida, foram sujeitos a tratamento estatístico que, num primeiro momento, recorreu a técnicas univariadas e bivariadas, nomeadamente à construção de tabelas de frequência, medidas de tendência central (média aritmética, moda e mediana) e de dispersão (desvio padrão).

Tratando-se de uma análise feita questão a questão e complementada por cruzamentos de variáveis, considerados pertinentes face aos objetivos do estudo, foram efetuados testes estatísticos ao relacionamento entre algumas variáveis. Para o efeito, recorreu-se a testes paramétricos e a testes não paramétricos sempre que não se verificaram os pressupostos para utilizar os paramétricos (pressuposto da normalidade e da igualdade das variâncias).

Os testes utilizados nesta investigação foram o teste t para duas amostras independentes, a análise de variância a um fator paramétrica ANOVA, o Teste de Mann-Withney e o Teste de

Kruskall-Wallis (Webster, 2007; Pestana e Gageiro, 2008, Manso, 2005). No âmbito da ANOVA e quando se justificou, aplicaram-se testes *post hoc,* nomeadamente o teste de Tukey. De forma semelhante e no caso do teste de Kruskall-Wallis, foi realizada a comparação de categorias duas a duas, para identificar entre que categorias (*i,j*) existiam diferenças significativas (Webster, 2007; Pestana e Gageiro, 2008) (Apêndice 3). Os dados recolhidos foram codificados e analisados no programa informático SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) Versão21.0, tendo todos os testes estatísticos sido efetuados para um nível de significância de 5%.

Num segundo momento, na análise dos dados recolhidos utilizou-se o programa informático *AMOS* 5.0, com o objetivo de estimar o modelo de equações estruturais proposto nesta investigação, que inclui a análise da relação entre as variáveis. A escolha deste método de modelação estatística justifica-se por esta técnica oferecer ao pesquisador a possibilidade de investigar o poder de explicação das variáveis independentes em relação às variáveis dependentes e ainda de avaliar a importância destas variáveis.

5.6 Síntese conclusiva do capítulo

Este capítulo descreve a metodologia utilizada na investigação empírica. Inicia-se com a descrição das questões de investigações, que resultaram da revisão da literatura, seguindo-se a caracterização do território em estudo, fazendo referência à sua estrutura populacional, económica e às suas potencialidades turísticas. O capítulo descreve o universo, a amostra final, o instrumento de recolha de dados, bem como, os métodos de análise da informação recolhida. O próximo capítulo será dedicado à análise e discussão dos resultados obtidos.

Capítulo 6

Análise e Discussão dos Resultados

Nota introdutória

Neste capítulo analisam-se e discutem-se os resultados do estudo das perceções dos residentes em relação aos impactos do turismo, da satisfação dos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes na região em estudo e das suas atitudes face ao turismo enquanto motor de desenvolvimento sustentado. Num primeiro momento, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos através da aplicação de um questionário aos residentes da região das Beiras e Serra da Estrela. Num segundo momento, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos através da estimação e avaliação do modelo de equações estruturais.

O território da investigação abrange a área geográfica da nova a NUT III Beiras e Serra da Estrela (BSE), parte integrante da NUT II Região Centro de Portugal Continental. Nesta investigação, e para efeitos de análise, a região das BSE foi desagregada em três sub-regiões, coincidentes com as NUTS III que vigoraram até dezembro de 2014: Beira Interior Norte (BIN), Cova da Beira (CB) e Serra da Estrela (SE).

De forma a dar-se resposta a todas as questões levantadas na investigação começa-se por levar a cabo a análise univariada e, sempre que for pertinente e os dados o permitirem, uma análise bivariada das principais variáveis, avaliando-se a significância estatística das relações entre as mesmas. No corpo do texto apenas se apresentam as associações significativas entre as variáveis e que simultaneamente se relacionem com as principais dimensões referidas na literatura.

O capítulo inicia-se com a caraterização da amostra tendo-se em consideração as características sociodemográficas dos inquiridos mais determinantes para o presente estudo (secção 6.1) e prossegue com a análise do conhecimento e da proximidade dos residentes inquiridos face ao turismo (secção 6.2). De seguida, analisam-se as perceção dos residentes em relação aos impactos do turismo, atendendo a três dimensões de análise: os impactos económicos, socioculturais e ambientais (secção 6.3). O estudo prossegue (secção 6.4) com a análise da satisfação dos residentes em relação a um conjunto de fatores referenciados na literatura como determinantes no desenvolvimento do turismo. Na secção seguinte (secção 6.5) analisam-se as atitudes dos residentes face ao turismo enquanto motor de desenvolvimento sustentável no território em estudo. Após a análise univariada e bivariada

das variáveis, analisam-se os resultados obtidos através do modelo de equações estruturais (secção 6.6).

6.1 Caracterização da amostra

A caraterização da amostra é realizada tendo em conta as características dos inquiridos mais relevantes para a presente investigação: o género, o grupo etário, a sub-região de residência, os concelhos de naturalidade e de residência, o estado civil, o número de elementos do agregado familiar, as habilitações literárias e a situação profissional. A descrição da amostra é feita através de duas análises, uma univariada e outra bivariada, esta última resultante do cruzamento dos atributos ou características dos inquiridos. Na análise dos dados, usou-se o programa informático SPSS.

Dos 384 residentes inquiridos que fazem parte da amostra, 204 pertencem ao género feminino (53,1%) e 180 ao género masculino (46,9%), uma repartição que se aproxima muito dos pesos que esses dois géneros tinham na população residente com 15 ou mais anos de idade, tendo em atenção os dados definitivos dos Censos 2011 (Figura 6.1).

Figura 6.1 - Distribuição da população inquirida segundo o género

Como já foi referido, apenas foram inquiridos residentes com idade igual ou superior a 15 anos, por se considerar que são estes que possuem maior capacidade de perceção do papel do turismo na sua região. Relativamente à estrutura etária, e uma vez não considerados os residentes com menos de 15 anos, cerca de 58,1% dos inquiridos pertencem ao grupo etário dos 25 aos 64 anos, praticamente a idade ativa, 10,9% pertencem ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, residentes em idade escolar, e 31% têm 65 ou mais anos, coincidente em grosso modo com a fase da reforma (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 - Número de inquiridos por grupos etários, segundo o género

Grupo etário	Género		Total	
	Feminino	Masculino	N	%
15 - 24	19	23	42	10,9
25 - 64	114	109	223	58,1
≥ 65	71	48	119	31,0
Total	204	180	384	100%

Fonte: Elaboração própria.

Por sub-região de residência, 170 residentes na Beira Interior Norte (44,27%), 143 na Cova da Beira (37,24%) e 71 na Serra da Estrela (18,49%). Embora não difira grandemente da repartição por género ocorrida na região das BSE, idêntica análise para as três sub-regiões revela que a SE é aquela em que há maior proporção de mulheres (55%), seguindo-se a BIN com 53% e depois a CB com 52%. Nas três sub-regiões a maioria dos inquiridos pertence ao grupo etário dos 25 aos 65 anos e o grupo dos mais jovens é o menos representativo (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Número de inquiridos por grupo etário, segundo o género e as sub-regiões da BSE

Grupo etário		Sub-regiões					
		Beira Interior Norte		Cova da Beira		Serra da Estrela	
		Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
15 -24		8	11	6	9	5	3
25 - 64		50	46	44	43	20	20
≥ 65		32	23	25	16	14	9
Total	N	90	80	75	68	39	32
	%	53%	47%	52%	48%	55%	45%

Fonte: Elaboração própria.

Dos 384 residentes inquiridos, 89,6% nasceram na própria região em estudo. Os 40 inquiridos (10,4%) que não são naturais das BSE, 19 residem na BIN, 18 na CB e 3 na SE. Dos 10,4% dos inquiridos não naturais das BSE, 27 (67,5%) já qui residem há mais de cinco anos. Os dados revelam uma grande identificação com a região BSE para a grande maioria dos inquiridos, dado existir uma ligação duradoura com ela, facto que, à partida, garante um bom conhecimento da região e uma boa perceção dos impactos do turismo sobre a mesma (Tabela 6.3).

Tabela 6.3 – Número de inquiridos segundo a sua naturalidade

Sub-região de residência	Sub-região de naturalidade			
	BIN	CB	SE	Outro
Beira Interior Norte	142	6	3	19
Cova da Beira	27	98	0	18
Serra da Estrela	15	0	53	3
Total	184	104	56	40

Fonte: Elaboração própria.

Dos 170 inquiridos residentes na BIN, 40% residem no concelho da Guarda, 12,4% no Sabugal e 47,6% nos restantes sete concelhos, representado estes últimos apenas valores entre os 6,5% e os 9,4% da amostra. Quanto ao género e à estrutura etária dos inquiridos da BIN, 56,5% têm idades entre os 24 e os 64 anos e cerca de 53% pertencem ao género feminino (Tabela 6.4).

Tabela 6.4 – Número de inquiridos da sub-região Beira Interior Norte por concelhos, segundo o género e grupo etário

Concelhos da sub-região BIN	Nº de inquiridos		Género		Grupo etário		
	N	%	M	F	15 - 24	24 - 64	≥ 65
Almeida	12	7,1	6	6	1	6	5
Celorico da Beira	12	7,1	5	7	1	7	4
Figueira de Castelo Rodrigo	10	5,9	5	5	1	5	4
Guarda	68	40,0	32	36	8	43	17
Manteigas	6	3,5	3	3	1	3	2
Meda	9	5,3	4	5	1	5	3
Pinhel	16	9,4	8	8	2	8	6
Sabugal	21	12,4	10	11	2	10	9
Trancoso	16	9,3	7	9	2	9	5
Total	170	100	80	90	19	96	55

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos inquiridos da CB, cerca de 59% residem no concelho da Covilhã, o concelho maioritário desta sub-região. Em todos os seus concelhos, 50% ou mais dos inquiridos pertencem ao género feminino e têm idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos (Tabela 6.5).

Tabela 6.5 – Número de inquiridos da sub-região Cova da Beira por concelhos, segundo o género e grupo etário

Concelhos da sub-região CB	Nº de inquiridos		Género		Grupo etário		
	N	%	M	F	15 - 24	24 - 64	≥ 65
Belmonte	11	7,7	5	6	1	7	3
Covilhã	84	58,7	40	44	9	52	23
Fundão	48	33,6	23	25	5	28	15
Total	143	100	68	75	15	87	41

Fonte: Elaboração própria.

Dos residentes inquiridos da Serra da Estrela, 56,3% residem no concelho de Seia, 32,4% no concelho de Gouveia e 11,3% no concelho de Fornos de Algodres. Cerca de 55% pertencem ao género feminino, 45% ao género masculino e 56% têm idades entre os 24 aos 64 anos (Tabela 6.6).

Tabela 6.6 – Número de inquiridos da sub-região Serra da Estrela por concelhos, segundo o género e grupo etário

Concelhos da sub-região SE	Nº de inquiridos		Género		Grupo etário		
	N	%	M	F	15 - 24	24 - 64	≥ 65
Fornos de Algodres	8	11,3	3	5	1	4	3
Gouveia	23	32,4	10	13	3	12	8
Seia	40	56,3	19	21	4	24	12
Total	71	100	32	39	8	40	23

Fonte: Elaboração própria.

O facto de o número de inquiridos por concelho ter sido determinado pelo método de quotas, refletindo a população residente por concelho, permitiu evitar o enviesamento por localização. Das análises já encetadas conclui-se distribuições desiguais da população residente pelos seus concelhos integrantes das três sub-regiões. Correspondente as seus pesos na população total, os concelhos da Covilhã (integrado na CB), Guarda (integrado na BIN) e Seia (integrado na SE) são aqueles onde existe maior número de residentes. Estes concelhos são, também, os mais urbanos, os menos envelhecidos, os mais dinâmicos em termos empresariais e comerciais, e concentram a maioria dos serviços públicos, áreas de lazer, instituições de ensino público, número de camas nos hospitais e hotelaria, entre outras infraestruturas e serviços.

Relativamente ao estado civil dos inquiridos, a maioria dos inquiridos da amostra (69,5%) são casados, 21,6% são solteiros, 5,2% são divorciados e 3,7% são viúvos (Tabela 6.7).

Tabela 6.7 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o estado civil

Sub-regiões		Estado civil			
		Solteiro(a)	Casado(a)	Viúvo(a)	Divorciado(a)
Beira Interior Norte		34	120	6	10
Cova da Beira		36	96	4	7
Serra da Estrela		13	51	4	3
Total	N	83	267	14	20
	%	21,6	69,5	3,7	5,2

Fonte: Elaboração própria.

Cerca de 55,5% dos inquiridos pertence a um agregado familiar com três ou quatro elementos, 4,17% faz parte de um família com cinco ou mais elementos e 12,24% dos inquiridos são uniparentais (Tabela 6.8).

Tabela 6.8 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o número de pessoas do agregado familiar

Sub-regiões		Número pessoas do agregado familiar				
		1	2	3	4	≥ 5
Beira Interior Norte		19	48	50	47	6
Cova da Beira		21	46	29	39	8
Serra da Estrela		7	14	28	20	2
Total	N	47	108	107	106	16
	%	12,24	28,13	27,86	27,60	4,17

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne às habilitações literárias dos inquiridos, 2,9% têm o grau de doutor, 31,8% possuem o grau de licenciado, 9,6% são mestres, 3,1% possuem cursos de especialização tecnológica, 25% o ensino secundário, 11,7% o 3º Ciclo e 15,9% frequentaram apenas o 1º ou o 2º Ciclo (Tabela 6.9). Cruzando habilitações com género vê-se que 47% dos inquiridos do género feminino e 41% do género masculino possuem licenciatura, mestrado ou

doutoramento. Os inquiridos que possuem mais habilitações literárias têm idades entre os 25 e os 64 anos. Em relação ao género, entre as três sub-regiões, não se verificam diferenças significativas nas habilitações literárias dos inquiridos (Tabela 6.9 e 6.10).

Tabela 6.9 – Número de inquiridos por nível de habilitações literárias, segundo a sub-região e grupo etário

Habilitações literárias	Beira Interior Norte			Cova da Beira			Serra da Estrela			Total	
	15-24	25-64	≥65	15-24	25-64	≥65	15-24	25-64	≥65	N	%
1º Ciclo	0	1	9	0	1	9	0	0	8	28	7,3
2º Ciclo	1	4	13	0	2	6	0	1	6	33	8,6
3º Ciclo	2	7	13	1	9	7	2	0	4	45	11,7
Secundário	9	30	7	6	24	7	2	10	1	96	25,0
CET	2	4	0	2	1	0	3	0	0	12	3,1
Licenciatura	5	36	12	5	30	12	1	17	4	122	31,8
Mestrado	0	12	0	1	14	0	0	10	0	37	9,6
Doutoramento	0	2	1	0	6	0	0	2	0	11	2,9
Total	19	96	55	15	87	41	8	40	23	384	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6.10 – Número de inquiridos por nível de habilitações literárias, segundo a sub-região e género

Habilitações literárias	Beira Interior Norte		Cova da Beira		Serra da Estrela		Total	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	N	%
1º Ciclo	7	3	10	0	5	3	28	7,3
2º Ciclo	7	11	4	4	5	2	33	8,6
3º Ciclo	12	10	5	12	4	2	45	11,7
Secundário	22	24	14	23	7	6	96	25,0
CET	4	2	0	3	2	1	12	3,1
Licenciatura	30	23	33	14	10	12	122	31,8
Mestrado	6	6	7	8	5	5	37	9,6
Doutoramento	2	1	2	4	1	1	11	2,9
Total	90	80	75	68	39	32	384	100

Fonte: Elaboração própria.

Numa análise por concelhos de residência, os concelhos da Guarda, da Covilhã e Seia apresentam uma maior proporção de inquiridos com habilitações superiores, o que se justifica por ser nestes concelhos que existem instituições de ensino superior e mais serviços e empresas que requerem mão-de-obra mais qualificada.

Em termos de situação profissional, verifica-se que a maioria (54,9%) dos inquiridos se encontra empregada, 1,8% está à procura do seu primeiro emprego, 31% estão aposentados, 6,8% são estudantes e 5,2% estão desempregados. Nas três sub-regiões, mais de metade dos inquiridos faz parte da população ativa, entendendo esta como um indicador de carácter económico-demográfico que mensura o número de habitantes de um determinado país que, num dado momento, fazem parte da força de trabalho da respetiva economia e, também, aqueles que se encontram aptos para fazer parte da mesma, incluindo os desempregados e excluindo a população inativa (Tabela 6.11).

Tabela 6.11 – Número de inquiridos por sub-região, segundo a situação profissional

Sub-regiões		Situação profissional					
		Empregado	Procura 1º emprego	Reformado	Estudante	Doméstica	Desempregado
Beira Interior Norte		87	0	55	14	1	13
Cova da Beira		82	4	41	10	0	6
Serra da Estrela		42	3	23	2	0	1
Total	N	211	7	119	26	1	20
	%	54,9%	1,8%	31,0%	6,8%	0,3%	5,2%

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta a Classificação Nacional de Profissões (INE, 2011), dos 211 inquiridos que se encontram a trabalhar, 32,7% são especialistas das atividades intelectuais e científicas, 31,8% são administrativos, 15,17% são técnicos e profissionais de nível intermédio, 6,16% são representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes ou diretores, 4,74% são trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio ou serviços e, por último, 0,47% são profissionais das forças armadas (Tabela 6.12).

Tabela 6.12 – Número de inquiridos empregados por profissão a exercer, segundo as sub-regiões

Profissão a exercer	Total		BIN		CB		SE	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Profissional das forças armadas.	1	0,47	1	1,15	0	0,00	0	0,00
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	13	6,16	2	2,30	10	12,20	1	2,38
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (engenheiros, médicos, professores, advogados,…).	69	32,70	26	29,89	23	28,05	20	47,62
Técnicos e profissões de nível intermédio (técnicos das engenharias, encarregados da industria e da construção, técnicos agrícolas, …).	32	15,17	16	18,39	11	13,41	5	11,90
Pessoal administrativo (empregado de escritório, carteiro, pessoal de apoio direto a clientes, …).	67	31,75	31	35,63	26	31,71	10	23,81
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores.	7	3,32	3	3,45	3	3,66	1	2,38
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta.	2	0,95	0	0,00	1	1,22	1	2,38
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices.	5	2,37	2	2,30	1	1,22	2	4,76
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (operadores das pedreiras, da industria, maquinistas, motoristas, …).	5	2,37	2	2,30	3	3,66	0	0,00
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços.	10	4,74	4	4,60	4	4,88	2	4,76
Total	211	100	87	100	82	100	42	100

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Conhecimento e proximidade do turismo

Com o intuito de se analisar o conhecimento e a proximidade que os inquiridos têm do turismo, foram colocadas questões relacionadas com a sua prática turística (hábito de gozar férias) e com o seu relacionamento com a atividade turística (interação residente-visitante e contacto profissional com a atividade turística). Para tratar estas questões, efetuou-se uma análise univariada e bivariada das variáveis, apresentando-se as estatísticas descritivas das mesmas nas secções seguintes.

6.2.1 Análise univariada

A grande maioria dos inquiridos costuma gozar férias (76,6% correspondendo a 294 inquiridos). Destes, 5,1% têm por hábito gozar férias nas BSE, 78,6% noutras regiões de Portugal e, por último, 16,3% costuma gozá-las no estrangeiro.

Para analisar a proximidade dos residentes com o turismo foram colocadas três questões: (1) frequência e tipo de contacto que habitualmente têm com turistas, (2) se trabalham ou já trabalharam na área do turismo e, por último, (3) se têm familiares a trabalhar na área do turismo.

Quanto à interação residente-visitante, constata-se que é na rua (média = 3,13) que se verifica o maior contacto, seguindo-se em locais atrativos, em estabelecimentos de restauração e bares, em estabelecimentos comerciais, em eventos e, por último, nos locais de trabalho dos inquiridos. Porém, de uma forma geral, em todos os locais observados a interação residente-visitante não acontece com muita frequência (nível intermédio da escala de *Likert)* (Tabela 6.13).

Tabela 6.13 - Local de interação residente-visitante, segundo a sua frequência

Local de interação residente-visitante	N	Frequência do contacto (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Na rua	384	3,6	24,0	41,9	17,0	13,5	3,13	3	3,00	1,041
Local de trabalho	384	68,2	11,7	10,4	5,5	4,2	1,66	1	1,00	1,125
Locais atrativos (parques, lagos, outros)	384	14,6	20,2	33,6	18,8	12,8	2,95	3	3,00	1,219
Estabelecimentos de restauração/bares	384	25,0	20,5	26,6	17,7	10,2	2,65	3	3,00	1,299
Estabelecimentos comerciais	384	31,3	20,5	22,7	17,2	8,3	2,51	1	2,00	1,313
Eventos religiosos, culturais ou desportivos	384	16,9	38,0	30,2	10,2	4,7	2,48	2	2,00	1,037

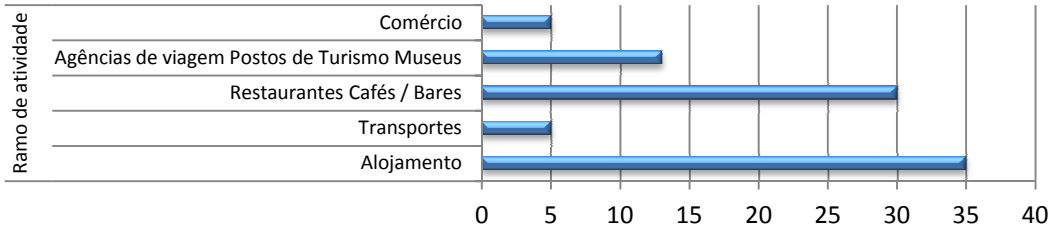
*Legenda: 1 - Nunca; 2 - Raramente; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Muito frequentemente.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo, 77,08% dos inquiridos não trabalha nem nunca trabalhou numa atividade relacionada com o turismo e

74,22% não tem familiares a trabalhar na área do turismo. Dos 88 inquiridos que têm ou já tiveram contacto profissional com o setor do turismo, 40% trabalha ou trabalhou em unidades de alojamento, 34% em restaurantes, bares ou cafés e 15% em agências de viagem, postos de turismo ou museus (Figura 6.2).

Figura 6.2 – Número de inquiridos com contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo, segundo o ramo de atividade



Após a análise univariada, prosseguiu-se com a análise bivariada das variáveis. Num primeiro momento, efetua-se uma análise segundo as sub-regiões de residência dos inquiridos (subsecção 6.2.2), seguindo-se uma análise segundo as suas características sociodemográficas (subsecção 6.2.3).

6.2.2 Análise segundo a sub-região de residência

Da análise efetuada ressalta que, em cada sub-região, mais de 73% dos inquiridos costuma gozar férias e que a grande maioria tem por hábito gozar férias em Portugal, mas fora da região em estudo (Tabela 6.14).

Tabela 6.14 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o hábito e o local onde habitualmente gozam férias

Sub-regiões		Costuma gozar férias		Local onde habitualmente gozam férias			
		Não	Sim	Concelho de residência	Noutro concelho das BSE	Em Portugal, mas não nas BSE	Estrangeiro
Beira Interior Norte		37	133	3	2	109	19
Cova da Beira		34	109	4	3	84	18
Serra da Estrela		19	52	1	2	38	11
Total	N	90	294	8	7	231	48
	%	23,44	76,56	2,72	2,38	78,57	16,33

Fonte: Elaboração própria.

Nas três sub-regiões, a interação residente-visitante dá-se sobretudo na rua e nos locais atrativos. A nível concelhio, é nos concelhos mais populosos que se verifica uma maior interação entre residentes e turistas, nomeadamente na Covilhã, na Guarda e nos concelhos próximos da zona montanhosa Serra da Estrela (Tabela 6.15).

Tabela 6.15 – Número de inquiridos por sub-região, segundo o local e a frequência da interação residente-visitante

Sub-regiões	Local de interação residente-visitante	Frequência do contacto (N.º)*					Total
		1	2	3	4	5	
BIN	Na rua	7	40	62	31	30	170
	Local de trabalho	118	17	20	9	6	170
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	34	30	48	33	25	170
	Estabelecimentos de restauração/bares	56	23	45	27	19	170
	Estabelecimentos comerciais	61	20	39	34	16	170
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	40	52	52	18	8	170
CB	Na rua	5	28	68	25	17	143
	Local de trabalho	89	20	16	10	8	143
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	10	31	55	30	17	143
	Estabelecimentos de restauração/bares	18	34	41	33	17	143
	Estabelecimentos comerciais	21	44	40	24	14	143
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	9	69	46	14	5	143
SE	Na rua	2	24	31	9	5	71
	Local de trabalho	55	8	4	2	2	71
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	12	17	26	9	7	71
	Estabelecimentos de restauração/bares	22	22	16	8	3	71
	Estabelecimentos comerciais	38	15	8	8	2	71
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	16	25	18	7	5	71

*Legenda: 1 - Nunca; 2 - Raramente; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Muito frequentemente.

Fonte: Elaboração própria.

Nas três sub-regiões, a maioria dos inquiridos (70,4% ou mais) não trabalha nem nunca trabalhou numa atividade profissional relacionada com o turismo e não têm familiares a trabalhar na área do turismo (66% ou mais) (Tabela 6.16).

Tabela 6.16 – Número de inquiridos por sub-região, segundo a existência de contacto profissional com o turismo e de familiares a trabalhar na área do turismo.

Sub-regiões		Trabalha ou já trabalhou na área do turismo		Tem familiares a trabalhar na área do turismo	
		Sim	Não	Sim	Não
Beira Interior Norte		33	137	35	135
Cova da Beira		34	109	40	103
Serra da Estrela		21	50	24	47
Total	N	88	296	99	285
	%	22,92	77,08	25,78	74,22

Fonte: Elaboração própria.

Dos 88 inquiridos que trabalham ou já trabalharam numa atividade relacionada com o turismo, esse contacto profissional verificou-se em alojamentos turísticos (39,77%), em restaurantes, cafés ou bares (34,10%), em agências de viagem, postos de turismo ou museus (14,77%) e, por último, nos transportes (5,68%) ou no comércio (5,68%) (Tabela 6.17).

Tabela 6.17- Número de inquiridos com contacto profissional com o turismo por sub-regiões, segundo o ramo de atividade

Sub-regiões		Ramo de atividade					Total
		Alojamento	Transportes	Restaurantes Cafés / Bares	Agências de viagem /Postos de Turismo/ Museus	Comércio	
Beira Interior Norte		9	3	10	7	4	32
Cova da Beira		14	2	13	5	0	33
Serra da Estrela		11	0	7	1	1	19
Total	N	35	5	30	13	5	88
	%	39,77	5,68	34,10	14,77	5,68	100

Fonte: Elaboração própria.

6.2.3 Análise segundo as características sociodemográficas

No que diz respeito ao hábito de gozar férias, não existem diferenças significativas entre o género masculino e o feminino. Porém, os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos são os que habitualmente gozam férias (Tabela 6.18).

Tabela 6.18 – Número de inquiridos por hábito de gozar férias, segundo o género e o grupo etário

Costuma gozar férias	Género		Grupo etário		
	M	F	15 - 24	25 - 64	≥ 65
Sim	144	150	36	204	56
Não	36	54	6	21	63
Total	180	204	180	223	119

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à relação existente entre o hábito de gozar férias e as habilitações literárias, bem como a situação profissional dos inquiridos, constata-se que os inquiridos que possuem habilitações literárias superiores e que, a nível profissional, estão empregados são os que gozam férias com maior frequência (Tabela 6.19).

Tabela 6.19 – Número de inquiridos por hábito de gozar férias, segundo as habilitações literárias e a situação profissional

Costuma gozar férias	Habilitações literárias			Situação profissional			
	Ensino básico	Ensino secundário e CET`s	Ensino Superior	Empregado	Sem trabalho	Reformado	Estudante
Sim	47	92	155	190	25	56	23
Não	59	16	15	21	3	6	3
Total	106	108	170	211	28	119	26

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à interação residente-visitante, segundo o género dos inquiridos, não existem diferenças significativas quanto ao local e à frequência do contacto. Em ambos os géneros, os locais onde mais se verifica o contacto com turistas são a rua, os locais atrativos e os eventos,

situando-se o nível de maior frequência do contacto no nível 3 da escala de *Likert* (às vezes) (Tabela 6.20).

Tabela 6.20 – Número de inquiridos por local de interação residente-visitante, segundo o género

Género	Local de interação residente-visitante	Frequência do contacto (N.º) *					Total
		1	2	3	4	5	
M	Na rua	4	48	79	30	19	180
	Local de trabalho	130	19	18	7	6	180
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	19	39	68	30	24	180
	Estabelecimentos de restauração/bares	41	39	52	29	19	180
	Estabelecimentos comerciais	59	39	41	24	17	180
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	28	67	55	23	7	180
F	Na rua	10	44	82	35	33	204
	Local de trabalho	132	26	22	14	10	204
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	37	39	61	42	25	204
	Estabelecimentos de restauração/bares	55	40	50	39	20	204
	Estabelecimentos comerciais	61	40	46	42	15	204
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	37	79	61	16	11	204

*Legenda: 1 - Nunca; 2 - Raramente; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Muito frequentemente.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao grupo etário, os inquiridos com idades entre os 25 aos 64 anos são os que interagem mais com os turistas. Em todos os grupos etários, os locais em que o contacto com os turistas se realiza com maior frequência é na rua e em locais atrativos (parques, lagos, outros) (Tabela 6.21).

Tabela 6.21 – Número de inquiridos por local de interação residente-visitante, segundo o grupo etário

Grupo etário	Local de interação residente-visitante	Frequência do contacto (Número) *					Total
		1	2	3	4	5	
15-24	Na rua	2	8	20	10	2	42
	Local de trabalho	33	1	7	0	1	42
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	5	6	17	7	7	42
	Estabelecimentos de restauração/bares	11	10	13	3	5	42
	Estabelecimentos comerciais	12	10	11	5	4	42
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	6	16	12	6	2	42
25-64	Na rua	5	40	93	44	41	223
	Local de trabalho	126	36	28	20	13	223
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	9	36	89	55	34	223
	Estabelecimentos de restauração/bares	19	44	74	61	25	223
	Estabelecimentos comerciais	33	45	67	52	26	223
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	26	84	75	25	13	223
≥ 65	Na rua	7	44	48	11	9	119
	Local de trabalho	103	8	5	1	2	119
	Locais atrativos (parques, lagos, outros)	42	36	23	10	8	119
	Estabelecimentos de restauração/bares	66	25	15	4	9	119
	Estabelecimentos comerciais	75	24	9	9	2	119
	Eventos (religiosos, culturais ou desportivos)	33	46	29	8	3	119

*Legenda: 1 - Nunca; 2 - Raramente; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Muito frequentemente.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao género, não se verificam diferenças significativas nos inquiridos que trabalham ou já trabalharam na área do turismo. Porém, são os inquiridos com idades entre os 25 aos 64 anos os que manifestam maior contacto profissional com o turismo (Tabela 6.22).

Tabela 6.22 – Número de inquiridos com contacto profissional com o turismo, segundo o género e grupo etário

Trabalha ou já trabalhou na área do turismo	Género		Grupo etário		
	M	F	15-24	25-64	≥ 65
Sim	42	46	5	48	35
Não	138	158	37	175	84
Total	180	204	42	223	119

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às habilitações literárias, são os inquiridos com menos habilitações literárias os que mais contacto profissional têm com o turismo (Tabela 6.23). Quanto à situação profissional, são os inquiridos que estão empregados os que mais contacto profissional têm com o turismo (Tabela 6.23).

Tabela 6.23 – Número de inquiridos com contacto profissional com o turismo, segundo as habilitações literárias e situação profissional

Trabalha ou já trabalhou na área do turismo	Habilitações literárias			Situação profissional			
	Ensino básico	Ensino secundário e CET	Ensino superior	Empregado	Sem trabalho	Reformado	Estudante
Sim	38	26	24	45	6	35	2
Não	68	82	146	166	22	84	24
Total	106	108	170	211	28	119	26

Fonte: Elaboração própria.

Pela análise dos dados constata-se que a grande maioria dos inquiridos (76,6%) costuma gozar férias e que, daqueles que o fazem com frequência, 78,6% têm por hábito gozar as suas férias em Portugal, mas não no território de estudo. Os inquiridos não interagem com os turistas com muita frequência. Porém, é na rua e nos locais atrativos onde existe maior interação. Quanto ao contacto profissional com o turismo, cerca de 23% dos inquiridos trabalha ou já trabalhou numa atividade ligada ao turismo e 25,8% têm familiares a trabalhar na área do turismo.

Numa análise pelas três sub-regiões das BSE conclui-se que não existem diferenças significativas em relação ao hábito de gozar férias, na frequência nem no local de contacto com os turistas. Em cada sub-região, mais de 73% dos inquiridos tem por hábito gozar férias e o contacto com os turistas é pouco frequente. Onde a interação residente-visitante se verifica com maior frequência é na rua e nos locais atrativos.

Apesar de, entre as sub-regiões não se verificarem diferenças ao nível da interação residente--visitante, a nível concelhio constata-se que é nos concelhos da Covilhã, Guarda, Seia e Manteigas que os residentes interagem mais com os turistas. Nas três sub-regiões mais de 70% dos inquiridos nunca trabalhou numa atividade ligada ao turismo e mais de 72% não têm familiares a trabalhar numa atividade relacionada com o turismo.

Segundo as características sociodemográficas, nas três sub-regiões são os inquiridos com maior nível de habilitações literárias, com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos e que em termos profissionais se encontram atualmente empregados, que mais têm por hábito gozar férias. Segundo o género, não se verificam diferenças significativas no hábito de gozar férias.

No que diz respeito à interação-residente visitantes, entre as três sub-regiões não existem diferenças significativas segundo o género e o grupo etário. Nas três sub-regiões, em ambos os géneros a frequência do contrato mais assídua é "às vezes" e os locais onde se verifica mais contacto são a rua e os locais atrativos. No que respeita à idade, são os inquiridos com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos os que mais interagem com os turistas. Ao nível do contacto profissional com o turismo, não se verificam diferenças significativas quanto ao género. Porém, são os inquiridos com idade compreendida entre os 25-64 anos, com menor

nível de habilitações literárias e os reformados que manifestaram maior contacto profissional com o turismo.

6.3 Perceção dos residentes em relação aos impactos do turismo

Nesta secção analisam-se as perceções dos inquiridos em relação aos impactos do turismo. Para uma melhor compreensão das perceções dos inquiridos e dos fatores que influenciam as mesmas, efetua-se uma análise univariada (subsecção 6.3.1) e bivariada (subsecções 6.3.2; 6.3.3 e 6.3.4) dos indicadores. Na análise univariada e descritiva dos indicadores recorreu-se ao cálculo de frequências, a medidas de tendência central (como a média, a moda, a mediana) e a medidas de dispersão (desvio padrão). Na análise bivariada realizam-se testes paramétricos e testes não paramétricos, sempre que não se verificam os pressupostos para utilizar testes paramétricos (pressuposto da normalidade e da igualdade das variâncias). Para uma melhor compreensão dos resultados é efetuada uma análise das perceções dos impactos do turismo a nível global, económico, sociocultural e ambiental.

6.3.1 Análise univariada

No inquérito foi pedido aos residentes a sua opinião, por um lado, em relação ao impacto global do turismo, em diferentes níveis de análise e, por outro, em relação aos vários indicadores associados aos impactos económicos, socioculturais e ambientais. A escolha das variáveis afetas à perceção dos vários impactos do turismo, etapa crucial neste estudo, teve por base o levantamento do estado da arte sobre esta temática, previamente efetuado. Para avaliar os impactos do turismo percecionados pelos inquiridos, foi-lhes solicitada a sua opinião em relação a um conjunto de trinta e oito afirmações, utilizando-se uma escala de *Likert* de cinco pontos acrescida da opção não sabe/não responde (NS/NR).

6.3.1.1 Perceção global dos impactos do turismo

Na análise dos resultados da perceção global dos diferentes níveis de impacto do turismo, agruparam-se as respostas em categorias, especificamente os níveis «muito insatisfatório» e «insatisfatório» na categoria «impacto negativo», e os níveis «satisfatório», «bastante satisfatório» e «muito satisfatório» na categoria «impacto positivo».

Em termos globais, a perceção dos impactos do turismo é positiva, pois 71,4 % dos inquiridos é de opinião que o impacto global do turismo é «satisfatório», «bastante satisfatório» ou «muito satisfatório» (Tabela 6.24).

Numa análise global, mas agora ao nível do impacto económico, sociocultural e ambiental, a perceção dos residentes é também positiva, sendo de realçar que a perceção mais positiva diz respeito ao impacto ambiental (89,1 %) e a menos satisfatória ao impacto económico (61,2 %) (Tabela 6.24).

Tabela 6.24 - Perceção do impacto do turismo a nível global, económico, sociocultural e ambiental

Perceção do impacto do turismo	Impacto negativo		Impacto positivo	
	N	%	N	%
A nível global	110	28,6	274	71,4
A nível económico	149	38,8	235	61,2
A nível sociocultural	69	18,0	315	82,0
A nível ambiental	42	10,9	342	89,1

Fonte: Elaboração própria.

Numa análise mais detalhada da perceção do impacto do turismo a nível global, 58,6 % dos inquiridos são de opinião que o impacto é «satisfatório», 12,5 % «bastante satisfatório» e 0,3 % considera-o «muito satisfatório (Tabela 6.25).

Tabela 6.25 - Perceção do impacto do turismo a nível global

Perceção do impacto do turismo	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
A nível global	384	4,4	24,2	58,6	12,5	0,3	2,8	3	3,00	0,718

* 1- Muito insatisfatório; 2- Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4- Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório.

Fonte: Elaboração própria.

Para a maioria dos inquiridos o turismo apresenta-se como uma atividade relevante para a economia local, pois 58,3 % considera que o seu impacto é «satisfatório» e 2,9% «bastante satisfatório» (Tabela 6.26).

Tabela 6.26 - Perceção global do impacto do turismo a nível económico

Perceção do impacto do turismo	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
A nível económico	384	0,8	38,0	58,3	2,9	0,0	2,63	3	3,00	0,553

* 1- Muito insatisfatório;2- Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4- Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório.

Fonte: Elaboração própria.

Ao nível sociocultural a perceção dominante é a satisfatória, com distribuição semelhante nos níveis inferiores e superiores ao satisfatório. O turismo apresenta-se, assim, como uma atividade capaz de desenvolver, a nível social e cultural, o território das BSE, pois 64,3% dos inquiridos considera-o «satisfatório» e 17,7 % «bastante satisfatório» (Tabela 6.27).

Tabela 6.27 - Perceção global dos impactos do turismo a nível sociocultural

Perceção do impacto do turismo	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
A nível sociocultural	384	0,0	18,0	64,3	17,7	0,0	3	3	3,00	0,593

* 1- Muito insatisfatório; 2- Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4- Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório.

Fonte: Elaboração própria.

Também a nível ambiental a perceção é positiva, pois 73,7% dos inquiridos considero satisfatório e 15,4% bastante satisfatório, apresentando-se o turismo como uma atividade capaz de induzir a sustentabilidade ambiental das BSE (Tabela 6.28).

Tabela 6.28 - Perceção global dos impactos do turismo a nível ambiental

Perceção do impacto do turismo	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
A nível ambiental	384	0,0	10,9	73,7	15,4	0,0	3,04	3	3,00	0,512

* 1- Muito insatisfatório;2- Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4- Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório.

Fonte: Elaboração própria.

6.3.1.2 Perceção dos impactos económicos

Na perceção dos impactos económicos do turismo, os inquiridos foram questionados sobre o grau de concordância em relação a catorze afirmações (onze impactos positivos e dois impactos negativos), devendo as respostas respeitar a escala de *Likert* de cinco pontos (1- discordo completamente a 5 - concordo completamente).

Da análise dos dados se constata que, a nível económico, os impactos positivos mais percecionadas pelos inquiridos são que o turismo tem contribuído (i) para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região, (ii) para a criação de novas oportunidades de negócio na região, (iii) para a valorização externa dos produtos da região, (iv) para gerar localmente mais receita fiscal, (v) para impulsionar o desenvolvimento das atividade já existentes, e (iv) para valorizar os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento. Em termos de custos económicos, o mais percecionado pelos inquiridos foi a subida do preço dos bens em geral (Tabela 6.29).

Face ao exposto, na região das BSE, os impactos do turismo mais percecionados pelos residentes, a nível económico, confirmam o que foi lido no estado da arte sobre esta temática, designadamente nos referidos estudos de Carneiro e Eusébio (2007) e Souza (2009).

Tabela 6.29 – Perceção dos impactos económicos do turismo

Impactos económicos	N	Grau de concordância (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Impactos positivos										
Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	384	4,7	37,0	20,1	31,2	7,0	2,99	2	3,00	1,074
Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	384	3,4	22,9	20,1	44,5	9,1	3,33	4	4,00	1,033
Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	384	1,3	8,3	15,9	63,0	11,5	3,75	4	4,00	0,814
Contribuído para aumentar a produção de bens da região	384	2,1	19,3	26,6	40,5	11,5	3,40	4	4,00	0,991
Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	384	1,3	17,4	20,1	46,1	15,1	3,56	4	4,00	0,989
Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região	384	2,3	13,3	16,1	54,2	14,1	3,64	4	4,00	0,959
Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal	384	2,3	15,8	24,2	45,1	12,6	3,50	4	4,00	0,983
Impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes	384	2,1	14,6	26,8	44,5	12,0	3,50	4	4,00	0,953
Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	384	3,6	15,1	28,4	40,9	12,0	3,42	4	4,00	1,004
Atraído investimentos nacionais na região	384	8,3	34,1	20,7	32,0	4,9	2,91	2	3,00	1,090
Atraído investimentos estrangeiros na região	384	11,5	46,0	20,1	18,8	3,6	2,57	2	2,00	1,035
Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento	384	2,9	15,1	24,0	45,0	13,0	3,50	4	4,00	0,995
Impactos negativos										
Provocado a subida do preço dos bens em geral	384	8,3	48,3	23.4	16,1	3,9	2,59	2	2,00	0,984
Contribuído para menores investimentos públicos noutros ramos de atividade, devido ao investimento público no turismo	384	12,0	61,2	14.8	9,1	2,9	2,30	2	2,00	0,897

* 1 - Discordo completamente; 2 - Discordo; 3 - Não concordo nem discordo; 4 - Concordo; 5 - Concordo completamente.

Fonte: Elaboração própria.

6.3.1.3 Perceção dos impactos socioculturais

Em relação aos impactos socioculturais do turismo, os inquiridos foram questionados sobre o grau de concordância em relação a quinze afirmações, onze das quais são referentes a impactos positivos e quatro a impactos negativos.

A maioria dos inquiridos «concorda» ou «concorda totalmente» que o turismo tem contribuído para (i) a conservação do património construído, (ii) a criação de novos serviços que servem os residentes da região, (iii) o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos, e para (iv) a preservação e divulgação da cultura e das tradições locais. A perceção dos inquiridos é que o desenvolvimento da atividade turística não tem provocado

grandes custos socioculturais, nomeadamente no que diz respeito a níveis de insegurança e de criminalidade, nem de perda de identidade cultural da região (Tabela 6.30).

Tabela 6.30 - Perceção dos impactos socioculturais do turismo

Impactos socioculturais	N	Grau de concordância (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Impactos positivos										
Contribuído para a qualificação dos recursos humanos	384	2,8	20,1	23,2	47,4	6,5	3,35	4	4,00	0,965
Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado	384	2,6	16,4	24,7	46,9	9,4	3,44	4	4,00	0,960
Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região	384	2,1	11,4	21,4	51,6	13,5	3,63	4	4,00	0,928
Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos	384	2,6	11,4	23,2	52,9	9,9	3,56	4	4,00	0,912
Contribuído para a conservação do património construído	384	3,1	9,3	18,8	56,3	12,5	3,66	4	4,00	0,923
Contribuído para aumentar a oferta de eventos culturais	384	3,1	16,6	21,4	49,5	9,4	3,45	4	4,00	0,979
Contribuído para aumentar a oferta de eventos religiosos	384	7,0	30,7	30,0	28,1	4,2	2,92	2	3,00	1,016
Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos	384	2,9	15,1	25,5	46,1	10,4	3,46	4	4,00	0,966
Contribuído para a preservação e divulgação da cultura e das tradições locais	384	1,8	10,4	24,2	54,5	9,1	3,59	4	4,00	0,863
Contribuído para o desenvolvimento social da população residente	384	4,4	15,9	23,2	48,7	7,8	3,40	4	4,00	0,991
Contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região	384	5,7	22,7	26,6	37,2	7,8	3,19	4	4,00	1,053
Impactos negativos										
Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade	384	15,6	52,1	17,7	12,0	2,6	2,34	2	2,00	0,967
Criado problemas urbanísticos	384	13,3	51,2	25,0	8,9	1,6	2,34	2	2,00	0,874
Diminuído a qualidade dos serviços prestados	384	16,7	55,5	19,5	5,7	2,6	2,22	2	2,00	0,882
Levado à perda de identidade cultural da região	384	15,6	52,1	17,7	12.0	2,6	2,17	2	2,00	0,838

* 1 - Discordo completamente; 2 - Discordo; 3 - Não concordo nem discordo; 4 - Concordo; 5 - Concordo completamente.

Fonte: Elaboração própria.

Do referido se conclui que, a nível sociocultural, os impactos negativos são menos percecionados que os positivos, apresentando-se o turismo como dinamizador das potencialidades histórico-culturais da região. A esta conclusão poderá estar associado o facto de no território das BSE, até ao momento, não se ter verificado um turismo de massas, nem é expectável que tal venha a ocorrer no futuro, que pode justificar as perceções dos favoráveis dos inquiridos a nível sociocultural.

6.3.1.4 Perceção dos impactos ambientais

Na perceção dos impactos ambientais do turismo, os residentes foram questionados sobre o grau de concordância em relação a nove impactos ambientais, três dos quais positivos e seis negativos.

Apesar de os inquiridos não terem percecionado grandes impactos ambientais negativos (moda e mediana de valor 2 e média sempre inferior a 3), os dados apresentam uma grande dispersão das respostas. A nível ambiental, o impacto positivo do turismo mais percecionado é o seu contributo para melhorar a imagem da região e o impacto negativo mais percecionado pelos inquiridos é o aumento da quantidade de lixo provocada pelo turismo (Tabela 6.31).

Tabela 6.31 - Perceção dos impactos ambientais do turismo

Impactos do turismo	N	Grau de concordância (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Impactos positivos										
Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	384	6,0	36,2	24,2	28,4	5,2	2,91	2	3,00	1,043
Contribuído para uma melhor utilização/criação das infraestruturas básicas, causando assim menos impactos ambientais negativos	384	8,3	27,2	35,4	25,5	3,6	2,89	3	3,00	0,998
Melhorado a imagem da região	384	3,9	27,6	20,5	35,2	12,8	3,25	4	3,00	1,111
Impactos negativos										
Provocado a escassez dos recursos naturais locais	384	27,9	40,4	18,2	10,9	2,6	2,20	2	2,00	1,005
Diminuído a qualidade do ambiente	384	14,1	59,6	15,4	8,6	2,3	2,26	2	2,00	0,886
Criado problemas paisagísticos	384	14,3	52,4	22,1	8,3	2,9	2,33	2	2,00	0,921
Sido responsável pela destruição da biodiversidade	384	13,3	52,3	24,2	7,6	2,6	2,34	2	2,00	0,894
Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixo	384	10,9	54,2	18,0	13,5	3,4	2,44	2	2,00	0,971
Diminuído a limpeza dos concelhos da região	384	12,5	56,6	20,8	7,8	2,3	2,31	2	2,00	0,873

* 1 - Discordo completamente; 2 - Discordo; 3 - Não concordo nem discordo; 4 - Concordo; 5 - Concordo completamente.

Fonte: Elaboração própria.

A leitura dos dados leva a concluir que apesar de a perceção global a nível ambiental ser muito positiva, quando individualizados os impactos ambientais, os inquiridos não demonstram uma perceção tão positiva. Porém, é de salientar o facto de os inquiridos não imputarem ao turismo muitos dos impactos negativos referenciados na literatura.

6.3.2 Análise segundo a sub-região de residência

Apesar de as três sub-regiões estarem integradas na mesma região, Beiras e Serra da Estrela, e de fazerem fronteira umas com as outras (continuidade geográfica), estas apresentam

dinâmicas diferenciadas ao nível do desenvolvimento do turismo, nomeadamente ao nível da oferta e da procura turística. Face ao exposto, foi efetuada uma análise das perceções dos residentes dos impactos do turismo, segundo as sub-regiões em relação à:

(1) perceção global dos impactos do turismo;
(2) perceção dos impactos económicos do turismo;
(3) perceção dos impactos socioculturais do turismo;
(4) perceção dos impactos ambientais do turismo.

Esta análise teve a finalidade de aferir eventuais diferenças existentes.

6.3.2.1 Perceção global dos impactos

Para apreciar estas questões recorreu-se ao teste Kruskal-Wallis. Aplicado este ensaio, os resultados apontam para a existência de diferenças estatisticamente significativas (p = 0,000), para um nível de significância de 5% ($\alpha = 0,05$), entre as três sub-regiões a nível global, económico, ambiental e sociocultural (Tabela 6.32).

Tabela 6.32 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção do impacto do turismo, nos diferentes níveis, em termos globais, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Impacto do turismo	Sub-regiões	N	Teste Kruskal-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
A nível global	BIN	170	159,40	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	232,96		
	SE	71	190,26		
A nível económico	BIN	170	173,42	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	217,15		
	SE	71	188,54		
A nível ambiental	BIN	170	174,19	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	214,25		
	SE	71	192,54		
A nível sociocultural	BIN	170	166,93	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	226,00		
	SE	71	186,25		

Fonte: Elaboração própria.

Para identificar entre que sub-regiões existem diferenças significativas em termos estatísticos, realizaram-se testes para comparação das sub-regiões, duas a duas, que permitiram concluir que há uma diferença estatisticamente significativa entre a BIN e a CB, em relação à perceção do impacto do turismo a nível global, a nível económico, a nível ambiental e a nível sociocultural. O teste permitiu concluir que, a nível global e a nível sociocultural, também existem diferenças estatisticamente significativas entre as perceções dos residentes da CB e da SE (Apêndice 3).

Os inquiridos residentes na CB são os que têm uma opinião mais favorável (satisfatória) dos impactos do turismo na região, nos quatro níveis de análise - global, económico, ambiental e sociocultural - face aos inquiridos da BIN que manifestam uma opinião menos favorável.

A nível global e a nível sociocultural os residentes da CB também têm uma opinião mais satisfatória do que os residentes da SE. Os inquiridos da sub-região BIN manifestam opiniões médias menos favoráveis.

6.3.2.2 Perceção dos impactos económicos

Segundo os resultados do teste Kruskal-Wallis, dos 14 impactos económicos do turismo, há apenas 2 (ambos impactos negativos) em que não se verificam diferenças estatisticamente significativas, segundo a sub-região de residência dos inquiridos. A Tabela 6.33 evidencia os 12 impactos económicos positivos em que se verificam diferenças estatisticamente significativas para um nível de significância de 5%.

Tabela 6.33 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo a sub-região de residência

	Impactos económicos	Sub-regiões	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	BIN	170	167,22	0,000	p<0.05 Rejeitar Ho
		CB	143	222,05		
		SE	71	193,50		
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	BIN	170	161,44	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	226,42		
		SE	71	198,57		
	Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	BIN	170	168,38	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	212,80		
		SE	71	209,38		
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	BIN	170	165,18	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	221,47		
		SE	71	199,58		
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	BIN	170	163,58	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	229,31		
		SE	71	187,60		
	Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região	BIN	170	170,40	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	212,14		
		SE	71	205,85		
	Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal	BIN	170	164,15	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	217,97		
		SE	71	209,09		
	Impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes	BIN	170	164,18	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	216,81		
		SE	71	211,35		
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	BIN	170	163,57	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	216,59		
		SE	71	213,26		
	Atraído investimentos nacionais na região	BIN	170	167,74	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	225,05		
		SE	71	186,23		
	Atraído investimentos estrangeiros na região	BIN	170	182,05	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	218,57		
		SE	71	165,02		
	Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento	BIN	170	158,05	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	211,46		
		SE	71	236,80		

Fonte: Elaboração própria.

Para identificar entre que sub-regiões existem diferenças estatisticamente significativas, realizaram-se testes que comparam as sub-regiões, duas as duas (Apêndice 4). Os testes permitiram concluir que há diferenças estatisticamente significativas em relação a:
(i) 5 impactos apenas entre as sub-regiões BIN e CB;
(ii) em 2 impactos entre as sub-regiões BIN e CB e entre as sub-regiões CB e SE; e
(iii) em 5 impactos entre as sub-regiões BIN e CB e entre as sub-regiões BIN e SE.

Os inquiridos residentes na CB, em relação aos inquiridos da BIN, manifestam um maior grau de concordância em relação ao facto do turismo ter (i) contribuído para aumentar o investimento público no turismo, (ii) contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente, (iii) contribuído para aumentar a produção de bens da região, (iv) contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região e, por último, (v) atraído investimentos nacionais na região. Em relação a estes impactos não se verificam diferenças significativas entre as perceções dos residentes da CB e da SE, nem entre os residentes da BIN e da SE.

Em relação ao facto de o turismo (i) ter contribuído para a valorização externa dos produtos da região e (ii) ter atraído investimentos estrangeiros na região, os inquiridos da CB manifestam um maior grau de concordância do que os inquiridos da BIN e da SE. Em relação a destes dois impactos do turismo, no global, são os residentes da BIN que expressam um menor grau de concordância.

Quanto ao turismo (i) ter contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região, (ii) ter contribuído para gerar localmente mais receita fiscal, (iii) ter impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes, (iv) ter gerado riqueza e (v) ter valorizado os recursos endógenos da região,por um lado, os residentes da CB manifestam um maior grau de concordância do que os da BIN e, por outro, os da SE manifestam um maior grau de concordância que os da BIN.

Assim, em termos de impactos económicos, apenas se verificam diferenças estaticamente significativas, entre as sub-regiões, em relação a alguns benefícios económicos. Em termos globais, os inquiridos residentes na CB manifestam um maior grau de concordância e os da BIN um menor grau de concordância, na grande maioria dos impactos económicos positivos do turismo.

6.3.2.3 Perceção dos impactos socioculturais

Segundo a sub-região de residência, existem diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos inquiridos em relação a 12, dos 15 impactos socioculturais do turismo (Tabela 6.34).

Tabela 6.34 – Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo a sub-região de residência

	Impactos socioculturais	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para a qualificação dos recursos humanos	BIN	170	164,25	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	222,26		
		SE	71	200,20		
	Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado	BIN	170	162,20	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	217,70		
		SE	71	214,30		
	Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região	BIN	170	163,38	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	214,44		
		SE	71	218,02		
	Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos	BIN	170	170,71	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	204,08		
		SE	71	221,35		
	Contribuído para a conservação do património construído	BIN	170	171,18	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	200,05		
		SE	71	228,33		
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos culturais	BIN	170	175,56	0,003	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	196,41		
		SE	71	225,18		
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos religiosos	BIN	170	169,85	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	214,56		
		SE	71	202,31		
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos	BIN	170	165,27	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	197,29		
		SE	71	248,05		
	Contribuído para a preservação e divulgação da cultura e das tradições locais	BIN	170	168,70	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	201,80		
		SE	71	230,75		
	Contribuído para o desenvolvimento social da população residente	BIN	170	165,00	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	207,72		
		SE	71	227,69		
	Contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região	BIN	170	172,06	0,003	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	205,08		
		SE	71	216,10		
Negativos	Aumentado a insegurança e a criminalidade	BIN	170	204,84	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	196,31		
		SE	71	155,29		

Fonte: Elaboração própria.

Os testes realizados permitiram concluir que existem diferenças estatisticamente significativas em relação a (Apêndice 5):

(i) 7 impactos entre os inquiridos residentes na BIN e CB e entre os residentes da BIN e SE;

(ii) 2 impactos entre apenas os inquiridos residentes na BIN e na CB;

(iii) 1 impacto entre apenas os inquiridos residentes na BIN e na SE;

(iv) 1 impacto entre os inquiridos residentes na SE e BIN e entre os inquiridos da SE e da CB;

(v) 1 impacto entre os inquiridos residentes na BIN e CB, na BIN e SE e entre os residentes na CB e na SE.

Os residentes da CB, em relação aos da BIN, e os residentes da SE, em relação aos da BIN, manifestam um maior grau de concordância quanto ao facto do turismo (i) ter contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado, (ii) ter contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região, (iii) ter contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos, (iv) ter contribuído para a conservação do património construído, (v) ter preservado e divulgado a cultura e as tradições locais, (vi) ter contribuído para o desenvolvimento social da população residente e, por último, (vii) ter contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região.

Quanto ao turismo (i) ter contribuído para a qualificação dos recursos humanos e (ii) ter contribuído para o aumento da oferta de eventos religiosos, os inquiridos da CB manifestam um maior grau de concordância, em ambos os casos, que os inquiridos da BIN.

Em relação ao efeito do turismo no aumento da oferta de eventos culturais, existem diferenças estatisticamente significativas entre as perceções dos inquiridos da SE e BIN, sendo que, os residentes da SE manifestam um maior grau de concordância.

Quanto ao facto do turismo ter aumentado a oferta de eventos desportivos, por um lado, os inquiridos da CB manifestam um maior nível de concordância que os da BIN e, por outro, os residentes da SE manifestam uma maior grau de concordância que os da BIN e da CB.

Por último, os residentes da SE manifestam um menor grau de concordância do que os residentes da BIN e da CB, em relação ao efeito negativo do turismo ter aumentado os níveis de insegurança e de criminalidade.

6.3.2.4 Perceção dos impactos ambientais

Os resultados obtidos através do teste Kruskall-Wallis indicam diferenças estatisticamente significativas, entre as sub-regiões, em 5 dos 9 impactos ambientais (Tabela 6.35).

Tabela 6.35 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo a sub-região de residência

	Impactos ambientais	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	BIN	170	172,21	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	221,66		
		SE	71	182,35		
	Melhorado a imagem da região	BIN	170	157,83	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	224,53		
		SE	71	211,01		
Negativos	Provocado a escassez dos recursos naturais locais	BIN	170	192,11	0,032	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	206,15		
		SE	71	165,94		
	Criado problemas paisagísticos	BIN	170	167,76	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	206,98		
		SE	71	222,59		
	Diminuído a limpeza dos concelhos da região	BIN	170	178,05	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		CB	143	218,45		
		SE	71	174,83		

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os testes *post-hoc*, as diferenças são estatisticamente relevantes entre os inquiridos residentes nas sub-regiões BIN e CB em relação ao facto de o turismo (i) ter contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural, (ii) ter melhorado a imagem da região, (iii) ter criado problemas paisagísticos e (iv) ter diminuido a limpeza dos concelhos da região, sendo de salientar que, todos eles, os inquiridos da CB apresentam um maior grau de concordância que os da BIN.

Também são os inquiridos da CB, em relação aos da SE, que mais concordam com os efeitos no ambiente no que diz respeito a (i) ter provocado escassez dos recursos naturais locais e (ii) ter diminuido a limpeza dos concelhos da região.

Porém, os residentes da SE manifestam um maior grau de concordância que os inquiridos da BIN quanto ao efeito do turismo (i) ter criado problemas paisagísticos e (ii) ter melhorado a imagem da região (Apêndice 6).

6.3.3 Análise segundo as características sociodemográficas

Em alguns estudos (Andereck e Nyaupane, 2010; Madrigal, 1993; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Ritchie e Inkari, 2006; Williams e Lawson, 2001; Ko e Stewart, 2002; Perdue et al., 1990; Madrigal, 1993; Milman e Pizam, 1988; Teye et al., 2002) verificaram-se diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos. Neste sentido procurou-se investigar se os

dados recolhidos apontam diferenças estatisticamente significativas de acordo com o género, o grupo etário, as habilitações literárias e a situação profissional dos inquiridos.

Nesta subseção, analisam-se os resultados do cruzamento das principais variáveis sociodemográficas, face à:

(1) perceção global do impacto do turismo;
(2) perceção dos impactos económicos do turismo;
(3) perceção dos impactos socioculturais do turismo;
(4) perceção dos impactos ambientais do turismo.

6.3.3.1 Perceção global dos impactos

O teste Mann-Whitney permitiu observar que, segundo o género dos inquiridos, existem diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos do turismo a nível ambiental (p=0,009) e sociocultural (p=0,049), para um nível de significância de 5%. O género feminino apresenta um maior grau de concordância, comparativamente com o género masculino, relativamente aos impactos do turismo a nível ambiental e sociocultural (Tabela 6.36).

Tabela 6.36 – Diferenças estatisticamente significativas na perceção do impacto do turismo a nível global, económico, ambiental e sociocultural, segundo o género

Impacto do turismo	Género	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
A nível global	Masculino	180	187,66	0,364	p>0,05
	Feminino	204	196,77		Aceitar Ho
A nível económico	Masculino	180	189,70	0,591	p>0,05
	Feminino	204	194,97		Aceitar Ho
A nível ambiental	Masculino	180	180,34	0,009	p<0,05
	Feminino	204	203,23		Rejeitar Ho
A nível sociocultural	Masculino	180	182,41	0,049	p<0,05
	Feminino	204	201,41		Rejeitar Ho

Fonte: Elaboração própria.

O teste Kruskall-Wallis permitiu concluir que não se verificam diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos impactos do turismo, segundo as habilitações literárias e o estado civil dos inquiridos. O teste ANOVA também permitiu concluir que não se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação ao grupo etário e à situação profissional dos inquiridos, nos diferentes níveis de análise.

6.3.3.2 Perceção dos impactos económicos

O teste Kruskall-Wallis permite aferir que apenas existem diferenças estatisticamente significativas nas perceções de alguns impactos económicos positivos, consoante a estrutura etária do respondente (Tabela 6.37).

Tabela 6.37 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos do turismo ao nível económico, segundo o grupo etário

	Impactos económicos	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	15 - 24	42	191,27	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	205,90		
		≥ 65	119	167,82		
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	15 - 24	42	193,02	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	206,08		
		≥ 65	119	166,87		
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	15 - 24	42	202,57	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	209,16		
		≥ 65	119	157,73		
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	15 - 24	42	194,85	0,023	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	203,64		
		≥ 65	119	170,80		
	Atraído investimentos nacionais na região	15 - 24	42	200,38	0,008	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	204,36		
		≥ 65	119	167,50		

Fonte: Elaboração própria.

Os testes de comparação dos grupos etários, dois a dois, permitiram aferir que a diferença das perceções é estatisticamente significativa, apenas, entre os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos e os inquiridos com 65 ou mais anos, em todos os 5 impactos económicos onde se verificam diferenças.

Os residentes inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos manifestam um maior grau de concordância em relação aos 5 impactos económicos positivos onde se verificam diferenças. (Apêndice 7.1).

Em relação às diferenças em função das habilitações literárias, o teste Kruskall-Wallis permitiu concluir que elas apenas são estatisticamente significativas na perceção de 6 impactos económicos positivos. Quanto aos custos económicos percecionados não se verificam diferenças estatisticamente significativas atribuíveis às habilitações dos respondentes (Tabela 6.38).

Tabela 6.38- Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo as habilitações literárias

	Impactos económicos	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	Ens. Básico	106	156,80	0,000	p<0,05 **Rejeitar Ho**
		Ens. Secundário /CET	108	199,79		
		Ens. Superior	170	210,13		
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	Ens. Básico	106	171,26	0,016	p<0,05 **Rejeitar Ho**
		Ens. Secundário /CET	108	188,79		
		Ens. Superior	170	208,10		
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	Ens. Básico	106	164,22	0,005	p<0,05α **Rejeitar Ho**
		Ens. Secundário /CET	108	201,56		
		Ens. Superior	170	204,38		
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	Ens. Básico	106	153,60	0,000	p<0,05 **Rejeitar Ho**
		Ens. Secundário /CET	108	209,43		
		Ens. Superior	170	206,00		
	Atraído investimentos nacionais na região	Ens. Básico	106	165,26	0,007	p<0,05 **Rejeitar Ho**
		Ens. Secundário /CET	108	199,30		
		Ens. Superior	170	205,16		
	Atraído investimentos estrangeiros na região	Ens. Básico	106	169,14	0,020	p<0,05 **Rejeitar Ho**
		Ens. Secundário /CET	108	195,79		
		Ens. Superior	170	204,97		

Fonte: Elaboração própria.

Os inquiridos que possuem habilitações superiores, em comparação com os que possuem o ensino básico, manifestam um maior nível de concordância em relação ao facto de o turismo (i) ter contribuído para aumentar o investimento público no turismo, (ii) ter criado mais postos de trabalho para a população residente, (iii) ter contribuído para aumentar a produção de bens da região, (iv) ter atraído investimentos nacionais na região e (v) ter atraído investimentos estrangeiros na região.

Em relação às afirmações o turismo tem (i) contribuído para maiores investimentos públicos no setor do turismo, (ii) contribuído para aumentar a produção de bens na região e tem (iii) contribuído para a valorização externa dos produtos da região, obtiveram um menor grau de concordância nos inquiridos que apenas possuem o ensino básico, em comparação com os habilitados com o ensino secundário ou superior (Apêndice 7.2).

Assim, conclui-se que são os inquiridos que possuem habilitações superiores os que manifestam maiores níveis de concordância em relação aos impactos económicos positivos e que são os que possuem habilitações inferiores os que percecionam menos os benefícios económicos do turismo.

Em relação às diferenças em função da situação profissional dos inquiridos, o teste Kruskall--Wallis permitiu concluir que estas são estatisticamente significativas em 6 impactos económicos positivos (Tabela 6.39).

Tabela 6.39 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo a situação profissional

	Impactos económicos	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para maiores investimentos públicos no setor do turismo	Com trabalho	211	210,37	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	164,21		
		Reformado	119	167,82		
		Estudante	26	190,90		
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	Com trabalho	211	204,00	0,019	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	141,63		
		Reformado	119	183,80		
		Estudante	26	193,79		
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	Com trabalho	211	211,18	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	153,61		
		Reformado	119	166,87		
		Estudante	26	200,08		
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	Com trabalho	211	213,05	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	186,21		
		Reformado	119	157,73		
		Estudante	26	191,63		
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	Com trabalho	211	208,36	0,011	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	169,02		
		Reformado	119	170,80		
		Estudante	26	188,38		
	Atraído investimentos nacionais na região	Com trabalho	211	207,14	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	163,04		
		Reformado	119	167,50		
		Estudante	26	219,83		

Fonte: Elaboração própria.

Em 1 impactos a diferença é estatisticamente significativa entre os inquiridos «com trabalho» e «sem trabalho» e nos restantes 5 impactos regista-se uma diferença significativa entre os inquiridos «com trabalho» e os «reformados».

Os residentes inquiridos «com trabalho», em comparação com os residentes «sem trabalho», manifestam um maior grau de concordância quanto ao facto de o turismo contribuir para criar mais postos de trabalho para a população residente. Nos restantes cinco impactos, os inquiridos que trabalham manifestam um maior nível de concordância com as afirmações, do que os reformados (Apêndice 7.3).

Do exposto conclui-se que os inquiridos que se encontram profissionalmente ativos, manifestam uma maior concordância em relação aos impactos económicos positivos do turismo, em relação aos não ativos.

Relativamente ao género, a aplicação do teste Mann-Whitney, permitiu concluir que não se verificam diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos impactos económicos do turismo. Em suma, com base nas características sociodemográficas analisadas, pode concluir-se que há diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos positivos do turismo consoante a estrutura etária, as habilitações literárias e a situação profissional dos inquiridos.

6.3.3.3 Perceção dos impactos socioculturais

No que concerne aos impactos socioculturais, segundo a estrutura etária dos inquiridos, verificam-se diferenças estatisticamente significativas em apenas 1 dos impactos económicos positivos, com os inquiridos mais jovens a apresentarem maior nível de concordância em relação ao turismo ter contribuído para aumentar as infraestruturas e os serviços básicos da região, do que os inquiridos da faixa etária dos 25 aos 64 anos (Tabela 6.40 e Apêndice 8.1).

Tabela 6.40 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo o grupo etário

	Impactos socioculturais	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivo	Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos	15 - 24	42	224,58	0,004	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	178,65		
		≥ 65	119	207,13		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à afirmação de que o turismo tem contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes pelo rendimento gerado, verificam-se diferenças estatisticamente significativas atendendo às habilitações literárias, sendo os inquiridos habilitados com o ensino superior que manifestam um maior grau de concordância com a afirmação, do que os inquiridos que possuem o ensino secundário/CET (Tabela 6.41 e Apêndice 8.2).

Tabela 6.41 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo as habilitações literárias

	Impactos socioculturais	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivo	Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado	Ens. Básico	106	174,29	0,030	p<0,05 Rejeitar Ho
		Ens. Secundário /CET	108	167,06		
		Ens. Superior	170	207,31		

Fonte: Elaboração própria.

Por último, os resultados dos testes de Kruskall-Wallis e de Mann-Whitney não indicam diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos impactos socioculturais, em função da situação profissional e do género dos inquiridos.

6.3.3.4 Perceção dos impactos ambientais

No que respeita aos impactos ambientais, o teste Kruskall-Wallis evidencia diferenças estatisticamente significativas em 2 impactos positivos, atendendo à distribuição etária dos inquiridos (Tabela 6.42). Os testes permitiram concluir que a diferença é estatisticamente significativa entre os inquiridos da faixa etária dos 25 aos 64 anos e os da faixa dos 65 ou mais anos. Mais uma vez, os residentes inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos manifestam maior concordância, do que os com 65 ou mais anos, em relação ao turismo ter contribuído

para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural e ter melhorado a imagem da região (Apêndice 9.1)

Tabela 6.42 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo o grupo etário

	Impactos ambientais	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	15 - 24	42	202,74	0,009	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	203,87		
		≥ 65	119	167,58		
	Melhorado a imagem da região	15 - 24	42	200,92	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
		25 - 64	223	207,69		
		≥ 65	119	161,06		

Fonte: Elaboração própria.

Os inquiridos que possuem habilitações superiores manifestam um maior grau de concordância, do que aqueles que possuem o ensino básico, quanto ao turismo ter contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural (Tabela 6.43 e Apêndice 9.2).

Tabela 6.43 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo as habilitações literárias

	Impactos ambientais	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivo	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	Ens. Básico	106	166,43	0,009	p<0,05 Rejeitar Ho
		Ens. Secundário /CET	108	196,72		
		Ens. Superior	170	206,07		

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta a situação profissional e as diferenças estatisticamente significativas, os inquiridos que trabalham, em relação aos reformados, expressam um maior grau concordância em relação ao turismo ter contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural e para melhorar a imagem da região (Tabela 6.44 e Apêndice 9.3).

Tabela 6.44 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo a situação profissional

	Impactos ambientais	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	Com trabalho	211	206,98	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	172,43		
		Reformado	119	167,58		
		Estudante	26	210,69		
	Melhorado a imagem da região	Com trabalho	211	213,06	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		Sem trabalho	28	179,36		
		Reformado	119	161,06		
		Estudante	26	183,69		

Fonte: Elaboração própria.

Por último, pela análise do teste de Mann-Whitney não se verificam diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo em função do género dos inquiridos. Em suma, face às características sociodemográficas consideradas, conclui-se que existem diferenças estatisticamente significativas em apenas dois impactos ambientais positivos.

6.3.4 Análise segundo a proximidade e conhecimento do turismo

Alguns estudos (Ap, 1992; Ko e Stewart, 2002; Perdue et al., 1990; Madrigal, 1993; Milman e Pizam, 1988; Teye et al., 2002) indicam que quanto maior é a proximidade e o conhecimento que os residentes têm da atividade turística, mais facilidade têm em manifestar-se acerca dos impactos do turismo, sobretudo dos positivos. Nesta investigação analisou-se se os inquiridos que costumam gozar férias, que têm ou já tiveram contacto profissional com o turismo, ou se têm familiares a trabalhar na área do turismo, são os que mais percecionam os impactos positivos do turismo.

Nesta subseção analisam-se as perceções dos impactos do turismo, segundo a proximidade e conhecimento dos inquiridos, em relação à:

(1) perceção global dos impactos do turismo;
(2) perceção dos impactos económicos do turismo;
(3) perceção dos impactos socioculturais do turismo;
(4) perceção dos impactos ambientais do turismo.

6.3.4.1 Perceção global dos impactos

Em relação à perceção global dos impactos do turismo é no nível ambiental que se verificam diferenças estatisticamente significativas, em função do contacto profissional dos inquiridos com o turismo. Os inquiridos que trabalham ou já trabalharam na área do turismo, expressam um maior grau de concordância com o impacto do turismo a nível ambiental (Tabela 6.45).

Tabela 6.45 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção global do impacto do turismo, segundo a existência de contacto profissional com o turismo

Impacto do turismo	Trabalha / já trabalhou na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
A nível global	Sim	88	204,90	0,177	p>0,05
	Não	296	188,81		Aceitar Ho
A nível económico	Sim	88	195,56	0,733	p>0,05
	Não	296	191,59		Aceitar Ho
A nível ambiental	Sim	88	215,48	0,004	p<0,05
	Não	296	185,67		Rejeitar Ho
A nível sociocultural	Sim	88	209,03	0,061	p>0,05
	Não	296	187,53		Aceitar Ho

Fonte: Elaboração própria.

Para as restantes variáveis em análise, o hábito de gozar férias e a existência de familiares a trabalhar na área do turismo, não se verificam diferenças estatisticamente significativas na perceção global dos diferentes níveis do impacto do turismo.

6.3.4.2 Perceção dos impactos económicos

Nas perceções dos impactos económicos, segundo o hábito de gozar férias dos inquiridos, verificam-se diferenças estatisticamente significativas em 5 impactos positivos (Tabela 6.46). Os residentes que têm por hábito gozar férias manifestam um maior grau de concordância quanto ao facto do turismo ter contribuído (i) para mais investimento público no turismo, (ii) na criação de mais postos de trabalho para a população residente, (iii) na produção e valorização de produtos da região e (iv) na criação de riqueza na região.

Tabela 6.46 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo o hábito de gozar férias

	Impactos económicos	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	Sim	294	203,63	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	156,14		
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	Sim	294	199,03	0,027	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	171,17		
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	Sim	294	202,28	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	160,54		
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	Sim	294	204,07	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	154,69		
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	Sim	294	198,55	0,042	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	172,74		

Fonte: Elaboração própria.

Pressupõe-se que os inquiridos com contacto profissional com o turismo e com familiares a trabalhar na área do turismo estão mais propensos para percecionar mais os impactos económicos positivos do turismo. Nesta investigação, segundo a existência de familiares a trabalhar na área do turismo, os resultados do Teste Mann-Whitney confirmam a existência de diferenças estatisticamente significativas na perceção de 3 impactos económicos positivos.

Os inquiridos que têm familiares a trabalhar na área do turismo apresentam, por um lado, um maior grau de concordância em relação ao turismo ter atraído investimento estrangeiro mas, por outro, um menor grau de concordância quanto ao turismo ter contribuído para aumentar o investimento público no turismo e na valorização externa dos produtos endógenos (Tabela 6.47).

Tabela 6.47 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos económicos do turismo, segundo a existência de familiares a trabalhar na área do turismo

	Impactos económicos	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	Sim	99	164,80	0,003	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	202,12		
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	Sim	99	173,96	0,040	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	198,94		
	Atraído investimentos estrangeiros na região	Sim	99	200,50	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	189,72		

Fonte: Elaboração própria.

6.3.4.3 Perceção dos impactos socioculturais

De acordo com o teste Mann-Whitney, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos impactos socioculturais do turismo em função do hábito de gozar férias dos inquiridos e da existência de familiares a trabalhar na área do turismo. Os residentes que costumam gozar férias manifestam um maior grau de concordância quanto ao facto do turismo contribuir para a qualificação dos recursos humanos (Tabela 6.48).

Tabela 6.48 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo o hábito de gozar férias

	Impactos socioculturais	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivo	Contribuído para a qualificação dos recursos humanos	Sim	294	198,46	0,042	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	173,03		

Fonte: Elaboração própria.

Os inquiridos que têm familiares a trabalhar na área do turismo percecionaram mais impactos socioculturais positivos, nomeadamente no (i) contributo do turismo para a conservação do património construído, (ii) na criação de infraestruturas e serviços básicos e na (iii) realização de mais eventos culturais e desportivos. Porém, os inquiridos que não têm familiares a trabalhar na área do turismo percecionam maiores níveis quer de insegurança quer de criminalidade (Tabela 6.49).

Tabela 6.49 – Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos socioculturais do turismo, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

	Impactos socioculturais do turismo	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivos	Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos	Sim	99	211,98	0,027	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	185,73		
	Contribuído para a conservação do património construído	Sim	99	215,59	0,008	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	184,48		
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos culturais	Sim	99	210,33	0,046	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	186,31		
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos	Sim	99	215,36	0,011	p<α Rejeitar Ho
		Não	285	184,56		
Negativos	Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade	Sim	99	172,31	0,022	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	285	199,51		

Fonte: Elaboração própria.

6.3.4.4 Perceção dos impactos ambientais

Na perceção dos impactos ambientais, apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos inquiridos, face ao hábito de gozar férias. Os inquiridos que habitualmente gozam férias apresentam um maior grau de concordância com a afirmação que garante que o turismo tem contribuído para sensibilizar a população para a preservação do património natural (Tabela 6.50).

Tabela 6.50 - Diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos ambientais do turismo, segundo o hábito de gozar férias

	Impactos ambientais do turismo	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
				Média das ordens	*p*	Conclusão
Positivo	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	Sim	294	201,66	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
		Não	90	162,58		

Fonte: Elaboração própria.

6.4 Satisfação dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo

A presente investigação norteia-se pela convicção de que o turismo, desenvolvido segundo os princípios da sustentabilidade, se apresenta como um motor de desenvolvimento sustentável dos países, regiões e locais. A natureza compósita da atividade turística deriva do facto da indústria turística envolver uma cadeia de agentes representativos de vários setores que se cruzam e complementam (Holloway,1994). Assim, cada setor é responsável pela produção e fornecimento de uma componente do produto turístico: a refeição num restaurante (setor da restauração), o uso de transportes (setor dos transportes), a estada numa unidade de alojamento (setor do alojamento), uma visita a um monumento (sector das atrações) são alguns tipos de subprodutos consumidos pelo turista ao longo da sua permanência num determinado destino. Assim, o produto turístico, global ou específico, é sempre um produto de interação e de dependência de múltiplos serviços e produtos complementares (Silva, Mendes e Guerreiro, 2001).

Para que o turismo assuma um papel relevante nos processos de desenvolvimento, é necessário que os países, regiões ou locais possuam um determinado conjunto de características, pois só deste modo podem ser considerados destinos turísticos (Gunn e Var, 2002). De entre as características destacam-se as físicas, as sociais e as culturais, que formam uma determinada identidade regional, um conjunto de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo e, por último, atrações turísticas que favoreçam o desenvolvimento do turismo (Gunnn e Var, 2002).

A revisão da literatura permitiu aferir que, para que num determinado território se possa desenrolar um processo de desenvolvimento do turismo, são fatores essenciais os recursos humanos, os serviços turísticos, as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, os recursos naturais, o património etnográfico e o património histórico-monumental, bem como, a implementação de medidas por parte das entidades públicas e privadas que ajudem o turismo a desenvolver-se. Face ao exposto, nesta secção analisa-se a satisfação dos residentes em relação à dotação da região das Beiras e Serra da Estrela de um conjunto de fatores, considerados determinantes para o desenrolar de um processo de desenvolvimento turístico.

O nível de satisfação dos inquiridos em relação aos fatores, enumerados anteriormente, foi avaliado através de uma escala de *Likert* com 5 níveis (1- Muito insatisfatório; 2- Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4- Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório) acrescida da opção Não sabe/Não responde. Começa-se por efetuar uma análise univariada das variáveis e, depois, analisam-se os fatores que podem influenciar o grau de satisfação dos residentes em relação a esses mesmos fatores de desenvolvimento do turismo.

6.4.1 Análise univariada

Em relação ao atributo «recursos humanos», no geral, os residentes inquiridos consideram todos os indicadores satisfatórios, sendo que o mais valorizado é a existência de escolas no território que oferecem cursos na área do turismo (Tabela 6.51).

Tabela 6.51 – Nível de Satisfação com os recursos humanos

Recursos humanos	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Qualificação dos profissionais na área do turismo	384	3,1	17,4	57,1	19,3	3,1	3,02	3	3,00	0,786
Escolas/cursos na área do turismo	384	2,1	14,8	54,9	21,4	6,8	3,16	3	3,00	0,832
Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo	384	1,8	21,4	54,5	17,4	4,9	3,02	3	3,00	0,812
Oferta de mão-de-obra qualificada	384	2,1	20,8	51,8	20,1	5,2	3,05	3	3,00	0,836
Diversificação da mão-de-obra	384	2,6	18,5	56,0	18,7	4,2	3,03	3	3,00	0,802

* 1- Muito insatisfatório; 2- Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4- Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos serviços turísticos, os indicadores mais valorizados são a oferta de restaurantes e a variedade/qualidade da oferta de alojamentos turísticos. Os valores medianos e modais rondam o valor 3, logo indicam satisfação para todos os indicadores, à exceção da oferta de guias turísticos (Tabela 6.52).

Tabela 6.52 – Nível de satisfação com os serviços turísticos

Serviços turísticos	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Variedade da oferta de alojamentos turísticos	384	1,8	16,4	44,0	28,7	9,1	3,27	3	3,00	0,905
Qualidade da oferta de alojamentos turísticos	384	1,3	16,4	47,1	27,1	8,1	3,24	3	3,00	0,868
Oferta de restaurantes (variedade/qualidade)	384	1,3	12,2	50,0	30,2	6,3	3,28	3	3,00	0,807
Oferta de parques de campismo	384	6,3	28,4	45,8	16,6	2,9	2,82	3	3,00	0,885
Oferta termal	384	8,1	31,7	37,0	16,4	6,8	2,82	3	3,00	1,023
Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno	384	9,3	31,0	45,6	11,5	2,6	2,67	3	3,00	0,892
Oferta de postos de informação turística	384	3,6	30,3	48,2	16,1	1,8	2,82	3	3,00	0,808
Oferta de guias turísticos	384	9,6	41,2	40,4	7,8	1,0	2,49	2	2,00	0,814
Oferta noturna (bares, discotecas)	384	1,8	15,6	62,0	16,4	4,2	3,05	3	3,00	0,747
Oferta desportiva (radicais, polidesportivos, outros)	384	3,9	16,4	47,1	25,3	7,3	3,16	3	3,00	0,918
Oferta recreativa geral (parques de lazer, piscinas, outros)	384	2,3	14,3	51,8	26,1	5,5	3,18	3	3,00	0,828

* 1-Muito insatisfatório; 2-Insatisfatório; 3-Satisfatório; 4-Bastante satisfatório; 5-Muito satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

Para o desenvolvimento do turismo é crucial que o destino turístico seja dotado de infraestruturas básicas e serviços de apoio ao turismo. No global, os inquiridos consideram que as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, existentes na região das BSE, são satisfatórios. O indicador que apresenta o menor valor médio e cuja moda aponta para insatisfatório (valor 2) são as acessibilidades dentro da região (Tabela 6.53).

Tabela 6.53 – Nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo.

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Distribuição de energia elétrica	384	1,6	5,2	36,7	35,4	21,1	3,69	3	4,00	0,914
Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região	384	4,4	15,4	43,5	30,7	6,0	3,18	3	3,00	0,92
Acessibilidades dentro da região	384	7,0	39,1	38,3	13,0	2,6	2,65	2	3,00	0,887
Abastecimento de água	384	1,0	3,9	41,5	38,8	14,8	3,63	3	4,00	0,821
Abastecimento de gás (natural ou outro)	384	1,8	4,9	40,9	41,5	10,9	3,55	4	4,00	0,823
Saneamento básico	384	1,3	5,2	46,1	39,1	8,3	3,48	3	3,00	0,775
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	384	1,6	8,6	50,0	33,8	6,0	3,34	3	3,00	0,782
Drenagem e tratamento de águas residuais	384	2,9	9,6	48,4	34,2	4,9	3,29	3	3,00	0,818
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	384	3,4	14,1	43,1	33,9	5,5	3,24	3	3,00	0,882
Segurança e serviços de proteção civil	384	1,8	24,0	48,2	22,9	3,1	3,02	3	3,00	0,817
Serviços de saúde	384	2,1	32,8	48,7	14,8	1,6	2,81	3	3,00	0,767
Serviços bancários	384	1,3	5,7	62,8	26,3	3,9	3,26	3	3,00	0,681
Serviços de justiça	384	2,6	15,1	59,9	18,8	3,6	3,06	3	3,00	0,766

* 1- Muito insatisfatório; 2 - Insatisfatório; 3 - Satisfatório; 4 - Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito aos recursos naturais é onde os residentes inquiridos manifestam maior nível de satisfação, situação que poderá dever-se ao facto de os recursos naturais serem a imagem de marca do território em estudo. Dos seis indicadores afetos aos recursos naturais, (i) a qualidade do ar, da água, do solo e (ii) os recursos paisagísticos são os dois indicadores em que os inquiridos manifestam maior nível de satisfação. O menor nível de satisfação é manifestado em relação os recursos termais existentes na região (Tabela 6.54).

Muitos destinos turísticos apostam no seu património etnográfico para se desenvolverem. Em relação ao património etnográfico das BSE, é em relação à oferta gastronómica que os inquiridos manifestam maior satisfação. Consideram, também, que a região carece de mais eventos culturais (Tabela 6.55).

Tabela 6.54 – Nível de satisfação com os recursos naturais

Recursos naturais	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Recursos paisagísticos	384	1,8	4,4	26,1	29,9	37,8	3,97	5	4,00	0,990
Recursos termais	384	4,4	25,0	24,5	21,6	24,5	3,37	2	3,00	1,221
Recursos faunísticos	384	2,1	9,6	27,6	31,3	29,4	3,76	4	4,00	1,044
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	384	1,8	6,3	26,3	35,1	30,5	3,86	4	4,00	0,982
Parques naturais protegidos	384	2,3	8,6	27,1	31,5	30,5	3,79	4	4,00	1,044
Qualidade do ar, água e solo	384	1,0	3,6	17,4	25,1	52,9	4,25	5	5,00	0,939

* 1 - Muito insatisfatório; 2 - Insatisfatório; 3 - Satisfatório; 4 - Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6.55 – Nível de satisfação com o património etnográfico

Património etnográfico	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Atividades agrícolas tradicionais	384	3,1	21,1	53,4	15,9	6,5	3,02	3	3,00	0,870
Tradições	384	1,3	18,1	52,1	22,2	6,3	3,14	3	3,00	0,829
Artesanato local	384	0,5	24,7	46,4	22,7	5,7	3,08	3	3,00	0,848
Gastronomia	384	1,3	6,5	38,3	38,0	15,9	3,61	3	4,00	0,876
Festividades (festas e romarias)	384	1,6	8,6	47,9	33,6	8,3	3,39	3	3,00	0,819
Eventos culturais	384	18,2	33,2	35,1	11,2	2,3	2,46	3	2,00	0,990
Eventos religiosos	384	1,3	15,6	53,9	23,7	5,5	3,16	3	3,00	0,799

* 1 - Muito insatisfatório; 2 - Insatisfatório; 3 - Satisfatório; 4 - Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

Do património histórico-monumental, os inquiridos manifestam grande satisfação em relação às aldeias históricas e aos monumentos arqueológicos existentes nas BSE. Porém, são de opinião que a região é pouco dotada em museus e monumentos civis (Tabela 6.56).

Tabela 6.56 - Nível de satisfação com o património histórico-monumental

Património histórico-monumental	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Museus	384	8,6	31,5	37,2	16,7	6,0	2,80	3	3,00	1,014
Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)	384	1,0	8,6	39,6	33,9	16,9	3,57	3	4,00	0,906
Aldeias históricas	384	0,8	6,5	31,5	36,5	24,7	3,78	4	4,00	0,920
Monumentos civis	384	7,6	32,8	41,4	13,8	4,4	2,75	3	3,00	0,940
Monumentos religiosos	384	0,8	10,7	44,0	29,2	15,3	3,48	3	3,00	0,905

* 1 - Muito insatisfatório; 2 - Insatisfatório; 3 - Satisfatório; 4 - Bastante satisfatório; 5 - Muito satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de ser necessário, não é condição suficiente que um destino turístico seja dotado de uma diversificada e abundante oferta de recursos e serviços turísticos e de infraestruturas e serviços de apoio ao desenvolvimento do turismo, para que a sua atividade turística seja competitiva e propicie ao território um desenvolvimento sustentável.

Como já foi referido, as potencialidades de desenvolvimento turístico de um território dependem dos seus "recursos, mas o seu crescimento depende da capacidade de os valorizar e da criação de novos fatores de atração" (Cunha, 2008: 21). Assim, além da dotação de recursos, serviços e infraestruturas, é determinante a forma de gestão do destino turístico, ou seja, é crucial que as entidades competentes (locais, nacionais ou internacionais) implementem certas medidas que criem valor e valorizem a região.

Com o intuito de analisar o nível de satisfação, dos residentes inquiridos, em relação à gestão do destino turístico BSE foi pedido aos inquiridos a sua opinião em relação a um conjunto de 17 medidas consideradas essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo e, consequentemente, dos territórios.

A análise da Tabela 6.57 permite concluir que os inquiridos manifestam um nível de satisfação baixo em relação à grande maioria das medidas implementadas na região das Beiras e Serra da Estrela. Assim, segundo os inquiridos, as medidas implementadas têm sido insatisfatórias no que concerne a:
- conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região;
- criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia);
- promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local;
- desenvolver o turismo, refletindo as opiniões da comunidade local;
- valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo;
- promover parcerias entre as diversas entidades (empresas, universidades, instituições, ONG).

Das medidas implementadas nas BSE, os inquiridos manifestam maior nível de satisfação em relação àquelas cujo objetivo é aumentar a qualidade do ambiente, a qualidade dos serviços prestados e a preservação e valorização do património cultural (Tabela 6.57).

Tabela 6.57 - Nível de satisfação com a gestão do destino turístico

Gestão do destino turístico	N	Nível de satisfação (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Preservar e valorizar o património cultural	384	2,9	26,6	58,1	11,1	1,3	2,82	3	3,00	0,715
Preservar e valorizar o património natural	384	3,4	30,7	53,1	11,2	1,6	2,77	3	3,00	0,752
Preservar e valorizar o património etnográfico	384	2,3	34,9	49,3	12,5	1,0	2,75	3	3,00	0,74
Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região	384	3,1	45,6	37,8	11,2	2,3	2,64	2	3,00	0,812
Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia)	384	3,9	41,9	39,9	12,5	1,8	2,66	2	3,00	0,814
Aumentar a qualidade dos serviços prestados	384	1,8	29,2	54,9	12,5	1,6	2,83	3	3,00	0,724
Aumentar a hospitalidade por parte dos residentes	384	1,8	33,6	50,8	11,7	2,1	2,79	3	3,00	0,752
Aumentar os meios de divulgação	384	2,6	35,7	44,5	15,6	1,6	2,78	3	3,00	0,795
Aumentar a qualidade do ambiente	384	1,6	24,2	53,1	17,7	3,4	2,97	3	3,00	0,786
Envolver os turistas nas questões ambientais	384	3,1	32,3	46,4	16,4	1,8	2,82	3	3,00	0,808
Envolver a comunidade local nas questões ambientais	384	2,9	38,8	43,5	12,5	2,3	2,73	3	3,00	0,805
Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local	384	7,0	52,9	31,8	7,0	1,3	2,43	2	2,00	0,778
Desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local	384	7,3	49,3	34,1	8,3	1,0	2,47	2	2,00	0,791
Favorecer o planeamento do território	384	2,6	44,0	44,3	7,3	1,8	2,62	3	3,00	0,738
Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo	384	2,6	44,3	39,9	10,8	2,4	2,66	2	3,00	0,797
Apoiar o investimento no turismo da região	384	0,0	25,5	72,4	2,1	0,0	2,77	3	3,00	0,471
Promover parcerias entre entidades (empresas, universidades, instituições, ONG)	384	0,0	74,0	26,0	0,0	0,0	2,26	2	2,00	0,439

* 1-Muito insatisfatórias; 2-Insatisfatórias; 3-Satisfatórias; 4-Bastante satisfatórias; 5-Muito satisfatórias

Fonte: Elaboração própria.

6.4.2 Análise segundo a sub-região de residência

Segundo a sub-região de residência, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação dos inquiridos em relação a cinco indicadores relativos aos recursos humanos. Para todos eles, os inquiridos da BIN manifestam um menor nível de satisfação, e os da CB um maior nível de satisfação (Tabela 6.58).

Para o indicador «qualificação dos profissionais na área do turismo», os inquiridos residentes na CB manifestam um maior nível de satisfação que os inquiridos da BIN e da SE. Quanto à existência, na região, (i) de escolas e cursos na área do turismo, (ii) de parcerias entre

escolas e empresas da área do turismo e, por último, (iii) de mão-de-obra diversificada, existem diferenças estatisticamente significativas entre a BIN e CB e entre a BIN e SE. Os inquiridos da BIN expressam um menor nível de satisfação que os da CB e da SE, em relação a esses três indicadores (Apêndice 10.1).

Tabela 6.58 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo a sub-região de residência

Recursos humanos	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Qualificação dos profissionais na área do turismo	BIN	170	157,47	0,000	p<0,005 Rejeitar Ho
	CB	143	239,12		
	SE	71	162,49		
Escolas/cursos na área do turismo	BIN	170	157,83	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	228,84		
	SE	71	202,32		
Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo	BIN	170	154,72	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	228,81		
	SE	71	209,82		
Oferta de mão-de-obra qualificada	BIN	170	170,15	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	218,82		
	SE	71	193,00		
Diversificação da mão-de-obra	BIN	170	163,39	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	218,10		
	SE	71	210,63		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos 11 indicadores afetos aos serviços turísticos, de um modo geral, os inquiridos da BIN manifestam um menor nível de satisfação, e os da CB um maior nível de satisfação. Segundo o teste Kruskall-Wallis, em todos os indicadores existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação entre as sub-regiões de residência dos inquiridos (Tabela 6.59).

Em 5 indicadores, (i) variedade da oferta de alojamentos turísticos, (ii) oferta de restaurantes (variedade/qualidade), (iii) oferta de estâncias de ski/desportos de inverno, (iv) oferta de postos de informação turística e, por último, (v) oferta noturna (bares, discotecas), as diferenças são estatisticamente significativas apenas entre os inquiridos da CB e BIN. Em todos eles, os inquiridos da CB manifestam um maior nível de satisfação, que os inquiridos da BIN.

Em relação à (i) oferta termal e recreativa e à (ii) oferta recreativa em geral, as diferenças são estatisticamente significativas apenas entre os inquiridos da BIN e os da SE, sendo os últimos que manifestam um maior nível de satisfação em relação aos dois indicadores.

Quanto à oferta desportiva, os inquiridos da SE também manifestam um maior nível de satisfação, comparativamente com os da BIN e SE. Por último, os inquiridos da CB e da SE, em relação aos da BIN, manifestam maiores níveis de satisfação em relação à oferta de parques de campismo e de guias turísticos (Apêndice 10.2).

Tabela 6.59 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a sub-região de residência

Serviços turísticos	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Variedade da oferta de alojamentos turísticos	BIN	170	149,25	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	245,65		
	SE	71	189,00		
Qualidade da oferta de alojamentos turísticos	BIN	170	153,48	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	243,84		
	SE	71	182,51		
Oferta de restaurantes (variedade/qualidade)	BIN	170	168,81	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	220,35		
	SE	71	193,13		
Oferta de parques de campismo	BIN	170	155,66	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	221,42		
	SE	71	222,48		
Oferta termal	BIN	170	171,95	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	196,58		
	SE	71	233,48		
Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno	BIN	170	169,11	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CV	143	216,72		
	SE	71	199,74		
Oferta de postos de informação turística	BIN	170	167,49	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	216,93		
	SE	71	203,17		
Oferta de guias turísticos	BIN	170	171,04	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	208,32		
	SE	71	212,01		
Oferta noturna (bares, discotecas)	BIN	170	176,41	0,013	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	207,42		
	SE	71	200,97		
Oferta desportiva (radicais, polidesportivos, outros)	BIN	170	176,04	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	190,06		
	SE	71	236,83		
Oferta recreativa geral (parques de lazer, piscinas, outros)	BIN	170	172,11	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	199,38		
	SE	71	227,46		

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita às infraestruturas e aos serviços de apoio ao turismo, dos 13 indicadores em análise, em nove verificam-se diferenças estatisticamente significativas (Tabela 6.60). Em relação ao abastecimento de água, a diferença é estatisticamente significativa entre os inquiridos da BIN e da SE e entre os da CB e SE, sendo que os da SE manifestam um nível de satisfação superior aos da BIN e da CB. Para os serviços de saúde a diferença é estatisticamente significativa entre os inquiridos da CB e BIN e entre os da CB e SE, sendo que os inquiridos da CB estão mais satisfeitos com os serviços de saúde existentes na região.

Em relação às (i) acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região, (ii) aos serviços bancários e (iii) aos serviços de justiça, as diferenças são estatisticamente significativas entre entre os inquiridos da BIN e os da CB, sendo os últimos que manifestam um maior nível de satisfação em relação aos três indicadores

Por último, nos restantes 4 indicadores onde existem diferenças estatisticamente significativas, a diferença verifica-se entre os inquiridos da SE e da BIN, sendo que os inquiridos da SE manifestam um maior nível de satisfação em relação a todos os indicadores

(Apêndice 10.3). Em suma, no geral, em relação às infraestruturas e aos serviços de apoio ao turismo existentes no território os inquiridos da BIN são os que estão menos satisfeitos.

Tabela 6.60 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo a sub-região de residência

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Distribuição de energia elétrica	BIN	170	170,74	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	200,07		
	SE	71	229,37		
Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região	BIN	170	173,74	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	209,57		
	SE	71	203,02		
Abastecimento de água	BIN	170	170,50	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	194,45		
	SE	71	241,25		
Abastecimento de gás (natural ou outro)	BIN	170	172,77	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	196,86		
	SE	71	230,95		
Drenagem e tratamento de águas residuais	BIN	170	171,96	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	199,97		
	SE	71	226,65		
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	BIN	170	175,74	0,013	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	201,30		
	SE	71	214,89		
Serviços de saúde	BIN	170	165,36	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	230,81		
	SE	71	180,32		
Serviços bancários	BIN	170	172,00	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	214,20		
	SE	71	197,88		
Serviços de justiça	BIN	170	167,56	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	219,53		
	SE	71	197,78		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos recursos naturais, em todos os indicadores verificam-se diferenças significativas, segundo a sub-região de residência dos inquiridos (Tabela 6.61). Em relação à qualidade do ar, água e solo, a diferença é estatisticamente significativa apenas entre as sub-regiões SE e BIN, sendo que os inquiridos da SE manifestam maior nível de satisfação. Nos restantes cinco indicadores, a diferença é estatisticamente significativa entre as sub-regiões SE e BIN e entre a SE e CB. Em todos os indicadores, os inquiridos da SE manifestam maior nível de satisfação que os inquiridos da BIN e da CB. Assim, para todos os indicadores afetos aos recursos naturais, os inquiridos da sub-região SE manifestam um maior nível de satisfação (Apêndice 10.4).

Tabela 6.61 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a sub-região de residência

Recursos naturais	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos paisagísticos	BIN	170	171,42	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	194,78		
	SE	71	238,39		
Recursos termais	BIN	170	191,10	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	179,73		
	SE	71	245,51		
Recursos faunísticos	BIN	170	172,66	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	185,16		
	SE	71	254,79		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	BIN	170	178,73	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	180,94		
	SE	71	248,74		
Parques naturais protegidos	BIN	170	173,09	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	188,72		
	SE	71	246,60		
Qualidade do ar, água e solo	BIN	170	178,96	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	192,07		
	SE	71	225,77		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao património etnográfico, no geral, foram os inquiridos residentes na BIN que manifestaram um menor nível de satisfação. Porém, as diferenças nos níveis de satisfação só são estatisticamente significativas entre as três sub-regiões, em relação a 3 indicadores do património etnográfico (Tabela 6.62).

Os inquiridos da CB manifestam maior satisfação, do que os da BIN, em relação à existência, no território de estudo, de atividades agrícolas tradicionais. Em relação às festividades a diferença é estatisticamente significativa entre as sub-regiões BIN e SE e entre as sub-regiões CB e SE, sendo que os inquiridos da SE manifestam maior nível de satisfação em relação aos da BIN e da CB. Quanto aos eventos culturais, existem diferenças nos níveis de satisfação entre os inquiridos da BIN e da CB e entre os da BIN e SE, sendo que são os inquiridos da BIN que manifestam menor nível de satisfação que os da CB e da SE (Apêndice 10.5).

Tabela 6.62 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a sub-região de residência

Património etnográfico	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Atividades agrícolas tradicionais	BIN	170	172,07	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	221,17		
	SE	71	183,68		
Festividades (festas e romarias)	BIN	170	175,59	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	192,28		
	SE	71	233,44		
Eventos culturais	BIN	170	153,23	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	215,78		
	SE	71	239,65		

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne ao património histórico-monumental, o teste ANOVA permitiu concluir que, segundo as sub-regiões, apenas não existem diferenças estatisticamente significativas em relação aos monumentos civis (Tabela 6.63).

O teste Tukey permitiu concluir que, para um nível de significância de 5%, em relação aos monumentos arqueológicos, aldeias histórias e aos monumentos religiosos se verificam diferenças significativas entre as sub-regiões BIN e SE e entre a CB e SE. Para estes três indicadores, os inquiridos residentes na SE manifestam um maior nível de satisfação, que os da BIN e da CB.

Em relação aos museus, por um lado, os inquiridos da SE manifestam maior nível de satisfação que os inquiridos da BIN e, por outro, os da CB manifestam maior nível de satisfação em relação aos da BIN (Apêndice 10.6). Do exposto conclui-se que, os inquiridos residentes na SE, em comparação com os residentes das outras duas sub-regiões, manifestam uma maior satisfação em relação à dotação, da região em estudo, de património histórico-monumental.

Tabela 6.63 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a sub-região de residência

Património histórico-monumental	Sub-região	Estatística descritiva			ANOVA	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Museus	BIN	170	2,50	0,956	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	2,88	0,915		
	SE	71	3,35	1,084		
Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)	BIN	170	3,46	0,905	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	3,49	0,855		
	SE	71	3,99	0,902		
Aldeias históricas	BIN	170	3,74	0,939	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	3,64	0,860		
	SE	71	4,17	0,894		
Monumentos religiosos	BIN	170	3,36	0,920	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	3,43	0,826		
	SE	71	3,86	0,930		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à gestão do destino turístico BSE, segundo as sub-regiões, verificam-se diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação dos inquiridos em 11 dos 17 indicadores (Tabela 6.64).

Segundo o teste *post-hoc* de comparação das categorias consideradas, existem diferenças nos níveis de satisfação entre os inquiridos residentes na BIN e CB e entre os da BIN e SE, nas medidas implementadas no sentido de valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo. Os inquiridos da BIN, manifestam um menor nível de satisfação em relação a estas medidas, que os inquiridos dos da CB e da SE.

Em relação às medidas implementadas com o objetivo de se aumentar a qualidade dos serviços prestados, existem diferenças significativas nos níveis de satisfação entre os

inquiridos residentes na BIN e CB e entre os da CB e SE. Em ambos os casos, são os inquiridos da CB que manifestam maior nível de satisfação.

Nas restantes 9 medidas, a diferença é estatisticamente significativa apenas entre os níveis de satisfação dos inquiridos da BIN e da CB, sendo os primeiros que manifestam um maior nível de satisfação em relação a todas as medidas (Apêndice 10.7).

Tabela 6.64 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a sub-região de residência

Gestão do destino turístico	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Preservar e valorizar o património natural	BIN	170	173,26	0,004	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	209,22		
	SE	71	204,89		
Preservar e valorizar o património etnográfico	BIN	170	178,11	0,009	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	212,91		
	SE	71	185,85		
Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região	BIN	170	161,82	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	227,32		
	SE	71	195,82		
Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia)	BIN	170	165,24	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	220,74		
	SE	71	200,90		
Aumentar a qualidade dos serviços prestados	BIN	170	164,11	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	229,00		
	SE	71	186,95		
Aumentar os meios de divulgação	BIN	170	167,84	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	218,95		
	SE	71	198,29		
Envolver os turistas nas questões ambientais	BIN	170	175,29	0,014	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	207,07		
	SE	71	204,35		
Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local	BIN	170	174,54	0,003	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	213,73		
	SE	71	192,75		
Desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local	BIN	170	177,76	0,030	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	208,00		
	SE	71	196,56		
Favorecer o planeamento o território	BIN	170	176,85	0,004	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	214,07		
	SE	71	186,52		
Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo	BIN	170	157,63	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	224,57		
	SE	71	202,81		
	SE	71	183,06		

Fonte: Elaboração própria.

6.4.3 Análise segundo as características sociodemográficas

De acordo com o teste Kruskall-Wallis e face à distribuição etária dos inquiridos, existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação com todos os fatores de desenvolvimento do turismo, exceto ao nível dos recursos humanos.

Em relação aos serviços turísticos, a diferença é estatisticamente significativa relativamente à oferta termal, entre os inquiridos com idades entre os 25 aos 64 anos e os inquiridos com 65

ou mais anos, sendo estes os que revelam um maior nível de satisfação em relação à oferta termal (Tabela 6.65 e Apêndice 11.1).

Tabela 6.65 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo o grupo etário

Serviços turísticos	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Oferta termal	15 - 24	42	176,64	0,017	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	183,26		
	≥ 65	119	215,40		

Fonte: Elaboração própria.

Nas infraestruturas e serviços de apoio ao turismo existem diferenças significativas nos níveis de satisfação dos inquiridos em relação a 9 indicadores (Tabela 6.66). Os testes estatísticos realizados, para identificar entre que grupos etários se verificam as diferenças, permitiram concluir que, em relação às acessibilidades dentro da região, os inquiridos na faixa etária dos 15 aos 24 anos manifestam um maior nível de satisfação que os inquiridos na faixa etária dos 25 aos 64 anos.

Nos restantes 8 indicadores afetos às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos nas faixas etárias dos 25 aos 64 anos e os de 65 ou mais anos. Em relação aos serviços de saúde, os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos manifestam maior satisfação que os mais idosos. Para todos osrestantes sete indicadores são os inquiridos mais velhos que manifestam maior nível de satisfação (Apêndice 11.2).

Tabela 6.66 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo o grupo etário

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Distribuição de energia elétrica	15 - 24	42	189,42	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	175,81		
	≥ 65	119	224,87		
Acessibilidades dentro da região	15 - 24	42	229,44	0,019	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	182,15		
	≥ 65	119	198,86		
Abastecimento de água	15 - 24	42	209,33	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	171,50		
	≥ 65	119	225,91		
Abastecimento de gás (natural ou outro)	15 - 24	42	206,50	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	169,72		
	≥ 65	119	230,24		
Saneamento básico	15 - 24	42	202,40	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	170,71		
	≥ 65	119	229,83		
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	15 - 24	42	195,83	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	170,93		
	≥ 65	119	231,74		
Drenagem e tratamento de águas residuais	15 - 24	42	207,55	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	167,82		
	≥ 65	119	233,45		
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	15 - 24	42	208,19	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	171,61		
	≥ 65	119	226,11		
Serviços de saúde	15 - 24	42	210,74	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	201,89		
	≥ 65	119	168,46		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos recursos naturais, tendo em conta a estrutura etária dos inquiridos, existem diferenças estatisticamente significativas em relação a todos os indicadores (Tabela 6.67). Em todos eles, os inquiridos mais velhos manifestam um maior nível de satisfação do que os inquiridos com idades entre os 25 aos 64 anos (Apêndice 11.3).

Tabela 6.67 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o grupo etário

Recursos naturais	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos paisagísticos	15 - 24	42	203,39	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	167,83		
	≥ 65	119	234,89		
Recursos termais	15 - 24	42	204,42	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	172,22		
	≥ 65	119	226,29		
Recursos faunísticos	15 - 24	42	202,55	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	167,94		
	≥ 65	119	234,98		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	15 - 24	42	193,70	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	172,71		
	≥ 65	119	229,17		
Parques naturais protegidos	15 - 24	42	192,90	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	168,53		
	≥ 65	119	237,27		
Qualidade do ar, água e solo	15 - 24	42	192,52	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	177,35		
	≥ 65	119	220,89		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à opinião sobre o património etnográfico, as diferenças nos níveis de satisfação verificam-se em relação ao artesanato local e aos eventos culturais (Tabela 6.68). Em ambos os indicadores, os inquiridos na faixa etária dos 25 aos 64 anos manifestam um maior nível de satisfação que os inquiridos com 65 ou mais anos de idade (Apêndice 11.4).

Tabela 6.68 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo o grupo etário

Património etnográfico	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Artesanato local	15 - 24	42	196,31	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	208,10		
	≥ 65	119	161,93		
Eventos culturais	15 - 24	42	207,50	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	203,61		
	≥ 65	119	166,39		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à opinião dos inquiridos sobre o património histórico-monumental, observam-se diferenças estatisticamente significativas dos níveis de satisfação entre os mesmos grupos etários (Tabela 6.69). Assim, os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos manifestam um maior nível de satisfação do que os inquiridos mais velhos, em relação aos museus e aos monumentos civis existentes no território em estudo (Apêndice 11.5).

Tabela 6.69 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o grupo etário

Património histórico-monumental	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Museus	15 - 24	42	196,17	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	211,21		
	≥ 65	119	156,14		
Monumentos civis	15 - 24	42	203,02	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	212,26		
	≥ 65	119	151,75		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à gestão do destino turístico Beiras e Serra da Estrela, os inquiridos com idades entre os 15 e os 24 anos manifestam um maior nível de satisfação, que os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos, em relação às medidas implementadas, no território, no sentido de aumentar a qualidade dos serviços prestados (Tabela 6.70 e Apêndice 11.6).

Tabela 6.70 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo o grupo etário

Gestão do destino turístico	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Aumentar a qualidade dos serviços prestados	15 - 24	42	226,60	0,008	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	180,20		
	≥ 65	119	203,52		

Fonte: Elaboração própria.

Da análise do conjunto dos fatores para o desenvolvimento do turismo, em função do género dos inquiridos não se verificaram diferenças estatisticamente significativas, nos seus níveis de satisfação, quanto aos serviços turísticos e ao património etnográfico (Teste Mann-Whitney), bem como em relação à gestão do destino turístico (Teste T). Porém, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação dos inquiridos entre os géneros em relação aos recursos humanos, às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais e, por último, ao património histórico-monumental.

No que concerne à opinião sobre os recursos humanos, o teste de Mann-Whitney permitiu concluir que são os inquiridos do género masculino que manifestam um maior nível de satisfação em relação (i) à oferta de mão-de-obra qualificada, (ii) à existência de escolas e cursos ministrados na área do turismo e, por último, (iii) à qualificação dos profissionais a trabalhar na área do turismo (Tabela 6.71).

Tabela 6.71 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo o género

Recursos humanos	Género	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Qualificação dos profissionais na área do turismo.	Masculino	180	207,77	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	179,03		
Escolas/cursos na área do turismo	Masculino	180	203,35	0,047	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	182,93		
Oferta de mão-de-obra qualificada	Masculino	180	207,34	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	179,40		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à opinião sobre as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo existentes na região das Beiras e Serra da Estrela, os inquiridos do género masculino manifestam um maior nível de satisfação em relação à distribuição de energia elétrica e do abastecimento da água (Tabela 6.72).

Tabela 6.72 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo o género

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Género	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Distribuição de energia elétrica	Masculino	180	206,34	0,015	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	180,29		
Abastecimento de água	Masculino	180	204,60	0,031	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	181,82		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos recursos naturais, os resultados do teste de Mann-Whitney permitiram concluir que também são os inquiridos do género masculino que manifestam um maior nível de satisfação em relação a todos os indicadores afetos a este atributo (Tabela 6.73).

Tabela 6.73 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o género

Recursos naturais	Género	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos paisagísticos	Masculino	180	214,85	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	172,78		
Recursos termais	Masculino	180	206,89	0,014	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	179,80		
Recursos faunísticos	Masculino	180	214,17	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	173,38		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	Masculino	180	210,87	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	176,29		
Parques naturais protegidos	Masculino	180	209,39	0,003	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	177,60		
Qualidade do ar, água e solo	Masculino	180	207,46	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	179,30		

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao património histórico-monumental, são os inquiridos do género feminino que expressam um maior nível de satisfação em relação aos monumentos arqueológico e às aldeias históricas existentes no território (Tabela 6.74).

Tabela 6.74 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o género

Património histórico-monumental	Género	Estatística descritiva			Teste t	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)	Masculino	180	3,69	0,892	0,016	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	3,47	0,906		
Aldeias históricas	Masculino	180	3,90	0,910	0,015	p<0,05 Rejeitar Ho
	Feminino	204	3,67	0,918		

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a opinião dos inquiridos em função das habilitações literárias, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas nos seus níveis de satisfação em relação a todos os fatores de desenvolvimento do turismo. Para identificar entre que níveis de habilitações existem diferenças, para todas as variáveis realizaram-se testes *post hoc* (Teste de comparação de categorias ou o Teste de Tukey).

Quanto aos recursos humanos, verificam-se diferenças significativas nos níveis de satisfação dos inquiridos em relação à oferta e à diversificação da mão-de-obra (Tabela 6.75). Para estes dois indicadores são os inquiridos que possuem habilitações superiores aqueles que manifestam um maior nível de satisfação quando comparados com os inquiridos que possuem o ensino secundário/CET (Apêndice 12.1).

Tabela 6.75 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo as habilitações literárias

Recursos humanos	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Oferta de mão-de-obra qualificada	Ens. Básico	106	186,04	0,012	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	172,84		
	Ens. Superior	170	209,02		
Diversificação da mão-de-obra	Ens. Básico	106	182,43	0,009	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	175,09		
	Ens. Superior	170	209,84		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos serviços turísticos, apenas se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação à oferta termal (Tabela 6.76). Neste caso, são os inquiridos que possuem um nível de escolaridade mais baixo, face aos que completaram o secundário ou o ensino superior, que revelam um maior nível de satisfação em relação a este serviço turístico (Apêndice 12.2).

Tabela 6.76 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo as habilitações literárias

Serviços turísticos	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Oferta termal	Ens. Básico	106	225,26	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	169,38		
	Ens. Superior	170	186,76		

Fonte: Elaboração própria.

Comparando a opinião dos inquiridos sobre as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, com base no teste ANOVA, conclui-se que há diferenças estatisticamente significativas em relação a 5 indicadores (Tabela 6.77). O Teste de Tukey mostra que os inquiridos com habilitações superiores manifestam um maior nível de satisfação com os serviços bancários, do que os detentores do ensino básico. Para os restantes 4 indicadores, a diferença verifica-se entre os níveis de ensino básico e secundário/CET. Para todos eles, os inquiridos que possuem habilitações inferiores manifestam um maior nível de satisfação (Apêndice 12.3).

Tabela 6.77 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo as habilitações literárias

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Habilitações literárias	Estatística descritiva			ANOVA	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Abastecimento de gás (natural ou outro)	Ens. Básico	106	3,74	0,760	0,015	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	3,43	0,888		
	Ens. Superior	170	3,51	0,801		
Saneamento básico	Ens. Básico	106	3,59	0,701	0,043	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	3,33	0,854		
	Ens. Superior	170	3,5	0,756		
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Ens. Básico	106	3,45	0,770	0,035	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	3,19	0,811		
	Ens. Superior	170	3,37	0,760		
Drenagem e tratamento de águas residuais	Ens. Básico	106	3,43	0,781	0,038	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	3,15	0,905		
	Ens. Superior	170	3,28	0,771		
Serviços bancários	Ens. Básico	106	3,12	0,700	0,040	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	3,27	0,664		
	Ens. Superior	170	3,34	0,670		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos recursos naturais, nos todos os indicadores onde se verificam diferenças estatisticamente significativas, verifica-se que também são os inquiridos que possuem habilitações inferiores, face aos que completaram o secundário/CET, que manifestam um maior nível de satisfação (Tabela 6.78 e Apêndice 12.4).

Para os recursos faunísticos e parques naturais protegidos, também se verificam diferenças entre os inquiridos com o ensino básico e o ensino superior e entre os inquiridos com o ensino secundário e com o ensino superior. Os inquiridos que possuem o ensino básico manifestam maior nível de satisfação, que aqueles que possuem o ensino superior, em relação a estes dois atributos. Porém, e para os mesmos atributos, os inquiridos que possuem o ensino superior manifestam maior nível de satisfação que aqueles que apenas possuem o secundário (Apêndice 12.4).

Tabela 6.78 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo as habilitações literárias

Recursos naturais	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos paisagísticos	Ens. Básico	106	214,35	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	164,81		
	Ens. Superior	170	196,46		
Recursos termais	Ens. Básico	106	217,78	0,006	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	170,70		
	Ens. Superior	170	190,58		
Recursos faunísticos	Ens. Básico	106	227,50	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	157,79		
	Ens. Superior	170	192,73		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	Ens. Básico	106	221,91	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	164,68		
	Ens. Superior	170	191,84		
Parques naturais protegidos	Ens. Básico	106	228,68	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	157,09		
	Ens. Superior	170	192,44		

Fonte: Elaboração própria.

Comparando a opinião dos inquiridos relativamente ao património etnográfico em função das habilitações literárias, segundo o teste ANOVA, as diferenças estatisticamente significativas verificam-se ao nível dos eventos culturais (Tabela 6.79). Para este indicador, pelos resultados obtidos de acordo com o Teste de Tukey, os inquiridos que possuem formação superior manifestam maior satisfação que os inquiridos que possuem o ensino básico (Apêndice 12.5).

Tabela 6.79 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo as habilitações literárias

Património etnográfico	Habilitações literárias	Estatística descritiva			ANOVA	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Eventos culturais	Ens. Básico	106	2,25	1,094	0,013	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	2,45	0,911		
	Ens. Superior	170	2,61	0,950		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao património histórico-monumental, especificamente no que diz respeito aos museus e monumentos civis do território em estudo, também são os inquiridos que possuem formação superior, em relação aos que completaram o ensino básico, que manifestam maior nível de satisfação. Porém, em relação aos museus também se verificam diferenças significativas entre os inquiridos que possuem o ensino e os que possuem o secundário, em que os últimos manifestam maior nível de satisfação (Tabela 6.80 e Apêndice 12.6).

Tabela 6.80 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo as habilitações literárias

Património histórico-monumental	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Museus	Ens. Básico	106	151,26	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	194,94		
	Ens. Superior	170	216,66		
Monumentos civis	Ens. Básico	106	169,47	0,027	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	198		
	Ens. Superior	170	203,37		

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere à gestão do destino turístico, apenas existem diferenças estatisticamente significativas, em função das habilitações literárias, nos níveis de satisfação dos inquiridos em relação às medidas tomadas no sentido de envolver os turistas nas questões ambientais (Tabela 6.81). Em relação a essas medidas, os inquiridos que possuem o ensino básico manifestam mais satisfação do que aqueles que possuem o ensino secundário/CET (Apêndice 12.7).

Tabela 6.81 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo as habilitações literárias

Gestão do destino turístico	Habilitações literárias	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Envolver os turistas nas questões ambientais	Ens. Básico	106	217,77	0,012	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	182,45		
	Ens. Superior	170	183,12		

Fonte: Elaboração própria.

Comparando a opinião dos inquiridos, em função da sua situação profissional, apenas não se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação aos recursos humanos. Para os restantes fatores de desenvolvimento do turismo, depois de identificados os indicadores onde existem diferenças nos níveis de satisfação, foram realizados testes *post hoc* para se saber entre que situações profissionais elas ocorrem.

Nos serviços turísticos e em relação à oferta termal, a diferença é estatisticamente significativa entre os reformados e aqueles que trabalham, estando os primeiros mais satisfeitos com a oferta termal existente no território em estudo (Tabela 6.82 e Apêndice 13.1).

Tabela 6.82 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a situação profissional

Serviços turísticos	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Oferta termal	Com trabalho	211	178,50	0,023	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	190,16		
	Reformado	119	215,40		
	Estudante	26	203,85		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às infraestruturas e aos serviços de apoio ao turismo, nos indicadores nos quais se verificam diferenças estatisticamente significativas, também são os reformados que manifestam um maior nível de satisfação do que os inquiridos que trabalham (Tabela 6.83 e Apêndice 13.2).

Tabela 6.83 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo a situação profissional

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Distribuição de energia elétrica	Com trabalho	211	173,95	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	182,82		
	Reformado	119	224,87		
	Estudante	26	205,33		
Abastecimento de água	Com trabalho	211	172,86	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	183,89		
	Reformado	119	225,91		
	Estudante	26	208,23		
Abastecimento de gás (natural ou outro)	Com trabalho	211	171,63	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	181,95		
	Reformado	119	230,24		
	Estudante	26	200,48		
Saneamento básico	Com trabalho	211	169,51	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	180,29		
	Reformado	119	229,83		
	Estudante	26	221,33		
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Com trabalho	211	171,23	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	169,45		
	Reformado	119	231,74		
	Estudante	26	210,29		
Drenagem e tratamento de águas residuais	Com trabalho	211	169,92	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	88	166,02		
	Reformado	119	233,45		
	Estudante	26	216,67		
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	Com trabalho	211	172,61	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	182,52		
	Reformado	119	226,11		
	Estudante	26	210,83		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos recursos naturais, segundo a situação profissional, em todos os indicadores afetos a este atributo, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação entre os inquiridos reformados e os que trabalham, sendo os primeiros que manifestam um maior nível de satisfação. Em relação aos recursos termais, também se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos sem trabalho e os reformados, em que os últimos manifestam maior satisfação (Tabela 6.84 e Apêndice 13.3).

Tabela 6.84 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação dos recursos naturais, segundo a situação profissional

Recursos naturais	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos paisagísticos	Com trabalho	211	170,24	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	180,88		
	Reformado	119	234,89		
	Estudante	26	191,67		
Recursos termais	Com trabalho	211	175,20	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	155,23		
	Reformado	119	226,29		
	Estudante	26	218,35		
Recursos faunísticos	Com trabalho	211	168,80	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	177,02		
	Reformado	119	234,98		
	Estudante	26	207,08		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	Com trabalho	211	169,95	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	186,32		
	Reformado	119	229,17		
	Estudante	26	214,29		
Parques naturais protegidos	Com trabalho	211	168,24	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	174,63		
	Reformado	119	237,27		
	Estudante	26	203,73		
Qualidade do ar, água e solo	Com trabalho	211	177,09	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	196,13		
	Reformado	119	220,89		
	Estudante	26	183,71		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao património etnográfico, as diferenças estatisticamente significativas verificam-se em relação ao artesanato local e aos eventos culturais (Tabela 6.85). Em relação a ambos os inquiridos que trabalham manifestam um maior nível de satisfação do que os reformados (Apêndice 13.4).

Tabela 6.85 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a situação profissional

Património etnográfico	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Artesanato local	Com trabalho	211	208,64	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	182,43		
	Reformado	119	161,93		
	Estudante	26	212,25		
Eventos culturais	Com trabalho	211	205,87	0,006	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	179,73		
	Reformado	119	166,39		
	Estudante	26	217,21		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao património histórico-monumental, observam-se diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação dos inquiridos com os museus e os monumentos civis (Tabela 6.86). Para ambos, os inquiridos que trabalham manifestam maior satisfação que os reformados (Apêndice 13.5).

Tabela 6.86 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a situação profissional

Património histórico-monumental	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Museus	Com trabalho	211	216,10	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	177,52		
	Reformado	119	156,14		
	Estudante	26	182,77		
Monumentos civis	Com trabalho	211	212,42	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	206,27		
	Reformado	119	151,75		
	Estudante	26	202,54		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à gestão do destino turístico BSE e relativamente à medida «Preservar e valorizar o património etnográfico» a diferença no nível de satisfação é estatisticamente significativa entre os reformados e os estudantes, sendo os últimos os que expressam um maior nível de satisfação (Tabela 6.87 e Apêndice 13.6).

Tabela 6.87 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a situação profissional

Gestão do destino turístico	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Preservar e valorizar o património etnográfico	Com trabalho	211	193,87	0,006	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	194,55		
	Reformado	119	176,25		
	Estudante	26	253,52		

Fonte: Elaboração própria.

6.4.4 Análise segundo a proximidade e conhecimento do turismo

Pressupõe-se que exista uma relação entre a proximidade e o conhecimento que os residentes têm do turismo e a sua satisfação em relação à dotação, do território, em relação aos vários fatores de desenvolvimento do turismo. Com o intuito de se averiguar o tipo de relação existente, nesta secção efetua-se uma análise comparativa do nível de satisfação dos residentes em relação aos vários fatores de desenvolvimento do turismo, face ao hábito de gozar férias, à existência de contacto profissional com o turismo e, por último, à existência de familiares a trabalhar na área do turismo.

Comparando o nível de satisfação dos inquiridos em função do hábito de gozar férias, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação a todos os fatores de desenvolvimento do turismo, à exceção dos recursos humanos. Relativamente aos serviços turísticos e com base nos resultados do Teste Mann-Whitney, os inquiridos que têm por hábito gozar férias apresentam um menor nível de satisfação do que aqueles que não gozam férias, em relação à oferta de estâncias de ski/desportos de inverno (Tabela 6.88).

Tabela 6.88 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo o hábito de gozar férias

Serviços turísticos	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno	Sim	294	185,33	0,014	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	215,91		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, verificam-se diferenças estatisticamente significativas em 4 indicadores. Os inquiridos que habitualmente gozam férias manifestam um menor nível de satisfação em relação ao abastecimento de água, recolha e tratamento de resíduos sólidos, à drenagem e tratamento das águas residuais e, por último, à limpeza e manutenção dos locais de interesse turístico (Tabela 6.89).

Tabela 6.89 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo o hábito de gozar férias

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Abastecimento de gás (natural ou outro)	Sim	294	185,15	0,011	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	216,51		
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Sim	294	184,25	0,004	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	217,99		
Drenagem e tratamento de águas residuais	Sim	294	184,70	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	217,99		
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	Sim	294	184,87	0,009	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	217,42		

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne aos recursos naturais, com base no teste T, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nos recursos termais, nos recursos faunísticos e nos parques naturais protegidos. Refira-se que são os inquiridos que habitualmente gozam férias que manifestam um menor nível de satisfação em relação aos referidos recursos (Tabela 6.90).

Tabela 6.90 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o hábito de gozar férias

Recursos naturais	Costuma gozar férias	Estatística descritiva			Teste t	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Recursos termais	Sim	294	3,28	1,205	0,014	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	3,64	1,239		
Recursos faunísticos	Sim	294	3,69	1,033	0,014	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	4,00	1,049		
Parques naturais protegidos	Sim	294	3,71	1,026	0,006	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	4,06	1,064		

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao património etnográfico, os inquiridos que costumam gozar férias manifestam um maior nível de satisfação face ao artesanato local existente no território em estudo (Tabela 6.91). O mesmo acontece quanto ao património histórico-monumental, pois

são os inquiridos que costumam gozar férias que apresentam um maior nível de satisfação em relação aos museus, aos monumentos civis e religiosos (Tabela 6.92).

Tabela 6.91 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo o hábito de gozar férias

Património etnográfico	Costuma gozar férias	Estatística descritiva		Teste Mann-Whitney	
		N	Média das ordens	*p*	Conclusão
Artesanato local	Sim	294	200,99	0,004	p<0,05
	Não	90	164,77		Rejeitar Ho

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6.92 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o hábito de gozar férias

Património histórico-monumental	Costuma gozar férias	Estatística descritiva			Teste t	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Museus	Sim	294	2,89	0,984	0,001	p<0,05
	Não	90	2,49	1,052		Rejeitar Ho
Monumentos civis	Sim	294	2,81	0,955	0,019	p<0,05
	Não	90	2,54	0,863		Rejeitar Ho
Monumentos religiosos	Sim	294	3,53	0,900	0,024	p<0,05
	Não	90	3,29	0,902		Rejeitar Ho

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à gestão do destino turístico, apenas se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação ao apoio prestado ao investimento turístico no território em estudo. Os inquiridos que habitualmente gozam férias manifestam um menor nível de satisfação, em relação ao apoio concedido ao investimento turístico (Tabela 6.93).

Tabela 6.93 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo o hábito de gozar férias

Gestão do destino turístico	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	p	Conclusão
Apoiar o investimento turístico	Sim	294	186,70	0,017	p<0,05
	Não	90	211,43		Rejeitar Ho

Fonte: Elaboração própria.

O facto de existir contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo pode influenciar o nível de satisfação dos inquiridos face à dotação, do território em estudo, dos fatores para o desenvolvimento do turismo. Nesta investigação, verificam-se diferenças estatisticamente significativas em relação às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais e ao património etnográfico. Porém, não se verificam diferenças estatisticamente significativas, entre os inquiridos que têm e aqueles que não têm contacto profissional com o turismo, em relação aos recursos humanos, aos serviços turísticos, ao património histórico-monumental e à gestão do destino turístico.

No que se refere às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, e com base nos resultados obtidos no teste T, existem diferenças estatisticamente significativas em relação à segurança

e aos serviços de proteção civil. Os inquiridos com contacto profissional com a área do turismo manifestam um maior nível de satisfação, comparativamente com aqueles que nunca tiveram qualquer contacto profissional (Tabela 6.94).

Tabela 6.94 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo a existência de contacto profissional com o turismo

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Trabalha ou já trabalhou na área do turismo	Estatística descritiva			Teste t	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Segurança e serviços de proteção civil	Sim	88	3,17	0,731	0,043	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	2,97	0,837		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos recursos naturais, os inquiridos que trabalham ou já trabalharam na área do turismo manifestam um maior nível de satisfação em relação aos recursos faunísticos, aos recursos fluviais e parques protegidos (Tabela 6.95).

Tabela 6.95 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a existência de contacto profissional com o turismo

Recursos naturais	Trabalha ou já trabalhou na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos faunísticos	Sim	88	215,18	0,023	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	185,76		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	Sim	88	212,69	0,042	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	186,50		
Parques naturais protegidos	Sim	88	219,11	0,008	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	184,59		

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao património etnográfico, apenas existem diferenças estatisticamente significativas em relação às festividades. Os inquiridos que possuem contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo manifestam um menor nível de satisfação em relação às festas e romarias realizadas no território em estudo (Tabela 6.96).

Tabela 6.96 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a existência de contacto profissional com o turismo

Património etnográfico	Trabalha ou já trabalhou na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Festividades (festas e romarias)	Sim	88	172,77	0,040	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	198,36		

Fonte: Elaboração própria.

Segundo alguns estudos aplicados à área do turismo (Guerreiro et al., 2008), o facto de os residentes terem familiares a trabalhar no turismo reflete-se no nível de satisfação manifestado em relação a alguns atributos de destinos turísticos. Nesta investigação, os atributos onde se observam diferenças estatisticamente significativas, entre os inquiridos com ou sem familiares a trabalhar na área do turismo, são os serviços turísticos, as infraestruturas

e serviços de apoio ao turismo, os recursos naturais e o património etnográfico. Não se verificam diferenças em relação aos recursos humanos e ao património histórico-monumental.

Quanto aos serviços turísticos, o nível de satisfação dos inquiridos que têm familiares a trabalhar é superior em relação à oferta termal e desportiva, às estâncias de ski e aos postos de informação turística (Tabela 6.97).

Tabela 6.97 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

Serviços turísticos	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Oferta termal	Sim	99	218,53	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	183,46		
Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno	Sim	99	213,67	0,018	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	185,15		
Oferta de postos de informação turística	Sim	99	210,12	0,048	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	186,38		
Oferta desportiva (radicais, polidesportivos e outros)	Sim	99	216,96	0,006	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	184,00		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, as diferenças relevantes prendem-se com a distribuição de energia elétrica, as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região, o abastecimento de água e gás, o saneamento básico, a recolha e tratamento de resíduos sólidos e, por último, a drenagem e tratamento de águas residuais. Para estes indicadores, os inquiridos que têm familiares a trabalhar na área do turismo manifestam um maior nível de satisfação (Tabela 6.98).

Tabela 6.98 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	Estatística descritiva			Teste t	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Distribuição de energia elétrica	Sim	99	4,01	0,814	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,58	0,922		
Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região	Sim	99	3,37	0,828	0,018	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,12	0,942		
Abastecimento de água	Sim	99	3,92	0,791	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,52	0,807		
Abastecimento de gás (natural ou outro)	Sim	99	3,86	0,729	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,44	0,827		
Saneamento básico	Sim	99	3,71	0,689	0,001	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,40	0,788		
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Sim	99	3,48	0,705	0,034	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,29	0,802		
Drenagem e tratamento de águas residuais	Sim	99	3,48	0,705	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	3,22	0,844		

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere aos recursos naturais, os inquiridos que têm familiares a trabalhar na área do turismo manifestam um maior nível de satisfação em relação aos recursos paisagísticos, aos recursos termais, aos recursos faunístico, aos parques naturais protegidos e à qualidade do ar, água e solo (Tabela 6.99).

Tabela 6.99 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

Recursos naturais	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Recursos paisagísticos	Sim	99	225,62	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	181,00		
Recursos termais	Sim	99	231,79	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	178,85		
Recursos faunísticos	Sim	99	246,04	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	173,90		
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	Sim	99	239,41	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	176,20		
Parques naturais protegidos	Sim	99	244,34	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	174,49		
Qualidade do ar, água e solo	Sim	99	217,39	0,005	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	183,85		

Fonte: Elaboração própria.

Analisando o nível de satisfação dos inquiridos com o património etnográfico verificam-se diferenças estatisticamente significativas em relação ao artesanato local, sendo os que não têm familiares a trabalhar na área do turismo que manifestam maior nível de satisfação (Tabela 6.100).

Tabela 6.100 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

Património etnográfico	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Artesanato local	Sim	99	166,23	0,003	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	201,63		

Fonte: Elaboração própria.

Considerando as diferentes medidas implementadas no território, os inquiridos que têm familiares a trabalhar na área do turismo manifestam maior satisfação em relação ao apoio ao investimento no turismo. (Tabela 6.101).

Tabela 6.101 - Diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

Gestão do destino turístico	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Apoiar o investimento turístico	Sim	99	209,10	0,026	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	282	186,74		

6.5 Atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável

Nesta secção analisam-se as atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável. Para o efeito, foi apresentado um conjunto de 5 afirmações em relação às quais foi solicitado aos inquiridos que expressassem o seu grau de concordância, utilizando-se uma escala de *Likert* com 5 níveis, acrescida da opção "Não sabe/Não responde". Num primeiro momento, é feita a análise univariada das variáveis e, num segundo, procede-se à análise dos fatores que influenciam as atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

6.5.1 Análise univariada

De uma forma geral, a análise dos dados aponta para uma atitude bastante positiva ou favorável dos residentes inquiridos face ao turismo, sendo que o nível médio de concordância em relação às 5 afirmações, apresentadas aos mesmos, ilustra uma tendência para estes se posicionarem no nível 4 (concordo) da escala de *Likert*.

Quando questionados sobre se apoiam o desenvolvimento do turismo, 84,1% dos inquiridos respondeu afirmativamente (soma de 40,9% que concorda com 43,2% que concorda completamente).

Quando ao facto do turismo contribuir para o desenvolvimento sustentável do território em estudo, observa-se que 48,4% dos inquiridos concorda e 10,4% concorda completamente, donde para 58,8% dos inquiridos o turismo tem assumido um papel motor de desenvolvimento sustentável na região das Beiras e Serra da Estrela.

Os comentários á afirmação que sustenta que o turismo cria e fixa riqueza no território, mostram que 45,3% dos inquiridos estão de acordo e que 24,5% estão completamente de acordo, donde para 69,8% dos inquiridos o turismo cria e fixa riqueza no território em estudo.

As respostas e respetivas graduações à questão «Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo», no território em estudo, mostram que cerca de 50% dos inquiridos concordam plenamente (mediana e moda das respostas com valor 5).

Relativamente ao facto do turismo se apresentar como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território, observa-se que 84,6% dos inquiridos tem pareceres favoráveis (soma de 42,2% que concorda e de 42,4% que concorda completamente) (Tabela 1.102).

Tabela 6.102 - Atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	N	Grau de concordância (%)*					Estatística descritiva			
		1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo	384	1,3	3,4	11,2	40,9	43,2	4,21	5	4,00	0,868
O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território	384	2,9	11,5	26,8	48,4	10,4	3,52	4	4,00	0,928
Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo	384	1,0	1,3	4,2	30,0	63,5	4,54	5	5,00	0,732
O turismo cria e fixa riqueza no território	384	2,1	6,8	21,3	45,3	24,5	3,83	4	4,00	0,944
O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território	384	1,6	3,1	10,7	42,2	42,4	4,21	5	4,00	0,869

* 1- Discordo completamente; 2- Discordo; 3- Não concordo nem discordo; 4- Concordo; 5- Concordo completamente

Fonte: Elaboração própria.

Face ao exposto, conclui-se, sem qualquer dúvida, que os inquiridos apoiam fortemente o desenvolvimento do turismo, que acreditam que ele tem contribuído para criar e fixar riqueza e, consequentemente, que tem promovido o desenvolvimento sustentável no território em estudo (Oliveira e Manso, 2015).

6.5.2 Análise segunda a sub-região de residência

Apesar de as respostas dos inquiridos terem sido favoráveis à ideia de que o turismo pode ser considerado como motor de desenvolvimento sustentável, as suas atitudes variam de sub-região para sub-região de residência em relação a três afirmações (Tabela 6.103).

Tabela 6.103 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a sub-região de residência

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Sub-região	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo	BIN	170	185,90	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	176,76		
	SE	71	240,01		
O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território	BIN	170	169,28	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	211,53		
	SE	71	209,77		
O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território	BIN	170	187,16	0,002	p<0,05 Rejeitar Ho
	CB	143	180,02		
	SE	71	230,41		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à afirmação «Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo», há diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos das sub-regiões BIN e SE e das sub-regiões

CB e SE, com os inquiridos residentes da SE a manifestarem um maior grau de concordância do que os inquiridos da BIN e da CB (Apêndice 14).

Relativamente à afirmação «O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território», as diferenças no grau de concordância manifestado são estatisticamente significativas entre os inquiridos das sub-regiões BIN e CB e entre os das BIN e SE, com os inquiridos residentes na BIN a manifestarem um menor grau de concordância que residentes da CB e da SE (Apêndice 14).

Embora 84,6% dos inquiridos seja de opinião que o turismo se apresenta como uma das principais atividades que pode favorecer o desenvolvimento sustentável do território, os testes realizados permitiram concluir que existem diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos da BIN e da SE e entre os inquiridos da CB e da SE, em relação ao grau de concordância manifestado. Os inquiridos da SE manifestam um maior grau de concordância, em relação aos inquiridos da BIN e da CB, com a ideia de que o turismo é uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território (Apêndice 14).

6.5.3 Análise segundo as características sociodemográficas

Em geral, as atitudes dos residentes inquiridos face ao turismo varia em função das suas características sociodemográficas, nomeadamente do género, do grupo etário, das habilitações literárias e da situação profissional. Nesta investigação, de acordo com os testes realizados, há diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos residentes inquiridos face ao turismo em função do grupo etário, das habilitações literárias e da situação profissional. Contudo, comparando as atitudes dos inquiridos em função do género não se verificam diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos face ao turismo.

Para identificar entre que categorias das características sociodemográficas existem as diferenças realizaram-se testes de comparação que, no grupo etário, e de acordo com os resultados do teste Kruskall-Wallis, mostram diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos com idades compreendidas dos 25 aos 64 anos e os inquiridos com 65 ou mais anos, em relação à afirmação «O turismo cria e fixa riqueza no território». Por sua vez, os inquiridos pertencentes à faixa etária dos 25 aos 64 anos manifestam um maior grau de concordância, em comparação com os mais idosos, no que diz respeito ao facto do turismo ter capacidade de criação e de fixação de riqueza no território em estudo (Tabela 6.104 e Apêndice 15.1).

Tabela 6.104 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo o grupo etário

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Grupo etário	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
O turismo cria e fixa riqueza no território	15 - 24	42	201,60	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	25 - 64	223	210,77		
	≥ 65	119	155,05		

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as habilitações literárias, segundo o teste ANOVA, também se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação à mesma afirmação (Tabela 6.105). O teste Tukey permitiu concluir que a diferença é entre os inquiridos que possuem o ensino básico e os inquiridos que possuem o secundário e, ainda, entre os que possuem o ensino básico e aqueles que possuem o ensino superior.

Os inquiridos que possuem o ensino básico manifestam um menor grau de concordância, comparativamente com aqueles que possuem o secundário e os que têm habilitações superiores, em relação à afirmação de que o turismo cria e fixa riqueza no território (Apêndice 15.2).

Tabela 6.105 – Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo as habilitações literárias

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Habilitações literárias	Estatística descritiva			ANOVA	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
O turismo cria e fixa riqueza no território	Ens. Básico	106	3,51	0,918	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	3,86	0,961		
	Ens. Superior	107	4,02	0,900		

Fonte: Elaboração própria.

A mesma afirmação, "O turismo cria e fixa riqueza no território", regista diferenças estatisticamente significativas segundo a situação profissional dos inquiridos, com os inquiridos que trabalham a manifestarem um maior grau de concordância do que os reformados (Tabela 6.106 e Apêndice 15.3).

Tabela 6.106 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a situação profissional

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Situação profissional	N	Teste Kruskall-Wallis		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
O turismo cria e fixa riqueza no território	Com trabalho	211	215,39	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Sem trabalho	28	172,46		
	Reformado	119	155,05		
	Estudante	26	199,73		

Fonte: Elaboração própria.

6.5.4 Análise segundo a proximidade e o conhecimento do turismo

Pressupõe-se que as atitudes dos residentes face ao turismo variem em função da sua proximidade e do seu conhecimento do setor do turismo. Alguns estudos apontam que os inquiridos (i) que habitualmente gozam férias, (ii) que têm ou já tiveram contacto profissional com o turismo ou (iii) que têm familiares a trabalhar na área do turismo, manifestam uma atitude mais favorável face ao turismo (Guerreiro et al., 2008)

Nesta investigação, apreciados os resultados pode afirmar-se, suportado pelo teste de Mann--Whitney, que em função do hábito de gozar de férias há diferenças estatisticamente significativas no grau de concordância com a afirmação «o turismo cria e fixa riqueza no território», e que são os inquiridos que habitualmente gozam férias que manifestam um maior grau de concordância com essa afirmação (Tabela 6.107).

Tabela 6.107 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo o hábito de gozar férias

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Costuma gozar férias	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
O turismo cria e fixa riqueza no território	Sim	294	204,21	0,000	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	90	154,26		

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, os inquiridos que possuem contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo manifestam um maior apoio ao desenvolvimento do turismo e expressam um maior grau de concordância em relação à afirmação de que o turismo é uma das atividades que mais pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território em estudo (Tabela 6.108).

Tabela 6.108 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a existência de contacto profissional com o turismo

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Trabalha ou já trabalhou na área do turismo	Estatística descritiva			Teste t	
		N	Média	Desvio padrão	*p*	Conclusão
Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo	Sim	88	4,40	0,796	0,023	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	4,16	0,882		
O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território	Sim	88	4,40	0,878	0,023	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	296	4,15	0,860		

Fonte: Elaboração própria.

Também os inquiridos que têm familiares a exercer uma profissão ligada ao turismo, manifestam maiores graus de concordância com a ideia de apoiar o desenvolvimento do turismo, com a ideia de que o turismo contribui para o desenvolvimento sustentável do território e com a ideia que a atividade turística é uma das principais atividades capazes de

potenciar o desenvolvimento sustentável da região das Beiras e Serra da Estrela (Tabela 6.109).

Porém, também são os inquiridos que têm familiares a exercer uma profissão lidada ao turismo que manifestam um maior grau de concordância em relação ao facto de ainda existir muito a fazer para se incrementar o desenvolvimento turístico nas Beiras e Serra da Estrela (Tabela 6.109).

Tabela 6.109 - Diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos inquiridos, segundo a existência de familiares com contacto profissional com o turismo

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Tem familiares a trabalhar na área do turismo	N	Teste Mann-Whitney		
			Média das ordens	*p*	Conclusão
Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo	Sim	99	217,83	0,004	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	183,70		
O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território	Sim	99	213,41	0,019	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	185,95		
Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo	Sim	99	208,49	0,049	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	186,95		
O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território	Sim	99	216,46	0,007	p<0,05 Rejeitar Ho
	Não	285	184,18		

Fonte: Elaboração própria.

6.6 Modelo de investigação: Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável

No quarto capítulo, dedicado à visão dos residentes face ao turismo, foi proposto um modelo conceptual destinado a analisar a relação existente entre os impactos positivos e negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo, bem como a relação existente entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável. Nesta secção, procedeu-se à validação desse modelo. A validação do modelo foi concretizada através da sua aplicação à região das Beiras e Serra da Estrela e os dados necessários à sua validação foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário aos residentes, tendo sido obtidos 384 inquéritos, como já foi referido.

6.6.1 Análise fatorial exploratória

Após a recolha dos dados, procedeu-se a uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) dos valores tomados pelos indicadores em estudo. A análise dos índices de consistência interna obtidos conduziu à exclusão de alguns itens o que melhorou substancialmente a fiabilidade da escala. Aos 97 indicadores resultantes voltaram-se a aplicar as técnicas de Análise Fatorial e obteve-se um valor de 0,912 para o KMO (Keiser-Meyer-Ohlin) e um valor de $p<0,001$ associado ao Teste de Bartlett, indicando que o modelo de análise aplicado se adequa à amostra em estudo (Reis, 2008).

Para a extração dos eixos recorreu-se à Análise em Componentes Principais (ACP) e para a determinação do número de eixos a reter, utilizou-se o critério do *scree plot* de Cattell. A aplicação dos testes levou à seleção de onze componentes que conjuntamente explicam 62,5% da variância total. Após rotação Varimax obteve-se a distribuição dos itens pelos fatores (Apêndice 16). De modo a facilitar a interpretação removeram-se as cargas fatoriais inferiores a 0,3 e os itens foram numerados (ordem numérica e alfabética) pelas onze componentes retidas (Apêndice 17).

A estrutura fatorial obtida evidencia que o **Fator 1** reúne os itens relativos aos impactos positivos do turismo, este de âmbito económico, ambiental e sociocultural. Este fator agrupa 24 itens (numerados de B5 a B28), dos quais 11 estão relacionados com os impactos económicos, 10 com os impactos socioculturais e 3 com os impactos ambientais. Numa análise por grupos, os itens relativos aos impactos económicos positivos apresentam maiores níveis de saturação, sendo o item B14 (*contribuído para gerar localmente mais receita fiscal*) que apresenta o valor mais elevado (0,850).

O **Fator 2** concentra informação relativa à gestão do território, enquanto destino turístico, ao nível da questão ambiental, da preocupação da envolvência de todos os atores locais nas questões relativas ao desenvolvimento da atividade turística, da criação e divulgação de

novos produtos, bem como, da preservação e divulgação do património natural, histórico e etnográfico. Os 15 itens agrupados neste fator (numerados de J78 a J92) apresentam níveis de saturação elevados, concretamente, entre 0,684 a 0,779.

No **Fator 3** encontram-se os itens relacionados com os impactos económicos, ambientais e socioculturais negativos do turismo (numerados de C29 a C39). Nesta dimensão todos os onze indicadores apresentam saturações bastante elevadas, sendo que o item C34 (*diminuído a qualidade dos serviços prestados*) apresenta o maior nível de saturação (0,785) e o indicador C29 (*aumentado a insegurança e a criminalidade*) o menor nível de saturação (0,626).

O **Fator 4** ao agrupar 6 itens (numerados de G61 a G66) está relacionado com os recursos naturais, nomeadamente os recursos paisagísticos, termais, faunísticos, fluviais, parques protegidos e, por último, a qualidade do solo, ar e água. Neste fator o item G63 (*recursos faunísticos*) é o que possui carga mais elevada (0,842).

O **Fator 5** concentra informação relativa às infraestruturas e aos serviços básicos de apoio ao turismo (acessibilidades para e dentro da região, serviços de limpeza e segurança, entre outras). Este fator agrupa 9 itens (numerados de F52 a F60), com níveis de saturação superiores a 0,5, sendo o item F58 (d*renagem e tratamento de resíduos sólidos*) o que ostenta a saturação mais elevada.

O **Fator 6** concentra 5 itens (numerados de I73 a I77) relacionados ao património histórico-monumental, nomeadamente, as aldeias históricas, os museus, monumentos civis e religiosos. Neste fator o item mais relevante é o I75 (*aldeias históricas*).

O **Fator 7** concentra informação relativa aos atributos dos recursos humanos, nomeadamente à diversidade e qualificação da oferta de mão-de-obra e à oferta formativa local na área do turismo. Este fator agrupa 5 itens (D40 a D44) todos com níveis de saturação bastante elevados, sendo o item D42 (*parcerias entre escolas e empresas do setor*) o que regista maior saturação.

O **Fator 8** engloba itens relacionados com os serviços turísticos, especificamente, oferta de alojamento, oferta termal, postos de informação turística, oferta de desportos de inverno e de postos de informação turística, agrupando 7 itens numerados de E45 a E51, com níveis de saturação entre 0,411 a 0,730.

No **Fator 9** concentra as questões relacionadas com o património etnográfico, especificamente com a gastronomia, festividades e eventos, tradições locais e a prática da atividade agrícola tradicional, itens numerados de H67 a H72. O item com maior nível de carga é o item H67 (*atividades agrícolas tradicionais*) de valor 0,766.

O **Fator 10** reúne os itens relativos à interação-visitante e agrupa os itens A1 a A4, todos com saturações superiores a 0,5.

O **Fator 11** concentra informação relativa aos atributos do turismo como motor de desenvolvimento sustentável e reúne 5 indicadores (K93 a K97), sendo o indicador k95 (*ainda existe muito a fazer para melhorar o desenvolvimento do turismo*) o que apresenta maior nível de saturação.

Da análise fatorial exploratória resultaram os 11 fatores, atrás referenciados, apresentando-se na Tabela 6.110 os respetivos itens agrupados por dimensões.

Tabela 6.110 - Distribuição dos indicadores pelas dimensões obtidas

Dimensões	Sigla	Itens	N.º de itens
Interação Residente-Visitante	IRV	A1, A2, A3, A4	4
Impactos Positivos do Turismo	IPT	B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12, B13, B14, B15, B16, B17, B18, B19, B20, B21, B22, B23, B24, B25, B26, B27, B28	24
Impactos Negativos do Turismo	INT	C29, C30, C31, C32, C33, C34, C35, C36, C37, C38, C39	11
Recursos Humanos	RH	D40, D41, D42, D43, D44	5
Serviços Turísticos	ST	E45, E46, E47, E48, E49, E50, E51	7
Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo	IESAT	F52, F53, F54, F55, F56, F57, F58, F59, F60	9
Recursos Naturais	RN	G61, G62, G63, G64, G65, G66	6
Património Etnográfico	PE	H67, H68, H69, H70, H71, H72	6
Património Histórico-Monumental	PHM	I73, I74, I75, I76, I77	5
Gestão do Destino	GD	J78, J79, J80, J81, J82, J83, J84, J85, J86, J87, J88, J89, J90, J91, J92	15
Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável	TMDS	K93, K94, K95, K96, K97	5

Fonte: Elaboração própria.

Como medida de consistência interna, seguindo Greene (2012), utilizou-se o coeficiente Alpha de Cronbach, coeficiente que estima a confiabilidade de um questionário através da análise das respostas dadas, calculada através da correlação média das perguntas, esta calculada a partir da "variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos os tens de um questionário que utilizem a mesma escala de medição. Neste caso, essa medida propiciou correlações satisfatórias que oscilam entre 0,766 (TMDS) e 0,956 (escala completa) e que se podem classificar entre Good e Excelent (George e Mallery, 2003; Kline, 2000). A Tabela 6.111 descreve os valores desagregados do coeficiente Alpha de Cronbach obtidos nesta investigação.

Tabela 6.111 - Alpha de Cronbach para a totalidade dos indicadores em análise e respetivas subdimensões

Dimensões	Sigla	N.º indicadores	Alpha de Cronbach
Escala completa		97	0,956
Interação residente-visitante	IRV	4	0,82
Impactos positivos do turismo	IPT	24	0,955
Impactos negativos do turismo	INT	11	0,91
Recursos humanos	RH	5	0,908
Serviços turísticos	ST	7	0,866
Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	IESAT	9	0,893
Recursos naturais	RN	6	0,923
Património etnográfico	PE	6	0,869
Património histórico-monumental	PHM	5	0,818
Gestão do destino	GD	15	0,951
Turismo como motor de desenvolvimento regional sustentável	TMDS	5	0,766

Fonte: Elaboração própria.

6.6.2 Análise das variáveis

Para apreciar os resultados obtidos, procedeu-se ao cálculo das pontuações observadas para cada uma das dimensões consideradas. De forma a tornar os resultados comparáveis, as pontuações foram ponderadas pelo número de indicadores que integra cada dimensão, assumindo por isso como valor mínimo 1 e valor máximo 5. Na Tabela 6.112 encontram-se as estatísticas descritivas básicas para cada uma das dimensões obtidas.

Tabela 6.112 – Estatísticas descritivas básicas para cada uma sas dimensões apresentadas no modelo

Dimensões	N	Min	Max	Média	Desvio padrão
IRV (Interação residente-visitante)	384	1	5,00	2,82	0,99
IPT (Impactos positivos do turismo)	384	1	4,92	3,36	0,69
INT (Impactos negativos do turismo)	384	1	4,73	2,33	0,66
RH (Recursos humanos)	384	1	5,00	3,06	0,70
ST (Serviços turísticos)	384	1	5,00	2,99	0,66
IESAT (Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo)	384	1	4,89	3,26	0,62
RN (Recursos naturais)	384	1	5,00	3,84	0,88
PE (Património etnográfico)	384	1	5,00	3,23	0,65
PHM (Património histórico-monumental)	384	1	5,00	3,28	0,71
GD (Gestão do destino)	384	1	4,67	2,71	0,60
TMDS (Turismo como motor de desenvolvimento sustentável)	384	1	5,00	4,06	0,63
Valid N (listwise)	384				

Fonte: Elaboração própria.

Estes resultados permitem concluir que a dimensão TMDS (Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável) é a mais valorizada pelos inquiridos (média=4,06) e que a dimensão INT (Impactos Negativos do Turismo) é a que regista a pontuação média mais baixa. A coluna relativa ao desvio mostra que a dimensão GD (Gestão do Destino) é a que reúne maior consenso por parte dos residentes inquiridos por apresentar o menor valor, sendo a

dimensão IRV (Interação Residente-Visitante) aquela que regista as respostas mais heterogéneas.

Numa fase posterior, averiguou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nas pontuações obtidas para as diferentes dimensões em função de algumas variáveis sociodemográficas (género, grupo etário, habilitações literárias e o estado civil), segundo a sub-região de residência (BIN, CB e SE), o concelho de residência, o hábito de gozar férias, a situação perante o emprego e a existência de contacto profissional com uma atividade relacionada como turismo.

Género

Ao se averiguar a existência de diferenças estatisticamente significativas nas pontuações associadas às dimensões em estudo, em função do género dos residentes inquiridos, verifica-se que existem diferenças significativas para as dimensões RH (Recursos Humanos) com p=0,08), RN (Recursos Nauturais) com p<0,00, PHM (Património histórico-monumental) com p=0,02 e TMDS (Turismo Motor de Desenvolvimento sustentável) com p=0,025.

Os inquiridos do género masculino tendem a pontuar mais alto as dimensões «Recursos Humanos», «Recursos naturais», «Património histórico-monumental» e a dimensão «Turismo Motor de Desenvolvimento Sustentável», comparativamente com os inquiridos do género feminino.

Nas restantes dimensões não se encontram diferenças significativas, mas é de referir que em todas as restantes são os inquiridos do género masculino os que mais pontuam, com exceção da dimensão IRV (Interação Residente – Visitante). No conjunto das onze dimensões, por um lado, as três mais pontuadas foram as dimensões TMDR (Turismo Motor de Desenvolvimento sustentável), RN (Recursos Naturais) e IPT (Impactos Positivos do Turismo) e, por outro, as três menos pontuadas foram as dimensões INT (Impactos Negativos do Turismo), GD (Gestão do destino) e IRV (Interação Residente–Visitante) (Apêndice 18.1).

Grupo etário

Relativamente aos resultados por grupo etário, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas para as pontuações obtidas nas dimensões IRV (Interação Residente–Visitante) (p<0,001), IESAT (Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo) (p<0,001), RN (Recursos Naturais) com p<0,001), PHM (Património Histórico-Monumental) com p=0,002) e TMDS (Turismo Motor de Desenvolvimento sustentável) com p=0,007).

Quanto à dimensão «Interação Residente-Visitante», por um lado, são os inquiridos com idade compreendida entre os 25-64 anos que mais interagem com os visitantes e, por outro, são os inquiridos com 65 ou mais anos de idade que menor contacto têm com os turistas. Para a dimensão «Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo» constata-se que são os inquiridos

com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos que manifestam maior nível de satisfação. As dimensões «Recursos Naturais» e «Património Histórico-Monumental são mais valorizadas pelo grupo etário dos 25 aos 64 e menos valorizadas pelos mais idosos (Apêndice 18.2).

Habilitações Literárias

Em função das habilitações literárias dos inquiridos, há diferenças estatisticamente significativas para as pontuações obtidas em seis dimensões, concretamente nas dimensões IRV ($p<0,001$), RH ($p=0,1$), IESAT ($p=0,14$), RN ($p<0,001$), PHM ($p=0,023$) e TMDS ($p=0,011$).

De facto, os inquiridos com maior nível de escolaridade, comparativamente aos que têm habilitações inferiores (1º e 2º Ciclo), tendem a pontuar mais alto as dimensões «Turismo Motor de Desenvolvimento Sustentável» e «Património Histórico-Monumental». Na dimensão «Recursos Naturais» são os inquiridos com menor nível de escolaridade (2º ciclo), em comparação com os que têm o secundário/CET, os que mais pontuam.

No que concerne às dimensões «Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo» e «Recursos Humanos» (RH), verificam-se diferenças entre os inquiridos com níveis de escolaridade intermédios (secundário e CET) e os que possuem escolaridade superior, com os últimos a manifestarem um maior nível de satisfação em relação às duas dimensões (Apêndice 18.3).

Sub-região de residência

A zona de residência dentro das BSE é importante para averiguar a existência de diferenças nas pontuações associadas às dimensões em estudo. De facto, há diferenças significativas em termos estatísticos em dez dimensões, sendo que na dimensão PE o valor de p é de 0,006 e nas restantes nove dimensões $p<0,001$. Para além de ser a menos pontuada, a dimensão «Impactos Negativos do Turismo» foi a única onde não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($p=0,089$).

Descendo ao nível das sub-regiões, os inquiridos da Cova da Beira foram os que mais pontuaram as dimensões «Impactos Positivos do Turismo», «Recursos Humanos», «Serviços Turísticos», «Gestão do Destino» e «Interação Residente-Visitante». Além disso, as restantes cinco dimensões, em que se verificaram diferenças estatisticamente significativas, foram mais pontuadas pelos inquiridos da Serra da Estrela, especificamente as dimensões «Recursos naturais», «Património Histórico-Monumental», «Património Etnográfico», «Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo» e, por último, «Turismo como Motor de Desenvolvimento sustentável». Por último, à exceção da dimensão «Interação Residente-Visitante», menos pontuada pelos inquiridos da Serra da Estrela, as dimensões foram todas menos pontuadas pelos inquiridos da Beira Interior Norte (Apêndice 18.4).

Concelho de residência

Também o concelho de residência dos inquiridos tem importância na análise, já que há itens diferenças estatisticamente significativas em todas as dimensões em análise, com exceção das dimensões «Impactos Negativos do Turismo» (p=0,071) e «Património Etnográfico» (p=0,110). A Tabela 6.113 mostra que, de uma forma geral, os concelhos da Covilhã, Guarda, Fundão, Seia, Fornos de Algodres e Belmonte são os que mais pontuam as diferentes dimensões e que os inquiridos dos concelhos da Meda, Trancoso, Pinhel são os que menos pontuam cada dimensão (Apêndice 18.5).

Tabela 6.113 – Dimensões onde se verificam diferenças estatisticamente significativas, segundo o concelho de residência

Dimensões	Concelhos	
	Mais pontuadas	Menos pontuadas
IRV (p<0,001)	Guarda; Covilhã; Meda	Sabugal; Gouveia
IPT (p<0,001)	Covilhã; Seia; Fornos de Algodres	Sabugal; Figueira de Castelo Rodrigo
RH (p<0,001)	Covilhã; Fundão; Seia; Belmonte	Meda; Pinhel
ST (p<0,001)	Fundão; Fornos de Algodres; Covilhã; Seia	Trancoso; Meda; Pinhel
RN (p<0,001)	Fornos de Algodres; Manteigas; Sabugal; Seia; Almeida	Meda; Trancoso
PHM (p<0,001)	Fornos de Algodres; Seia; Belmonte	Trancoso; Pinhel
GD (p=0,002)	Seia; Belmonte	Trancoso; Almeida
TMDS (p=0,003)	Fornos de Algodres; Seia	Manteigas; Trancoso
IESAT (p=0,005)	Fornos de Algodres; Belmonte	Celorico da Beira; Meda

Fonte: Elaboração própria.

Hábito de gozar férias

Há diferenças estatisticamente significativas para as pontuações obtidas para as dimensões IRV (p<0,001), IESAT (p=0,012), RN (p=0,036), PHM (P=0,004) e TMDS (p=0,030), associada ao hábito de gozar férias.

Os inquiridos que costumam gozar férias, em relação aos que não costumam, pontuam mais as dimensões «Património Histórico-Monumental», «Interação Residente-Visitante» e «Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável». Porém, aqueles que habitualmente não gozam férias pontuam mais as dimensões «Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo» e «Recursos Naturais» (Apêndice 18.6).

Situação profissional

No que diz respeito à situação perante o emprego, verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas nas dimensões IRV (p<0,001), IESAT (p<0,001), RN (p<0,001), INT (p=0,038) e PHM (p=0,006).

Os inquiridos estudantes são os que manifestam maior nível de satisfação em relação ao património histórico-monumental e que mais interagem com os turistas. Os reformados e as domésticas são os que menos interagem com os turistas. Os inquiridos domésticos manifestam o menor nível de satisfação em relação aos «Recursos Naturais», às «Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo» e ao «património Histórico-Monumental» território em estudo (Apêndice 18.7).

Ligação profissional com o turismo

A ligação profissional com o turismo manifesta diferenças estatisticamente significativas para as pontuações obtidas nas diferentes dimensões apenas na dimensão RN (p=0,048). Os inquiridos que trabalham ou já trabalharam numa atividade profissional relacionada com o turismo manifestam maior satisfação em relação aos recursos naturais existentes no território em estudo (Apêndice 18.8).

6.6.3 Modelo de equações estruturais

Após a validação do modelo através da Análise Fatorial Exploratório, os dados obtidos foram submetidos a um modelo de equações estruturais para confirmar (ou não) as hipóteses de investigação previamente colocadas. A Tabela 6.13 contempla as variáveis consideradas no modelo e as siglas utilizadas para cada variável.

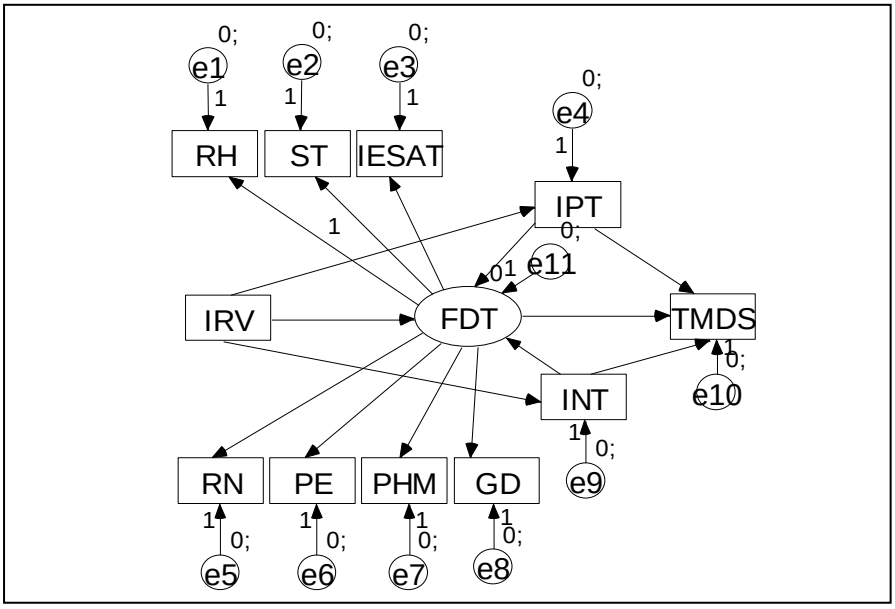
Tabela 6.13 – Variáveis do modelo

Variável	Sigla utilizada
Recursos Humanos	RH
Serviços Turísticos	ST
Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo	IESAT
Recursos Naturais	RN
Património Etnográfico	PE
Património Histórico-Monumental	PHM
Gestão do Destino	GD
Interação Residente-Visitante	IRV
Impactos Negativos do Turismo	INT
Impactos Positivos do Turismo	IPT
Fatores de Desenvolvimento do Turismo	FDT
Turismo como Motor de Desenvolvimento Sustentável	TMDS

Fonte: Elaboração própria.

Aos dados obtidos ajustou-se o modelo apresentado na Figura 6.3 recorrendo-se à análise de equações estruturais, mediante a utilização do *software* AMOS 5.0.

Figura. 6.3 - Representação gráfica do Modelo de medida



A variável «Fatores de Desenvolvimento do Turismo (FDT)», a única variável latente do modelo, é determinada pela soma ponderada dos indicadores parcelares Recursos Humanos (RH), Serviços Turísticos (ST), Infraestruturas e Serviços de Apoio ao Turismo (IESAT), Recursos Naturais (RN), Património Etnográfico (PE), Património Histórico-Monumental (PHM) e Gestão do Destino (GD). A satisfaço global com os fatores de desenvolvimento do turismo foi avaliada recorrendo a uma escala de *Likert,* na qual os residentes foram confrontados com a satisfação em relação às sete variáveis referidas.

Os critérios utilizados na construção do modelo final, apresentado na Figura 6.3, basearam-se no estabelecimento e eliminação de relações entre indicadores que conduzissem a uma melhor qualidade do ajustamento tendo a análise das medidas de bondade do ajustamento e dos índices de modificação assumido um papel importante nesta análise (Greene, 2012; Hair et al., 2010).

A Tabela 6.114 apresenta a informação relativa às cargas fatoriais estandardizadas e não estandardizadas, o erro padrão associado a cada coeficiente e a razão crítica (razão entre a carga fatorial e o seu erro padrão), sendo o seu valor considerado significativo quando é maior que 1,96 ou menor que -1,96, para o modelo ajustado.

Tabela 6.114 - Estimativas de Máxima Verosimilhança relativas aos Coeficientes Estruturais para o modelo ajustado

			Estimativa Não Std.	S.E.	C.R.	p-value	Estimativa Standard.
IPT	<---	IRV	,214	,034	6,242	***	,303
INT	<---	IRV	,138	,034	4,097	***	,205
FDT	<---	IRV	-,053	,028	-1,904	,057	-,110
FDT	<---	IPT	,323	,047	6,915	***	,469
FDT	<---	INT	-,033	,040	-,823	,410	-,046
RH	<---	FDT	1,000				,677
ST	<---	FDT	1,173	,100	11,655	***	,847
IESAT	<---	FDT	,734	,077	9,552	***	,569
RN	<---	FDT	,973	,106	9,223	***	,523
PE	<---	FDT	,767	,083	9,256	***	,559
PHM	<---	FDT	,738	,089	8,264	***	,496
GD	<---	FDT	,483	,076	6,340	***	,385
TMDS	<---	FDT	,261	,079	3,280	,001	,198
TMDS	<---	IPT	,021	,157	,132	,895	,023
TMDS	<---	INT	,011	,065	,163	,870	,011

Standardized Regression Weights: (Group number 1 - Default model)

A Tabela 6.114 mostra que há relações estatisticamente significativas, uma vez que os p--values ou probabilidade de rejeitar a hipótese nula é inferior ao nível de significância de 0,05 (5%) previamente fixado (Hair et al., 2010), entre:

- A interação residente-visitante e a perceção dos impactos positivos do turismo (IRV→IPT);
- A interação residente-visitante e a perceção dos impactos negativos do turismo (IRV→INT);
- A perceção dos impactos positivos do turismo e a satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo (IPT→FDT);
- A satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável (FDT→TMDS).

Todavia, a Tabela 6.114 também evidencia a existência de relações estatisticamente não significativas (p-values > 0,05) entre:

- A interação residente-visitante e a satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo (IRV→FDT);
- A perceção dos impactos negativos do turismo e a satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo (INT→FDT);
- A perceção dos impactos positivos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável (IPT→TMDS);
- A perceção dos impactos negativos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável (INT→TMDS).

A Tabela 6.114 evidencia que a relação entre as variáveis «Fatores de Desenvolvimento do Turismo» e «Serviços Turísticos» (FDT→ST), com ß = 0,847 e, ainda, a relação entre as variáveis «Fatores de Desenvolvimento do Turismo» e «Recursos Humanos» (FDT→RH) com ß = 0,677, são as relações que apresentam estimativas estandardizadas mais elevadas, concluindo-se que existe uma grande associação entre esses pares de variáveis (Hair et al., 2010).

A Tabela 6.115 apresenta as covariâncias e as correlações obtidas para o modelo ajustado, tendo em conta que r varia entre -1 e 1 e que quanto mais próximo de |1|, então mais forte é a associação entre as referidas variáveis, sabendo que o sinal [+] indica uma associação positiva e o sinal [-] apresenta uma associação negativa (Hair et al., 2010). Destacam-se as correlações entre e5 e IRV (r=-0,527 e p<0,01), e6 e e7 (r=0,471, p<0,01) e, ainda, e3 e e5 (r=0,433, p<0,01).

Tabela 6.115 – Covariâncias e Correlações relativas ao Modelo Estrutural

			Estimativa Não Std.	S.E.	C.R.	p-value	Estimativa Standard.
e9	<-->	e4	,115	,022	5,155	***	,270
e6	<-->	e7	,157	,020	7,855	***	,471
e8	<-->	e7	,045	,017	2,662	,008	,140
e5	<-->	e7	,081	,018	4,427	***	,173
e5	<-->	e8	-,047	,018	-2,614	,009	-,118
e6	<-->	e8	,051	,016	3,263	,001	,179
e10	<-->	IRV	,099	,034	2,899	,004	,169
e5	<-->	IRV	-,392	,043	-9,111	***	-,528
e8	<-->	IRV	,068	,025	2,715	,007	,133
e8	<-->	e4	,093	,019	4,773	***	,268
e3	<-->	e5	,167	,023	7,148	***	,433
e10	<-->	e4	,079	,060	1,300	,194	,199
e8	<-->	e9	,056	,017	3,216	,001	,165
e6	<-->	IRV	,058	,021	2,726	,006	,110
e5	<-->	e10	,069	,021	3,265	,001	,151
e5	<-->	e9	-,038	,020	-1,933	,053	-,078
e1	<-->	e4	,053	,019	2,800	,005	,167
e3	<-->	IRV	-,192	,028	-6,819	***	-,386
e1	<-->	IRV	-,059	,023	-2,574	,010	-,124

A Tabela 6.116 contém as medidas da qualidade do ajustamento para o modelo obtido, indicando uma qualidade do ajustamento bastante satisfatória.

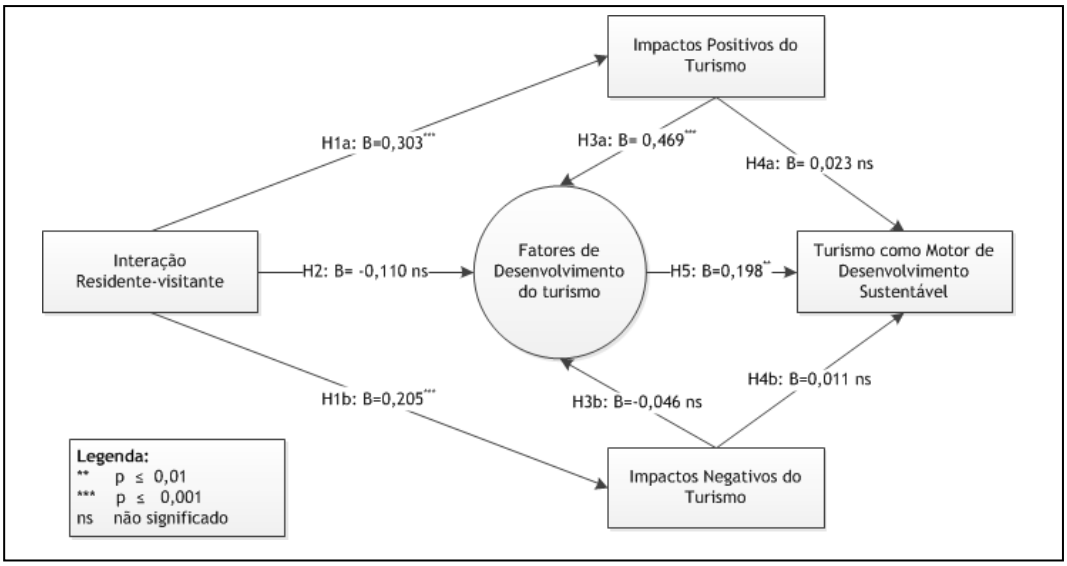
Tabela 6.116 – Índices de Qualidade do Ajustamento

N	384
X^2	30,730; gl=21
CFI	0,993
RMSEA	0,035
TLI	0,981
NFI	0,978

Notas: CFI - Comparative Fit Index; RMSEA - Root Mean Square Error of Approximation; TLI - Tucker-Lewis Index; NFI –Normalized Fit Index.

O valor de medida RMSEA de 0.035, segundo Browne e Cudeck (1993), por ser menor que 0,05 indica um ajustamento muito bom (valores de RMSEA de 0,08 ou inferiores indicam bons ajustamentos do modelo e superiores a 0,10 indicam mau ajustamento). Os intervalos de variação dos valores de NFI - Normalized Fit Index e CFI - Comparative Fit Index são de zero a um, sendo que valores acima de 0,95 indicam ajustamentos bons. Neste caso, o Índice de Ajustamento Comparativo (CFI) de valor 0,993 e o Índice de Ajuste Normalizado (NFI) de valor 0,978 indicam ambos bons ajustamentos do modelo, como se verifica na Tabela 6.116. O valor da estatística do Qui-quadrado (X^2), que mede também a bondade de ajustamento global do modelo, obteve o valor de 30,730 para 21 graus de liberdade, que permite igualmente concluir que o ajuste é adequado. A Figura 6.4 ilustra o modelo estrutural com as hipóteses de investigação.

Figura 6.4 – Modelo estrutural com as hipóteses



6.6.4 Validação das hipóteses de investigação

Após a apresentação dos resultados, segue-se a validação das hipóteses de investigação.

A hipótese H1a indica que:

> **H1a:** Existe uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a perceção dos impactos positivos do turismo

O teste desta hipótese (H1a) destina-se a averiguar se há uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a perceção dos impactos positivos do turismo. Como ß = 0,303 e p < 0,001, esta hipótese é suportada pela investigação (Greene, 2012 e Hair et al., 2010).

A hipótese H1b refere que:

> **H1b:** Existe uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a perceção dos impactos negativos do turismo

A hipótese H1b que prevê uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a perceção dos impactos negativos do turismo é suportada pela investigação, pois ß = 0,205, (valor positivo) e p< 0,001(valor significativo).

A hipótese H2 refere que:

> **H2:** Existe uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo.

A hipótese H2 que prevê uma relação direta e positiva entre a interação residente-visitante e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo não é suportada pela investigação, pois ß = - 0,110 (valor negativo) e p = 0,057 (valor não significativo).

A hipótese H3a estipula que:

> **H3a:** Existe uma relação direta e positiva entre a perceção dos impactos positivos do turismo e a satisfação global dos fatores para o desenvolvimento do turismo.

A hipótese H3a que prevê uma relação direta e positiva entre a perceção dos impactos positivos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo é confirmada pela investigação (ß = 0,469 e p <0,001).

A hipótese H3b estabelece que:

> **H3b:** Existe uma relação direta e negativa entre a perceção dos impactos negativos do turismo e a satisfação global dos fatores para o desenvolvimento do turismo

A hipótese H3b que prevê uma relação direta e negativa entre a perceção dos impactos negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo não é suportada nesta investigação (ß = - 0,046; p = 0,410), embora a relação entre as variáveis seja negativa.

A hipótese H4a estabelece que:

> **H4a:** Existe uma relação direta e positiva entre a perceção dos impactos positivos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

A hipótese H4a que prevê uma relação direta e positiva entre a perceção dos impactos positivos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável não é suportada nesta investigação (ß = 0,023 e p = 0,895).

A hipótese H4b admite que:

> **H4b:** Existe uma relação direta e negativa entre a perceção dos impactos negativos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

A hipótese H4b que prevê uma relação direta e negativa entre a perceção dos impactos negativos do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável não é suportada nesta investigação (ß = 0,023 e p = 0,870).

A hipótese H5 estabelece que:

> **H5:** Existe uma relação direta e positiva entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

A hipótese H5 que prevê uma relação direta e positiva entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável é suportada nesta investigação (ß = 0,198 e p = 0,001).

6.7 Síntese conclusiva do capítulo

Este capítulo apresenta os dados resultantes da aplicação do questionário e da estimação e avaliação de um modelo de equações estruturais. Assim, procedeu-se à caracterização da amostra e à descrição das variáveis associadas ao conhecimentoe e proximidade dos residentes face ao turismo, à perceção dos impactos do turismo, à satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e, por último às atitudes dos residentes. Foi feito o cruzamento das variáveis mais relevantes para a investigação, tendo em conta a pergunta de partida. Num momento seguinte foi estimado e avaliado o modelo o modelo proposto e validadas as hipóteses de investigação.

Capítulo 7

Conclusões Finais

Nota introdutória

Neste capítulo procede-se à apresentação das conclusões finais desta investigação, fazendo-se uma síntese interpretativa e crítica das mesmas, em articulação com o enquadramento teórico realizados nos primeiros capítulos. Nesse sentido, é retomada a questão central que norteou esta investigação e os respetivos objetivos orientadores da pesquisa teórica e da recolha, tratamento e interpretação dos dados e resultados da aplicação empírica.

Assim, neste capítulo, além da síntese interpretativa e crítica em que se procura responder às questões de investigação, descrevem-se os contributos deste trabalho, apresentam-se algumas recomendações retiradas da análise dos dados e de todo o estudo levado acabo, deixando, ainda, uma descrição das principais limitações e algumas pistas para futuras investigações.

7.1 Síntese reflexiva e resposta às questões da investigação

A questão que norteou esta investigação foi:

"Poderá o turismo *ser considerado um motor de desenvolvimento sustentável na região das Beiras e Serra da Estrela?*"

Para responder à questão de partida, colocaram-se outras questões que conduziram toda a investigação e definiram-se os seguintes objetivos centrais:

- Analisar a relação existente entre a perceção dos impactos positivos e negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo; e
- Analisar a relação existente entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável.

A revisão da literatura, que corresponde aos primeiros capítulos, permitiu fazer o enquadramento teórico desta investigação, dada a vasta literatura sobre a temática das perceções e das atitudes dos residentes face ao turismo e da relevância do turismo no desenvolvimento dos territórios.

No **segundo capítulo** foram tratadas questões relacionadas com o tema do desenvolvimento dos territórios, permitindo analisar a evolução temporal do conceito de desenvolvimento, identificar e caracterizar os paradigmas espaciais do desenvolvimento, evidenciar os atuais desafios e forças do desenvolvimento, bem como, identificar os elementos componentes do desenvolvimento territorial integrado.

O **terceiro capítulo** está relacionado com o turismo, enquanto motor de desenvolvimento sustentável dos territórios. As reflexões teóricas apresentadas ao longo do mesmo permitiram clarificar a relevância e a conceptualização do turismo, identificar as componentes de um destino turístico, a pertinência do planeamento do turismo, da competitividade e da sustentabilidade deste setor de atividade.

No **quarto capítulo**, que encerra o enquadramento teórico desta investigação, foram tratadas as questões relacionadas com a visão dos residentes face ao turismo e proposto um modelo conceptual de investigação. A análise encetada permitiu identificar os principais benefícios e custos percecionados pelos residentes e as suas atitudes face ao turismo, bem como os fatores influenciadores dessas mesmas perceções e atitudes. Neste capítulo foi proposto um modelo de avaliação das relações existentes entre (i) a perceção dos impactos do turismo e a satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e entre (ii) a satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e as atitudes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável, detalhando-se os objetivos e as hipóteses de investigação e ele inerente.

Após a resenha acerca dos primeiros capítulos deste estudo, deixam-se agora as respostas às questões de investigação que resultam da análise e interpretação dos dados obtidos a partir de um inquérito por questionário contidos na amostra de residentes da região das *Beiras e Serra da Estrela*. Com este objetivo, e também porque esta região não teve existência legal até 31 de dezembro de 2014, o território do estudo foi desagregado em três sub-regiões coincidentes com as antigas NUTS III - Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela.

Assim, relativamente à primeira questão da investigação, que aqui se apresenta desdobrada em duas premissas, para melhor compreensão:

1a: Qual a perceção global dos residentes dos impactos do turismo sobre a região? e

1b: Quais os fatores que influenciam a perceção global dos residentes em relação aos impactos do turismo sobre a região?

os resultados obtidos permitiram concluir que a perceção global dos impactos do turismo é predominantemente positiva para todos os inquiridos, tal como tinha sugerido a literatura.

Em relação à perceção dos inquiridos do impacto do turismo a **nível global**, a perceção é positiva, com 71,4% dos inquiridos a responder nas opções "satisfatório", "bastante satisfatório" ou "muito satisfatório".

A **nível económico** a perceção, dos inquiridos, do impacto do turismo é positiva, já que 61,2% consideraram que o efeito do turismo é "satisfatório", "bastante satisfatório" ou "muito satisfatório".

A **nível sociocultural**, a perceção do impacto é igualmente bastante positiva, sendo que 82% dos inquiridos respondeu "satisfatório", "bastante satisfatório" ou "muito satisfatório".

Por último, o estudo permitiu constatar que a **nível ambiental** a perceção do impacto do turismo é muito positiva, pois 89,1% dos residentes inquiridos marcou as opções "satisfatório", "bastante satisfatório" ou "muito satisfatório".

Assim, os resultados da análise dos dados permitiram confirmar que os inquiridos consideram positivo o impacto do turismo, quer em termos globais, quer em termos económicos, socioculturais e ambientais, também numa análise global. Porém, realce-se que foi ao nível ambiental que se destacou a perceção mais positiva dos impactos do turismo. Destaca-se, ainda, que a perceção global positiva a nível económico foi a mais reduzida.

Face ao exposto, conclui-se que, para os residentes inquiridos da região das Beiras e Serra da Estrela, o turismo se apresenta como uma atividade motora de desenvolvimento sustentável aos níveis global, económico, ambiental e sociocultural.

No que concerne à segunda premissa da questão, **fatores que influenciam a perceção global dos residentes em relação aos impactos do turismo sobre a região,** constatou-se que se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação à sub-região de residência dos inquiridos, ao género e à existência de contacto profissional dos inquiridos com uma atividade relacionada com o turismo.

Os resultados mostram que, de acordo com a **sub-região** de residência, há diferenças significativas entre a Beira Interior Norte e a Cova da Beira, em relação à perceção do impacto do turismo a nível global, a nível económico e a nível ambiental. A nível global e a nível sociocultural verificaram-se, também, diferenças entre as perceções dos residentes da Cova da Beira e da Serra da Estrela.

A investigação permitiu concluir que os residentes da Cova da Beira têm uma opinião mais satisfatória do impacto do turismo, nos quatro níveis de análise: global, económico, ambiental e sociocultural, talvez por ser aqui que fica a principal entrada de turistas da Serra da Estrela, o verdadeiro ex-libris do turismo da região e, também, pelo facto de na Cova da Beira existirem mais hotéis, mais camas, mais beneficiários da atividade turística.

Verificaram-se diferenças significativas, atribuíveis ao **género** dos respondentes, na perceção do impacto do turismo a nível ambiental e a nível sociocultural. O estudo evidenciou que as mulheres manifestam maior satisfação em relação ao impacto global do turismo a estes dois níveis.

O estudo evidenciou, também, diferenças significativas na perceção global do impacto do turismo a nível ambiental atribuíveis à existência de **contacto profissional** com uma atividade relacionada como turismo. Os residentes inquiridos que já tiveram contacto profissional com o turismo manifestaram um maior nível de satisfação em relação ao impacto do turismo a nível ambiental.

Assim, conclui-se que a nível global e a nível económico**,** apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas na perceção dos impactos do turismo em função da sub-região de residência. A nível ambiental verificam-se diferenças significativas nas perceções dos inquiridos de acordo com a sub-região de residência, o género e a existência contacto profissional com a área do turismo. Por último, a nível sociocultural verificam-se diferenças estatisticamente significativas em função das sub-regiões de residência e do género.

As questões relacionadas com a estrutura etária, as habilitações literárias, a situação profissional, o hábito de gozar férias e a existência de familiares a trabalhar na área do turismo não evidenciaram diferenças estatisticamente significativas na perceção do impacto do turismo a nível global, económico, sociocultural e ambiental.

Em relação à segunda questão da investigação, também ela, seguindo o procedimento anterior, desdobrada:

2a: Quais são os impactos económicos, socioculturais e ambientais (positivos e negativos) do turismo mais percecionados pelos residentes? e

2b: Quais os fatores que influenciam as perceções dos residentes em relação aos impactos do turismo a nível económico, sociocultural e ambiental?

a aplicação do questionário aos residentes das Beiras e Serra da Estrela permitiu observar que, globalmente, os residentes consideram que a atividade turística tem mais impactos positivos do que negativos, seja em termos económicos, socioculturais ou ambientais.

Os resultados permitiram constatar que, quando questionados sobre aspetos específicos, os inquiridos apresentam opiniões divergentes em relação aos vários indicadores relacionados com os impactos economícos, socioculturais e ambientais. Porém, os inquiridos revelam um reconhecimento do impacto positivo do turismo na região das Beiras e Serra da Estrela.

A nível económico, os impactos positivos do turismo mais percecionadas pelos inquiridos foram (i) o aumento do consumo de bens e serviços produzidos na região, (ii) a criação de novas oportunidades de negócio na região, (iii) a valorização externa dos produtos da região, (iv) a geração localmente de mais receita fiscal, (v) o relançar atividade já existentes e, por último, (vi) a valorização dos recursos endógenos da região. Em termos de custos económicos, o mais percecionado pelos inquiridos foi a subida dos preços dos bens e serviços em geral.

A **nível sociocultural** observou-se que os impactos positivos do turismo mais percecionadas pelos inquiridos foram (i) a criação de novos serviços que servem os residentes, (ii) a conservação do património construído, (iii) a melhoria ou aumento quantitativo e qualitativo de infraestruturas e de serviços básicos e (iv) a preservação e divulgação da cultura e das tradições locais. Percebeu-se, ainda, que para os residentes inquiridos o turismo não tem provocado grandes impactos socioculturais negativos na região das Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente problemas urbanísticos, perda da identidade cultural, insegurança ou criminalidade.

A nível ambiental, apesar de a perceção global ter sido muito positiva, quando individualizados os vários impactos ambientais, os inquiridos não identificam grandes impactos ambientais positivos. O impacto positivo mais reconhecidos pelos inquiridos é o contributo do turismo na promoção da imagem da região. Os residentes inquiridos manifestaram, ainda, o turismo como responsável pelo aumento da quantidade de lixo.

Estes dados podem sugerir que há o reconhecimento de que, segundo os inquiridos, o turismo contribuí para o desenvolvimento integrado da região das Beiras e Serra da Estrela.

Este estudo permitiu identificar quais os **fatores influenciadores das perceções dos residentes em relação aos impactos económicos, socioculturais e ambientais** resultantes da atividade turística. Relativamente aos **impactos económicos** do turismo, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos residentes em função da sub--região de residência, do grupo etário, das habilitações literárias, da situação profissional, do hábito de gozar férias e, por último, da existência de familiares a trabalhar na área do turismo. Assim, das variáveis analisadas apenas não se verificaram diferenças nas perceções dos impactos económicos do turismo segundo o género dos inquiridos e a existência de contacto profissional com o turismo. Porém, é de realçar que as diferenças apenas se verificaram em relação a alguns impactos económicos positivos e nunca em relação aos impactos negativos.

Relativamente à **sub-região de residência**, de uma forma geral, foram os inquiridos residentes na Cova da Beira, em relação aos residentes na Beira Interior Norte e na Serra da Estrela, que manifestam maior nível de concordância em relação à grande maioria dos

benefícios económicos do turismo. Por sua vez, os inquiridos da Beira Interior Norte foram os mais céticos em relação aos impactos económicos positivos do turismo.

Relativamente à **idade** dos inquiridos, da análise dos dados percebeu-se, por um lado, que foram os inquiridos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos que manifestaram maior grau de concordância em relação aos benefícios económicos do turismo e, por outro, que foram os inquiridos com 65 ou mais anos de idade que menos reconheceram os benefícios económicos do turismo.

De acordo com as **habilitações literárias**, foi possível concluir que os inquiridos com habilitações literárias superiores foram os que manifestam maior nível de concordância em relação os impactos económicos positivos do turismo.

Segundo a **situação profissional**, constatou-se que foram os inquiridos trabalhadores (que trabalham efetivamente) que mais percecionaram os impactos económicos positivos do turismo. Porém, os inquiridos que se encontram sem trabalho foram os que manifestam um menor nível de concordância em relação aos impactos económicos positivos do turismo.

Ainda em relação aos impactos económicos do turismo, constatou-se que os inquiridos que têm por **hábito gozar férias** percecionaram mais impactos económicos positivos que aqueles que habitualmente não gozam férias. Por último, foram os inquiridos que **têm familiares a trabalhar na área do turismo** que mais percecionaram impactos económicos positivos do turismo, em relação aos que não têm familiares a trabalhar na área do turismo.

Relativamente aos **impactos socioculturais** do turismo, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos inquiridos em função da sub-região de residência, do grupo etário, das habilitações literárias, da situação profissional, do hábito de gozar férias e, por último, da existência de familiares a trabalhar na área do turismo. Não se verificaram diferenças em função do género e da existência de contacto profissional com o turismo.

No que concerne às **sub-regiões de residência** dos inquiridos, de um modo geral, os inquiridos residentes na Beira Interior Norte foram os que percecionaram menos impactos socioculturais positivos do turismo. Em função do **grupo etário, das habilitações literárias e do hábito de gozar férias** verificaram-se diferenças nas perceções dos inquiridos, embora diferentemente, em apenas um impacto sociocultural positivo.

Os resultados indicaram que os inquiridos com idades entre os 15 e os 24 anos foram os que mais concordaram com o facto de o turismo contribuir para aumentar as infraestruturas e os serviços básicos na região. Entre os diferentes níveis de habilitações literárias, os resultados permitiram concluir que os inquiridos detentores de habilitações superiores foram os que mais

percecionaram o facto de o turismo contribuir para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado. Os resultados permitiram, ainda, concluir que os inquiridos que habitualmente gozam férias, manifestaram um maior grau de concordância quanto ao efeito positivo do turismo na qualificação dos recursos humanos. Por último, constatou-se que os inquiridos que têm familiares a trabalhar na área do turismo percecionaram, a nível sociocultural, mais impactos positivos que negativos.

Em relação aos **impactos ambientais** do turismo, este estudo permitiu concluir que existem diferenças estatisticamente significativas nas perceções dos inquiridos em função da **sub-região de residência, do grupo etário, das habilitações literárias, da situação profissional e em função do hábito de gozo de férias.** Ainda permitiu apurar que, em função do género, da existência de contacto profissional com o turismo e, também, da existência de familiares a trabalhar na área do turismo, não se verificaram diferenças nas perceções dos inquiridos em relação aos impactos ambientais do turismo.

Percebeu-se que foram os inquiridos da Cova da Beira que mais percecionaram os impactos ambientais, quer positivos, quer negativos, do turismo e, ainda, que foram os inquiridos residentes na Beira Interior Norte que menos impactos ambientais, quer positivos quer negativos, imputaram ao turismo.

Constatou-se igualmente que de acordo com o grupo etário, as habilitações literárias, a situação profissional e, por último, o hábito de gozar férias, apenas se verificam diferenças nas perceções dos inquiridos em relação aos impactos ambientais positivos. Para cada uma das variáveis analisadas, da análise dos dados percebeu-se que os que mais percecionaram os impactos ambientais positivos foram os residentes inquiridos (i) com idades entre os 25 e os 64 anos, (ii) que possuem habilitações literárias superiores, (iii) que trabalham e, por último, (iv) que costumam gozar férias.

Em jeito de conclusão, verifica-se uma perceção mais acentuada dos benefícios económicos e socioculturais do turismo na sub-região mais desenvolvida turisticamente, na Cova da Beira.

A terceira questão da investigação diz respeito aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes no território, concretamente:

3a: Quais são os fatores de desenvolvimento do turismo que os residentes manifestam maior nível de satisfação? e

3b: Quais as variáveis que influenciam o nível de satisfação dos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo?

No que concerne à premissa 3a) é possível constatar que, de uma forma global, predomina entre os residentes inquiridos uma satisfação com a dotação do território em fatores de desenvolvimento do turismo. Contudo, entre os fatores analisados e ao nível dos vários

indicadores de cada fator, verificaram-se particularidades e diferenças nos níveis de satisfação manifestados pelos residentes que importa referir.

Em primeiro lugar, percebeu-se que os residentes inquiridos, por um lado, manifestaram uma maior satisfação com os fatores relacionados com os atributos recursos naturais e património histórico-monumental e, por outro, que expressaram menor satisfação em relação à gestão do destino turístico Beiras e Serra da Estrela. Em relação aos restantes fatores de desenvolvimento do turismo verificou-se uma forte concentração de opiniões no nível satisfatório.

Em termos de **recursos humanos**, os residentes manifestaram-se satisfeitos em relação a todos os *itens*, sendo que o mais valorizado foi a existência de Escolas que promovem a formação na área do turismo.

Em relação aos **serviços turísticos**, os itens mais valorizado foram a oferta de restaurantes e a variedade/qualidade da oferta de alojamentos turísticos. Porém, os residentes são de opinião que na região, por um lado, existe insuficiência de guias turísticos e, por outro, que a oferta de estâncias de Ski, de termas, de parques de campismo e de postos de informação turística não atingem os níveis de satisfação requeridos pelo desenvolvimento do turismo. Para todos os itens relativos aos serviços turísticos, o nível de satisfação manifestado pelos residentes nunca foi superior ao «satisfatório».

Entre as **infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo**, as acessibilidades existentes no interior da região foram o indicador que apresentou menores valores na média e moda, o que levou à sua classificação como insatisfatório. Apesar de, em todos os indicadores, o valor médio do nível de satisfação não ter sido superior a "satisfatório", os mais valorizados pelos inquiridos foram o abastecimento de água, de gás e o fornecimento de energia elétrica.

Em relação aos **serviços turísticos**, os itens mais valorizados foram a oferta de restaurantes e a a variedade/qualidade da oferta de alojamentos turísticos. Porém, os residentes são de opinião que na região, por um lado, existe insuficiência de guias turísticos e, por outro, que a oferta de estâncias de Ski, de termas, de parques de campismo e de postos de informação turística não atingem os níveis de satisfação requeridos pelo desenvolvimento do turismo. Para todos os itens relativos aos serviços turísticos, o nível de satisfação manifestado pelos residentes nunca foi superior ao «satisfatório».

Do conjunto dos fatores de desenvolvimento do turismo existentes na região, foi em relação aos **recursos naturais,** imagem de marca das Beiras e Serra da Estrela, que os residentes inquiridos manifestaram maior nível de satisfação. Os recursos paisagísticos e a qualidade do ar, da água e do solo foram os indicadores mais valorizados pelos inquiridos. O menor nível de satisfação foi manifestado em relação os recursos termais existentes no território.

A região das Beiras e Serra da Estrela possui um **património etnográfico** que a diferencia de outras regiões. Com este estudo percebeu-se, por um lado, que os inquiridos manifestaram maior satisfação em relação à oferta gastronómica e, por outro, que consideraram que se deveriam realizar mais eventos culturais. Efetivamente, apesar de a região ser rica em tradições, artesanato, festas e romarias é necessária a sua valorização e divulgação.

Quanto ao **património histórico-monumental**, os inquiridos manifestaram o maior nível de satisfação em relação às aldeias históricas e aos monumentos arqueológicos existentes nas Beiras e Serra da Estrela. Porém, são de opinião que o território é pouco dotado em museus e monumentos civis.

Apesar de as potencialidades de desenvolvimento turístico da região das Beiras e Serra da Estrela dependerem da sua dotação em recursos, o seu crescimento e desenvolvimento sustentado dependem, ainda, da sua capacidade de valorização e de criação de valor a partir dos recursos já existentes, bem como da capacidade de criar novos fatores de atração turística. Uma boa gestão do destino turístico apresenta-se como condição necessária ao desenvolvimento turístico de qualquer território que aposte no turismo como motor de desenvolvimento. Os resultados deste estudo permitiram identificar a visão dos residentes em relação à **gestão do destino turístico** Beiras e Serra da Estrela.

Constatou-se que têm sido insatisfatórias, segundo os residentes inquiridos, as medidas implementadas na região no sentido de (i) conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região, (ii) criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia), (iii) promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local, (iv) desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local, (v) valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo e, por último, (vi) promover parcerias entre entidades (empresas, universidades, instituições, ONG). Percebeu-se, ainda, que foi em relação ao esforço realizado na região no sentido de aumentar a qualidade do ambiente que os residentes manifestaram maior nível de satisfação.

Relativamente às **variáveis que influenciam o nível de satisfação dos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes na região,** a investigação mostrou que, segundo a **sub-região de residência** dos inquiridos, em relação aos recursos humanos, foram os inquiridos residentes na Cova da Beira que manifestaram um maior nível de satisfação e os da Beira Interior Norte os que manifestaram um menor nível de satisfação.

Em relação aos serviços turísticos, de um modo geral, também foram os inquiridos da Beira Interior Norte que manifestaram menor satisfação e os da Cova da Beira os que manifestaram maior nível de satisfação.

Relativamente às infraestruturas e aos serviços de apoio ao turismo do território, os residentes das três sub-regiões revelaram níveis de satisfação diferenciados. No global, foi possível constatar que, à semelhança do que aconteceu com os anteriores atributos, também em relação às infraestruturas e aos serviços de apoio ao turismo os residentes da Cova da Beira foram os que manifestaram maior satisfação e os da Beira Interior Norte os que manifestaram menor satisfação.

No que diz respeito aos recursos naturais, foi possível constatar que, em termos globais, foram os residentes na Serra da Estrela que se manifestaram mais satisfeitos e os da Beira Interior Norte os menos satisfeitos.

Em relação ao património etnográfico, em termos globais, por um lado, foram os inquiridos residentes na sub-região Beira Interior Norte que manifestaram um menor nível de satisfação e, por outro, entre as sub-regiões Cova da Beira e Serra da Estrela não existem diferenças significativas nos níveis de satisfação manifestados pelos residentes inquiridos.

Relativamente ao património histórico-monumental, em termos globais, os residentes na Serra da Estrela foram os que manifestaram maior nível de satisfação e os da Beira Interior Norte maior satisfação.

Por último, em relação à gestão do destino turístico, no global, os residentes das três sub--regiões revelaram-se insatisfeitos. Porém, foi possível constatar que entre eles, os menos pessimistas foram os da Serra da Estrela.

Face ao exposto, conclui-se que, de uma forma geral, os residentes da sub-região Beira Interior Norte são os que estão mais insatisfeitos com os recursos humanos, os serviços turísticos, as infraestruturas e aos serviços de apoio ao turismo, os recursos naturais, o património histórico-monumental e o património etnográfico. Em relação ao património etnográfico, não se verificaram diferenças significativas nos níveis de satisfação entre os residentes das sub-regiões Cova da Beira e da Serra da Estrela.

Os residentes da Cova da Beira foram os que manifestaram mais satisfação com os recursos humanos, os serviços turísticos e as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo. Quanto aos residentes da Serra da Estrela, estes foram os que manifestaram maior satisfação com os recursos naturais, o património etnográfico e o património histórico-monumental.

Por último, em relação à gestão do destino turístico Beiras e Serra da Estrela, apesar de os residentes das três sub-regiões terem manifestado insatisfação em relação a certas medidas e apenas satisfeito com as restantes medidas em análise, no global, os residentes da Serra da estrela são aqueles que estão menos insatisfeitos.

Numa análise segundo as características sociodemográficas dos inquiridos, em função do **grupo etário** existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação em todos os fatores de desenvolvimento do turismo, à exceção dos recursos humanos. Em relação aos serviços turísticos, apenas se verificaram diferenças no nível de satisfação dos inquiridos em relação à oferta termal entre os inquiridos com idades entre os 25 aos 64 anos e os inquiridos com 65 ou mais anos, sendo que os últimos manifestaram um maior nível de satisfação.

Quanto às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, apesar de, segundo o grupo etário dos inquiridos, se terem verificado diferenças estatisticamente significativas em 9 dos 13 indicadores, de uma forma global, foram os residentes com 65 ou mais anos que manifestaram maior nível de satisfação.

Relativamente aos recursos naturais verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas em relação a todos os indicadores, sendo que para todos eles foram os inquiridos com 65 ou mais anos que manifestaram um maior nível de satisfação.

Para o património etnográfico, as diferenças nos níveis de satisfação verificam-se em relação do artesanato local e aos eventos culturais, sendo que para ambos os inquiridos na faixa etária dos 25 aos 64 anos manifestam um maior nível de satisfação que os mais idosos.

Em relação ao património histórico-monumental, observaram-se diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação, sendo que os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos manifestaram um maior nível de satisfação do que os mais velhos. Quanto à gestão do destino turístico Beiras e Serra da Estrela, os inquiridos com idades entre os 15 e os 24 anos manifestam um maior nível de satisfação, que os inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos.

Face ao exposto, conclui-se que, de uma forma geral, os inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, são os que estão mais satisfeitos com a gestão do destino turístico Beiras e Serra da Estrela, os inquiridos com idades entre os 25 aos 64 anos os que estão mais satisfeitos com património etnográfico e o património histórico-monumental das Beiras e Serra da Estrela e, por último, os inquiridos com 65 ou mais anos são os que estão mais satisfeitos com os serviços turísticos, as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo e com os recursos naturais da região.

Foi possível constatar que em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo se verificaram diferenças nos níveis de satisfação dos residentes em função do **género**. Dos resultados obtidos, percebeu-se que os residentes do género masculino manifestaram mais satisfação em relação aos recursos humanos, às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais e ao património histórico-monumental. Contudo, os resultados

permitem concluir que não se verificaram diferenças entre os géneros nos níveis de satisfação manifestados pelos residentes em relação aos serviços turísticos, ao património etnográfico e à gestão do destino turístico.

Pela análise da opinião dos residentes em função das **habilitações literárias**, os resultados permitiram concluir que, de um modo geral, foram os inquiridos com o ensino básico que manifestaram maior satisfação em relação aos serviços turísticos**,** às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais e à gestão do destino turístico. Os inquiridos que possuem o secundário/CET são os mais insatisfeitos com os serviços turísticos, as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais, o património etnográfico, o património histórico-monumental e com a gestão do destino turístico. Por último os inquiridos que frequentaram o ensino superior são os que estão mais satisfeitos com os recursos humanos, o património etnográfico e com o património histórico-monumental

Ainda, em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo, em função da **situação profissional dos residentes,** apenas não se verificaram diferenças significativas nos níveis de satisfação manifestados em relação aos recursos humanos. De uma forma global, os reformados, por um lado, manifestaram maior satisfação em relação aos serviços turísticos, **às** infraestruturas e serviços de apoio ao turismo e aos recursos naturais e, por outro lado, um menor nível de satisfação em relação ao património etnográfico, ao património histórico--monumental e à gestão do destino. Os estudantes foram os que manifestaram um maior nível de satisfação em relação ao património etnográfico e à gestão do destino turístico. Porém, os residentes com trabalho foram os que expressaram mais satisfação em relação ao património histórico-monumental e menor satisfação em relação aos serviços turísticos, às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo e aos recursos naturais.

Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos em função d**o hábito de gozar férias**, no global, os residentes que não têm por hábito gozá-las são os que estão mais satisfeitos com a dotação de recursos da região Beiras e Serra da Estrela. Os resultados deste estudo permitiram concluir que são os residentes que habitualmente não gozam férias os que estão mais satisfeitos com os serviços turísticos, as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, os recursos naturais e a gestão do destino turístico. Porém, em relação ao património histórico--monumental aqueles que têm por hábito gozar férias manifestaram-se mais satisfeitos.

De acordo com a existência de **contacto profissional** com uma atividade relacionada com o turismo, os resultados obtidos permitiram concluir existirem diferenças nos níveis de satisfação dos residentes em relação às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais e ao património etnográfico. Contudo, em função de contacto profissional não se verificaram diferenças nos níveis de satisfação dos residentes em relação aos recursos humanos, aos serviços turísticos, ao património histórico-monumental e à gestão do destino turístico.

Relativamente às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo e aos recursos naturais, no global, os residentes que têm ou já tiveram contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo manifestaram maior satisfação. Quanto ao património etnográfico os residentes que não tiveram qualquer contacto profissional na área do turismo manifestaram maior satisfação em relação às festas e às romarias realizadas na região.

Foi possível constatar que, em função da existência de **familiares a trabalhar na área do turismo**, se verificam diferenças nos níveis de satisfação dos residentes em relação aos serviços turísticos, às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais, ao património etnográfico e, por último, à gestão do destino turístico. Porém, essas diferenças não se verificam em relação aos recursos humanos e ao património histórico-monumental.

Em termos globais, os residentes que têm familiares a trabalhar na área do turismo manifestaram maior satisfação em relação aos serviços turísticos, às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, aos recursos naturais e à gestão do destino. Quanto ao património etnográfico, os residentes que não têm familiares a trabalhar na área do turismo, no global, manifestam maior satisfação, particularmente em relação ao artesanato da região.

Do exposto pode conclui-se que, segundo os inquiridos, a região das Beiras e Serra da Estrela é dotada satisfatoriamente em fatores necessários ao desenvolvimento sustentado do turismo e da região.

Além da análise das perceções dos residentes dos impactos e da sua satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo, deve também atender-se às suas atitudes quanto à importância atual e futura do turismo no território das Beiras e Serra da Estrela. Partindo desse pressuposto, a quarta questão teve por objetivo saber:

4a: Qual é a atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável? e

4b: Quais os fatores que influenciam a atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável?

A análise dos resultados às questões colocadas permitiu constatar que os residentes são favoráveis ao desenvolvimento do turismo na região. Na base deste apoio está o facto de, por um lado, a maioria dos residentes (58,8%) concordarem que o turismo tem contribuído para o seu desenvolvimento sustentável e, por outro, considerarem que ele cria e fixa riqueza no território (69,8%).

Contudo, a maioria dos residentes considerou que ainda existe muito a fazer para se incrementar o desenvolvimento turístico na região. Face ao potencial de desenvolvimento do turismo, a grande maioria dos residentes (84,6%) considerou que o turismo se apresenta como

uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da região das Beiras e Serra da Estrela.

Dos fatores influenciadores das atitudes dos residentes face ao turismo e ainda de acordo com a **sub-região de residência,** os inquiridos não manifestaram diferenças estatisticamente significativas nos graus de concordância em relação ao facto de o «turismo criar e fixar riqueza no território» e, também, quanto a «ainda existir muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo».

Os inquiridos da Serra da Estrela são os que, comparativamente com os da Beira Interior Norte e da Cova das Beiras, (i) mais apoiam o desenvolvimento do turismo e, ainda, (ii) mais concordam com o facto de o turismo se apresentar como uma das principais atividades que pode contribuir para o seu desenvolvimento sustentável do território.

Contudo, os resultados permitiram concluir que os inquiridos da Beira Interior Norte são os que menos concordam com o facto de o turismo ter contribuído para o desenvolvimento sustentável da região das BSE, comparativamente com os inquiridos da Cova da Beira e da Serra da Estrela.

De acordo com as características sociodemográficas dos residentes, da análise dos resultados da amostragem percebeu-se que existem diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos residentes face ao turismo em função do **grupo etário, das habilitações literárias e da sua situação profissional** e que as diferenças de atitudes apenas se verificam em relação à afirmação «o turismo cria e fixa riqueza no território». A análise dos resultados permitiu concluir que não se verificaram diferenças nas atitudes dos residentes em função do seu género.

Constatou-se que os residentes inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos, face aos mais idosos, manifestaram um maior grau de concordância em relação ao turismo ter a capacidade de criar e fixar riqueza no território.

Também foi possível constatar que os residentes que possuem o ensino básico, face aos que possuem o secundário ou habilitações superiores, manifestaram um menor grau de concordância em relação ao efeito do turismo criar e fixar riqueza na região. Por último, também foi possível constatar que os inquiridos que trabalham, face aos reformados, manifestaram um maior grau de concordância em relação à mesma afirmação.

A atitude dos residentes inquiridos das Beiras e Serra da Estrela face ao turismo, considerado como motor de desenvolvimento sustentável, varia em função da sua proximidade e conhecimento do turismo. Os residentes que têm por **hábito gozar férias** manifestaram maior

concordância em relação ao turismo criar e fixa riqueza no território do que aqueles que habitualmente não gozam férias.

Os que possuem **contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo** manifestaram maior apoio ao desenvolvimento do turismo e maior concordância em relação ao turismo ser uma das atividades que mais pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Por último, foram os residentes com **familiares a exercer uma profissão ligada ao turismo** que (i) manifestaram mais apoio ao desenvolvimento do turismo, que (ii) mais concordaram que o turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território, que (iii) mais concordaram com o facto de o turismo ser uma das principais atividades capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável do território e, por último, que (iv) que mais concordaram com o facto de ainda existir muito a fazer para se incrementar o desenvolvimento turístico nas BSE.

Em jeito de síntese, pode-se concluir que os residentes (i) da Serra da Estrela, (ii) com idades entre os 25 e os 64 anos, (iii) com habilitações superiores, (iv) que habitualmente gozam férias, (v) que têm ou já tiveram contacto profissional com uma atividade relacionada com o turismo e, por último, (vi) que têm familiares a exercer uma profissão ligada ao turismo são os que mais apreciam o carácter positivo do desenvolvimento do turismo e os que mais apoiam o seu desenvolvimento na região das *Beiras e Serra da Estrela*.

A resposta à quinta e última questão obteve-se através da validação do modelo de investigação e baseou-se em aferir:

5a: Qual a influência da interação residente-visitante na perceção dos impactos positivos e negativos do turismo?

5b: Qual a influência da interação residente-visitante na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo?

5c: Qual a influência da perceção dos impactos positivos e negativos do turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo?

5d: Qual a influência da perceção dos impactos positivos e negativos do turismo na atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável?

5e: Qual a influência da satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo na atitude dos residentes em relação ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável?

As respostas a este quinto, e último grupo de questões da investigação, foram obtidas através da aplicação do modelo conceptual, proposto neste estudo, ao caso concreto da região das Beiras e Serra da Estrela.

Neste estudo conclui-se, que a interação que os residentes têm com os visitantes influência positivamente quer a perceção que os residentes têm dos impactos positivos do turismo, quer a perceção dos impactos negativos do turismo. Contudo, verifica-se que a interação residente-visitante se revela mais determinante na perceção dos residentes em relação aos impactos positivos do que em relação à perceção dos impactos negativos do turismo.

No que diz respeito à influência da interação residente-visitante na satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo, a investigação permitiu concluir que a interação residentes- visitantes não influência a satisfação global dos residentes em relação aos fatores de desenvolvimento do turismo existentes no território.

Relativamente à influência da perceção dos impactos turismo na satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo, a investigação permitiu concluir que (i) a perceção que os residentes têm dos impactos positivos do turismo influência positivamente a sua satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo e (ii) que entre a perceção dos impactos negativos e a satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo se verifica uma relação negativa, mas não significativa.

Quanto à influência da perceção dos impactos do turismo nas atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável, nesta investigação, verificou-se que quer a perceção dos impactos positivos quer a dos impactos negativos do turismo não influenciam as atitudes dos residentes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável. Estes resultados podem estar relacionados com o facto de na região das Beiras e Serrada Estrela o turismo até agora, de acordo com as perceções dos residentes, não ter sido responsável por grandes impactos quer positivos quer negativos, facto que pode ser justificado pelo seu estádio de desenvolvimento e o tipo de turismo praticado.

Por último, verificou-se que a satisfação global dos residentes com os fatores de desenvolvimento do turismo influência positivamente a sua atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável. A existência de uma relação direta e positiva entre estas duas variáveis pode ser justificada, por um lado, pelas potencialidades turísticas que a região apresenta e, por outro, pelo seu nível de desenvolvimento turístico (ainda) muito aquém do seu potencial turístico. A existência dessa relação pode, também, estar relacionada com o facto de a região ser dotada de recursos turísticos mas carente de desenvolvimento, o que leva a que o turismo se apresente, efetivamente, como um dos principais motores de desenvolvimento da região das Beiras e da Serra da Estrela.

Pela análise das respostas às questões da investigação conclui-se que, e de acordo com os residentes inquiridos**, o turismo é considerado um motor de desenvolvimento sustentável na região das Beiras e Serra da Estrela**.

7.2 Contributos da investigação

O mérito de qualquer investigação científica mede-se pelo seu contributo para o avanço do conhecimento. Assim, esta investigação contribui para o conhecimento nos seguintes termos:

- Ajudando a compreender as implicações económicas, socioculturais e ambientais (positivas e negativas) que o desenvolvimento do turismo propícia nos destinos turísticos;
- Ajudando a identificar os fatores que influenciam as perceções dos inquiridos sobre os impactos do turismo, a sua satisfação com os fatores de desenvolvimento do turismo, bem como, as suas atitudes face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
- Colmatando, tanto quanto é do nosso conhecimento, uma lacuna existente ao nível de estudos científicos aplicados ao turismo e no território das *Beiras e Serra da Estrela*, e tentando responder às necessidades da região neste campo tendo em conta a sua realidade específica;
- Ajudando a dar voz ativa à população residente, centro da atual discussão sobre o turismo, nas Beiras e Serra da Estrela, através da auscultação das suas perceções dos impactos do turismo e das suas atitudes face ao turismo;
- Propondo um modelo conceptual de avaliação da relação existente entre os impactos positivos e negativos do turismo e a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo, bem como da relação existente entre a satisfação global com os fatores de desenvolvimento do turismo e a atitude face ao turismo como motor de desenvolvimento sustentável;
- Obtendo um instrumento de trabalho útil para todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo na região das Beiras e da Serra da Estrela, que sirva de base ao planeamento do turismo e à definição de medidas de política a implementar na região;
- Extraindo um conjunto de recomendações de modo a minimizar os efeitos negativos e a ampliar os efeitos positivos do desenvolvimento do turismo, considerando este sector como um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável da região das Beiras e Serra da Estrela.

7.3 Recomendações para a política turística regional

A região das Beiras e Serra da Estrela é profundamente influenciada pela sua situação geográfica e pelas suas fragilidades internas, quer ao nível da sua estrutura produtiva, quer dos recursos humanos e infraestruturas. Face a esta realidade, para se alcançar um desenvolvimento sustentável, é imprescindível uma estratégia estruturada que tenha em consideração as suas características específicas. Nesse sentido, o turismo pode contribuir para melhorar os níveis de coesão social e territorial da região das Beiras e Serra da Estrela.

Os poderes públicos, nacionais e locais, em cooperação com os agentes privados da região ou aqui instalados ajudam a encontrar e aplicar soluções integradas que minimizem os problemas reais existentes na região ao nível do desenvolvimento turístico. Nesta medida, os agentes responsáveis pela gestão do destino turístico Beiras e Serra da Estrela devem ter a preocupação de envolver todas as partes interessadas, os s*takeholders*, particularmente os residentes, no processo de desenvolvimento turístico da região. Efetivamente, qualquer estratégia de desenvolvimento deve, respeitando e valorizando o conhecimento e as experiências locais, procurar maximizar os benefícios para as comunidades locais e promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo por todos os *Stakeholders*.

Apesar das imensas potencialidades turísticas da região das Beiras e Serra da Estrela, a atividade turística pode influenciar positiva e negativamente, o seu desenvolvimento sustentado. Assim, de forma a maximizar os benefícios do turismo e minimizar os seus impactos negativos, a nível económico, sociocultural e ambiental, devem ser elaboradas medidas de política económica e turística, coerentes, e incorporá-las no planeamento do turismo. Os resultados desta investigação, aplicada à região das Beiras e Serra da Estrela, permitem concluir que o processo de desenvolvimento do turismo deve prosseguir:

- Na promoção e valorização da base económica regional;
- No estímulo ao investimento público e privado de forma a diversificar a oferta turística;
- Na melhoria de formas alternativas de turismo, com base na utilização eficaz dos recursos endógenos;
- No estabelecimento de parcerias e formas de cooperação entre as instituições e/ou responsáveis locais que permeiem a inovação e a criação de valor;
- Na criação de condições que permitam a fixação de recursos humanos na região;
- Na elaboração de produtos turísticos que correspondam às expetativas da procura turística;
- Na aposta em iniciativas de oferta turística que permitam a diferenciação da região através da criação de fatores distintivos, como a valorização dos produtos locais;
- Na garantia e valorização de preservação do património cultural e histórico-monumental, promovendo a participação ativa das comunidades locais;
- Na valorização da oferta termal local;

- Na criação de fatores distintivos (história, cultura, gastronomia) e sua interligação com feiras tradicionais, a rede das aldeias históricas, a rede das judiarias, a rota dos patrimónios da humanidade (Côa e Douro), entre outros;
- Na conceção de novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região;
- Na preservação e potenciação do património natural;
- Na implementação de ações que promovam a consciência ecológica dos turistas e da população residente.

Paralelamente, na região das Beiras e Serra da Estrela devem desenvolver-se instrumentos de avaliação dos impactos do turismo, incorporando-os no processo de planeamento, e apostando na divulgação da sua oferta turística através dos meios de comunicação social.

7.4 Limitações da investigação

A consciência das limitações desta investigação é, porventura, e só por si, uma das potencialidades da mesma. Apesar de ao longo da realização da investigação terem sidos desenvolvidos procedimentos para tentar ultrapassar os obstáculos encontrados, nem sempre se obteve o sucesso pretendido. A presente investigação apresenta as seguintes limitações com que fomos confrontados:

- A complexidade do tema abordado e a sua ligação com as diferentes áreas disciplinares gerou algumas limitações de extensão da investigação realizada, principalmente pelas condicionantes temporais;
- A investigação apresenta um enviesamento da amostra, dado que apenas considerou os residentes com 15 ou mais anos de idade, decorrente da necessidade de os residentes apresentarem uma certa maturidade não compatível com jovens com menos do que aquela idade;
- A investigação apresenta algum enviesamento decorrente da época do ano em que foram aplicados os questionários - abril a agosto - o que, dada a sazonalidade da atividade turística nesta região poderia ter condicionado as perceções e as atitudes dos inquiridos face ao turismo;
- A investigação apresenta algum enviesamento de âmbito local, porque a aplicação dos questionários ocorreu apenas nas sedes dos municípios o que, perante as dinâmicas locais, pode ter condicionado as perceções e as atitudes dos inquiridos face ao turismo.

7.5 Sugestões para investigações futuras

A realização desta investigação, as conclusões que dela foram retiradas, bem como as suas limitações, permitiram identificar algumas linhas de investigação futuras. Tratando-se de um tema relevante, considera-se oportuno prosseguir as investigações de forma a alargar o âmbito desta investigação:

- Introdução no modelo proposto de novas variáveis quer qualitativas quer quantitativas de forma a alargar o âmbito de análise e a permitir analisar a relação entre novas variáveis;
- Prosseguimento do estudo com a adoção de novas metodologias, de forma a complementar esta análise e a verificar o dinamismo evolutivo das trajetórias de desenvolvimento de turismo na região, segundo as perceções e as atitudes dos residentes;
- Prosseguimento do estudo, com as mesmas ou outras metodologias, agora em diferentes épocas do ano, de forma a minimizar os efeitos que a sazonalidade da atividade turística pode ter nas perceções e atitudes dos residentes face ao turismo;
- Alargamento do estudo, com eventuais adequações metodológicas, a outros s*takeholders* (empresários, autarquias locais, turistas, entre outros);
- Aplicação do modelo conceptual proposto a outros destinos turísticos possibilitando assim, por um lado, a realização de estudos comparativos e, por outro, a cooperação e complementaridade de atores entre destinos turísticos contíguos.

7.6 Considerações finais

O turismo é uma alavanca para o desenvolvimento sustentável das regiões, nomeadamente das regiões do interior de Portugal continental e em particular da região das Beiras e Serra da Estrela, território onde a atividade turística ainda apresenta fragilidades que exigem de todos os intervenientes ações urgentes e eficazes.

Os residentes reconhecem que a região das Beiras e Serra da Estrela apresenta realidades e dinâmicas distintas. Reconhecem, ainda, a necessidade de união de esforços em prol da definição de uma estratégia integrada para a região, porque os desafios de desenvolvimento que a ela enfrenta exigem um espaço próprio de entendimento daquilo que são os seus recursos humanos, os seus valores culturais, os seus valores ambientais, os seus recursos endógenos e as suas relações exógenas, sem pôr em risco a sua própria identidade.

Em face das conclusões apresentadas nesta investigação, garantir o desenvolvimento do turismo da Região das Beiras e da Serra da Estrela, como responsável da sua sustentabilidade económica, sociocultural e ambiental é um imperativo regional e até uma ambição nacional.

Referências Bibliográficas

Abas, S. A. e Hanafiah, M. H. (2014). Local Community Attitudes Towards Tourism Development in Tioman Island. *Tourism, Leisure and Global Change*, 1, 135-146.

Abouzeedan, A. e Busler, M. (2004). Typology Analysis of Performance Models of Small and Medium-Size Enterprises (SMEs). *Journal of International Entrepreneurship*, 2, 155-177.

Akis, S., Peristianis, N. e Warner, J. (1996). Residents' attitudes to tourism development: the case of Cyprus. *Tourism Management*, 17 (7), 481-494.

Alberto, D. M. F. (2008). Modelos de Desenvolvimento Regional. In Leitão, J., Ferreira, J. e Azevedo, S. (eds.), *Dimensões Competitivas de Portugal - Contributos dos Territórios, Sectores, Empresas e Logística* (21-48).Vila Nova de Famalicão, PT: Centro Atlântico.

Albertos Puebla, J.M., Caravaca Barroso, I., Gutiérrez Del Valle, R. M. e Sánchez Hernández, J. L. (2004). Desarrollo territorial y processos de innovación socio-económica en sistemas produtivos locales. In Alonso Santos, J.L., Aparicio Amador, L.J. e Sánchez Hernández, J. L. (eds.), *Recursos territoriales y geografia de la innovacíon industrial en España* (15-65). Salamanca: Ediciones Universidade de Salamaca.

Alcañiz, E., Garcia, I. e Blas, S. (2009). The functional-psychological continuum in the cognitive image of a destination: A confirmatory analysis. *Tourism Management*, 30(5), 715-723.

Allen, L., Hafer, H., Long, P. e Perdue, R. (1993). Rural Residents Attitudes toward recreation and tourism development. *Journal of Travel Research*, 31 (4), 27–33.

Almeida, I. S. e Abranja, N. A. (2009). Turismo e Sustentabilidade. *Cogitur - Journal of tourism studies*, 2(2), 15-31.

Amaro, R. R. (1991). Lógicas de espacialização da economia portuguesa. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 10, 161-192.

Amuquandoh, F. E. (2009). Residents perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana. *Journal of Sustainable Tourism*, 18 (2), 223–238.

Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C. e Vogt, C. A. (2005). Residents' Perceptions of Community Tourism Impacts. *Annals of Tourism Research*, 32 (4), 1056-1076.

Andereck, K. L., Valentine, K. M., Vogt, C. A. e Knopf, R. C. (2007). A Cross-Cultural Analysis of Tourism and Quality of Life Perceptions. *Journal of Sustainable Tourism*, 15 (5), 483-503.

Andereck, K. L. e Nyaupane, G. P. (2010). Exploring the nature of tourism and quality of life perceptions among residents. *Journal of Travel Research*, 50, 248–260.

Andereck, K. L. e Vogt, C. A. (2000). The Relationship between residents' attitudes toward tourism and tourism development Options. *Journal of Travel Research*, 39 (1), 27–36.

Andriotis, K. (2005). Community group's perceptions of and preferences for tourism development: Evidence from Crete. *Journal of Hospitality and Tourism Research*, 29(1), 67-90.

Andriotis, K. e Vaughan, R. D. (2003). Urban residents' attitudes toward tourism development: the case of Crete. *Journal of Travel Research*, 42, 172-185.

Ap, J. (1992). Residents' Perceptions of Tourism Impacts. *Annals of Tourism Research*, 19 (4), 665–690.

Ap, J. e Crompton, J. L. (1993). Residents' strategies for responding to tourism impacts. *Journal of Travel Research*, 32 (1), 47-50.

Ap, J. e Crompton, J. L. (1998). Developing and Testing a Tourism Impact Escale. *Journal of Travel Research*, 37 (2), 120-130.

Archer, B. e Cooper, C. (2002). Os impactos negativos e positivos do turismo. In Theobald, W. (Ed.) *Turismo Global* (85-102). São Paulo, BR: Senac.

Artesi, L. (2007). Desarrollo local y turismo: Notas sobre nuevos enfoques teóricos y metodologias para la implementalção de políticas en la Patagonia Austal. In Zárate, R. e a Artesi, L. (Coord.), *Ciudadanía, territorio y desarrollo endógeno: resistencias y mediaciones de las Políticas Locales en las Encrucijadas del Neoliberalismo* (347-362). Buenos Aires: Editorial Biblos.

Ashworth, G. e Voogdt, H. (1991). Can places be sold for tourism? In Ashworth, G. J. e Goodall, B. (Ed.), *Marketing Tourism Places*. London: Routledge.

Aydalot, P. (1985). *Économie Régionale et Urbaine*. Paris: Éditions Economica.

Azzoni, C. R. e Haddad, E. A. (2010). Mudanças Climatéricas e Futuro das Regiões. In Viegas, J.M. e Dentinho, T.P. (Coord.), *Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional* (39-52). Cascais, PT: Principia.

Bailey, K. (1994). *Methods of Social Research* (4th Edition). New York: The Free Press.

Baptista, A. J. M. (1985). Mobilização do potencial endógeno de desenvolvimento. *Revista de Investigação Urbana e Regional*, 2 (4), 24-26.

Barbosa, F. F. (2005). O Turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. *Caminhos de Geografia*, 10 (14), 107-114.

Barreto, M. (2003). *Manual de Iniciação ao estudo do Turismo*. Campinas: Papirus.

Barreto, M. (2005). *Planejamento Responsável do Turismo*. Campinas: Papirus.

Barros, C. I. F. (2011). *Planeamento Estratégico de Markting Territorial e Perspectivas de Desenvolvimento na Região Autónoma da Madeira*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Batabyal, A. A. e Nijkamp, P. (2008). *Sustainable Development and Regional Growth*. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1088041.

Beerli, A. e Martín, J. (2004b). Tourists characteristics and the perceived image of tourist destinations: a qualitative analysis – a case study of Lanzarote, Spain. *Tourism Management*, 25, 623-636.

Benko, G. (1999a). *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta Editora.

Benko, G. (1999b). *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec.

Benko, G. e Lipietz, A. (1994). O novo debate regional: posições em confronto. In Benko, G. e Lipietz, A. (orgs.), *As regiões ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia económica* (3-15). Oeiras, PT: CELTA Editora.

Besculides, A., Lee, M. E. e McCormick, P. J. (2002). Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29 (2), 303-319.

Boisier, S. (2001*). Desarollo (local): ?de que estamos hablando?.* Buenos Aires: Centro de estúdios desarollo y território. Disponível em http://abacoenred.com/IMG/pdf/boisier.pdf.

Boutros-Ghali, B. (1995). *An agenda for development, 1995: with related UN documents*. New York: United Nations, Dept. of Public Information.

Bramwell, B. e Lane, B. (1993). Sustainable tourism: An evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 1 (1), 1-5.

Brida, J. G., Osti, L. e Barquet, A. (2010). Segmenting resident perceptions towards tourism - a cluster analysis with a multinomial logit model of a mountain community. *International Journal of Tourism Research*, 12 (5), 591-602.

Brida, J.G., Osti, L., Schubert, S. e Barquet, A. (2011). An analysis of tourist' expenditure of winter sport events through Tobit censorate model. *Tourism Economics,* 17 (6), 1197-1217.

Browne, M. W. e Cudeck, R. (1993). Alternative ways of assessing model fit. In Bollen, K. A. e Long, J. S. (Eds.), *Testing Structural Equation Models* (136–162). Beverly Hills, CA: Sage.

Brunt, P. e Courtney, P. (1999). Hosp perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, 26 (3), 493 - 515.

Buarque, C. S. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia e planeamento* (2ª ed.). Rio de Janeiro, BR: Garamand.

Buhalis, D. (2000). Marketing the Competitive Destination of the Future. *Tourism Management*, 21, 97-116.

Bull, A. (1995). *The economics of travel and tourism* (2nd ed.). Melbourne, AU: Longman.

Butler, R. (1980). The Concept of a Tourism Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-12.

Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1 (1), 7-25.

Butler, R. W. (2002). Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In Perace, D. G. e Butler, R. W. (org.), *Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos* (85-103). São Paulo: Contexto.

Byrd, E., Bosley, H. e Dronberger, M. (2009). Comparasions of skateholder perceptions of tourism impacts in rural eastern North Carolina. *Tourism Management*, 30 (5), 693-703.

Cabugueira, A. (2000). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional. *Revista Gestão & Desenvolvimento*, 9, 103-136.

Cabugueira, A. (2005). A Importância Económica do Turismo. In *Revista Turismo & Desenvolvimento*, II (2), 97-104.

Cañizares, S. M. S., Tabales, J. M. M. e García, F. J. F. (2014). Local residents' attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde. *Tourism & Management Studies*, 10 (1), 87-96.

Capello, R. e Nijkam, P. (2009). Revisar teorias de desenvolvimento regional. In Costa, J. e Nijkamp, P. (Coord.*), Compêndio de Economia Regional - teoria, temáticas e políticas* (V. I, 287-317). Cascais, PT: Princípia.

Carballo-Cruz, F. (2010). Crise Económica e Relocalização e Actividaes: Que sabemos dos Processos de Deslocalização? In Viegas, J.M e Dentinho, T. P (Coord.), *Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional* (53-83).Cascais, PT: Principia.

Careto, H. e Lima, S. (2007). As dinâmicas territoriais e o turismo. In Careto, H. e Lima, S. (Coord.), *Turismo e Desenvolvimento Sustentável* (V.2, 77-190). Lisboa, PT: Geota.

Carmichael, B. A. (2000). A Matrix Model for Resident Attitudes and Behaviours in a Rapidly Changing Tourist Area. *Tourism Management*, 21 (6), 601-611.

Cavalcante, L. R. (2008). Produção teórica em economia regional: Uma proposta de sistematização. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2 (1), 9-32.

Cernat, L. e Gourdon, J. (2005). *Is the concept of sustainable tourism sustainable? Developing the Sustainable Tourism Benchmarking Tool*. Munich Personal RePEc Archive. Disponível em http://mpra.ub.uni-muenchen.de/4178/1/MPRA_paper_4178.pdf.

Cerro, F. L. (1993). *Técnicas de evaluacion del potencial turistico*. Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, Dirección General de Política Turística, Madrid.

Chagas, M. (2008). *Imagem dos Destinos Turístico: Uma discussão teórica da literatura especializada*. Revista Turismo Visão e Acção – Eletrônica, 10(3), 435 – 455. Disponível em www.univali.br/revistaturismo.

Chagas, M. e Dantas, A. (2008). *Imagem de destinos e competitividade sustentável: Um estudo de Natal sob percepção do mercado Ibero-Holandês*. V Seminário de Pesquisa em Turismo. Disponível em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo14_Marcio_Chagas.PDF.

Choi, H. C. e Murray, I. (2010). Resident Attitudes toward Sustainable Community Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 18 (4), 575-594.

Clarke, J. (1997). A framework of approaches to sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (3), 224-233.

Cohen, E. (2004). *Contemporary tourism: Diversity and change*. Amsterdam: Elsevier.

Colman, D. e Nixson, F. (1983). *Desenvolvimento Econômico: uma Perspectiva Moderna* (2ª ed.). São Paulo: Campus.

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D. e Wanhill, S. (2008). *Turismo -princípios e práticas* (3.ª ed.). Brasil: Bookman.

Costa, C. (2001). An Emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative Analysis between Town and Tourism Planning. *Journal of Tourism Research*, 3 (6), 425-441.

Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, vol. XL (175), 279-295.

Costa, C. (2006). Tourism Planning, Development and the Territory. In Dimitrios, B. e Costa, C., (eds.), *Tourism Management Dynamics* (236-243). Oxford: Elsevier.

Costa, J., Águas, P. e Rita, P. (2000). Aspectos socioculturais do planeamento e desenvolvimento do turismo. *Antropológicas*, 4, 225-242.

Crevousier, O. (1993). Spatial shifts and the emergence of the innovative milieux: the case of the Jura region between 1960 and 1990. *Environment and Planning: Government and Policy*, 11(4), 419-430.

Crompton, J. L. e Love, L. L. (1995). The predictive validity of alternative approaches to evaluating quality of a festival. *Journal of Travel Research*, 34 (1), 11- 25.

Cuadrado-Roura, J. R. (1995). Planteamentos y teorias dominantes sobre el crescimento regional en Europa en las quatro ultimas décadas. *Revista EURE*, 21 (63).

Cui, X. e Ryan, C. (2011). Perceptions of place, modernity and the impacts of tourism - Differences among rural and urban residents of Ankang, China: A likeliwood ratio analysis. *Tourism Management*, 32, 604-615.

Cunha, L. (2008). Avaliação do Potencial Turístico. *Journal of Tourism Studies*, 1 (1), 21-39.

Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo* (3ª ed). Portugal: Lidel.

Dann, G. M. S. (2002). Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda. In Pearce, D. e Butler, R. (Ed.), *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos* (25-43). São Paulo, BR: Contexto.

Davidson, R. e Maitland, R. (1997). *Tourism Destinations*. Londres: Hodder and Stoughton.

Davidson, T. (2005). What are travel and tourism: Are they really an industry?. In Theobolf, W.F. (Ed.), *Global Tourism* (25-32). Burlington, MA: Elsevier.

Decreto-Lei nº 67/2008 de 10 de abril. *Diário da República nº 71/2008 - 1ª série*. Ministério da Economia e da Inovação.

DGOTDU (2011 – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano). *Glossário do Desenvolvimento Territorial*. Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT). Disponível em http://www.coe.int/t/dgap/localdemocracy/cemat/VersionGlossaire/Portugais.pdf.

Diedrich, A. e García-Buades, E. (2009). Local perceptions of tourism as indicators of destination decline. *Tourism Management*, 30, 512-521.

Diniz, F. (2010). *Crescimento e desenvolvimento económico – modelos e agentes do processo* (2ª ed.). Lisboa, PT: Edições Sílabo.

Diniz, F. e Gerry, C. (2009). A problemática do desenvolvimento rural. In Costa, J. e Peter Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional - teoria, temáticas e políticas* (V. I, 519–551). Cascais: Princípia.

Djurica, M. e Djurica, N. (2010). Tourism Destinations Marketing Management. *Tourism & Hospitality Management*, 890-901.

Docampo, M. G. (2007). El desarrollo local en el marco de los processos de globalización. In Docampo, M. G. (Ed.) *Perspectivas Teóricas en Desarrollo Local* (1-33). Oleiros, ES: Gesbiblo.

Dominguez, M. (2001). *Competitividade e Análise Estratéxica do Sector Turístico: Unha Primeira Aproximación á Potential Creación dun Cluster Institucional para a Mellora Competitiva da Zona Rías Baixas*. Tese Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

Dowling, R. K. e Weiler, B. (1997). Ecotourism in Southeast Asia. *Tourism Management*, 18 (1), 51-57.

Doxey, G. V. (1975). *A Causation theory of visitor-resident irritants: Methodology and research Inferences*. Sixth Annual Conference Proceedings of the Travel Research Association. San Diego, CA:Travel and Tourism Research Association, 195-98.

Duarte, V. J. R. (2008). *Estratégias empreendedoras e a Sustentabilidade Local: A região do Vale do Sousa*. Tese de Doutoramento em Gestão. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Dunford, M. (1994). Trajectórias industriais e relações sociais nas Regiões de Novo Crescimento Económico. In Benko, G. e Lipietz, A. (Org.), *As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica* (145-169). Oeiras, PT: Celta.

Dyer, P., Gursoy, D., Sharma, B. e Carter, J. (2007). Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia. *Tourism Management*, 28 (2), 409-422.

Elavai, A. R., González, A. D. e Santos, M. C. (2006). *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia 2000-2005*. Direcção Regional de Estatística da Madeira. Disponível em http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B8df7d71c-9e0e-496d-a4e5-b73cf2aab561%7D.pdf.

Engelstof, S., Jensen-Butler, C. e Smith, I. Winther, L. (2006). Industrial Clusters in Denmark: Theory and Empirical Evidence. *Regional Science*, 85 (1), 73-98.

Eusébio, C. e Carneiro, M. J. (2010). *A importância da percepção dos residentes dos impactes do turismo e da interacção residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos*. 7º Workshop APDR - XXXVI Reunión de Estudios Regionales, Badajos - Elvas. Disponível em ww.aecr.org/web/congresos/2010/htdocs/pdf/p230.pdf.

Eusébio, C. e Carneiro, M. J. (2012). Impactos Socioculturais do Turismo em Destinos Urbanos. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30, 65-74.

Eusébio, M. C. A. (2006). *Avaliação do impacto económico do turismo a nível regional – o caso da Região Centro de Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997). A Framework for Monitoring Community Impacts of Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (1), 3-28.

Fazenda, N., Silva, F. e Costa, C. (2008). Política e planeamento turístico à escala regional: o caso da agenda regional de turismo para o norte de Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 18, 77-100.

Feio, P. A., Carranca, M. A. e Henriques, E. B. (1991). O Turismo nas Políticas Recentes de Desenvolvimento Regional: O caso de Portugal. Revista Finisterra – *Revista Portuguesa de Geografia*, 26 (52), 408-427.

Ferrão, J. (1995). *Políticas de Desenvolvimento Regional – Visões e Estratégias Num Contexto de Permanente mudança*. Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Ferreira, J. M e Estevão. C. M. S. (2009). Regional Competitiveness of tourism Cluster: a Conceptual Model Proposal. Encontros Científicos. *Tourism & Management*, 5, 37-51.

Firmino, M. B. (2007). *Turismo - Organização e Gestão*. Lisboa, PT: Escolar Editora.

Foster, D. (1992). *Viagens e Turismo: Manual de Gestão*. Mem Martins, PT: Cetop.

Fredline, E. e Faulkner, B. (2000). Host community reactions: a cluster analysis. *Annals of Tourism Research*, 27 (3), 763-784.

Gomes, B. M. A., Ferreira, J. C. B. e Santos, A. C. (2006). Uma abordagem crítica da atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 6 (1), 40-48. Disponível em http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=110&path%5B%5D=105.

Garrod, B. e Fyall, A. (2001). Heritage tourism: a question of definition. *Annals of Tourism Research*, 28 (4), 1049-1052.

Gee, Chuck Y. e Fayos-Solá, E. (1997). International Tourism: *A Global Perspective*. Madrid: World Tourism Organization. Disponível em http://www.academia.edu/3763476/international_tourism.

Geneletti, D. e Dawa, D. (2009). Environmental impact assessment of mountain tourism in developing regions: A study in Ladakh, Indian Himalaya. *Environmental Impact Assessment Review*, 29 (4), 229-242.

George, D. e Mallery, P. (2003). SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference (4th ed.). Boston: Allyn & Bacon.

Getz, D. (1986). Models in Tourism Planning: Towards Integration of Theory and Pratice. *Tourism Managment*, 7 (1), 21-32.

Getz, D. (1993). Impacts of tourism on residents' leisure: Concepts, and a longitudinal case study of Spey Valley, Scotland. *Journal of Tourism Studies*, 4 (2), 33-44.

Getz, D. (1994). Residents' attitudes towards tourism: A longitudinal study in Spey Valley, Scotland. *Tourism Management*, 15 (4), 247-258.

Gilbert, D. (1990). Strategic Marketing Planning for National Tourism. *The Tourist Review*, 45 (1), 18-27.

Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B. e McIntosh, R. W. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias* (8ª Ed.). Porto Alegre: Bookman.

Golzardi, F., Sarvaramini, S., Sadatasilan, K. e Sarvaramini, M. (2012). Residents Attitudes towards Tourism Development: A Case Study of Niasar, Iran. *Research Journal of Applied Sciences*, 4 (8), 863-868.

Goodall, B. e Stabler, M. J. (1997). Principles influencing the determination of environmental standards for sustainable tourism. In Stabler, M.J. (ed.) *Tourism and Sustainable: Principles to Practice* (279-304), Wallingford: CAB International.

Gotlieb, J. B, Grewal, D. Brown, S. W. (1994). Consumer satisfaction and perceived Quality: Complementary or Divergent Construct?. *Journal of Applied Psychology*, 79 (6), 875-885.

GP (2011) Governo de Portugal - Presidência do Conselho de Ministros. Programa do XIX Governo Constitucional. Disponível em www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf.

GP (2012) Governo de Portugal- Ministério da Economia e do Emprego. PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – Horizonte 2013-2015. Disponível em http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf.

GP (2014). Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020, Portugal 2020. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-adjunto-e-do-desenvolvimento-regional/documentos-oficiais/20140730-madr-acordo-parceria-ue.aspx.

Greene, W. H. (2012). *Econometric Analysis* (7th ed.). London: Prentice Hall Inc.

Guerreiro, M. M., Mendes, J. C., Oom do Valle, P. e Silva, J. A. (2008). Análise da Satisfação dos Residentes com o Turismo: o caso de uma área-destino no Algarve, Portugal. *Turismo em Análise*, 19 (3), 488-504.

Gunn, C. A. e Var, T. (2002). *Tourism planning: basics, concepts, cases* (4th ed.). London: Routledge.

Gursoy, D. e Kendall, K. (2006). Hosting mega events: Modeling locals' support. *Annals of Tourism Research*, 33 (3), 603-623.

Gursoy, D. e Rutherford, D. G. (2004). Host Attitudes toward tourism: an improved structural model. *Annals of tourism Research*, 31 (3), 495-516.

Gursoy, D., Jurowski, C. e Uysal, M. (2002). Resident attitudes: A structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*, 29 (1), 79-105.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J. e Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis* (7th ed.). New Jersey: Pearson Prentice Hall.

Haley, A. J., Snaith, T. e Miller, G. (2005). The social impacts of tourism: a case study of Bath, UK. *Annals of Tourism Research*, 32 (3), 647-668.

Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism: the Case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3) 503-526.

Hardy, A. L. e Beeton, R. J. S. (2001). Sustainable tourism or maintainable tourism: Managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, 9 (3), 168-192.

Hardy, A., Beeton, R. J. S. e Pearson, L. (2002). Sustainable tourism: An overview of the concept and its position in relation to conceptualizations of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 10 (6), 475-496.

Harill, R. (2004). Residents' Attitudes toward Tourism Development: A Literature Review with Implication for Tourism Planning. *Journal of Planning Literature*, 18 (3), 251-266.

Helmsing, A. H. J. (1999). Teorías de desarrollo industrial regional e políticas de segunda y terceira generación. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 25 (75), 5-39.

Henriques, C. (2003). *Turismo, Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.

Henriques, J. M. E. (1990). *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher Publicações.

Heras, M. P. (2004). *Manual del Turismo Sostenible: Como Conseguir un Turismo Social, Económico Y Ambientalmente Responsable*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

Hill, A. e Hill, M. M. (2008). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Hobson, K. e Essex, S. (2001). Sustainable tourism: A view from accommodation business. *The Service Industries Journal*, 21 (4), 133-146.

Holden, A. (2008). *Environment and tourism* (second ed.). New York: Routledge.

Holloway, J. C. (1995). *The business of tourism* (4th ed.). London: Logman.

Hunt, J. D. e Layne, D. (1991). Evolution of travel and tourism terminology and definitions. *Journal of Travel Research*, 29 (4), 7-11.

Hunter, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24 (4), 850-867.

Hunter, C. e Green, H. (1995). *Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship?*. London: Routledge.

Inbakaran, R. e Jackson, M. (2006). Resident attitudes inside Victoria's tourism product regions: a cluster analysis. Journal of Hospitality and Tourism Management, 13 (1), 59-74.

INE (1993). Instituto Nacional de Estatística. *Censos-Resultados Definitivos -Região Centro 1991*. Instituto Nacional de Estatística,Lisboa.

INE (2011). Instituto Nacional de Estatística. *Classificação Portuguesa das Profissões - 2010*. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2

INE (2012a). Instituto Nacional de Estatística. *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Centro*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2012b). Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico da Região Centro - 2011*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2015). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2.

Inskeep, E. (1994). *National and Regional Tourism Planning*. London: Routledge.

Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning - an Integrated and Sustainable Approach*. New York: Van Nostrand-Reinhold.

Jackson, J., Houghton, M., Russell, R. e Triandos, P. (2005). Innovations in Measuring Economic Impacts of Regional Festivals: A Do It-Yourself-Kit. *Journal of Travel Research*, 43 (4), 360-367.

Jackson, L. A. (2008). Residents' perceptions of the impacts of special event tourism. *Journal of Place Management and development*, 1 (3), 240-255.

Jafari, J. (1990). Research and scholarship: The basis of tourism education. *Journal of Tourism Studies*, 1 (1), 33-41.

Jafari, J. (2005). El Turismo Como Disciplina Científica. *Política y Sociedad*, 42 (1), 39-56.

Julião, R. P. (2001). Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Jurowski, C. e Gursoy, D. (2004). Distance Effects on Residents' Attitudes toward Tourism. *Annals of Tourism Research*, 31 (5), 296-312.

Kitnuntaviwat, V. e Tang, J. C. S. (2008). Residents' attitudes, perception and support for sustainable tourism development. *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 5 (1), 45-60.

Kline, P. (2000). The handbook of psychological testing (2nd ed.). London: Routledge.

Ko, D.W. e Stewart, W. P. (2002). A Structural Equation Model of Residents' Attitudes for Tourism Development. *Tourism Management*, 23 (5), 521-530.

Kuvan, Y., e Akan, P. (2005). Residents' attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: The case of Breek, Antalya. *Tourism Management*, 26 (5), 691-716.

Lankford, S. V. e Howard, D. R. (1994). Developing a tourism impact attitude scale. *Annals of Tourism Research*, 21 (1), 121-139.

Laws, E. (1995). *Tourist Destination Management*. Londres: Routledge.

Lawson, L. J., Williams, J., Young, T. e Cossens, J. (1998). A comparison of residents'attitudes towards tourism in 10 New Zeland destinations. *Tourism Management*, 19 (3), 247-256.

Lecoq, B. (1991). Organisation industrielle, organisation territoriale: une aproche intégrée fondée sur le concept de réseau. *Economie Régionale et Urbaine*, 3 (4), 321-342.

Lee, T. H. (2013). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. *Tourism Management*, 34, 37-46.

Leepp, A. (2006). Residents' attitudes towards tourism in Bigodi village, Uganda. *Tourism Management*, 28 (3), 876-885.

Lei nº 33/2013, de 16 de maio. Diário da República, 1.ª série — N.º 94 — 16 de maio de 2013. Assembleia da Republica.

Leiper, N. (1993). Defining tourism and related concepts: tourist, market, industry and tourism system. In Khan, M. A, Olsen, M. D. e Var, T. (eds.), *VNR's Encyclopedia of Hospitality and Tourism* (539-558). NeW York: Van Nostrand Reinhold.

Leiper, N. (1979). The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6, 390-407.

Lewis, R. e Green, S. (1988). Planning for Stability and Managing Chaos: The Case of Alpine Ski Resorts, In Laws, E., Faulkner, B. e Moscardo, G. (eds.), *Embracing and Managing Change in Tourism: International Case Studies*. London: Routledge.

Lickorish, L. e Jenkins, C. (2000). *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro, BR: Campus.

Lima, J. I. S. (2008). *Turismo e Desenvolvimento Económico – Segmentos de maior valor económico para a Covilhã*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Limonad, E. (2006). *Desafios ao Desenvolvimento Local e Regional*. Disponível em http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n12-15.pdf.

Lindberg, K., e Johnson, R. (1997). Modeling Resident Attitudes toward Tourism. *Annals of Tourism Research*, 24, 402-424.

Liu, J. C. e Var, T. (1986). Resident Attitudes toward Tourism Impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*, 13 (2), 193-214.

Liu, Z. (2003). Sustainable Tourism Development: A Critique. *Journal of Sustainable Tourism*, 11 (6), 459-475.

Liu, Z. H. (1998). Tourism and economic development: A comparative analysis of tourism in developed and developing countries. In Tisdell, C. e Roy, C. (eds.), *Tourism and Development: Economic, Social, Political and Environmental Issues* (21-37).Commack, NY: Nova Science Publishers.

Lopes, A. S. (1999). Emprego e Desenvolvimento Regional – um ponto de situação daproblemática do desenvolvimento. In Actas do V Encontro Nacional da APDR, *Regiões e Cidades na União Europeia. Que futuro*? 1, 53-57, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.

Lopes, A. S. (2001). *Desenvolvimento Regional* (5ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lopes, A. S. (2002). Globalização e Desenvolvimento Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 9-25.

Lopes, I., Silva, J.A., Rebelo, E. e Castela, G. (2010). The Evolution of Tourism Research: A New Knowledge Platform?. *Organizational Dynamics*, 3, 49-56. Disponível em www.researchgate.net/publication/241766745_The_Evolution_of_Tourism_research_a_new_knowledge_platform.

Lundberg, D. E. (1990). *The Tourit Business* (6th Ed.). New York: Van Nostrand-Reinhold.

Manso, J. R. P. (2005). *Estatística Avançada*. Universidade da Beira Interior.

Madrigal, R. (1993). A Tale of Tourism in Two Cities. *Annals of Tourism Research*, 22 (2), 336-53.

Maillat, D. (1995a). Milieux innovateurs et nouvelle générations de politiques régionales. In Ferrão, J. (coord.), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Colecção Estudos e Investigações (13-30). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Maillat, D. (1995b). Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy. *Entrepreneurship & Regional Development*, 7 (2), 157-165.

Maillat, D. (2002). Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, 3 (4), 9-16.

Marconi, M. e Lakatos, E. (1999). *Técnicas de Pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Marques, B. M. P. (2008). *Iniciativas Locais de Desenvolvimento*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Marzuki, A. (2012). Local residents perceptions towards economic impacts of tourism development in Phuket. *Tourism*, 60 (2), 199–212.

Mathieson, A. e Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Harlow: Longman.

McCool, S. F. e Moisey, R. N. (2008). *Tourism, recreation and sustainability: Linking culture and the environment* (2nd ed.). Wallingford, UK: CAB International.

McDowall, S. e Choi, Y. (2010). A comparative Analysis of Thailand Residents' Perception of Tourism's Impacts. *Jounal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 11 (1), 36-55.

McGehee, N. G. e Andereck, K. L. (2004). Factors Predicting Rural Residents' Support of Tourism. *Journal of Travel Research*, 43, 131-140.

McGehee, N. G., Andereck, K. L. e Vogt, C. A. (2002). *A examination of factors influencing resident attitudes toward tourism in twelve arizona communities*. Disponível em http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20y%20antropologia%20social/.

Mckercher, B. (1993). Some Fundamental Truths About Tourism: Understanding tourism`s social and environmental impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, 1 (1), 6-16.

Mendes, T. C. R. (2004). *Parceria para a promoção local do emprego*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Méndez, R. (2006). *Difusión de innovaciones en sistemas productivos locales y desarrollo territorial*. In ALTER, III congresso Internacional de la Red Sial alimentacion y Territorios. Universiddae Internacional de Salamanca, Baeza, España. Disponível em http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0465/M%C3%A9ndez_Guti%C3%A9rrez_Innovaci%C3%B3n_desarrollo_local.pdf.

Mihalic, T. (2013). Performance of Environmental Resources of a Tourist Destination: Concept and Application. *Journal of Travel Research*, 52 (5), 614–630.

Mill, R. C. e Morrison, A. M. (1992). *The tourism system: an introductory text* (2ª ed.). New Jersey: Prentice Hall International.

Milman, A. e Pizam, A. (1988). Social Impacts of Tourism on Central Florida. *Annals of Tourism Research*, 15 (2), 191-204.

Mitcham, C. (1995). The concept of sustainable development: its origins and ambivalence. *Technology in Society*, 17 (3), 311-326.

Moniz, A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores*. Tese de Doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Açores.

Monjardino, I. (2009). Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores: o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo na Região. Atas do 15º Congresso da APDR - Redes e Desenvolvimento Regional. Cabo Verde, Praia, 9-11 julho, 1366-1399. Disponível em http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2014/29A.pdf.

Morgan, K. (1997). The Learning Region: Institutions, Innovation and Regional Renewel. *Regional Studies*, 31 (5), 491-503.

Moscardo, G. (2011). Exploring Social Representations of Tourism Planning: Issues for Governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 19 (4-5), 423-436.

Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

Mourão, J. M. (2000). Desenvolvimento Sustentável do Turismo – Princípios, fundamentos e práticas, Conservação da Natureza e Desenvolvimento Económico. *Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, 2, 87-117.

Murphy, P. (1995). Corporate ethics statements: Current status and future prospects. *Journal of Business Ethics*, 14, 727-740.

Nepal, S. (2008). Residents' attitudes to tourism in Central British Columbia, Canada. *Tourism Geographies*, 10 (1), 42-65.

Neves, J. C. (2010). Globalização e os Padrões de Desenvolvimento Regional. In Viegas, J.M e Dentinho, T. P (Coord.), *Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional* (17-38). Cascais, PT: Principia.

Nicholas, L., Thapa, B. e Ko, Y. (2009). Residents' Perspectives on a World Heritage Site: the Pitons Management Area, St. Lucia. *Annals of Tourism Research*, 36 (3), 390-412.

Nóvoa, A., Castro-Almeida, C., Boterf, G. e Azevedo, R. (1992). *Formação para o desenvolvimento. Uma experiência participada de formação de agentes de desenvolvimento*. Lisboa, PT: Edições Fim de Século.

Nunkoo, R. e Ramkissoon, H. (2010). Small Island Urban Tourism: a Residents' Perspective. *Current Issues in Tourism*, 13 (1), 37-60.

Nunkoo, R. e Ramkissoon, H. (2011). Residents' satisfaction with community attributes and support for tourism. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 35 (2), 171-190.

Oliveira, E. e Manso, J. (2008). Turismo: A Panaceia para os problemas do desenvolvimento Português?. In Actas do 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2253 – 2278.

Oliveira, E. e Manso, J. (2010a). Turismo Sustentável: Utopia ou realidade?. *Tékhne - Revista de Estudos Politécnicos*, 8 (14), 235–253.

Oliveira, E. e Manso, J. (2010b). A Importância Económica do Turismo no Pólo Turístico da Serra da Estrela. In: Jiménez, M. e Marti, T. (ed.), *Anales de Economía Aplicada 2010*. Madrid: ASEPELT- Asociación Internacional de Economia Aplicada, 3828-3846.

Oliveira, E. e Manso, J. (2011). Turismo Sustentável: Dimensões Sociais e Ambientais. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (ed.), Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Sustentável - 17.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 626-634.

Oliveira, E. e Manso, J. (2015). A perceção dos residentes das Beiras e Serra da Estrela face ao turismo enquanto motor de desenvolvimento. In Lorenzo, M., Jiménez, J e Salido, R. (coord), *Anales de Economía Aplicada 2015*. Madrid: ASEPELT- Asociación Internacional de Economia Aplicada, 609-628.

Oliveira, G. B. e Lima, J. E. S. (2003). Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista da FAE, Curitibia, 6 (2), 29-37.

OMT (1993) - Organización Mundial del Turismo. *Sustainable tourism development: lessons for local planers*. Madrid: OMT

OMT (1998) - Organización Mundial del Turismo. *Introducción al Turismo*. Disponivel em https://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1128/9284402697.pdf

Opperman, M. (1993). Tourism Space in Developing Countries. *Annals of Tourism Reseach*, 20 (4), 535-556.

ORTA (2008) - Observatório Regional do turismo dos Açores. *A qualidade do Destino Açores na Perpectiva dos Turistas*. Coord. Couto, G; Vieria, J.C. e Pimental, Pedro, Observatório Regional do turismo dos Açores.

Oviedo-Garcia, M. A., Catellanos-Verdugo, M. e Martin-Ruiz, D. (2008). Gaining residents'support for tourism and planning. *International Journal of Tourism Research*, 10, 95-109.

Partidário, M. R. (1998). Ambiente e Turismo. *Economia e Prospectiva*, 1 (4),79-88.

Pearce, D. e Barbier, E. (2000). *Blueprint for a Sustainable Economy*. Londres: Earthscan Publications.

Pearce, D. G. (2002). Introdução: Temas e abordagens. In Perace, D. G. e Butler, R. W.(orgs.) *Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto.

Perdue, R. R., Long, P. T. e Allen, L. (1990). Resident Support for Tourism Development. *Annals of Tourism Research,* 17 (4), 586–599.

Pereira, H., Costa, I. e Patuleia, M. (2012). O Marketing Turístico Sustentável orientado para as Comunidades Locais: o Polo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela. *Revista Turismo & Desenvolvimento,* 17/18, 695-706.

Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados Para Ciências sociais - A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Plog, S. C. (1974). Why destination areas rise and fall in popularity. *Cornell Hotel and Restaurante Quarterly*, 14 (2), 55-58.

Poon, A. (1993). *Tourism, Technology and Competitive Strategies*. Reino Unido: CAB International.

Porter, M. (1980). *Competitive Strategy: Technics for Analyzing Industries and Competitors*. New York: Free Press.

Porter, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Pass.

Porter, M. (1994). *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal*. Lisboa: Fórum para a Competitividade.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª ed). Lisboa: Gradiva.

Ray, D. (1998). *Development Economics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Reis, E. (2008). *Estatística Descritiva* (7ª ed.). Lisboa: Edições Silabo.

Reis, E. e Moreira, R. (1993). *Pesquisa de Mercados*. Lisboa: Edições Sílabo.

Remoaldo, P. P., Ribeiro, J.C. e Mendes, É.L. (2012). Turismo: A importância da visão dos residentes. *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa*, 25, 140-143.

Renda, A. I. S. A (2012). *Perceção dos residentes sobre o impacto do turismo na sua qualidade de vida – o caso do Concelho de Loulé*. Tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Faro.

Ribeiro, J. C. (2007). Vectores estratégicos do desenvolvimento de uma região. *Revista REDE2020,3 (2)*. Disponível em www1.eeg.uminho.pt/gestao/veiriz/Rede2020v3n2.pdf.

Ribeiro, J. C. e Santos, J. F. (2005). Desenvolvimento Endógeno e Política Regional. Actas do 11.º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Faro, 16-18 de setembro de 2005. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7171.

Ribeiro, J. C., Vareiro, L.C. e Remoaldo, P. C. (2012). The Host-Tourist Interaction in a World Heritage Site: The Case of Guimarães. *China-USA Business Review*, 11 (3), 283-297. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23078/1/ARTIGO%20CHINA%20USA%202012.pdf

Ribeiro, M. A., Valle, P. O. e Silva, J. A. (2013). Residents' Attitudes towards Tourism Development in Cape Verde Islands. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism, Space, Place and Environment*, 15(4), 654-679.

Richards, G. e Hall, D. (2000). *Tourism and Sustainable Community Development*. London: Routledge.

Richie, B. W. e Inkari, M. (2006). Host Community Attitudes toward Tourism and Cultural Tourism Development: the Case of the Lewes District, Southern England. *International Journal of Tourism Research*, 8(1), 26-44.

Ritchie, J. R. B. e Crouch, G. I. (2003). *The Competitive Destination: A Sustainable Tourism Perspective*. London: Cabi Publishing.

Ritchie, J. R. B. e Crouch, G. I. (2000). The Competitive Destination: A Sustainable Perspective. *Tourism Management*, 21 (1), 1-7.

Rodrigues, A. I. (2004). *Contribuição da comunicação de marketing na formação de imagem de destinos turísticos: o caso do Alentejo*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Rodrigues, A. P., Vieira, I., Marques, C.P. e Teixeira, M. S. (2014). Resident's support for sustainable tourism development: a structural equation model applied to an historic town of North Portugal. *Tourism & Management Studies*, 10 (2), 17- 25.

Roque, V., Fernandes, G. e Raposo, R. (2012). Identificação dos media sociais utilizados pelas organizações de gestão de destinos: o caso de estudo do destino turístico Serra da Estrela. *Revista Turismo e Desenvolvimento*,1 (17/18), 225-234.

Rosa, M. T. P. (2002). *Conceptualização do Desenvolvimento Sustentável - A sua operacionalização no âmbito da governação local através dos Planos Municipais do Ambiente*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Ruiz, A. (1991). *Metodologia Científica*. S. Paulo, BR: Editora Atlas.

Ruschmann, D. e Solha, K. T. (2004). Turismo: uma visão empresarial. Barueri, BR: Manole.

Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33 (4), 1121-1140.

SaeR (2005) – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco. Reinventando o Turismo em Portugal. Estratégia de Desenvolvimento Turístico Português no 1º quartel do Século XXI, V. II. Disponível em http://www.saer.pt/up/UPLOAD-bin2_imagem_0695571001369825877-845.pdf.

Salgado, M. e Leitão, M. L. (2009). *Estratégias de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela*. III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste, Instituto Politécnico de Leiria. Disponível em http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel_eventos/files/3903_15_ManuelSalgado_4bf5695e43024.pdf.

Sandeep, K. e Vinold, K. (2014). Perception of Socio-Culture Impacts of Tourism: A Sociological Review. *International Research Journal of Social Sciences*, 3 (2), 40-43.

Santos, D. (2009a). A perpectiva territorialista. In Costa, J.S. e Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional - teoria, temáticas e políticas* (Vol. I, 218 – 229). Cascais: Princípia.

Santos, D. (2009b). Teorias de inovação de base territorial. In Costa, J.S. e Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional - teoria, temáticas e políticas* (Vol. I, 319 – 352). Cascais: Princípia.

Santos, F. T. (2009c). Resilência Estratégica para um Desenvolvimento Regional Sustentável. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 20, 29-40.

Santos, M. M. C., Marinho, M. F. A e Possamai, A. M. P. (2009). Pesquisa em Turismo: Panorama das Teses de Doutorado produzidas no Brasil de 2005 a 2007. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 3 (3), 3-33.

Santos, M. O. e Baltazar, M. S. (2005). *Experiências de Desenvolvimento Local na Região Portuguesa do Alentejo*. Working Papers (WP31) – Programa DELNET de Apoio ao

Desenvolvimento Local, Turim, Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em http://www.itcilo.org/delnet.

Scalabrini, E. C. B., Remoldo, P. C. A. C.e Lourenço, J. M. (2014). Perceções de residentes a respeito dos impactes da atividade turística: Uma análise das publicações brasileiras sobre o tema. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2 (2), 12-31.

Schone, M. C., Simmons, D. G. e Fairweather, J. R. (2003). Community Perception of Tourism in Christchurch and Akaroa: Challenges for Planning and Recommendations for Management. In Tourism Recreation Research and Education Center, Report nº 34. Lincoln University, Canterbury, New Zealand. Disponível em http://www.telford.ac.nz/PageFiles/6862/905_Rpt34f_s3360.pdf.

Schroeder, T. (1996). The Relationship of Residentes Image of their State as a Tourist Destination and Their Support for tourism, *Journal of Travel Research*, 34 (4), 71-73.

Seers, D. (1979). The Meaning of Development, with a Postscript. In Seers, D. Nafziger, D., O'Brien, C. e Bernstein, H. (eds), *Development Theory: Four Critical Studies* (9-30). London: Frank Cass.

Seers, D. (1963). The Limitations of the Special Case. *Bulletin of the Oxford Institute of Economics and Statistics*, 25 (2), 77-98.

Sharma, B. e Dyer, P. (2009). An investigation of differences in residents' perceptions on the Sunshine Coast: Tourism impacts and demographic variables. *Tourism Geographies*, 11(2), 187-213.

Sharpley, R. (2002). The Challenges of Economic Diversification Through Tourism: The Case of Abu Dhabi. *International Journal Tourism Research*, 4, 221-235.

Siart, S. A. (2003). *Gestión Sostenible en la Industria Turística: Retórica e prática en el sector hoteleiro español*. Tese de Doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona.

Silva, J. A. (2000). *Turismo e Natureza*. Lisboa: Ciclo de Debates do Instituto de Turismo de Portugal, 53-62.

Silva, J. A. (2004). A investigação científica e o turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 1 (1), 9-14.

Silva, J. A., Mendes, J. e Guerreiro, M. (2001b). A Qualidade dos Destinos Turísticos: dos Modelos aos Indicadores. *Revista Portuguesa de Gestão*, 65-81.

Silva, J. F. e Ribeiro, J. C. (2013). *As Assimetrias Regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios*. In NIPE WP 13/2013 – Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, Universidade do Minho. Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24677/1/NIPE_WP_13_2013.pdf.

Silva, J. A. M. e Silva, J. A. V. (2003). Inserção Territorial das Actividades Turísticas em Portugal – Uma Tipologia de Caracterização. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 1(1), 53-74.

Silva, S. (2008). *Capital Humano e Capital Social: Construir Capacidades para o Desenvolvimento dos Territórios*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Silvano, M. J. M. (2006). *O turismo em áreas rurais como factor dedesenvolvimento. O caso do Parque natural de Montezinho*. Tese de Mestrado, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Simão, J. M. (2008). *O sector Público e o Desenvolvimento Turístico Sustentável*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Smith, A. (2006). *A Riqueza das Nações*. 4º Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Smith, S. L. J. (1988). Defining tourism: a supply-side view. *Annals of Tourism Research*, 15 (2), 179-190.

Smith, V. (1989). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: Univesity of Pennsilvannia Press.

SO, A. (1990). *Social Change and Development – Modernization, Dependency and Wold-System Theories*. Newbury Park, California: Sage publications.

Souza, C. A. M. (2009). *Turismo e desenvolvimento: Perceções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

Stöhr, W. (1984). Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies?. *Estudos de Economia*, 4 (4), 461-484.

Stöhr, W. (1990). Introduction. In Stöhr, W. (Ed.), *Global Challenge and Local Response: Inititiatives for Economic Regeneration in Comtemporary Europe* (20-34). London: The United Nations University Press.

Stöhr, W. (1990c) "On the theory and practise of local development in Europe. In Stöhr, W. (ed.), *Global Challenge and Local Response - Inititiatives for Economic Regeneration in Comtemporary Europe* (35-54). London: The United Nations University Press.

Stöhr, W. e Taylor, D.R.F.(1981). Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries. In Akin L. Mabogunje, A. L. e Rameshwar Prasad Misra, R. P. (ed.), *Regional Development Alternatives: International Perspectives* (9-26). Regional Development Series, V. 2., Singapore: Maruzen Asia for United Nations Centre for Regional Development.

Swarbrooke, J. (2002).*Turismo sustentável: conceitos e impactes ambientais* (V.I, 3ª ed.). São Paulo, BR: Aleph.

Tapia, J. R. B. (2005). Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. *São Paulo em Perspectiva*, 19 (1). Disponível em http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a12.pdf.

Teye, V., Sirakaya, E. e Sonmez, S. F. (2002). Residents' attitudes towards tourism development. *Annals of Tourism Research*, 29 (3), 668-688.

Thirlwall, A. L. (2006). *Growth and Development: With Special reference to Developing Economies* (8th. ed.). London: Palgrave Macmillan.

Tosun, C. (2002). Host perceptions of impacts: a comparative tourism study. *Annals of tourism Research*, 29 (1), 231-253.

Tovar, C. e Lockwood, M. (2008). Social impacts of tourism: an Australian regional case study, *International Journal of Tourism Research*, 10, 365–378.

Türkeru, N. e Öztürk, S. (2013). Perceptions of Residents Towards The Impacts of Tourism in the Küre Mountains National Park, Turkey. *International Journal of Business and Social Science*, 4 (2), 45-56.

UE (2014). Regulamento (UE) n.° 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014. Jornal Oficial da União Europeia, L 241 de 2014-08-13.

Untong, A., Kaosa-ard, M., Ramos,V., Sangkakorn, K. e Rwy-Maquieira, J. (2010). *Factors Influencing Local Resident Support for Tourism Development: A Structural Equation Model*. Disponível em http://www.sri.cmu.ac.th/~cct/wp-content/uploads/2012/12/Factor-Influencing-Local-Resident-Support-for-Tourism-Development.pdf.

Vareiro, L. C. (2008). *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

Vareiro, L. M., Remoaldo, P. C. e Ribeiro, J. A. C. (2013). Residents' perceptions of tourism impacts in Guimarães (Portugal): A cluster analysis. *Current Issues in Tourism*, 16 (6), 535-551.

Vargas-Sánchez, A., Plaza-Mejía, M., e Porras-Bueno, N. (2009). Understanding residents' attitudes toward the development of industrial tourism in a former mining community. *Journal of Travel Research*, 47 (3), 373-387.

Vargas-Sánchez, A., Porras-Bueno, N. e Plaza-Mejía, M.A. (2011). Explaining residents' Attitudes to tourism: Is a universal model possible?. *Annals of Tourism Research*, 38 (2), 460–480.

Vaz, M. M. F. C. (2003). *Expressão Regional do Desenvolvimento Turístico*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Vázquez-Barquero, A. (2007). Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*, 11, 183–210. Disponível em http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28901109.

Vázquez-Barquero, A. (2005). *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Barcelona: Editor Antoni bosch.

Vázquez-Barquero, A. (2002). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.

Velt, P. (1999). *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona. Ariel.

Viegas, J. M e Dentinho, T. P. (2010). Introdução. In Viegas, J.M e Dentinho, T. P. (coord.), *Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional* (7-15). Cascais:Principia.

Vieira, J. M. (2007). *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: uma pespectiva estratégica*. Lisboa: Editora Verbo.

WCED (1987) - World Commission on Environment and Development. Our Common Future (Brundtland Commission). Oxford: Oxford University Press.

Weaver, D. B. e Lawton, L. L. (2001). Resident Perceptions in the Urban-Rural Fringe. Annals of Tourism Research, 28 (2), 439-458.

Webster, A. L. (2007). Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: McGraw-Hill.

Williams, J. e Lawson, R. (2001). Community issues and resident opinions of tourism. *Annals of Tourism Research*, 28 (2), 269-290.

Wooldridge, J. (2006). *Introductory Econometrics: A Modern Approach* (3rd ed.). New York: Thomson South-Western.

WTO (2001). Tourism Satellite Account: Recomended Methodological Framework. World Tourism Organization, Madrid.

Yu, C., Chancellor, H.C. e Cole, S.T. (2011). Measuring Residents' Attitudes toward Sustainable Tourism: A Reexamination of the Sustainable Tourism Attitude Scale, *Journal of Travel Research*, 50 (1), 57–63.

Zhou, L., e Liu, K. (2008). Community tourism as practiced in the mountainous Qiang Region of Sichuan Province, China: A case study in Zhenghe village. *Journal of Mountain Science*, 5, 140-156.

Índice de Apêndices

Apêndice 1	Plano de amostragem	239
Apêndice 2	Inquérito aplicado aos residentes da NUT III Beiras e Serra da Estrela	243
Apêndice 3	Testes *post hoc* aplicados aos impactos globais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos	251
Apêndice 4	Testes post hoc aplicados aos impactos económicos do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos	255
Apêndice 5	Testes *post hoc* aplicados aos impactos socioculturais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos	259
Apêndice 6	Testes *post hoc* aplicados aos impactos ambientais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos	263
Apêndice 7	Testes *post hoc* aplicados aos impactos económicos do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos	267
Apêndice 8	Testes *post hoc* aplicados aos impactos socioculturais do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos	271
Apêndice 9	Testes *post hoc* aplicados aos impactos ambientais do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos	275
Apêndice 10	Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos	279
Apêndice 11	Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo o grupo etário dos inquiridos	285
Apêndice 12	Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo as habilitações literárias dos inquiridos	289
Apêndice 13	Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo a situação profissional dos inquiridos	293
Apêndice 14	Testes *post hoc* aplicados às atitudes dos residentes face ao turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos	299
Apêndice 15	Testes *post hoc* aplicados às atitudes dos residentes face ao turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos	303
Apêndice 16	Matriz Fatorial obtida após a Rotação Varimax	305
Apêndice 17	Descrição dos fatores obtidos na matriz fatorial, obtida após a rotação Varimax	311
Apêndice 18	Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função das diferentes variáveis	317

Apêndice 1

Plano de amostragem

Concelhos da NUT III Beiras e Serra da Estrela	Grupo etário	Género		Total de inquéritos a aplicar
		M	F	
Almeida	15 - 24	1	0	1
	25 - 64	3	3	6
	≥ 65	2	3	5
	Total	**6**	**6**	**12**
Belmonte	15 - 24	1	0	1
	25 - 64	3	4	7
	≥ 65	1	2	3
	Total	**5**	**6**	**11**
Celorico da Beira	15 - 24	0	1	1
	25 - 64	3	4	7
	≥ 65	2	2	4
	Total	5	7	**12**
Covilhã	15 - 24	5	4	9
	25 - 64	26	26	52
	≥ 65	9	14	23
	Total	**40**	**44**	**84**
Figueira de Castelo Rodrigo	15 - 24	1	0	1
	25 - 64	3	2	5
	≥ 65	1	3	4
	Total	**5**	**5**	**10**
Fornos de Algodres	15 - 24	0	1	1
	25 - 64	2	2	4
	≥ 65	1	2	3
	Total	**3**	**5**	**8**
Fundão	15 - 24	3	2	5
	25 - 64	14	14	28
	≥ 65	6	9	15
	Total	23	25	**48**
Gouveia	15 - 24	1	2	3
	25 - 64	6	6	12
	≥ 65	3	5	8
	Total	10	13	**23**
Guarda	15 - 24	4	4	8
	25 - 64	21	22	43
	≥ 65	7	10	17
	Total	**32**	**36**	**68**
Manteigas	15 - 24	1	0	1
	25 - 64	1	2	3
	≥ 65	1	1	2
	Total	**3**	**3**	**6**
Meda	15 - 24	1	0	1
	25 - 64	2	2	5
	≥ 65	1	2	3
	Total	**4**	**5**	**9**
Pinhel	15 - 24	1	1	2
	24 - 64	4	4	8
	≥ 65	3	3	6
	Total	**8**	**8**	**16**
Sabugal	15 - 24	1	1	2
	25 - 64	5	5	10
	≥ 65	4	5	9
	Total	**10**	**11**	**21**
Seia	15 - 24	2	2	4
	25 - 64	12	12	24
	≥ 65	5	7	12
	Total	**19**	**21**	**40**
Trancoso	15 - 24	1	1	2
	25 - 64	4	5	9
	≥ 65	2	3	5
	Total	**7**	**9**	**16**

Apêndice 2

Inquérito aplicado aos residentes da região das Beiras e Serra da Estrela

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES DA:

BEIRA INTERIOR NORTE, COVA DA BEIRA E SERRA DA ESTRELA

1. **Concelho de residência:** _____
2. **Número de anos que vive neste concelho:** _____
3. **Concelho de naturalidade:** _____
4. **Costuma gozar férias?** Sim [ ] Não [ ] (se respondeu **Não** passe à pergunta 6)
5. **Indique o local onde habitualmente goza as férias:**

- No concelho onde reside [ ]
- Num concelho da Beira Interior Norte (BIN), Cova da Beira (CB) ou da Serra da Estrela (SE) [ ]
- Noutro concelho de Portugal [ ]
- No estrangeiro [ ]

6. **Qual o local onde encontra turistas com mais frequência?**

Em cada linha assinale com **X** a opção que melhor corresponde à sua opinião.

Escala: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 -Às vezes; 4 – Frequentemente; 5 - Muito frequentemente; 6- NS/NR

	1	2	3	4	5	6
Na rua						
Local de trabalho						
Em locais atrativos (parques ,lagos, outros)						
Estabelecimentos de restauração / bares						
Estabelecimentos comerciais						
Eventos religiosos, culturais ou desportivos						

7. **Trabalha ou já trabalhou na área do turismo?** Sim [ ] Não [ ]

8. **Se respondeu Sim indique o ramo de atividade.** (Assinale com X na opção correta)

Alojamento (hotel, pensão, turismo rural, parques de campismo, outro)	
Transportes (autocarro, táxi, rent-a-car, comboio, outro)	
Restaurantes/ cafés/ bares/ discotecas	
Agências de Viagens/ Postos de turismo/ Museus	
Guia turístico	
Comércio de artesanato e de *souvenirs*	
Outro. Diga qual:_____	

9 - Existe algum membro da sua família que trabalhe na área do turismo?

Sim [ ] Não [ ]

10- Qual a sua opinião sobre o impacto do desenvolvimento do turismo no território de estudo?

Marque com X a opção que melhor corresponde à sua opinião.

	Muito insatisfatório	Insatisfatório	Satisfatório	Bastante satisfatório	Muito satisfatório
A nível global					
A nível económico					
A nível sociocultural					
A nível ambiental					

11 -Qual é a sua opinião relativamente às seguintes afirmações?

Em cada linha assinale com X a opção que melhor corresponde à sua opinião)

Escala: 1 – Discordo completamente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo completamente; 6 – NS/NR

O Turismo tem:	1	2	3	4	5	6
Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural						
Contribuído para aumentar o investimento público no turismo						
Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente						
Contribuído para a qualificação dos recursos humanos						
Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado						
Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região						
Contribuído para aumentar a produção de bens da região						
Contribuído para a valorização externa dos produtos da região						
Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região						
Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal						
Impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes						
Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região						
Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região						
Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos						
Contribuído para a conservação do património construído						
Provocado a escassez dos recursos naturais						
Contribuído para uma melhor utilização/criação das infraestruturas básicas, causando assim menos impactos ambientais negativos						
Contribuído para aumentar a oferta de eventos culturais						
Atraído investimentos nacionais na região						
Atraído investimentos estrangeiros na região						
Contribuído para aumentar a oferta de eventos religiosos						
Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento						
Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos						
Contribuído para a preservação e divulgação da cultura e das tradições locais						
Contribuído para o desenvolvimento social da população residente						
Contribuido para aumentar a insegurança e a criminalidade						

(Continua)

ESCALA: 1 – Discordo completamente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo completamente; 6 – NS/NR

O Turismo tem:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Melhorado a imagem da região						
Diminuido a qualidade do ambiente						
Criado problemas paisagísticos						
Criado problemas urbanísticos						
Sido responsável pela destruição da biodiversidade						
Diminuido a qualidade dos serviços prestados						
Provocado a subida do preço dos bens em geral						
Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixo						
Contribuído para menores investimentos públicos noutros ramos de atividade, devido ao investimento público no turismo						
Levado à perda da identidade cultural da região						
Contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região						
Diminuído a limpeza dos vários concelhos						

12. Como classifica o território de estudo, em relação a cada um dos seguintes itens?

Em cada linha assinale com X a opção que melhor corresponde à sua opinião.

Escala: 1 - Muito insatisfatório; **2-** Insatisfatório; **3 -** Satisfatório; **4 -** Bastante satisfatório; **5 -** Muito satisfatório; **6 -** NS/NR

Recursos Humanos:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Qualificação dos profissionais na área do turismo						
Escolas/cursos na área do turismo						
Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo						
Oferta de mão-de-obra qualificada						
Diversificação da mão-de-obra						
Serviços turísticos:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Variedade da oferta de alojamentos turísticos						
Qualidade da oferta de alojamentos turísticos						
Oferta de restaurantes (variedade/qualidade)						
Oferta de parques de campismo						
Oferta termal						
Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno						
Oferta de postos de informação turística						
Oferta de guias turísticos						
Oferta noturna (bares, discotecas, outros)						
Oferta desportiva (radicais, polidesportivos, outros)						
Oferta recreativa geral (parques de lazer, piscinas, outros)						

(Continua)

Escala: 1 - Muito insatisfatório; **2**- Insatisfatório; **3** – Satisfatório; **4** – Bastante satisfatório; **5** – Muito satisfatório; **6** – NS/NR

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Distribuição de energia elétrica						
Acessibilidades rodoviáris e ferroviárias para a região						
Acessibilidades dentro da região						
Abastecimento de água						
Abastecimento de gás (natural ou outro)						
Saneamento básico						
Recolha e tratamento de resíduos sólidos						
Drenagem e tratamento de águas residuais						
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico						
Segurança e serviços de proteção civil						
Serviços de saúde						
Serviços bancários						
Serviços de justiça						
Recursos naturais:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Recursos paisagísticos						
Recursos termais						
Recursos faunísticos						
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios						
Parques naturais protegidos						
Qualidade do ar, água e solo						
Património etnográfico:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Atividades agrícolas tradicionais						
Tradições						
Artesanato local						
Gastronomia						
Festividades (festas e romarias)						
Eventos culturais						
Eventos religiosos						
Património histórico-monumental:	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
Museus						
Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)						
Aldeias históricas						
Monumentos civis						
Monumentos religiosos						

13. Como classifica as medidas tomadas na no território de estudo no sentido de:

Em cada linha assinale com X a opção que melhor corresponde à sua opinião.

Escala: 1 - Muito insatisfatórias; **2**- Insatisfatórias; **3** – Satisfatórias; **4** – Bastante satisfatórias; **5** – Muito satisfatórias; **6** – NS/NR

	1	2	3	4	5	6
Preservar e valorizar o património cultural						
Preservar e valorizar o património natural						
Preservar e valorizar o património etnográfico						
Conceber novos produtos e serviços turísticos, centrados nos recursos endógenos da região						
Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia)						
Aumentar a qualidade dos serviços prestados						
Aumentar a hospitalidade por parte dos residentes						
Aumentar os meios de divulgação						
Aumentar a qualidade do ambiente						
Envolver os turistas nas questões ambientais						
Envolver a comunidade local nas questões ambientais						
Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local						
Desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local						
Favorecer o planeamento do território						
Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo						
Apoiar o investimento no turismo da região						
Promover parcerias entre entidades (empresas, universidades, instituições, ONG)						

14. Diga, por favor, qual é a sua opinião relativamente às seguintes afirmações.

Em cada linha assinale com **X** a opção que melhor corresponde à sua opinião.

Escala: 1 – Discordo completamente; **2** – Discordo; **3** – Não concordo nem discordo; – Concordo; **5** – Concordo completamente; **6** – NS/NR

	1	2	3	4	5	6
Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo						
O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território						
Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo						
O turismo cria e fixa riqueza no território						
O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território						

Caraterização pessoal do respondente ao inquérito:

15. **Género :** M [ ] F [ ]

16. **Grupo etário:** 15 – 24 [ ] 25 – 64 [ ] 65 ou Mais [ ]

17. **Estado Civil:** Solteiro [ ] Casado [ ] Viúvo [ ] Divorciado [ ] Outro [ ]

18. **Qual a dimensão do número de pessoas do seu agregado familiar?**_____

19. **Habilitações literárias:**

Sem habilitações [ ] 1º ciclo [ ] 2º ciclo [ ] 3º ciclo[ ] Secundário [ ]

CET [ ] Licenciatura [ ] Mestrado [ ] Doutoramento [ ]

20. **Situação profissional:**

Empregado [ ] Desempregado [ ] Estudante [ ] Reformado [ ]

Procura 1º emprego [ ] Doméstico [ ] Outra [ ] Qual? _____

21. **Se assinalou a resposta empregado, indique, por favor, a sua profissão:**

Profissional das forças armadas	**0**
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores	**1**
Especialistas das actividades intelectuais e científicas (engenheiros, médicos, professores, advogados,…)	**2**
Técnicos e profissões de nível intermédio (técnicos das engenharias, encarregados da industria/construção, técnicos agricolas, …)	**3**
Pessoal administrativo (empregado de escritório, carteiro, pessoal de apoio direto a clientes, …)	**4**
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	**5**
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	**6**
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	**7**
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (operadores das pedreiras, da industria, maquinistas, …)	**8**
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	**9**

Muito OBRIGADO pelo seu tempo e atenção!

Apêndice 3

Testes *post hoc* aplicados aos impactos globais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas):

No caso do teste de Kruskall-Wallis, foi realizada a comparação de categorias duas a duas, para identificar entre que categorias (*i*,*j*) existiam diferenças significativas. Tal exigiu a determinação da diferença absoluta entre as médias das posições dos elementos em cada categoria $\left(\left|\bar{R}_i - \bar{R}_j\right|\right)$ e do valor crítico c_{ij},

$$c_{ij} = \sqrt{\chi^2_{k-1}(0{,}05)\left(\frac{n(n+1)}{12}\right)\left(\frac{1}{n_i}+\frac{1}{n_j}\right)},$$

sendo *k* o número de categorias, $\chi^2_{k-1}(0{,}05)$ valor obtido pela distribuição do qui-quadrado com *k*-1 graus de liberdade, n a dimensão da amostra, n_i e n_j o número de elementos em cada uma das categorias *i* e *j*, respetivamente.

Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos globais do turismo, segundo a sub-região turístico de residência dos inquiridos.

Perceção dos impactos do turismo	Sub-região	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
A nível global	BIN	170	159,40	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 73,56	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	232,96	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 30,86	
	SE	71	190,26	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 42,70	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
A nível económico	BIN	170	173,42	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 43,73	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	217,15	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 15,12	
	SE	71	188,54	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 28,61	
A nível ambiental	BIN	170	174,19	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 40,06	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	214,25	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 18,35	
	SE	71	192,54	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 21,71	
A nível sociocultural	BIN	170	166,93	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 59,07	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	226,00	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 19,32	
	SE	71	186,25	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 39,75	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

Apêndice 4

Testes *post hoc* aplicados aos impactos económicos do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos.

	Impactos económicos	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	BIN	170	167,22	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 54,83	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	222,05	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 26,28	
		SE	71	193,50	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 28,55	
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	BIN	170	161,44	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 64,98	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	226,42	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 37,13	
		SE	71	198,57	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 27,85	
	Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	BIN	170	168,38	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 44,42	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	212,80	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 41,00	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	209,38	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 3,42	
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	BIN	170	165,18	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 56,29	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	221,47	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 34,40	
		SE	71	199,58	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 21,89	
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	BIN	170	163,58	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 65,73	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	229,31	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 24,02	
		SE	71	187,60	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 41,71	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região	BIN	170	170,40	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 41,74	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	212,14	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 35,45	
		SE	71	205,85	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 6,29	
	Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal	BIN	170	164,15	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 53,82	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	217,97	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 44,94	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	209,09	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 8,88	
	Impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes	BIN	170	164,18	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 52,63	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	216,81	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 47,17	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	211,35	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 5,46	
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	BIN	170	163,57	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 53,02	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	216,59	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 49,69	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	213,26	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 3,33	
	Atraído investimentos nacionais na região	BIN	170	167,74	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 57,31	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	225,05	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 18,49	
		SE	71	186,23	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 38,82	
	Atraído investimentos estrangeiros na região	BIN	170	182,05	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 36,52	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	218,57	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 17,03	
		SE	71	165,02	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 53,55	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento	BIN	170	158,05	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 53,41	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	211,46	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 78,75	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	236,80	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 25,34	

Apêndice 5

Testes post hoc aplicados aos impactos socioculturais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos socioculturais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

	Impactos socioculturais	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para a qualificação dos recursos humanos	BIN	170	164,25	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 58,01	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	222,26	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 35,95	
		SE	71	200,20	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 22,06	
	Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado	BIN	170	162,20	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 55,50	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	217,70	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 52,10	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	214,30	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 3,40	
	Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região	BIN	170	163,38	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 51,06	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	214,44	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 54,64	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	218,02	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 3,58	
	Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos	BIN	170	170,71	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 33,37	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	204,08	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 50,64	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	221,35	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 17,27	
	Contribuído para a conservação do património construído	BIN	170	171,18	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 28,87	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	200,05	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 57,15	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	228,33	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 28,28	
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos culturais	BIN	170	175,56	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 20,85	
		CB	143	196,41	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 49,62	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	225,18	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 28,77	
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos religiosos	BIN	170	169,85	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 44,71	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	214,56	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 32,46	
		SE	71	202,31	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 12,25	
	Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos	BIN	170	165,27	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 32,02	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	197,29	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 82,78	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	248,05	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 50,76	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Contribuído para a preservação e divulgação d acultura e das tradições locais	BIN	170	168,70	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 33,10	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	201,80	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 62,05	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	230,75	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 28,95	
	Contribuído para o desenvolvimento social da população residente	BIN	170	165,00	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 42,72	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	207,72	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 62,69	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	227,69	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 19,97	
	Contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região	BIN	170	172,06	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 33,02	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		CB	143	205,08	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 44,04	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	216,10	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 11,02	
Negativos	Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade	BIN	170	204,84	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 8,53	
		CB	143	196,31	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 49,55	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		SE	71	155,29	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 41,02	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

Apêndice 6

Testes *post hoc* aplicados aos impactos ambientais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos.

	Impactos ambientais	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Positivos	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	BIN	170	172,21	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 49,45	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
		CB	143	221,66	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 10,14		
		SE	71	182,35	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 39,31		
	Melhorado a imagem da região	BIN	170	157,83	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 66,7	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
		CB	143	224,53	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 53,18	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
		SE	71	211,01	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 13,52		
Negativos	Provocado a escassez dos recursos naturais locais	BIN	170	192,11	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 14,04		
		CB	143	206,15	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 26,17		
		SE	71	165,94	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 40,21	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	Criado problemas paisagísticos	BIN	170	167,76	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 39,22	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
		CB	143	206,98	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 54,83	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
		SE	71	222,59	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 15,61		
	Diminuído a limpeza dos concelhos da região	BIN	170	178,05	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 40,4	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
		CB	143	218,45	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 3,22		
		SE	71	174,83	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 43,62	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho

Apêndice 7

Testes *post hoc* aplicados aos impactos económicos do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos

7.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo o grupo etário

7.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo as habilitações literárias

7.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo a situação profissional

7.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo o grupo etário

	Impactos económicos	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	15 - 24	42	191,27	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 14,63$	
		25 - 64	223	205,90	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 23,45$	
		≥ 65	119	167,82	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 38,08$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	15 - 24	42	193,02	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 13,06$	
		25 - 64	223	206,08	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 26,15$	
		≥ 65	119	166,87	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 39,21$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	15 - 24	42	202,57	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 6,59$	
		25 - 64	223	209,16	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 44,84$	
		≥ 65	119	157,73	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 51,43$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	15 - 24	42	194,85	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 8,79$	
		25 - 64	223	203,64	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 24,05$	
		≥ 65	119	170,80	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 32,84$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Atraído investimentos nacionais na região	15 - 24	42	200,38	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 3,98$	
		25 - 64	223	204,36	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 32,88$	
		≥ 65	119	167,50	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 36,86$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

7.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo as habilitações literárias

	Impactos económicos	Habilitações literárias	N	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
						C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	(1) Ens. Básico	106	156,80	156,80	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 42,99$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(2) Ens. Secundário /CET	108	199,79	199,79	$C_{(1)\,(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 53,33$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Ens. Superior	170	210,13	210,13	$C_{(2)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 10,34$	
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população	(1) Ens. Básico	106	171,26	171,26	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 17,53$	
		(2) Ens. Secundário /CET	108	188,79	188,79	$C_{(1)\,(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 36,84$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Ens. Superior	170	208,10	208,10	$C_{(2)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 19,31$	
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	(1) Ens. Básico	106	164,22	164,22	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 37,34$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(2) Ens. Secundário /CET	108	201,56	201,56	$C_{(1)\,(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 40,16$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Ens. Superior	170	204,38	204,38	$C_{(2)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 2,82$	
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	(1) Ens. Básico	106	153,60	153,60	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 55,83$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(2) Ens. Secundário /CET	108	209,43	209,43	$C_{(1)\,(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 52,40$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Ens. Superior	170	206,00	206,00	$C_{(2)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 3,43$	
	Atraído investimentos nacionais na região	(1) Ens. Básico	106	165,26	165,26	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 34,04$	
		(2) Ens. Secundário /CET	108	199,30	199,30	$C_{(1)\,(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 39,90$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Ens. Superior	170	205,16	205,16	$C_{(2)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 5,86$	
	Atraído investimentos estrangeiros na região	(1) Ens. Básico	106	169,14	169,14	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 26,65$	
		(2) Ens. Secundário /CET	108	195,79	195,79	$C_{(1)\,(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 35,83$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Ens. Superior	170	204,97	204,97	$C_{(2)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 9,18$	

7.3 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos económicos do turismo, segundo a situação profissional

	Impactos económicos	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para aumentar o investimento publico no turismo	(1) Com trabalho	211	210,37	$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 46,16	
		(2) Sem trabalho	28	164,21	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 42,55	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Reformado	119	167,82	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 19,47	
		(4) Estudante	26	190,90	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 3,61	
					$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 26,69	
					$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 23,08	
	Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	(1) Com trabalho	211	204,00	$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 62,37	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(2) Sem trabalho	28	141,63	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 20,20	
		(3) Reformado	119	183,80	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 10,21	
		(4) Estudante	26	193,79	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 42,17	
					$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 52,16	
					$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 9,99	
	Contribuído para aumentar a produção de bens da região	(1) Com trabalho	211	211,18	$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 57,57	
		(2) Sem trabalho	28	153,61	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 44,31	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Reformado	119	166,87	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 11,10	
		(4) Estudante	26	200,08	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 13,26	
					$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 46,47	
					$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 33,21	
	Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	(1) Com trabalho	211	213,05	$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 26,84	
		(2) Sem trabalho	28	186,21	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 55,32	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Reformado	119	157,73	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 21,42	
		(4) Estudante	26	191,63	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 28,48	
					$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 5,42	
					$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 33,90	
	Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	(1) Com trabalho	211	208,36	$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 39,34	
		(2) Sem trabalho	28	169,02	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 37,56	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Reformado	119	170,80	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 19,98	
		(4) Estudante	26	188,38	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 1,78	
					$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 19,36	
					$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 17,58	
	Atraído investimentos nacionais na região	(1) Com trabalho	211	207,14	$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 44,10	
		(2) Sem trabalho	28	163,04	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 39,64	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(3) Reformado	119	167,50	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 12,69	
		(4) Estudante	26	219,83	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 4,46	
					$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 56,79	
					$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 52,33	

Apêndice 8

Testes *post hoc* aplicados aos impactos socioculturais do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos

8.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos socioculturais do turismo, segundo o grupo etário

8.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos socioculturais do turismo, segundo as habilitações literárias

8.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos socioculturais do turismo, segundo o grupo etário

	Impactos socioculturais	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivo	Contribuído para o aumento	15 - 24	42	224,58	$C_{(15\text{-}24)\,(25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 45{,}93$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	quantitativo e qualitativo das	25 - 64	223	178,65	$C_{(15\text{-}24)\,(\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 17{,}45$	
	infraestruturas e serviços básicos	≥ 65	119	207,13	$C_{(25\text{-}64)\,(\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 28{,}48$	

8.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos socioculturais do turismo, segundo as habilitações literárias

	Impactos socioculturais	Habilitações literárias	N	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
						C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para	Ens. Básico	106	174,3	174,29	$C_{(1)\,(2)} = 37{,}14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 7{,}23$	
	melhorar a qualidade de	Ens. Secundário /CET	108	167,1	167,06	$C_{(1)\,(3)} = 33{,}62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 33{,}02$	
	vida dos residentes,	Ens. Superior	170	207,3	207,31	$C_{(2)\,(3)} = 33{,}43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 40{,}25$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	pelo rendimento gerado							

Apêndice 9

Testes *post hoc* aplicados aos impactos ambientais do turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos

9.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo o grupo etário

9.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo as habilitações literárias

9.3 Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo a situação profissional

9.1 – Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo o grupo etário

	Impactos ambientais	Grupo etário	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	15 - 24	42	202,74	$C_{(15\text{-}24)\,(25\text{-}64)} = 45,69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 1,13$	
		25 - 64	223	203,87	$C_{(15\text{-}24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 35,16$	
		≥ 65	119	167,58	$C_{(25\text{-}64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 36,29$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Melhorado a imagem da região	15 - 24	42	200,92	$C_{(15\text{-}24)\,(25\text{-}64)} = 45,69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 6,77$	
		25 - 64	223	207,69	$C_{(15\text{-}24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 39,86$	
		≥ 65	119	161,06	$C_{(25\text{-}64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 46,63$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

9.2 – Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo as habilitações literárias

	Impactos ambientais	Habilitações literárias	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivo	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	Ens. Básico	106	166,43	$C_{(1)\,(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 30,29$	
		Ens. Secundário /CET	108	196,72	$C_{(1)\,(3)} = 33,43$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 39,64$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		Ens. Superior	170	206,07	$C_{(2)\,(3)} = 25,03$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 9,35$	

9.3 – Análise das diferenças estatisticamente significativas das perceções dos impactos ambientais do turismo, segundo a situação profissional

	Impactos ambientais	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
					C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Positivos	Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural				$C_{(1)\,(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 34,55$	
		(1) Com trabalho	211	206,98	$C_{(1)\,(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 39,40$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(2) Sem trabalho	28	172,43	$C_{(1)\,(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 3,71$	
		(3) Reformado	119	167,58	$C_{(2)\,(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 4,85$	
		(4) Estudante	26	210,69	$C_{(2)\,(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 38,26$	
					$C_{(3)\,(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 43,11$	
	Melhorado a imagem da região				$C_{(1)\,(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 33,70$	
		(1) Com trabalho	211	213,06	$C_{(1)\,(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 52,00$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
		(2) Sem trabalho	28	179,36	$C_{(1)\,(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 29,37$	
		(3) Reformado	119	161,06	$C_{(2)\,(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 18,30$	
		(4) Estudante	26	183,69	$C_{(2)\,(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 4,33$	
					$C_{(3)\,(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 22,63$	

Apêndice 10

Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os **recursos humanos**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os **serviços turísticos**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.3 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as **infraestruturas e serviços de apoio ao turismo**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.4 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os **recursos naturais**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.5 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o **património etnográfico**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.6 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o **património histórico-monumental**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.7 Analise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a **gestão do destino turístico**, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

10.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Recursos humanos	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Qualificação dos profissionais do turismo	BIN	170	157,47	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 81,65	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	239,12	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 5,02		
	SE	71	162,49	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 76,63	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
Escolas/cursos na área do turismo	BIN	170	157,83	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 71,01	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	228,84	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 44,49	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	202,32	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 26,52		
Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo	BIN	170	154,72	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 74,09	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	228,81	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 55,10	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	209,82	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 18,99		
Oferta de mão-de-obra qualificada	BIN	170	170,15	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 48,67	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	218,82	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 22,85		
	SE	71	193,00	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 25,82		
Diversificação da mão-de-obra	BIN	170	163,39	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 54,71	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	218,10	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 47,24	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	210,63	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 7,47		

10.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Serviços turísticos	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Variedade da oferta de alojamentos turísticos	BIN	170	149,25	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 96,4	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	245,65	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 39,75		
	SE	71	189,00	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 56,65		
Qualidade da oferta de alojamentos turísticos	BIN	170	153,48	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 90,36	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	243,84	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 29,03		
	SE	71	182,51	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 61,33	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
Oferta de restaurantes (variedade/qualidade)	BIN	170	168,81	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 51,54	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	220,35	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 24,32		
	SE	71	193,13	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 27,22		
Oferta de parques de campismo	BIN	170	155,66	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 65,76	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	221,42	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 66,82	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	222,48	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 1,06		
Oferta termal	BIN	170	171,95	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 24,63		
	CB	143	196,58	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 61,53	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	233,48	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 36,9		
Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno	BIN	170	169,11	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 47,61	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	216,72	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 30,63		
	SE	71	199,74	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 16,98		
Oferta de postos de informação turística	BIN	170	167,49	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 49,44	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	216,93	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 35,68		
	SE	71	203,17	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 13,76		
Oferta de guias turísticos	BIN	170	171,04	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 37,28	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	208,32	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 40,97	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	212,01	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 3,69		
Oferta noturna (bares, discotecas)	BIN	170	176,41	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 31,01	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	207,42	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 24,56		
	SE	71	200,97	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 6,45		
Oferta desportiva (radicais, polidesportivos, outros)	BIN	170	176,04	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 14,02		
	CB	143	190,06	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 60,79	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	236,83	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 46,77	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
Oferta recreativa geral (parques de lazer, piscinas, outros)	BIN	170	172,11	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 27,27		
	CB	143	199,38	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 55,35	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	227,46	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 28,08		

10.3 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Distribuição de energia elétrica	BIN	170	170,74	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 29,33	
	CB	143	200,07	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 58,63	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	229,37	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 29,3	
Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região	BIN	170	173,74	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 35,83	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	209,57	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 29,28	
	SE	71	203,02	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 6,55	
Abastecimento de água	BIN	170	170,50	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 23,95	
	CB	143	194,45	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 70,75	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	241,25	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 46,8	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Abastecimento de gás (natural ou outro)	BIN	170	172,77	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 24,09	
	CB	143	196,86	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 58,18	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	230,95	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 34,09	
Drenagem e tratamento de águas residuais	BIN	170	171,96	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 28,01	
	CB	143	199,97	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 54,69	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	226,65	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 26,68	
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	BIN	170	175,74	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 25,56	
	CB	143	201,30	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 39,15	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	214,89	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 13,59	
Serviços de saúde	BIN	170	165,36	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 65,45	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	230,81	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 14,96	
	SE	71	180,32	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 50,49	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Serviços bancários	BIN	170	172,00	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 42,2	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	214,20	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 25,88	
	SE	71	197,88	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 16,32	
Serviços de justiça	BIN	170	167,56	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 51,97	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	219,53	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 30,22	
	SE	71	197,78	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 21,75	

10.4 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Recursos naturais	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Recursos paisagísticos	BIN	170	171,42	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 23,36	
	CB	143	194,78	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 66,97	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	238,39	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 43,61	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos termais	BIN	170	191,10	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 11,37	
	CB	143	179,73	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 54,41	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	245,51	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 65,78	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos faunísticos	BIN	170	172,66	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 12,5	
	CB	143	185,16	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 82,13	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	254,79	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 69,63	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	BIN	170	178,73	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 2,21	
	CB	143	180,94	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 70,01	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	248,74	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 67,8	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Parques naturais protegidos	BIN	170	173,09	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 15,63	
	CB	143	188,72	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 73,51	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	246,60	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 57,88	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Qualidade do ar, água e solo	BIN	170	178,96	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 13,11	
	CB	143	192,07	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 46,81	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	225,77	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 33,7	

10.5 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Património etnográfico	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Atividades agrícolas tradicionais	BIN	170	172,07	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 49,1	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	221,17	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 11,61	
	SE	71	183,68	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 37,49	
Festividades (festas e romarias)	BIN	170	175,59	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 16,69	
	CB	143	192,28	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 57,85	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	233,44	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 41,16	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Eventos culturais	BIN	170	153,23	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 62,55	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	CB	143	215,78	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 86,42	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	SE	71	239,65	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 23,87	

10.6 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Património histórico-monumental	Teste Tukey (*post-hoc*)		
	Sub-regiões	*p*	Conclusão
Museus	BIN - CB	0,002	p<α Rejeitar Ho
	BIN - SE	0,000	p<α Rejeitar Ho
	CB - SE	0,002	p<α Rejeitar Ho
Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)	BIN - CB	0,967	p>α Aceitar Ho
	BIN - SE	0,000	p<α Rejeitar Ho
	CB - SE	0,000	p<α Rejeitar Ho
Aldeias históricas	BIN - CB	0,599	p>α Aceitar Ho
	BIN - SE	0,002	p<α Rejeitar Ho
	CB - SE	0,000	p<α Rejeitar Ho
Monumentos religiosos	BIN - CB	0,780	p>α Aceitar Ho
	BIN - SE	0,000	p<α Rejeitar Ho
	CB - SE	0,003	p<α Rejeitar Ho

10.7 - Analise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Gestão do destino turístico	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Preservar e valorizar o património natural	BIN	170	173,26	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 35,96	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	209,22	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 31,63		
	SE	71	204,89	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 4,33		
Preservar e valorizar o património etnográfico	BIN	170	178,11	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 34,80	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	212,91	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 7,74		
	SE	71	185,85	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 27,06		
Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região	BIN	170	161,82	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 65,50	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	227,32	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 34,00		
	SE	71	195,82	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 31,50		
Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia)	BIN	170	165,24	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 55,50	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	220,74	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 35,66		
	SE	71	200,90	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 19,84		
Aumentar a qualidade dos serviços prestados	BIN	170	164,11	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 64,89	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	229,00	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 22,84		
	SE	71	186,95	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 42,05	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
Aumentar os meios de divulgação	BIN	170	167,84	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 51,11	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	218,95	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 30,45		
	SE	71	198,29	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 20,66		
Envolver os turistas nas questões ambientais	BIN	170	175,29	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 31,78	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	207,07	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 29,06		
	SE	71	204,35	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 2,72		
Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local	BIN	170	174,54	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 39,19	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	213,73	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 18,21		
	SE	71	192,75	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 20,98		
Favorecer o planeamento do território	BIN	170	176,85	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 37,22	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	214,07	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 9,67		
	SE	71	186,52	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 27,55		
Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo	BIN	170	157,63	$C_{BIN\,CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 66,94	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	224,57	$C_{BIN\,SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 45,18	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	202,81	$C_{CB\,SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 21,76		

Apêndice 11

Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo o grupo etário dos inquiridos

11.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os **serviços turísticos**, segundo o grupo etário

11.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as **infraestruturas e serviços de apoio ao turismo**, segundo o grupo etário

11.3 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os **recursos naturais**, segundo o grupo etário

11.4 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o **património etnográfico**, segundo o grupo etário

11.5 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o **património histórico-monumental**, segundo o grupo etário

11.6 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a **gestão do destino turístico**, segundo o grupo etário

11.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo o grupo etário

Serviços turísticos	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Oferta termal	15 - 24	42	176,64	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 6{,}62$	
	25 - 64	223	183,26	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 38{,}76$	
	≥ 65	119	215,40	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 32{,}14$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

11.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo o grupo etário

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Distribuição de energia eléctrica	15 - 24	42	189,42	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 13{,}61$	
	25 - 64	223	175,81	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 35{,}45$	
	≥ 65	119	224,87	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 49{,}06$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Acessibilidades dentro da região	15 - 24	42	229,44	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 47{,}29$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	25 - 64	223	182,15	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 30{,}58$	
	≥ 65	119	198,86	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 16{,}71$	
Abastecimento de água	15 - 24	42	209,33	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 37{,}83$	
	25 - 64	223	171,50	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 16{,}58$	
	≥ 65	119	225,91	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 54{,}41$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Abastecimento de gás (natural ou outro)	15 - 24	42	206,50	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 36{,}78$	
	25 - 64	223	169,72	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 23{,}74$	
	≥ 65	119	230,24	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 60{,}52$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Saneamento básico	15 - 24	42	202,40	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 31{,}69$	
	25 - 64	223	170,71	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 27{,}43$	
	≥ 65	119	229,83	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 59{,}12$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	15 - 24	42	195,83	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 24{,}90$	
	25 - 64	223	170,93	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 35{,}91$	
	≥ 65	119	231,74	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 60{,}81$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Drenagem e tratamento de águas residuais	15 - 24	42	207,55	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 39{,}73$	
	25 - 64	223	167,82	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 25{,}90$	
	≥ 65	119	233,45	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 65{,}63$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	15 - 24	42	208,19	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 36{,}58$	
	25 - 64	223	171,61	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 17{,}92$	
	≥ 65	119	226,11	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 54{,}50$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Serviços de saúde	15 - 24	42	210,74	$C_{(15\text{-}24)\ (25\text{-}64)} = 45{,}69$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(25\text{-}64)}\| = 8{,}85$	
	25 - 64	223	201,89	$C_{(15\text{-}24)\ (\geq 65)} = 48{,}76$	$\|R_{(15\text{-}24)} - R_{(\geq 65)}\| = 42{,}28$	
	≥ 65	119	168,46	$C_{(25\text{-}64)\ (\geq 65)} = 30{,}84$	$\|R_{(25\text{-}64)} - R_{(\geq 65)}\| = 33{,}43$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

11.3 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo o grupo etário

Recursos naturais	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Recursos paisagísticos	15 - 24	42	203,39	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 35,56$	
	25 - 64	223	167,83	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 31,50$	
	≥ 65	119	234,89	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 67,06$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos termais	15 - 24	42	204,42	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 32,20$	
	25 - 64	223	172,22	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 21,87$	
	≥ 65	119	226,29	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 54,07$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos faunísticos	15 - 24	42	202,55	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 34,61$	
	25 - 64	223	167,94	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 32,43$	
	≥ 65	119	234,98	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 67,04$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	15 - 24	42	193,70	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 20,99$	
	25 - 64	223	172,71	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 35,47$	
	≥ 65	119	229,17	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 56,46$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Parques naturais protegidos	15 - 24	42	192,90	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 24,37$	
	25 - 64	223	168,53	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 44,37$	
	≥ 65	119	237,27	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 68,74$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Qualidade do ar, água e solo	15 - 24	42	192,52	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 15,17$	
	25 - 64	223	177,35	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 28,37$	
	≥ 65	119	220,89	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 43,54$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

11.4 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo o grupo etário

Património etnográfico	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Artesanato local	15 - 24	42	196,31	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 11,79$	
	25 - 64	223	208,10	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 34,38$	
	≥ 65	119	161,93	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 46,17$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Eventos culturais	15 - 24	42	207,50	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 3,89$	
	25 - 64	223	203,61	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 41,11$	
	≥ 65	119	166,39	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 37,22$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

11.5 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo o grupo etário

Património histórico-monumental	Grupo etário	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Museus	15 - 24	42	196,17	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 15,04$	
	25 - 64	223	211,21	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 40,03$	
	≥ 65	119	156,14	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 55,07$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Monumentos civis	15 - 24	42	203,02	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 9,24$	
	25 - 64	223	212,26	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 51,27$	
	≥ 65	119	151,75	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 60,51$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

11.6 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo o grupo etário

Gestão do destino turístico	Grupo etário	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Aumentar a qualidade dos serviços prestados	15 - 24	42	226,60	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 46,40$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	25 - 64	223	180,20	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 23,08$	
	≥ 65	119	203,52	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 23,32$	

Apêndice 12

Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo as habilitações literárias dos inquiridos

12.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo as habilitações literárias

12.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo as habilitações literárias

12.3 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo as habilitações literárias

12.4 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo as habilitações literárias

12.5 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo as habilitações literárias

12.6 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo as habilitações literárias

12.7 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo as habilitações literárias

12.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos humanos, segundo as habilitações literárias

Recursos humanos	Habilitações literárias	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Oferta de mão-de-obra qualificada	Ens. Básico	106	186,04	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 13,20$	
	Ens. Secundário /CET	108	172,84	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 22,98$	
	Ens. Superior	170	209,02	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 36,18$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Diversificação da mão-de-obra	Ens. Básico	106	182,43	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 7,34$	
	Ens. Secundário /CET	108	175,09	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 27,41$	
	Ens. Superior	170	209,84	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 34,75$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

12.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo as habilitações literárias

Serviços turísticos	Habilitações literárias	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Oferta termal	Ens. Básico	106	225,26	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 55,88$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	169,38	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 38,50$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Superior	170	186,76	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 17,38$	

12.3 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo as habilitações literárias

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Teste Tukey (post-hoc)		
	Habilitações literárias	*p*	Conclusão
Abastecimento de gás (natural ou outro)	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,016	p<α Rejeitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,060	p>α Aceitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,705	p>α Aceitar Ho
Saneamento básico	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,036	p<α Rejeitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,584	p>α Aceitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,185	p>α Aceitar Ho
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,033	p<α Rejeitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,669	p>α Aceitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,129	p>α Aceitar Ho
Drenagem e tratamento de águas residuais	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,028	p<α Rejeitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,289	p>α Aceitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,374	p>α Aceitar Ho
Serviços bancários	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,257	p>α Aceitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,031	p<α Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,702	p>α Aceitar Ho

12.4 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo as habilitações literárias

Recursos naturais	Habilitações literárias	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Recursos paisagísticos	Ens. Básico	106	214,35	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 49,54$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	164,81	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 17,89$	
	Ens. Superior	170	196,46	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 31,65$	
Recursos termais	Ens. Básico	106	217,78	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 47,08$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	170,70	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 27,20$	
	Ens. Superior	170	190,58	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 19,88$	
Recursos faunísticos	Ens. Básico	106	227,50	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 69,71$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	157,79	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 34,77$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Superior	170	192,73	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 34,94$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	Ens. Básico	106	221,91	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 57,23$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	164,68	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 30,07$	
	Ens. Superior	170	191,84	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 27,16$	
Parques naturais protegidos	Ens. Básico	106	228,68	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 71,59$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	157,09	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 36,24$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Superior	170	192,44	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 35,35$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

12.5 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo as habilitações literárias

Património etnográfico	Teste Tukey (post-hoc)			
	Habilitações literárias	*p*	Conclusão	
Eventos culturais	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,267	p>α	Aceitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,005	p<α	Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,419	p>α	Aceitar Ho

12.6 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo as habilitações literárias

Património histórico-monumental	Habilitações literárias	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Museus	Ens. Básico	106	151,26	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 43,68$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET	108	194,94	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 65,40$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Superior	170	216,66	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 21,72$	
Monumentos civis	Ens. Básico	106	169,47	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 28,53$	
	Ens. Secundário /CET	108	198	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 33,90$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. Superior	170	203,37	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 5,37$	

12.7 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo as habilitações literárias

Gestão do destino turístico	Habilitações literárias	N	R	Teste *post-hoc* de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Envolver os turistas nas questões ambientais	Ens. básico	106	217,77	$C_{(1)(2)} = 37,14$	$R_{(1)} - R_{(2)} = 35,32$	
	Ens. secundário /CET	108	182,45	$C_{(1)(3)} = 33,62$	$R_{(1)} - R_{(3)} = 34,65$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	Ens. superior	170	183,12	$C_{(2)(3)} = 33,43$	$R_{(2)} - R_{(3)} = 0,67$	

Apêndice 13

Testes *post hoc* aplicados aos fatores de desenvolvimento do turismo, segundo a situação profissional dos inquiridos

13.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a situação profissional

13.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo a situação profissional

13.3 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a situação profissional

13.4 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a situação profissional

13.5 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a situação profissional

13.6 Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a situação profissional

13.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os serviços turísticos, segundo a situação profissional

Serviços turísticos	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Oferta termal	(1) Com trabalho	211	178,50	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 11,66$		
	(2) Sem trabalho	28	190,16	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 36,90$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	215,40	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 25,35$		
	(4) Estudante	26	203,85	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 25,24$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 13,69$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 11,55$		

13.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com as infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, segundo a situação profissional

Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Distribuição de energia elétrica	(1) Com trabalho	211	173,95	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 8,87$		
	(2) Sem trabalho	28	182,82	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 50,92$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	224,87	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 31,38$		
	(4) Estudante	26	205,33	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 42,05$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 22,51$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 19,54$		
Abastecimento de água	(1) Com trabalho	211	172,86	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 11,03$		
	(2) Sem trabalho	28	183,89	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 53,05$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	225,91	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 35,37$		
	(4) Estudante	26	208,23	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 42,02$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 24,34$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 17,68$		
Abastecimento de gás (natural ou outro)	(1) Com trabalho	211	171,63	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 10,32$		
	(2) Sem trabalho	28	181,95	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 58,61$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	230,24	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 28,85$		
	(4) Estudante	26	200,48	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 48,29$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 18,53$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 29,76$		
Saneamento básico	(1) Com trabalho	211	169,51	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 10,78$		
	(2) Sem trabalho	28	180,29	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 60,32$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	229,83	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 51,82$		
	(4) Estudante	26	221,33	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 49,54$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 41,04$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 8,50$		
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	(1) Com trabalho	211	171,23	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 1,78$		
	(2) Sem trabalho	28	169,45	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 60,51$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	231,74	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 39,06$		
	(4) Estudante	26	210,29	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 62,29$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 40,84$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 21,45$		
Drenagem e tratamento de águas residuais	(1) Com trabalho	211	169,92	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 3,90$		
	(2) Sem trabalho	28	166,02	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 63,53$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	233,45	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 46,75$		
	(4) Estudante	26	216,67	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 67,43$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 50,65$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 16,78$		
Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	(1) Com trabalho	211	172,61	$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 9,91$		
	(2) Sem trabalho	28	182,52	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 53,50$	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	(3) Reformado	119	226,11	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 38,22$		
	(4) Estudante	26	210,83	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 43,59$		
				$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 28,31$		
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 15,28$		

13.3 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com os recursos naturais, segundo a situação profissional

Recursos naturais	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Recursos paisagísticos				$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 10,64	
	(1) Com trabalho	211	170,24	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 64,65	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	180,88	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 21,43	
	(3) Reformado	119	234,89	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 54,01	
	(4) Estudante	26	191,67	$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 10,79	
				$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 43,22	
Recursos termais				$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 19,97	
	(1) Com trabalho	211	175,20	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 51,09	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	155,23	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 43,15	
	(3) Reformado	119	226,29	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 71,06	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(4) Estudante	26	218,35	$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 63,12	
				$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 7,94	
Recursos faunísticos				$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 8,22	
	(1) Com trabalho	211	168,80	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 66,18	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	177,02	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 38,28	
	(3) Reformado	119	234,98	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 57,96	
	(4) Estudante	26	207,08	$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 30,06	
				$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 27,90	
Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios				$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 16,37	
	(1) Com trabalho	211	169,95	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 59,22	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	186,32	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 44,34	
	(3) Reformado	119	229,17	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 42,85	
	(4) Estudante	26	214,29	$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 27,97	
				$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 14,88	
Parques naturais protegido				$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 6,39	
	(1) Com trabalho	211	168,24	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 69,03	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	174,63	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 35,49	
	(3) Reformado	119	237,27	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 62,64	
	(4) Estudante	26	203,73	$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 29,10	
				$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 33,54	
Qualidade do ar, água e so				$C_{(1)(2)}$ = 62,39	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\|$ = 19,04	
	(1) Com trabalho	211	177,09	$C_{(1)(3)}$ = 35,56	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\|$ = 43,80	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	196,13	$C_{(1)(4)}$ = 64,47	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\|$ = 6,62	
	(3) Reformado	119	220,89	$C_{(2)(3)}$ = 65,15	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\|$ = 24,76	
	(4) Estudante	26	183,71	$C_{(2)(4)}$ = 84,48	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\|$ = 12,42	
				$C_{(3)(4)}$ = 67,15	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\|$ = 37,18	

13.4 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património etnográfico, segundo a situação profissional

Património etnográfico	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Artesanato local				$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 26,21$	
	(1) Com trabalho	211	208,64	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 46,71$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	182,43	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 3,61$	
	(3) Reformado	119	161,93	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 20,50$	
	(4) Estudante	26	212,25	$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 29,82$	
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 50,32$	
Eventos culturais				$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 26,14$	
	(1) Com trabalho	211	205,87	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 39,48$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	179,73	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 11,34$	
	(3) Reformado	119	166,39	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 13,34$	
	(4) Estudante	26	217,21	$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 37,48$	
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 50,82$	

13.5- Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com o património histórico-monumental, segundo a situação profissional

Património histórico-monumental	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Museus				$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 38,58$	
	(1) Com trabalho	211	216,10	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 59,96$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	177,52	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 33,33$	
	(3) Reformado	119	156,14	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 21,38$	
	(4) Estudante	26	182,77	$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 5,25$	
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 26,63$	
Monumentos civis				$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 6,15$	
	(1) Com trabalho	211	212,42	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 60,67$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	206,27	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 9,88$	
	(3) Reformado	119	151,75	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 54,52$	
	(4) Estudante	26	202,54	$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 3,73$	
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 50,79$	

13.6 - Análise das diferenças estatisticamente significativas no nível de satisfação com a gestão do destino turístico, segundo a situação profissional

Gestão do destino turístico	Situação profissional	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
Preservar e valorizar o património etnográfico				$C_{(1)(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 0,68$	
	(1) Com trabalho	211	193,9	$C_{(1)(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 17,62$	
	(2) Sem trabalho	28	194,6	$C_{(1)(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 59,65$	
	(3) Reformado	119	176,3	$C_{(2)(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 18,3$	
	(4) Estudante	26	253,5	$C_{(2)(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 58,97$	
				$C_{(3)(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 77,27$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

Apêndice 14

Testes *post hoc* aplicados às atitudes dos residentes face ao turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo a sub-região de residência dos inquiridos

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Sub-região	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)			
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão	
Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo	BIN	170	185,90	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 9,14		
	CB	143	176,76	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 54,11	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	240,01	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 63,25	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território	BIN	170	169,28	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 42,25	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	CB	143	211,53	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 40,49	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	209,77	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 1,76		
O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território	BIN	170	187,16	$C_{BIN\ CB}$ = 30,82	$\|R_{BIN} - R_{CB}\|$ = 7,14		
	CB	143	180,02	$C_{BIN\ SE}$ = 38,39	$\|R_{BIN} - R_{SE}\|$ = 43,25	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho
	SE	71	230,41	$C_{CB\ SE}$ = 39,44	$\|R_{CB} - R_{SE}\|$ = 50,39	Cij < |Ri-Rj|	Rejeitar Ho

Apêndice 15

Testes *post hoc* aplicados às atitudes dos residentes face ao turismo, segundo as características sociodemográficas dos inquiridos

15.1 Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo o grupo etário
15.2 Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo as habilitações literárias
15.3 Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo a situação profissional

15.1 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo o grupo etário

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Grupo etário	N	R	Teste post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
O turismo cria e fixa riqueza no território	15 - 24	42	201,60	$C_{(15-24)\,(25-64)} = 45,69$	$\|R_{(15-24)} - R_{(25-64)}\| = 9,17$	
	25 - 64	223	210,77	$C_{(15-24)\,(\geq 65)} = 48,76$	$\|R_{(15-24)} - R_{(\geq 65)}\| = 46,55$	
	≥ 65	119	155,05	$C_{(25-64)\,(\geq 65)} = 30,84$	$\|R_{(25-64)} - R_{(\geq 65)}\| = 55,72$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho

15.2 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo as habilitações literárias

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Teste Tukey (post-hoc)			
	Habilitações literárias	*p*	Conclusão	
O turismo cria e fixa riqueza no território	Ens. Básico - Ens. Secundário /CET	0,015	p<α	Rejeitar Ho
	Ens. Básico - Ens. Superior	0,000	p<α	Rejeitar Ho
	Ens. Secundário /CET - Ens. Superior	0,353	p>α	Aceitar Ho

15.3 - Análise das diferenças estatisticamente significativas das atitudes dos residentes face ao turismo, segundo a situação profissional

Turismo como motor de desenvolvimento sustentável	Situação profissional	N	R	Teste *post-hoc de comparação das categorias (duas a duas)*		
				C_{ij}	|Ri-Rj|	Conclusão
				$C_{(1)\,(2)} = 62,39$	$\|R_{(1)} - R_{(2)}\| = 42,93$	
O turismo cria e fixa riqueza no território	(1) Com trabalho	211	215,39	$C_{(1)\,(3)} = 35,56$	$\|R_{(1)} - R_{(3)}\| = 60,34$	Cij < |Ri-Rj| Rejeitar Ho
	(2) Sem trabalho	28	172,46	$C_{(1)\,(4)} = 64,47$	$\|R_{(1)} - R_{(4)}\| = 15,66$	
	(3) Reformado	119	155,05	$C_{(2)\,(3)} = 65,15$	$\|R_{(2)} - R_{(3)}\| = 17,41$	
	(4) Estudante	26	199,73	$C_{(2)\,(4)} = 84,48$	$\|R_{(2)} - R_{(4)}\| = 27,27$	
				$C_{(3)\,(4)} = 67,15$	$\|R_{(3)} - R_{(4)}\| = 44,68$	

Apêndice 16

Matriz Fatorial obtida após a Rotação Varimax

Matriz Fatorial obtida após a Rotação Varimax

Rotated Component Matrix[a]

	Component										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A1. Na rua										**0,672**	
A2. Locais atrativos (parques, lagos, outros)										**0,678**	
A3. Estabelecimentos de restauração/bares/outros				-0,402						**0,559**	
A4. Estabelecimentos comerciais				-0,458						**0,591**	
B5. Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	**0,566**										
B6. Contribuído para maiores investimentos no setor do turismo	**0,644**										
B7. Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	**0,733**										
B8. Contribuído para a qualificação dos recursos humanos	**0,676**										
B9. Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado	**0,799**										
B10. Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	**0,766**										
B11. Contribuído para aumentar a produção de bens da região	**0,767**										
B12. Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	**0,742**										
B13. Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região	**0,830**										
B14. Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal	**0,850**										
B15. Impulsionado o desenvolvimento e o crescimento de outros setores de atividade	**0,820**										
B16. Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	**0,705**										
B17. Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região	**0,770**										
B18. Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo de infraestruturas e dos serviços básicos	**0,640**										
B19. Contribuído para a conservação do património construído	**0,555**										
B20. Contribuído para uma melhor utilização/criação das infra-estruturas básicas, causando assim menos impactos ambientais negativos	**0,485**										
B21. Atraído investimento nacionais na região	**0,568**									0,304	
B22. Contribuído para o aumento da oferta de eventos religiosos	**0,499**										
B23. Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento	**0,658**										
B24. Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos	**0,605**										
B25. Contribuído para a preservação e divulgação da cultura e das tradições locais	**0,595**										
B26. Contribuído para o desenvolvimento social da população residente	**0,634**										
B27. Melhorado a imagem da região	**0,577**										
B28. Contribuído para o rejuvenescimento das artes e oficios tradicionais da região	**0,497**										
C29. Contribuído para aumentadar a insegurança e a criminalidade			**0,626**							0,332	
C30. Diminuído a qualidade do ambiente			**0,698**								
C31. Criado problemas paisagísticos			**0,724**								
C32. Criado problemas urbanísticos			**0,749**								
C33. Sido responsável pela destruição da biodiversidade			**0,772**								
C34. Diminuído a qualidade dos serviços prestados			**0,785**								
C35. Provocado a subida do preço dos bens em geral			**0,629**								
C36. Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixos			**0,748**								
C37. Contribuído para menores investimentos públicos noutros setores, devido aos investimentos públicos no turismo.			**0,656**								
C38. Levado à perda de identidade cultural da região			**0,743**								
C39. Dimuindo a limpeza dos concelhos da região											
D40. Qualificação dos profissionais na área do turismo							**0,680**				
D41. Escolas/cursos na área do turismo							**0,737**				
D42. Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo							**0,739**				
D43. Oferta de mão-de-obra qualificada							**0,697**				
D44. Diversificação da mão-de-obra							**0,708**				
E45. Variedade da oferta de alojamentos turísticos							0,318	**0,705**			
E46. Qualidade da oferta de alojamentos turísticos								**0,730**			
E47. Oferta de restaurantes (variedade/qualidade)								**0,678**			
E48. Oferta de parques de campismo								**0,602**			
E49. Oferta termal				0,302		0,327		**0,383**			
E50. Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno								**0,560**			
E51. Oferta de postos de informação turística								**0,411**			
F52. Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região					**0,516**			0,370			
F53. Acessibilidades dentro da região					**0,552**						
F54. Abastecimento de água				0,412	**0,559**						
F55. Abastecimento de gás (natural ou outro)				0,306	**0,651**						
F56. Saneamento básico					**0,738**						
F57. Recolha e tratamento de resíduos sólidos					**0,797**						
F58. Drenagem e tratamento de águas residuais				0,319	**0,808**						
F59. Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico					**0,754**						
F60. Segurança e serviços de proteção civil					0,587						
G61. Recursos paisagísticos				**0,777**							
G62. Recursos termais				**0,627**							
G63. Recursos faunísticos				**0,842**							
G64. Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios				**0,837**							
G65. Parques naturais protegidos				**0,777**	0,316						
G66. Qualidade do ar, água e solo				**0,631**							
H67. Atividades agrícolas tradicionais									**0,766**		
H68. Tradições						0,346			**0,741**		
H69. Artesanato local						0,406			**0,684**		
H70. Gastronomia						0,311			**0,532**		
H71. Festividades (festas e romarias)									**0,477**		
H72. Eventos religiosos									**0,469**		
I73. Museus						**0,477**					
I74. Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)				0,381		**0,683**					
I75. Aldeias históricas				0,367		**0,757**					
I76. Monumentos civis						**0,596**					
I77. Monumentos religiosos						**0,737**					
J78. Preservar e valorizar o património cultural		**0,700**									
J79. Preservar e valorizar o património natural		**0,715**									
J80. Preservar e valorizar o património etnográfico		**0,773**									
J81. Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região		**0,754**									
J82. Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia)		**0,752**									
J83. Aumentar a qualidade dos serviços prestados		**0,709**									
J84. Aumentar a hospitalidade por parte dos residentes		**0,676**									
J85. Aumentar os meios de divulgação		**0,692**									
J86. Aumentar a qualidade do ambiente		**0,726**									
J87. Envolver os turistas nas questões ambientais		**0,739**									
J88. Envolver a comunidade local nas questões ambientais		**0,766**									
J89. Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local		**0,748**									
J90. Desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local		**0,684**									
J91. Favorece o planeamento do território		**0,779**									
J92. Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo		**0,772**									
K93. Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo											**0,694**
K94. O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território	0,344										**0,486**
K95. Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo											**0,729**
K96. O turismo cria e fixa riqueza no território											**0,700**
K97. O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento da região											**0,701**

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.
a. Rotation converged in 16 iterations.

Apêndice 17

Descrição dos fatores obtidos na matriz fatorial, obtida após a rotação varimax

FATOR 1 – Impactos positivos do turismo

Fator 1	**B5.** Contribuído para uma maior sensibilização da população para a preservação do património natural	0,566
	B6. Contribuído para aumentar o investimento público no turismo	0,644
	B7. Contribuído para criar mais postos de trabalho para a população residente	0,733
	B8. Contribuído para a qualificação dos recursos humanos	0,676
	B9. Contribuído para melhorar a qualidade de vida dos residentes, pelo rendimento gerado	0,799
	B10. Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	0,766
	B11. Contribuído para aumentar a produção de bens da região	0,767
	B12. Contribuído para a valorização externa dos produtos da região	0,742
	B13. Contribuído para a criação de novas oportunidades de negócio na região	0,830
	B14. Contribuído para gerar localmente mais receita fiscal	0,850
	B15. Impulsionado o desenvolvimento das atividades já existentes	0,820
	B16. Gerado riqueza, pois o dinheiro gasto pelos turistas fica na região	0,705
	B17. Contribuído para a criação de novos serviços que servem os residentes da região	0,770
	B18. Contribuído para o aumento quantitativo e qualitativo das infraestruturas e serviços básicos	0,640
	B19. Contribuído para a conservação do património construído	0,555
	B20. Contribuído para uma melhor utilização/criação das infra-estruturas básicas, causando assim menos impactos ambientais negativos	0,485
	B21. Atraído investimento nacionais na região	0,568
	B22. Contribuído para o aumento da oferta de eventos religiosos	0,499
	B23. Valorizado os recursos endógenos da região, gerando mais rendimento	0,658
	B24. Contribuído para aumentar a oferta de eventos desportivos	0,605
	B25. Contribuído para a preservação e divulgação da cultura e as tradições locais	0,595
	B26. Contribuído para o desenvolvimento social da população residente	0,634
	B27. Melhorado a imagem da região	0,577
	B28. Contribuído para o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais da região	0,497

FATOR 2 – Gestão do destino

Fator 2	**J78.** Preservar e valorizar o património cultural	0,700
	J79. Preservar e valorizar o património natural	0,715
	J80. Preservar e valorizar o património etnográfico	0,773
	J81. Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados nos recursos endógenos da região	0,754
	J82. Criar fatores distintivos (história, cultura, gastronomia)	0,752
	J83. Aumentar a qualidade dos serviços prestados	0,709
	J84. Aumentar a hospitalidade por parte dos residentes	0,676
	J85. Aumentar os meios de divulgação	0,692
	J86. Aumentar a qualidade do ambiente	0,726
	J87. Envolver os turistas nas questões ambientais	0,739
	J88. Envolver a comunidade local nas questões ambientais	0,766
	J89. Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local	0,748
	J90. Desenvolver o turismo refletindo as opiniões da comunidade local	0,684
	J91. Favorecer o planeamento do território	0,779
	J92. Valorizar o papel das cidades como fator de desenvolvimento sustentado do turismo	0,772

FATOR 3 – Impactos negativos do turismo

Fator 3	**C29.** Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade	0,626
	C30. Diminuído a qualidade do ambiente	0,698
	C31. Criado problemas paisagísticos	0,724
	C32. Criado problemas urbanísticos	0,749
	C33. Sido responsável pela destruição da biodiversidade	0,772
	C34. Diminuído a qualidade dos serviços prestados	0,785
	C35. Provocado a subida do preço dos bens em geral	0,629
	C36. Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixos	0,748
	C37. Contribuído para menores investimentos públicos noutros setores, devido aos investimentos públicos no turismo.	0,656
	C38. Levado à perda de identidade cultural da região	0,743
	C39. Diminuído a limpeza dos concelhos da região	0,687

FATOR 4 – Recursos naturais

Fator 4	**G61**. Recursos paisagísticos	0,777
	G62. Recursos termais	0,627
	G63. Recursos faunísticos	0,842
	G64. Recursos fluviais, lagos, lagoas e rios	0,837
	G65. Parques naturais protegidos	0,777
	G66. Qualidade do ar, água e solo	0,631

FATOR 5 – Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo

Fator 5	**F52.** Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias para a região	0,516
	F53. Acessibilidades dentro da região	0,552
	F54. Abastecimento de água	0,559
	F55. Abastecimento de gás (natural ou outro)	0,651
	F56. Saneamento básico	0,738
	F57. Recolha e tratamento de resíduos sólidos	0,797
	F58. Drenagem e tratamento de águas residuais	0,808
	F59. Limpeza e manutenção de locais de interesse turístico	0,754
	F60. Segurança e serviços de proteção civil	0,587

FATOR 6 – Património histórico-monumental

Fator 6	**I73.** Museus	0,477
	I74. Monumentos arqueológicos (castelos, fortes, paços, outros)	0,683
	I75. Aldeias históricas	0,757
	I76. Monumentos civis	0,596
	I77. Monumentos religiosos	0,737

FATOR 7 – Recursos humanos

Fator 7	**D40.** Qualificação dos profissionais na área do turismo	0,680
	D41. Escolas/cursos na área do turismo	0,737
	D42. Parcerias entre escolas e empresas da área do turismo	0,739
	D43. Oferta de mão-de-obra qualificada	0,697
	D44. Diversificação da mão-de-obra	0,708

FATOR 8 – Serviços turísticos

Fator 8	**E45.** Variedade da oferta de alojamentos turísticos	0,705
	E46. Qualidade da oferta de alojamentos turísticos	0,730
	E47. Oferta de restaurantes (variedade/qualidade)	0,678
	E48. Oferta de parques de campismo	0,602
	E49. Oferta termal	0,383
	E50. Oferta de estâncias de ski/desportos de inverno	0,560
	E51. Oferta de postos de informação turística	0,411

FATOR 9 – Património etnográfico

Fator 9	**H67.** Atividades agrícolas tradicionais	0,766
	H68. Tradições	0,741
	H69. Artesanato local	0,684
	H70. Gastronomia	0,532
	H71. Festividades (festas e romarias)	0,477
	H72. Eventos religiosos	0,469

FATOR 10 – Interação residente-visitante

Fator 10	**A1.** Na rua	0,672
	A2. Locais atrativos (parques, lagos, outros)	0,678
	A3. Estabelecimentos de restauração/bares/outros	0,559
	A4. Estabelecimentos comerciais	0,591

FATOR 11 – Turismo motor de desenvolvimento sustentável

Fator 11	**K93.** Apoio fortemente o desenvolvimento do turismo	0,694
	K94. O turismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do território	0,486
	K95. Ainda existe muito a fazer para incrementar o desenvolvimento do turismo	0,729
	K96. O turismo cria e fixa riqueza no território	0,700
	K97. O turismo apresenta-se como uma das principais atividades que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do território	0,701

Apêndice 18

Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função das diferentes variáveis

18.1 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do género dos inquiridos

18.2 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do grupo etário dos inquiridos

18.3 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função das habilitações literárias dos inquiridos

18.4 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função da sub-região de residência dos inquiridos

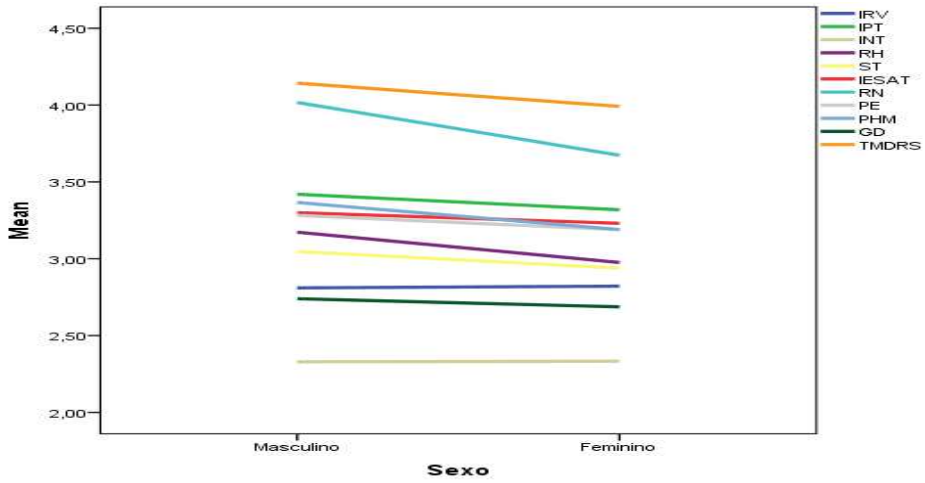
18.5 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do concelho de residência dos inquiridos

18.6 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do hábito de gozar férias dos inquiridos

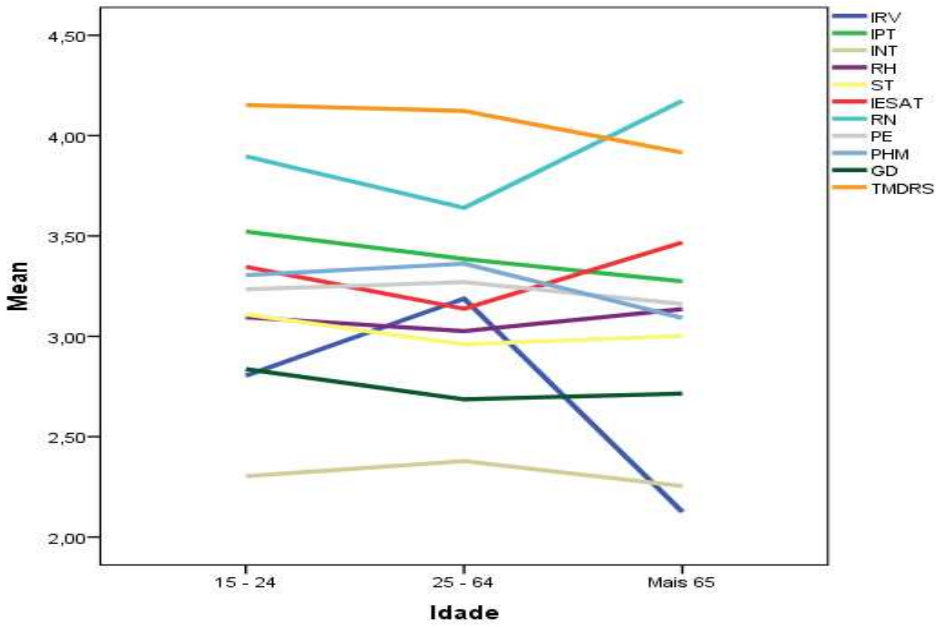
18.7 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função da situação perante o emprego dos inquiridos

18.8 Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função da existência de contacto profissional com o turismo

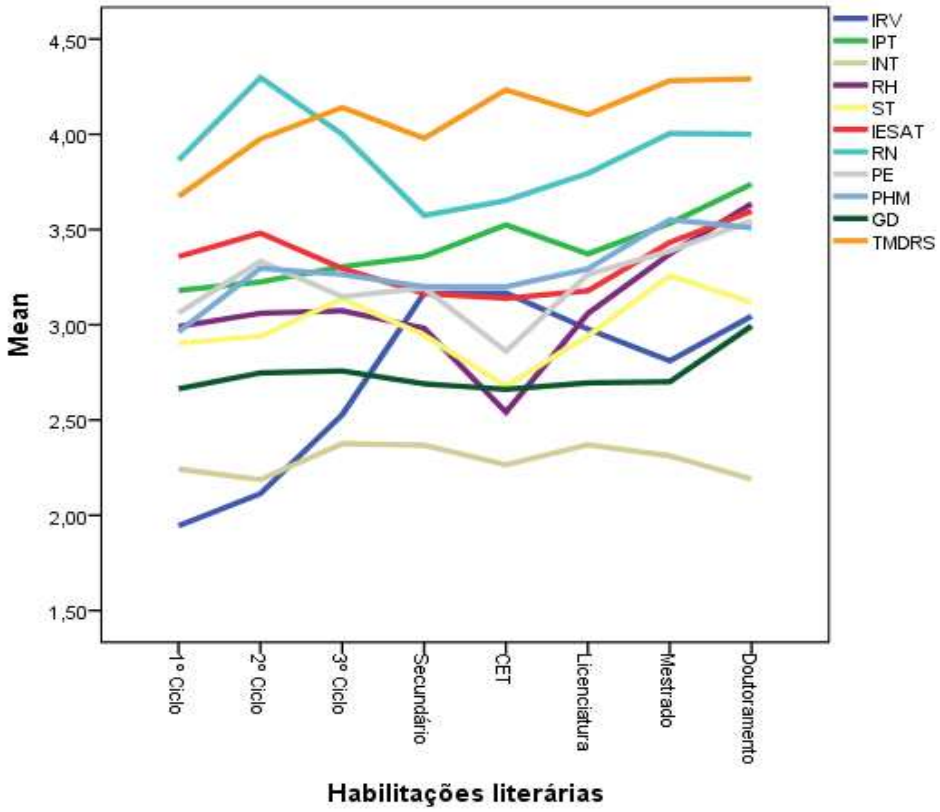
18.1 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do género dos inquiridos



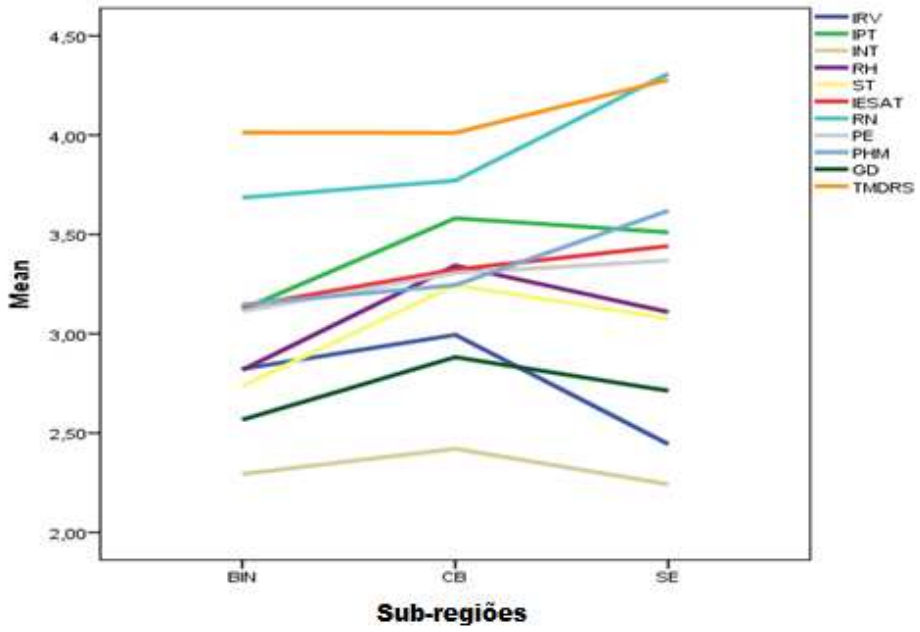
18.2 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do grupo etário dos inquiridos



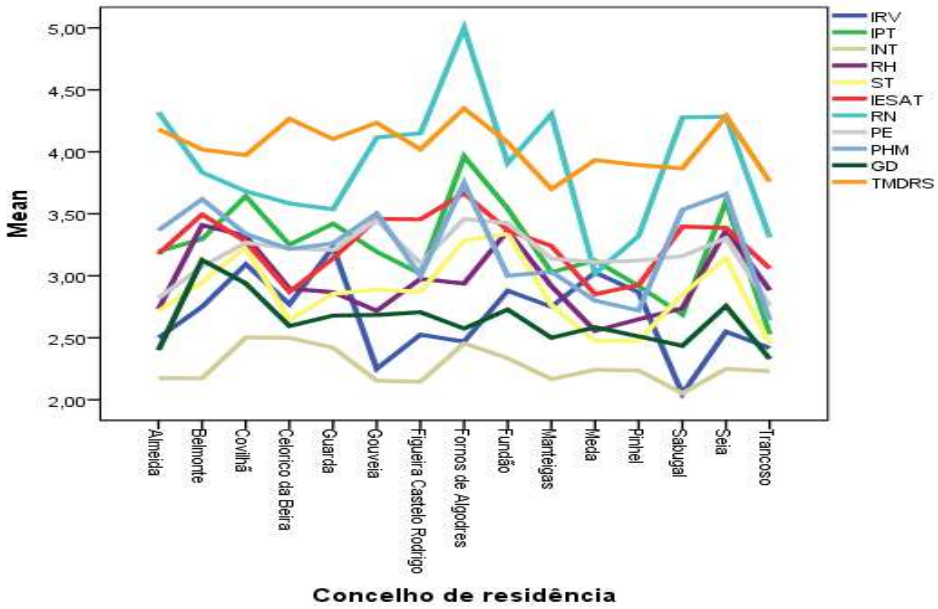
18.3 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função das habilitações literárias dos inquiridos.



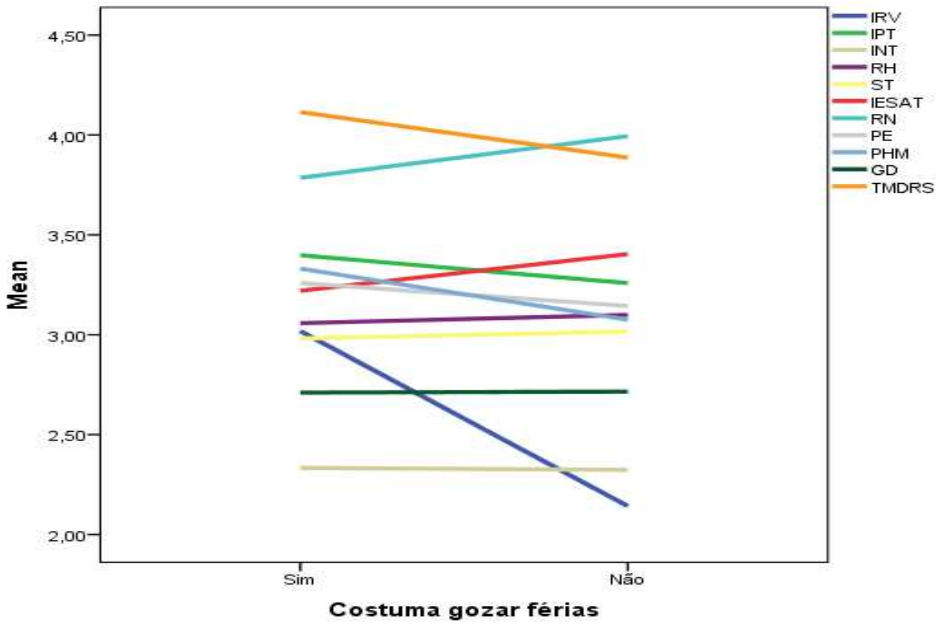
18.4 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função da sub-região de residência dos inquiridos.



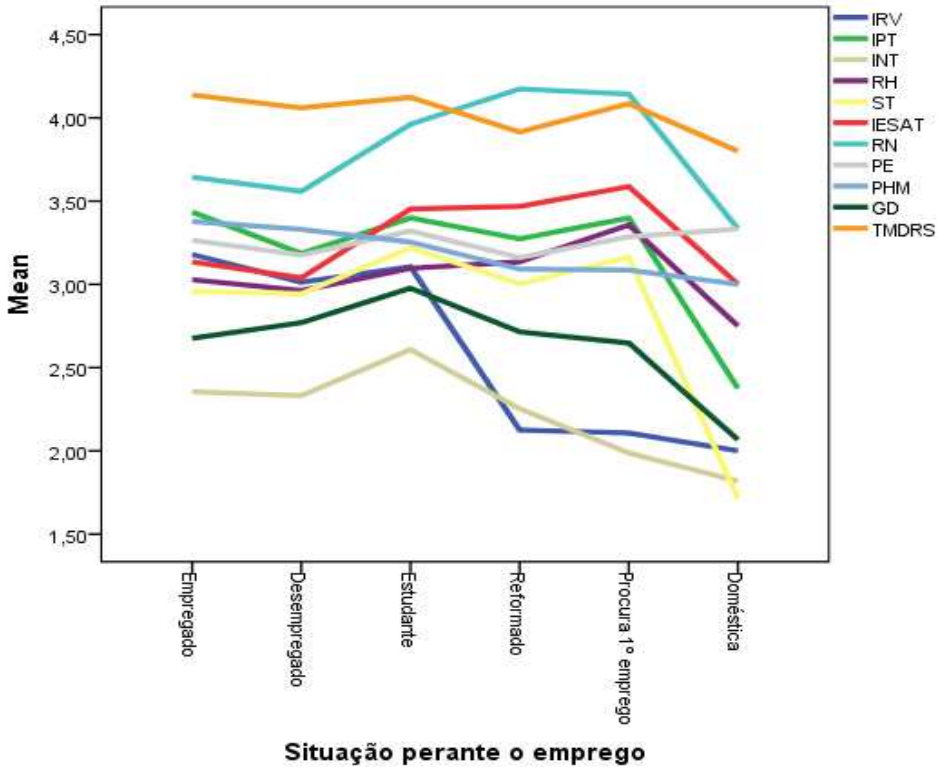
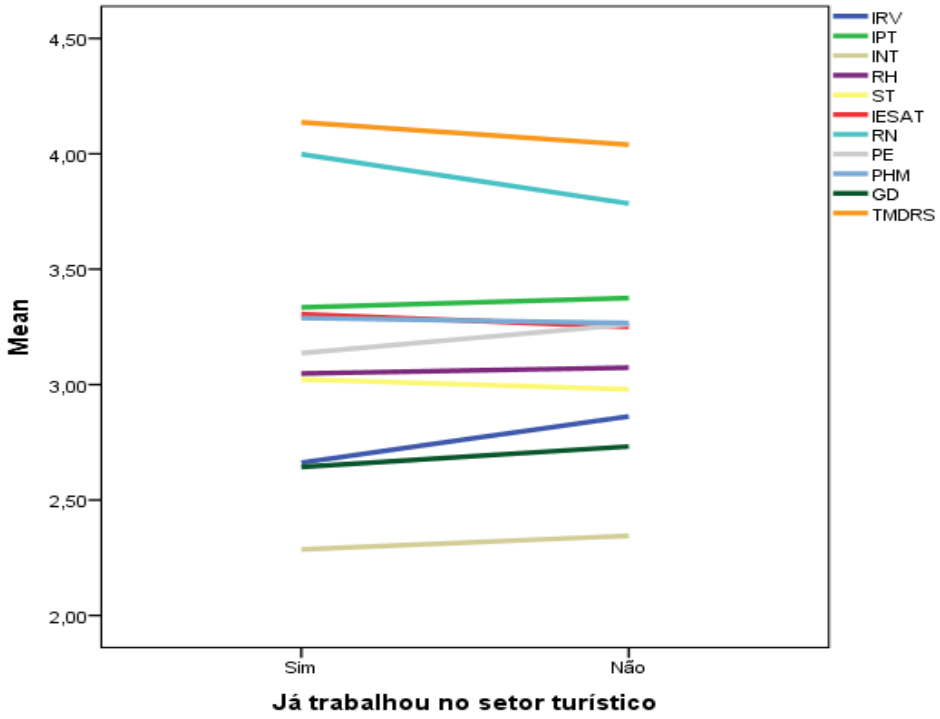
18.5 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do concelho de residência dos inquiridos.



18.6 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função do hábito de gozar férias dos inquiridos



18.7 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função da situação perante o emprego dos inquiridos.



18.8 - Pontuações médias obtidas nas diferentes dimensões em função da existência de contacto profissional com o turismo